UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL
E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

CARINE BOTELHO PREVIATTI

**Segregação socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na
região da Barra da Tijuca - RJ: comunidade Vila Autódromo**

São Paulo
2016

CARINE BOTELHO PREVIATTI

**Segregação socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na
região da Barra da Tijuca - RJ: comunidade Vila Autódromo**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 29 de junho 2016. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:
Mudança Social e Participação Política

Orientador:
Prof. Dr. Edegar Luiz Tomazzoni

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Previatti, Carine Botelho

Segregação socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na região da Barra da Tijuca – RJ : comunidade Vila Autódromo / Carine Botelho Previatti; orientador, Edegar Luiz Tomazzoni. – São Paulo, 2016
278 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Segregação urbana - Rio de Janeiro (RJ). 2. Espaço urbano - Rio de Janeiro (SP). 3. Comunidade Vila Autódromo. 4. Jogos olímpicos - Aspectos urbanistas - Rio de Janeiro (RJ). 5. Jogos olímpicos - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ). I. Tomazzoni, Edegar Luiz, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 307.121098153

Nome: PREVIATTI, Carine Botelho

Título: Segregação Socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na região da Barra da Tijuca – RJ: comunidade Vila Autódromo

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Aprovado em: 29 / 06 / 2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Elegar Luis Tomazzoni Instituição: EACH-USP (PROMUSPP)
Julgamento: Aprovada Assinatura: [Assinatura]

Prof. Dr. REGINA BUENENSTEIN Instituição: PPGAU - UFF
Julgamento: APROVADA Assinatura: [Assinatura]

Prof. Dr. ISABEL PINTO ALVAREZ Instituição: FFLCH - USP
Julgamento: APROVADA Assinatura: [Assinatura]

Prof. Dr. Sidnei Raimundo
Julgamento: Aprovada

Instituição: EACH-USP (PROMUSPP)
Assinatura: [Assinatura]

À Penha, por sua lição de coragem, perseverança e otimismo em todos os momentos do conflito em sua luta pela permanência da Vila Autódromo.

Agradecimentos

A escrita de um trabalho acadêmico permite não somente a reflexão aprofundada de ideias e a exposição de uma construção de pensamento teórico, mas também possibilita o agradecimento às pessoas que nos ajudaram a percorrer esse caminho acadêmico e pessoal.

Quando comecei a estudar esse tema, meu intuito era entender os processos políticos e econômicos que culminam na realização de um megaevento esportivo em uma cidade. No entanto, ao longo do percurso de elaboração deste trabalho, o foco da pesquisa mudou radicalmente, para dar lugar à maneira como se produz as cidades hoje em dia, o que provoca formas de segregação socioespacial.

Nesse sentido, gostaria de agradecer às pessoas que tornaram possível essa mudança de objetivo, aliados à riqueza de informações e conhecimento pessoal adquiridos ao longo da pesquisa, bem como a todos que apoiaram e incentivaram meu crescimento intelectual durante esses últimos anos do mestrado e de uma forma mais ampla, durante toda minha vida. Faço aqui então alguns agradecimentos e peço desculpas de antemão caso tenha, por algum descuido, esquecido de pessoas importantes.

Ao meu marido Andre, sobretudo pela paciência em aguentar meus momentos de incertezas e medos e por sempre me apoiar nas decisões e escolhas feitas. Meu sincero obrigada por sua ajuda constante nas discussões e debates e pelas contribuições feitas à pesquisa: todo suporte na revisão do texto da qualificação e da defesa, bem como toda formatação do texto e revisão gráfica dos mapas, figuras e tabelas. Obrigada por seu constante companheirismo: você me faz querer ser sempre uma pessoa melhor, superando minhas inseguranças e me fazendo acreditar mais em mim mesma e na minha capacidade de realizar “tudo aquilo que eu realmente quiser”.

Ao Thymon, pela amizade que foi iniciada e cultivada ao longo do mestrado. Meu muito obrigada por todo o suporte que deu aos processos jurídicos da Vila Autódromo: por me ajudar a entender os termos do “juridiquês”, as aplicações das normas e das diretrizes. Por todas as discussões, debates e conversas; pela leveza, pelas piadas, pelo companheirismo. Pelo crescimento intelectual que, sem sua ajuda, não teria sido possível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Edegar Tomazzoni, por ter aceitado minha candidatura ao mestrado do PROMUSPP. Pelas diversas conversas de incentivo e

pela liberdade dispensada ao meu trabalho, na qual foi possível que eu buscasse o conhecimento e direcionasse a pesquisa para áreas distintas das que tinham sido previstas no projeto inicial.

Aos moradores da Vila Autódromo, em especial à Penha, Luiz, Nathália, Altair e Dona Jane: meu muito obrigada pela acolhida à comunidade desde minha primeira visita. Por me receberem sempre bem em suas casas e em seu cotidiano; pela paciência em me explicar os processos, em dividir comigo suas frustrações na luta do dia a dia pela permanência em suas casas.

À Profa. Dra. Regina Bienenstein, que me recebeu desde minha primeira ida ao Rio: por acreditar na seriedade da minha pesquisa e por compartilhar comigo informações que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Sem sua ajuda e seu apoio, essa dissertação não teria sido realizada com a riqueza de dados e informações sobre a Vila Autódromo, seus moradores e seu histórico de luta.

Aos meus familiares, meus pais Nelson e Angélica: sem o suporte e o incentivo de vocês não teria sido possível chegar até aqui. Obrigada pelas palavras de encorajamento e principalmente, por sempre acreditarem em mim. A minha irmã Camila, por igualmente incentivar a minha pesquisa. A tia Teresa e a Luciane, por terem me acolhido em suas casas durante minhas visitas ao Rio: pela preocupação que tiveram comigo e com todos os amigos que me acompanharam nas idas a campo; por toda ajuda, carinho e atenção. Com certeza eu não teria tido oportunidade de estar na Vila Autódromo tantas vezes se não tivesse um lugar seguro e tranquilo onde pudesse ficar ao longo desses dois anos de pesquisa. Este trabalho é fruto também dessa ajuda de vocês.

Aos amigos e familiares que disponibilizaram seu tempo e sua disposição em acompanhar minhas idas ao Rio: Carla, Thymon, Renata, Roberta e Bianca. Meu muito obrigada pela companhia, por não me deixarem dirigir sozinha quase 1.200km de estrada e nas loucas ruas do Rio; por dividirem comigo as angústias, tristezas e frustrações que minha pesquisa suscitou, mas também por estarem comigo nos momentos das descobertas e do aprendizado constante das idas à campo.

Aos integrantes do Grupo de Estudos Memória, Patrimônio Cultural e Natural e Desenvolvimento Local: a Profa. Dra. Silvia Zanirato por toda inestimável contribuição a estrutura do trabalho e as importantes sugestões e críticas apontadas durante a qualificação. Aos colegas de grupo: obrigada pelo apoio e pelas discussões que foram fundamentais para o amadurecimento do objeto de pesquisa; pela troca de

bibliografias, análises e contribuições ao trabalho. Um especial agradecimento ao Júlio e ao Filipe, pela amizade desenvolvida durante o Mestrado, pela parceria e longas discussões políticas, filosóficas, teóricas e burocráticas. Pelas risadas e ótimos momentos.

À Profa. Dra. Isabel Alvarez, por permitir a abertura de um “novo mundo” de reflexões acadêmicas durante suas aulas. Minha sincera admiração e agradecimento por ter me ajudado com minhas dúvidas teóricas e pelas contribuições inestimáveis na qualificação.

E finalmente, mas não necessariamente por último, aos meus amigos, feitos e cultivados em diferentes momentos da minha vida: obrigada pelas palavras de incentivo, pelo interesse demonstrado na minha pesquisa em momentos diversos e pela paciência e compreensão em aceitar minhas ausências, às vezes em momentos especiais e importantes. Obrigada por compartilharem esse caminho comigo: Vivian, Carla, Cecília, Daniela, Luiz, Júlio Shibata, Steve, Marcelo Acquaviva, Paulinho e Livia.

Agradeço a Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - pelo financiamento via bolsa de estudos que tornou possível a realização deste trabalho.

Casa é o que se varre

Casa é o que se fala

Casa é o que se poda

Casa é o justo pelo certo

Casa é o apresso

Casa é quando os olhos se vestem de vontades

*(Foto tirada no dia 24 de janeiro de 2015 - muro
do parquinho da Vila Autódromo)*

RESUMO

PREVIATTI, Carine Botelho. **Segregação Socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na região da Barra da Tijuca – RJ: comunidade Vila Autódromo**. 2016. 278 páginas. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão corrigida.

A discussão parte do princípio de que o espaço é um produto social e não um sujeito, como algumas políticas públicas vem reproduzindo. A apropriação de espaços que não estavam vazios, utilizando os megaeventos esportivos como justificativa, sinaliza um momento fundamental do processo de reprodução do capitalismo. Tal processo traz à tona o conflito do espaço como lugar de apropriação e uso em contraposição ao espaço como reprodução de valor e de riqueza. Dentro desse contexto, a cidade do Rio de Janeiro, que historicamente se utiliza de planos de ordenação urbana de forma a legitimar mudanças espaciais em fragmentos da cidade, tem dado continuidade a esse processo nos últimos anos através da implantação dos Planos Estratégicos e da realização dos Jogos Olímpicos. Este trabalho tem por objetivo geral analisar as mudanças socioespaciais ocasionadas na comunidade Vila Autódromo, localizada no bairro da Barra da Tijuca - RJ, em razão da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. A pesquisa tem por objetivo específico identificar os sujeitos sociais e interesses envolvidos no processo de remoção dessa comunidade. Para atingir tal objetivo, foi utilizada metodologia teórico-documental com base em documentos normativos e jurídicos relativos ao processo de remoção pelo qual passa a Vila Autódromo desde 1993, e também documentos fotográficos e mapas, igualmente fundamentais para a compreensão do objeto. Durante todo o processo da pesquisa, foram realizadas pesquisas de campo de caráter descritivo e analítico, com aplicação de entrevistas qualitativas e análise de conteúdo dos dados, que embasam a conflitualidade entre os interesses dos moradores, o poder público e as empresas privadas, numa tentativa de compreensão de como as mudanças socioespaciais se inserem entre o lugar, a cidade e o espaço mundial. A Vila Autódromo se destaca nesse cenário pela luta de resistência dos seus moradores para permanecer no seu espaço de vivência e convivência e na consolidação de uma comunidade que enxerga o valor social da terra e não apenas o seu valor de mercado, sinalizando o caráter de conflito pelo direito à moradia que se estabelece na cidade do Rio de Janeiro atualmente.

Palavras-chave: Vila Autódromo. Jogos Olímpicos. Segregação socioespacial. Reprodução do espaço urbano. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

PREVIATTI, Carine Botelho. **Socio-Spatial Segregation in the Olympic Games 2016 in the Barra da Tijuca region - RJ: community Vila Autódromo**. 2016. 278 pages. (Master of Science in Social Change and Political Participation) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Revised version.

The discussion starts from the principle that space is a social product and not a subject, as some public policies have been executing. The appropriation of spaces that were not empty, using the sports mega events as a justification, signals a fundamental moment in the capitalist reproduction process. This process brings the conflict of the space as a place of appropriation and use opposed to the space as a reproduction of value and wealth. In this sense, the city of Rio de Janeiro, which historically uses urban development plans in order to legitimize spatial changes in fragments of the city, has continued this process in recent years, through the implementation of strategic plans and realization of the Olympic Games. This paper objective is to analyze the socio-spatial changes brought to the Vila Autódromo community, located in the Barra da Tijuca – Rio de Janeiro city, because of the Olympic Games Rio-2016. One specific objective is to identify the social actors and interests involved in the removal of this community. To achieve this goal, the paper uses theoretical and documental methodology based in normative and legal documents related to the removal process experienced by the Vila Autódromo since 1993, as well as photographic documents and maps, equally imperatives to understand the object of the research. Inseparably, field surveys in the Vila Autódromo and the city of Rio de Janeiro were conducted through descriptive and analytical perspectives, with application of qualitative interviews and content analysis of the data that underlies the conflict between the interests of residents, the government and private companies in an attempt to understand how the socio-spatial changes are part of the place, the city and the global economies. The Vila Autódromo stands out in this scenario for its residents' resistance struggle to stay in their living space and the consolidation of a community that sees the social value of land and not just its market value, indicating the nature of conflict for the right to housing that is established in the city of Rio de Janeiro today.

Keywords: Vila Autódromo. Olympic Games. Socio-Segregation. Reproduction of urban space. Rio de Janeiro.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Histórico das edições passadas	65
Tabela 2: Receita do marketing olímpico por períodos (em US\$ milhões).....	74
Tabela 3: Evolução do programa TOP	75
Tabela 4: Plano Estratégico de 1996	121
Tabela 5: Custos dos Jogos Pan-Americano 2007	126
Tabela 6: Plano Estratégico 2009-2012 - Indicadores de Infraestrutura Urbana.....	129
Tabela 7: Plano Estratégico 2013-2016	131
Tabela 8: Exemplos de valores do empreendimento Ilha Pura	141
Tabela 9: Os 4 pilares do conceito dos Jogos Rio 2016	153
Tabela 10: Leis federais	185
Tabela 11: Leis municipais	186
Tabela 12: Remoções de famílias na região da Barra da Tijuca	200

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Patrocinadores TOP 2013-2016.....	76
Figura 2: Região Administrativa XXIV - Barra da Tijuca.....	107
Figura 3: Pan 2007 – Distribuição das regiões dos jogos	125
Figura 4: As Remoções têm Rosto.....	133
Figura 5: Jogo Banco Imobiliário Olímpico.....	136
Figura 6: Iniciativas e Metas: Visão Rio 500	137
Figura 7: Estande Ilha Pura – Carvalho Hosken e Odebrecht.....	141
Figura 8: Ilha Pura – Construção dos prédios e outdoors	144
Figura 9: Índice Fipe/Zap - março/08 a janeiro/15 (venda).....	146
Figura 10: Índice Fipe/Zap - Barra da Tijuca x Copacabana	147
Figura 11: Distribuição das regiões dos Jogos Olímpicos Rio 2016.....	151
Figura 12: Distribuição das responsabilidades.....	156
Figura 13: Pictogramas das modalidades esportivas e marcas oficiais dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016	166
Figura 14: Plano do Parque Olímpico (2016 Jogos).....	171
Figura 15: Plano do Parque Olímpico (2030 Legado)	171
Figura 16: Novo Projeto do Parque Olímpico – alterações na localização do Velódromo, das quadras de tênis e da Arena do Futuro	173
Figura 17: Parque Olímpico e distribuição de arenas.....	175
Figura 18: Fotos recentes do Parque Olímpico: Centro de tênis; Arenas Cariocas 1, 2 e 3; Velódromo; Estádio Aquático; Arena do Futuro; Live Site; Hotel e IBC	176
Figura 19: Anel de Transporte de alta Capacidade	194
Figura 20: BRTs Transoeste, Transcarioca e Transolímpica	196
Figura 21: Cartograma Plano Legado - Cinturão Verde na Vila Autódromo.....	198
Figura 22: Marcação da SHM e escombros	201
Figura 23: Reassentamento de comunidades no Programa MCMV	203
Figura 24: Vila Autódromo.....	208
Figura 25: Casas na Beira da Lagoa – começando o processo de demolição.....	212
Figura 26: Vila Autódromo e região próxima: Parque Carioca, Vila Autódromo, Vila dos Atletas / Ilha Pura, Condomínio R2.....	221

Figura 27: Vista da Vila Autódromo da laje da casa de Maria da Penha Macena – Parque Olímpico e ruínas da comunidade.....	230
Figura 28: Diversas formas de coação realizadas pelo poder público contra a comunidade Vila Autódromo.....	238
Figura 29: Linha do tempo da Vila Autódromo – Principais Fatos.....	242
Figura 30: Agressão da Guarda Municipal contra moradores: conflito entre policiais e moradores; Maria da Penha agredida; Defensor Público em meio aos moradores; Sr. Brasil agredido.	246
Figura 31: Ocupa Vila Autódromo: Lançamento Livro Profa. Raquel Rolnik no Parquinho; Visita do pesquisador David Harvey; Faixa das mulheres contra as remoções, comunidade reunida no espaço do Ocupa e em frente à antiga Associação dos Moradores (AMPAVA).....	250
Figura 32: Demolições Casa da Penha (esquerda), Dona Jane (direita à cima) e Associação (direita abaixo)	252
Figura 33: Reunião Moradores e Poder Público – Plano de Urbanização: Marli Peçanha e subprefeito da Barra, Alex Costa; croqui do Plano da Prefeitura; Projeto das Casas; moradores e agentes da subprefeitura reunidos	255
Figura 34: Demolição da última casa; Containers usados como moradia provisória – chegada, montagem e interior	256
Figura 35: Entrega das chaves e novas casas da Vila Autódromo	257
Figura 36: Linha do tempo da Vila Autódromo – Principais Fatos.....	258

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Receitas de difusão dos Jogos Olímpicos (em US\$ milhões).....	77
Gráfico 2: Número de leis federais e municipais aprovadas entre 2009 e 2012.....	185
Gráfico 3: Tipo de infraestrutura de transporte por ente governamental	193

LISTA DE SIGLAS

ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
AEIS	Área de Especial Interesse Social
Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMPAVA	Associação dos Moradores e Pescadores da Vila Autódromo
APO	Autoridade Pública Olímpica
BBC	British Broadcasting Corporation
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRT	Bus Rapid Transit
CEF	Caixa Econômica Federal
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CGO	Coordenadoria Geral de Obras
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COHRE	Centre on Housing Rights and Evictions
COI	Comitê Olímpico Internacional
COJO	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos
COL	Comitê Organizador Local
COT	Centro de Treinamento
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM	Partido Democratas
DER	Departamento Estadual de Rodovias
DTTO	Divisão de Transporte e Tráfego Olímpico
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
Firjan	Federação das indústrias do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEO-RIO	Geotécnica do Município
GPU	Grande Projeto Urbano
GRI	Global Reporting Initiative
IBC	Centro Internacional de Transmissão
INCC	Índice Nacional de Custo de Construção
IOC	International Olympic Committee

IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IPP	Instituto Pereira Passos
ITERJ	Instituto de Terras do Rio de Janeiro
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPC	Centro Principal de Imprensa
NBC	National Broadcasting Company
NOCs	National Olympic Committees
NUTH	Núcleo de Terras e Habitação
OCOG	Organizing Committees for the Olympic Games
OGI	Olympic Games Impact Study
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PECRJ	Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro
PEU	Plano de Estruturação Urbana
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPP	Parceria Público-Privada
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos trabalhadores
SETRANS	Secretaria Estadual de Trânsito
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SMO	Secretaria Municipal de Obras
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
TCM	Tribunal de Contas do Município
TCU	Tribunal de Contas da União
TOP	The Olympic Partners
TUBSA	Tecnologies Urbanes Barcelonas S.A.
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	17
2.	A PRODUÇÃO DA CIDADE COMO MERCADORIA	29
2.1.	O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	30
2.2.	O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BRASIL	40
2.3.	CIDADE MERCADORIA	46
3.	MEGAEVENTOS ESPORTIVOS – OS JOGOS OLÍMPICOS	60
3.1.	BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA.....	61
3.2.	ANÁLISE CRÍTICA DE CANDIDATURAS E EDIÇÕES PASSADAS DOS JOGOS OLÍMPICOS	82
4.	RIO DE JANEIRO	88
4.1.	O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	89
4.2.	O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA BARRA DA TIJUCA.....	107
5.	CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO RIO OLÍMPICO	115
5.1.	PROCESSO DE ESCOLHA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	116
5.1.1.	<i>A escolha espacial da região da Barra da Tijuca</i>	<i>138</i>
5.2.	ANÁLISE CRÍTICA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS	149
5.3.	PARQUE OLÍMPICO	168
5.4.	AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE “VENDA DA CIDADE”	177
5.4.1.	<i>Rearranjos institucionais e legais</i>	<i>184</i>
5.5.	AS CONTRADIÇÕES URBANAS EXPRESSAS NA PRODUÇÃO DA “CIDADE ESPETÁCULO”	190
5.5.1.	<i>Mobilidade urbana.....</i>	<i>191</i>
5.5.2.	<i>Habitação</i>	<i>197</i>
6.	VILA AUTÓDROMO	206
6.1.	SURGIMENTO E BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO.....	207
6.2.	CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NOS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA DOS MORADORES VS. TENTATIVAS DE REMOÇÃO PELO PODER PÚBLICO	214
6.3.	A ÚLTIMA TENTATIVA DE REMOÇÃO E A POSSIBILIDADE DE PERMANÊNCIA	243
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
	REFERÊNCIAS.....	265
	BIBLIOGRÁFICAS (TESES, DISSERTAÇÕES, LIVROS, ARTIGOS)	265
	LEIS	271
	DOCUMENTOS, BLOGS, DOCUMENTÁRIOS E MATÉRIAS ELETRÔNICAS	272

1. Apresentação

O objetivo inicial da pesquisa, quando submetida para o processo seletivo do Programa de Mudança Social e Participação Política no final de 2013 era “o estudo dos impactos sociais e econômicos decorrentes da realização de um megaevento esportivo, utilizando como estudo de caso os Jogos Olímpicos que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2016”. Pretendia-se analisar se a realização do megaevento influenciaria ainda mais para a marginalização social de comunidades que já se encontravam à margem do convívio social ou se poderia, ao contrário, trazer benefícios para essa população residente.

Da mesma forma, a pesquisa pretendia discutir e comparar casos anteriores da realização de Jogos Olímpicos pelo mundo, principalmente entre Londres, última cidade-sede, e o Rio de Janeiro, e como esses exemplos poderiam nortear o Brasil para a construção de um legado social.

No entanto, esse objetivo e toda a formulação do projeto de pesquisa, e consequentemente do estudo em si, mudaram de forma bastante significativa, dando lugar a inquietações que surgiram, principalmente pelas pesquisas de campo. Foi identificado que, no início, o projeto estava muito focado nos conhecimentos em turismo e organização de eventos para propor o projeto de pesquisa ao programa. No entanto, os elementos que permeavam o objeto de pesquisa iam muito além do turismo, e se ampliavam à medida que se obtinham dados e informações sobre o objeto, tornando-se hoje um projeto fundamentado em diversas ciências.

Um trabalho de pesquisa na área de Mudança Social e Participação Política deve necessariamente ser realizado a partir de uma abordagem interdisciplinar e, portanto, foi possível desenvolver esta pesquisa de forma mais ampla, considerando seu caráter dinâmico onde a produção e a reprodução dos espaços na cidade se intercalam diretamente com a própria vida social.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi se adequando em direção a um estudo mais aprofundado das mudanças socioespaciais na vida dos moradores de baixo poder aquisitivo que residem na região da Barra da Tijuca, e que estavam sofrendo maciça remoção de suas residências pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que usava a realização dos Jogos Olímpicos como justificativa para tal.

Tais dinâmicas seriam motivadas pelos ideais de desenvolvimento local e urbano expostos no discurso do poder público e na materialização econômica dos

agentes privados interessados no modelo de política pública através do desenvolvimento estratégico, voltado para os megaeventos e para os grandes projetos urbanos, enquanto ferramentas para sua realização.

Optou-se então, para pesquisa de campo e compreensão desse processo de remoção, pela escolha de uma comunidade¹ de moradores que residem há mais de quarenta anos no entorno do antigo Autódromo Nelson Piquet na Barra da Tijuca: a Vila Autódromo. Essa escolha deveu-se principalmente pela mobilização política de seus moradores e pelo histórico de resistência em tentativas passadas de remoção. Além disso, a comunidade está amparada em diversos instrumentos legais, como a concessão de uso da terra por 99 anos, concedida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro à grande maioria dos moradores e parte da área da Vila Autódromo ter sido decretada em 2005, através da Lei Complementar nº 74, como Área de Especial Interesse Social - AEIS (Rio de Janeiro, 2005).

Verificou-se que seria fundamental estudar os conflitos que levam às remoções das famílias, os sujeitos sociais envolvidos nos processos, e a questão dialética dos interesses da população e das grandes empresas que firmaram parcerias com o poder público para a construção de equipamentos do megaevento. Tendo em vista essa problemática, os questionamentos e as reflexões começaram a se estruturar em direção à uma morfologia do objeto de estudo, pautadas em questões fundamentais, tais como: por que tantas remoções? Por que as pessoas têm que ser removidas do seu local de vida? Como essas relações afetam a vida das pessoas, mudam sua história e criam a base para conflitos urbanos? Como descortinar o emaranhado jurídico dos processos relativos às remoções da Vila Autódromo de forma a elucidar as reais tentativas de remoção por parte do poder público, interligado a um jogo político-institucional que essa luta de permanência representa hoje? Quem se beneficiaria diretamente com a remoção da Vila Autódromo?

Essas inquietações deram origem ao objetivo geral desta pesquisa de mestrado que é analisar as mudanças socioespaciais ocasionadas na comunidade Vila Autódromo, localizada no bairro da Barra da Tijuca - RJ, em razão da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Como a Barra se caracteriza por ser uma região com

¹ Optou-se pela utilização da palavra “comunidade” para designar a Vila Autódromo em detrimento da palavra “favela” por ser essa a terminologia empregada por seus moradores em referência ao seu local de residência, lazer e cotidiano. O termo está associado à noção de pertencimento, inerente em todas as entrevistas que foram realizadas neste trabalho com os moradores e também caracteriza uma forma de resistência.

população de classe média alta, com grande especulação imobiliária em contraste com a Vila Autódromo, com um perfil composto por moradores de classes econômicas média e baixa, a pesquisa tem por objetivo específico identificar os sujeitos sociais e interesses envolvidos no processo de remoção dessa comunidade.

Para cumprir esses objetivos, ficou claro que seria necessário, primeiramente, uma compreensão histórica do processo de produção do espaço na sociedade capitalista e no Brasil, que influenciam na formação da cidade do Rio de Janeiro enquanto imaginário de uma “cidade maravilhosa”, permeada por contrastes socioeconômicos e desigualdades.

Parte-se do princípio que a cidade não é um sujeito, mas sim a construção de um produto social que é dialético, ao passo que também é o local da reprodução capitalista. A produção e a reprodução do espaço no sistema capitalista detêm uma determinação geral que é uma condição para a reprodução do capital, ou seja, para articular o ciclo produção-distribuição-circulação-troca, o espaço tem que ser produzido. Como os momentos da reprodução não se realizam no mesmo lugar e ao mesmo tempo, eles são fragmentados. Para articular esses momentos no tempo e o ciclo se fechar, o espaço é produzido visando, sobretudo, à reprodução do capital. A propriedade privada, nesse sentido, torna a produção do espaço uma mercadoria: a própria produção de edificações como produção de valor, e da cidade como um grande capital fixo.

Convém aqui esclarecer que partimos da tese de que o espaço geográfico é social, produto do processo de trabalho geral da sociedade em cada momento histórico. Assim as parcelas do espaço-produto (social e histórico) apresentam-se enquanto trabalho materializado acumulado a partir de uma série de gerações, e nesse caso específico o espaço como um todo tem valor e se reproduz a partir de uma multiplicidade de usos (não podemos esquecer que todos os lugares produzidos têm um uso sempre diferenciado), como decorrência do fato de que o processo de produzir/ reproduzir é também um ato de apropriação. Nesse contexto o sentido do espaço produzido é aquele marcado por modos de produção e, conseqüentemente, de apropriação (Carlos, 2007b, p.62).

Lefebvre (2008) já discutia essa produção do espaço no âmbito da economia política. Não apenas resultando em algo que proporcione a acumulação, mas ela própria parte desse processo de acumulação. A partir do materialismo dialético, ele formou a hipótese de que o capitalismo não se desenvolveu e sobreviveu às suas próprias crises só a partir da sua expansão para lugares onde o processo de produção-distribuição-circulação-troca não estava ainda capitalizado ou plenamente articulado, mas sim, que houve uma expansão desse processo para abarcar todos os

setores da vida social, no sentido de a fragmentar cada vez mais e, com essa fragmentação, tornar possível que as diferentes formas de realização da vida sejam pautadas pela forma mercadoria. Nessa análise, o espaço foi construído com um objetivo, mas não há explicação das relações, causando a impressão que é um espaço dado, como se não houvesse pessoas que, nesse espaço vivem.

Nesse sentido, a cidade também é o lugar onde se reproduz a vida da maior parte da sociedade humana: é onde as pessoas estão, ainda que de forma não totalmente consciente, envolvidas na forma de sociabilidade capitalista, mas é também onde as pessoas materializam o seu cotidiano, criam suas famílias, encontram seus amigos, querem estar perto uns dos outros.

Essa dualidade impõe o conflito: uma luta pelo espaço enquanto lugar de apropriação e uso, em oposição ao espaço como reprodução de valor e de riqueza, um confronto evidenciado na luta de permanência dos moradores da Vila Autódromo.

Esse movimento de produção-reprodução aponta para um conflito agudo e violento que aparece e que se realiza na vida cotidiana, que é o confronto entre o espaço que se produz sob a égide da valorização do valor de troca e o espaço que, do ponto de vista da vida, se coloca como valor de uso. (Carlos, 2015)².

Os fragmentos do espaço designados para receber o aporte do capital são escolhidos dentro das cidades de acordo com os interesses de alguns proprietários em detrimento de outros. Muitas vezes, como esses espaços não estão vazios, pois possuíam historicamente uma função, o Estado, exercendo o papel de intermediador, realiza as tratativas necessárias para sua desocupação. Como mercadoria, o espaço produzido dissimula relações.

O Estado vai imprimir uma racionalidade sobre o espaço que legitima a lógica do sistema capitalista, sendo esse mobilizado estrategicamente como uma alavanca para os negócios, como é possível analisar na realização dos grandes eventos, onde a aliança com as grandes corporações concretiza o uso do espaço para permitir e garantir, no mínimo, a circulação do capital. Hoje naturalizou-se a crença de que, quando um megaevento vai acontecer, faz-se necessária a construção de prédios e megaconstruções para sua realização. A função do Estado é imprescindível nesse processo, pois é ele que sinaliza para o fato de que não se trata só de construir o

² Fala de Ana Fani Alessandri Carlos durante o Seminário Internacional “Justiça Espacial e o Direito à cidade”, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, entre os dias 07 a 10 de dezembro de 2015.

novo, mas de destruir o velho, de reproduzir. Nesse sentido, a destruição é parte necessária do processo de revalorização.

Abarcando o território de forma total, os projetos econômicos que envolvem infraestrutura urbana, moradia, educação, mobilidade, determinam as melhorias que devem ser realizadas em alguns lugares escolhidos na cidade, que interessam a um grupo específico, para alavancar a economia através da atração de investimentos, muitas vezes estrangeiros.

O Estado e a Empresa, como dizíamos, se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la como tal. O Estado age, sobretudo por cima e a Empresa por baixo (assegurando a habitação e a função de habitar nas cidades operárias e os conjuntos que dependem de uma 'sociedade', assegurando também os lazeres, e mesmo a cultura e a 'promoção social'). O Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação (Lefebvre, 1969, p.90).

Mascaro (2013), afirma que a autonomia do Estado é relativa, pois se exerce dentro das relações sociais que estão inseridas no modo de reprodução capitalista e, consequentemente, são controladas e atendem a interesses específicos.

Portanto, observa-se o papel central que detém o poder público que, ao realizar obras de infraestrutura, beneficia parcelas de terra em detrimento de outras e, consequentemente, beneficia alguns proprietários de terras, mas não todos: “vende-se a cidade como imagem de um potencial de valorização, e é tanto maior o seu preço (e a sua procura) quanto mais real e verossímil for a sua imagem enquanto potencial de valorização. A cidade como negócio superou a condição da cidade como lugar do negócio” (Santos, C., 2006, p. 111), principalmente “através de mecanismos de acumulação por despossessão” (2006, p.116). Os locais antes ocupados, que possuíam no seu cotidiano um fluxo de vivências sociais, são subtraídos na sua forma espacial e social para outros usos e outros usuários.

Isso envolve um novo ciclo que se remete diretamente ao espaço urbano enquanto materialidade das infraestruturas produtiva e de circulação do capital. Logo, o eixo valorização-desvalorização-valorização, decorrente da construção-obsolescência-reconstrução de infraestruturas espaciais para a circulação capitalista apresenta o movimento seguido de perto pelos analistas imobiliários e que dará frutos aos seus investimentos. É aqui que uma sorte de acumulação primitiva do espaço começa a se desenhar no horizonte (Santos, C., 2006, p.113).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Harvey (2009) discute a urbanização como um processo que se desenvolve em grande medida, em momentos de crise do capitalismo enquanto um ajuste necessário para absorver capital excedente, “urbanização e formação de classe, portanto, sempre andaram juntas”

(2004, p.137). Nesse sentido, ele discute como a produção do espaço é um negócio que absorve o excedente do capital, através do emprego da mão de obra mundial na construção e reconstrução do ambiente urbano.

Grandes quantidades de capitais associados, geralmente mobilizados sob a forma de empréstimos a longo prazo, são postos em movimento no processo de desenvolvimento urbano. Esses investimentos, muitas vezes alimentados pelo endividamento, tornam-se o epicentro de formação de crises. As conexões entre a urbanização, a acumulação do capital e a formação de crises merecem análise cuidadosa (Harvey, 2004, p.137).

É necessário refletir, portanto, sobre a relação entre uma necessidade de encontrar um setor de atividade produtiva porque há um excedente de capital e a urbanização como decorrente desse processo. Nesse sentido, o processo de urbanização não seria apenas um resultado da reprodução capitalista, mas sim concebido e realizado como um produto do capitalismo. Da mesma forma, Santos, C., (2006) identifica que a passagem estrutural na forma como o capitalismo se apropria das cidades acontece justamente após uma grande crise financeira que gera maciços investimentos dos capitais excedentes no espaço urbano.

Nesse sentido, a realização de megaeventos esportivos, na prática atual, demonstra um processo avassalador de destruições e desposseções. Não é a ocupação de lugares não utilizados que é feita para a execução das obras olímpicas no Rio de Janeiro, por exemplo, mas um conjunto de intervenções em espaços que tem uma vida já consolidada. Então é possível refletir que o megaevento representa o conflito máximo dessa luta pelo espaço.

Dentro desse cenário, a cidade do Rio de Janeiro é historicamente emblemática nessa discussão de uma cidade voltada para o mercado através da captação e realização de megaeventos e construção de ícones turísticos e culturais, bem como na expulsão dos “indesejáveis” das áreas de expansão para locais sempre mais periféricos e carentes de infraestrutura.

Para tentar integrar e compreender em sua totalidade todas essas questões e inquietações, o trabalho foi dividido em cinco capítulos que procuraram, de forma particular, explicar as relações entre os diversos sujeitos e agentes sociais que culminam na atual situação de remoção da Vila Autódromo.

Os primeiros, capítulos dois, três e quatro, possuem um foco mais teórico e foram pensados como uma base de entendimento - partindo do princípio que é fundamental entender a história e os fatores dialéticos que levam às transformações

atuais - da recente situação pela qual passa a cidade do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Olímpicos de Verão e, em específico, a comunidade que é o objeto de estudo desta pesquisa – assuntos abordados no quinto e sexto capítulos, respectivamente.

Para atingir esses objetivos de estudo, foram utilizados conceitos da geografia crítica para o estudo da segregação socioespacial, através do entendimento de que o espaço deve ser estudado em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos e que somente com essa abrangência é possível determinar alterações espaciais.

A abordagem adotada é que uma vez que nós descobrimos o que o espaço é e tendo descoberto formas de representa-lo, então nós podemos prosseguir com nossa análise do fenômeno urbano através da adequação do nosso entendimento do comportamento humano em alguma concepção geral de espaço (Harvey, 1973, p.13).

Nesse contexto, utilizando o materialismo histórico-dialético, este trabalho tentou fazer uma análise da ordem espacial, sendo esta paralela à ordem econômica, política e social, levando em consideração principalmente a especificidade histórica da sociedade brasileira e carioca, determinada e fundada em uma base territorial. Parte-se do princípio estabelecido por Santos, M. (1978) de que não existe formação econômica social sem espaço, mas sim uma formação socioespacial.

Seria, entretanto, um erro formidável considerar a renda da terra, ou a forma tomada pela mais-valia ou a expressão geográfica de luta de classes, ou o papel ideológico da arquitetura e do urbanismo etc. como se cada uma destas categorias não se apresentasse como o que ela realmente é, quer dizer, um momento, uma região da realidade total, uma estrutura subordinada e autônoma ao mesmo tempo, autônoma pelo fato de estar dotada de determinações que lhe são próprias (Santos, M., 1978, p.141).

Partindo, portanto, desse princípio metodológico, o capítulo dois apresenta uma reflexão sobre como ocorreu historicamente a produção do espaço na sociedade capitalista, com foco nas metrópoles mundiais, partindo da premissa de que o espaço é uma construção social, permeado por contradições. Aborda os conceitos mais gerais sobre produção e reprodução do espaço na sociedade capitalista, através principalmente, da propriedade privada e da intermediação do Estado, utilizando como metodologia a pesquisa teórica-documental. Por fim, esse capítulo discute a produção da cidade brasileira enquanto uma mercadoria inserida na economia mundial e como esse processo causa a fragmentação espacial e as diversas formas de segregação nas grandes cidades.

O terceiro capítulo aborda os Jogos Olímpicos enquanto um megaevento e todo processo histórico, político, econômico e social que faz com que esse evento seja percebido mundialmente com tanta importância para a economia das cidades contemporâneas. Fez parte da reflexão também demonstrar como, em um determinado momento histórico, os Jogos Olímpicos passam a ser gerenciados como uma empresa, que gera lucros e que possui uma marca, associada a valores éticos e morais, que conferem à marca olímpica seu poder de mercado, construído por um grupo de especialistas ao longo das últimas décadas. Nesse processo, através do poder associado à sua marca, os Jogos Olímpicos se consolidam como um produto a ser comercializado globalmente. E a procura dos governantes de muitas cidades mundiais para serem sedes das edições dos Jogos é o que demonstra o caráter de competição que assume a realização desse megaevento.

Assim, como já discutia Lefebvre (2008), o capitalismo sai das fábricas a partir do século XIX para ocupar outros elementos da vida: lazer, turismo, os jogos, a criação de marcas, de transformar tudo que tem um sentido social em mercadoria. É possível discutir que essa é uma das condições de desenvolvimento do sistema capitalista atual, desde sua crise estrutural com as tendências da queda da taxa de lucro desde os anos 70. As grandes corporações começaram a abrir suas ações no mercado financeiro e são hoje muito mais rentistas do que de produção propriamente dita. No caso do Movimento Olímpico, essa passagem estrutural é marcada pelo momento em que a marca olímpica assume o papel de mercadoria, a ser comercializada através dos ideários como fraternidade, amizade, paz e união mundial. Esse capítulo procurará, portanto, refletir como os Jogos Olímpicos representam a perfeita integração entre o Estado e o mercado, regido pelo capitalismo.

Foi julgado importante, para os objetivos do trabalho proposto, realizar essa análise mais particular sobre como se estruturam os Jogos Olímpicos, principalmente no que diz respeito a como foi criado, como se realizam, quem são as pessoas que comandam o Comitê Olímpico Internacional e de onde o Movimento Olímpico retira os recursos de que dispõe para operacionalizar os Jogos. Entende-se que essas informações são cruciais para entender como os Jogos Olímpicos são realizados e organizados de uma forma que privilegia determinados lugares em detrimento de outros em uma cidade, e até mesmo porque certos países são escolhidos para sediar o megaevento e outros não. E como essa escolha influencia a vida de muitas pessoas

no seu cotidiano, principalmente no que diz respeito a violações a direitos humanos básicos, como o de moradia, por exemplo.

O quarto capítulo aborda aspectos da construção do espaço na cidade do Rio de Janeiro, ligados ao imaginário de uma cidade voltada para o segmento do turismo e ao mesmo tempo, fragmentada e desigual. Foi utilizada, além da metodologia teórica-documental já citada, a análise de documentos jurídicos e normativos, bem como mapas. Também foram discutidas nesse capítulo, questões sobre como os planos urbanos estiverem sempre presentes na construção dos espaços na cidade e como esses planos influenciaram diretamente na fragmentação espacial tanto de áreas nobres da cidade, como zona sul e oeste, por exemplo, como também na construção dos subúrbios cariocas. Foi feita uma reflexão sobre a utilização de megaeventos na cidade como forma de atração de investimentos, especialmente estrangeiros, ao longo de sua história e como ocorreu a transferência gradual dos interesses imobiliários para a região da Barra da Tijuca, eleita o “coração dos Jogos Olímpicos Rio-2016”.

O quinto capítulo trata de questões mais atuais, sobre a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os próximos Jogos Olímpicos de Verão: como se deu esse processo, quais foram as tentativas anteriores de atração desse megaevento esportivo realizadas pelo poder público aliado às grandes empresas privadas na cidade, quais eram os interesses envolvidos na captação dos jogos e, principalmente, como está acontecendo todo o processo de reestruturação urbana na cidade para adequar o espaço aos compromissos assumidos pela prefeitura junto ao Comitê Olímpico Internacional. O foco da pesquisa incidiu sobre as áreas de mobilidade urbana e de habitação, cujas obras foram responsáveis pela grande quantidade de casos de remoção ocorridos na cidade nesses últimos sete anos, desde o anúncio em 2009 da escolha do Rio de Janeiro no processo de candidatura.

Para a construção desse capítulo, além das metodologias já citadas, foi importante acrescentar também a análise de documentos fotográficos, utilizando a metodologia proposta por Mauad, (1996), Joly (2009) e Kossoy (2014). Ou seja, a fotografia enquanto a representação social, uma mensagem percebida “como signo, como representação analógica” (Joly, 2009, p.39). Nessa perspectiva, a fotografia foi considerada como imagem/documento, onde os lugares, as pessoas e os objetos retratados, trazem informações de um determinado recorte temporal, “[...] sem

esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo” (Mauad, 1996, p.80).

Também no quinto capítulo, foram abordadas questões relativas ao orçamento dispendido na execução das obras olímpicas e que constam na Matriz de Responsabilidade e os gastos destacados no último Plano Estratégico da cidade, bem como as alterações nas leis federais, estaduais e municipais para atenderem exigências do Movimento Olímpico em uma clara referência ao estado de exceção, utilizando novamente a metodologia de análise de documentos jurídicos e normativos. Por que essa escolha espacial, quais são os principais beneficiados com essa escolha e como o processo de reprodução de áreas da zona oeste já consolidadas por populações de baixo poder aquisitivo estão ocasionando os conflitos atuais, principalmente nas áreas de habitação e mobilidade urbana, são questões que esse capítulo tentará elucidar.

O sexto capítulo aborda a Vila Autódromo enquanto uma comunidade de pescadores que existe há mais de 40 anos na região oeste da cidade do Rio de Janeiro. Novamente foi empregada a metodologia de análise fotográfica, procurando fazer uma reflexão sobre os diversos momentos que a comunidade vem passando ao longo desses últimos anos, numa tentativa de demonstrar, com a precisão da imagem, o processo de remoção, seus conflitos, suas contradições e, principalmente, a luta pela permanência. Também foram feitas entrevistas com moradores e líderes comunitários, bem como ouvidos diversos sujeitos que contribuem para a luta de permanência dos moradores.

Para a aplicação das entrevistas, foi utilizada a metodologia qualitativa, com o objetivo de criar maior liberdade entre o entrevistador e o entrevistado e favorecer o aprofundamento de questões delicadas e muitas vezes pessoais dos moradores, como apontam Minayo (1993) e May (2004). Essa metodologia permite aproximar e criar certo grau de intimidade e confiança entre sujeito e objeto: “ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas [...]” (Minayo, 1993, p.245). Tem por objetivo a compreensão de processos, fatos cotidianos e particulares de grupos específicos.

A pesquisa de campo foi elaborada com base no referencial teórico, com o intuito de verificar as transformações ocorridas no espaço ocupado pela comunidade e ter contato direto com seus moradores e sujeitos sociais envolvidos no processo de

remoção das famílias. As visitas técnicas foram realizadas em datas próximas, para determinar um recorte temporal e uma periodicidade de acontecimentos.

As respostas das entrevistas foram incorporadas ao trabalho através da metodologia de análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de descrição e interpretação do conteúdo das entrevistas, procurando sempre uma isenção científica do pesquisador (Bardin, 2011). As entrevistas foram analisadas com base nos elementos centrais do referencial teórico (participação cívica, liberdade de escolha, desenvolvimento local e socioeconômico, inclusão social, legados para a comunidade, dentre outros). Procurou-se manter os nomes reais dos entrevistados que concederam os direitos de depoimento oral, omitindo-se os nomes verdadeiros de pessoas que foram mencionadas nas entrevistas ou que não autorizaram seu uso para este trabalho ou para publicações posteriores. A pesquisa teve o cuidado de não expor publicamente os moradores que não deram consentimento para tal.

Todas as entrevistas foram de extrema importância para os resultados finais da dissertação, para compreender a abrangência social e econômica do que o megaevento está acarretando nessa comunidade específica e também os conflitos que decorrem dos processos de realização e execução do megaevento.

Da mesma forma, a análise dos processos jurídicos que permeiam todo o conflito entre os moradores e a Prefeitura do Rio e que existe oficialmente desde 1993, foi fundamental para o embasamento das ações, tanto dos moradores com apoio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, quanto da prefeitura, com a ação direta da Subprefeitura da Barra da Tijuca. O trabalho procurou abordar os diversos momentos desse conflito, através dos relatos dos moradores e de diversas fontes de divulgação, principalmente de periódicos nacionais e internacionais.

Finalmente, o capítulo aborda o processo de remoção pelo qual tem passado a comunidade, através dos relatos e das entrevistas, com objetivo de designar para onde foram os moradores, dentro das três opções disponibilizadas pelos agentes públicos ao longo de todo o processo: primeiramente, para um conjunto de habitação popular através do Programa Federal Minha Casa Minha Vida chamado de Parque Carioca; depois de algum tempo e diversas negociações, a prefeitura abriu um processo de indenizações referentes ao imóvel construído. E mais recentemente, no início de 2016, por meio da promessa de reurbanização das casas remanescentes, procurou-se identificar a quantidade real de famílias que permaneceram na Vila Autódromo e que finalmente terão o direito de ficar.

Por todo esse cenário exposto, ao abordar as intervenções urbanas em andamento, a pesquisa discute a cidade enquanto mercadoria inserida no contexto global e como as mudanças realizadas em prol do megaevento afetam a vida social e econômica dos moradores em seus processos participativos e democrático, na construção de um “deslegado” social. Com este trabalho, portanto, pretende-se contribuir para o entendimento desses processos, mesmo que numa realidade local, de apropriação privada e reprodução dos espaços, inseridos dentro do sistema capitalista de produção, que perpetua a distribuição desigual de infraestrutura, equipamentos públicos e acesso à cidade para uma grande parte dos moradores do Rio de Janeiro. E como esse processo histórico culmina hoje, com a justificativa dos megaeventos esportivos, na reconstrução de fragmentos cada vez mais segregados e desiguais na cidade.

2. A produção da cidade como mercadoria

Fica claro assim, que os conteúdos que explicam a forma de ser da cidade são conteúdos sociais, no sentido de que a cidade é um produto social, mas é também condição para a reprodução da sociedade, o que inclui os interesses da reprodução do capital, mas também os desejos e necessidades de reprodução da vida. Por isso, a cidade está sempre em disputa. As possibilidades da apropriação, do uso, da festa, implicam no conflito com os interesses hegemônicos. Produzida como mercadoria, vendida em fragmentos, estendida, dominada, a cidade de repente se apresenta ao habitante como autômato, como externalidade, uma vez que embora seu processo de produção seja social, sua apropriação é privada. (Alvarez, 2015, p.4)

Esse capítulo abrirá a reflexão sobre como pensar o espaço concebido dentro do sistema capitalista atual nas grandes cidades mundiais. Refletir, sobretudo, como o espaço é uma produção social, uma materialidade produzida através da ação humana sobre a natureza e que, portanto, detém contradições; é um processo dialético. Através de uma análise histórica de produção do espaço no sistema capitalista e nas cidades brasileiras, a discussão convergirá para a produção da cidade enquanto uma mercadoria, tratada como um sujeito social, e os desdobramentos dessa nova política de se “fazer as cidades” que causam a fragmentação espacial e a segregação da população.

Dessa forma, desvendar o processo de produção capitalista é necessário para entender o processo de produção do espaço, ele próprio como conteúdo, através das contradições históricas e socialmente determinadas. Nesse sentido, é indispensável a compreensão da produção para além da economia fabril, como produção dos valores, ideologias e estruturas de valorização da sociedade, ou seja, a produção do cotidiano. Ou seja, não é só a indústria que está na cidade e que pode produzir valor de uso ou de troca, mas a própria cidade pensada como produto, agregando valor. É necessário, portanto, discernir os níveis econômico, político e social, e também os níveis global, municipal e local.

Ao pensar a cidade como valor de uso e de troca, coloca-se também em discussão que a cidade não é só materialidade, mas que abarca sujeitos que vivem no seu espaço: pessoas que querem se alegrar, que criam filhos, que moram, se deslocam; o que evidencia a conflitualidade entre a produção da cidade enquanto mercadoria e a negação da vida. Ou seja, seus usos para quem mora nessas cidades, que acarreta um conflito constante entre o espaço concebido e o espaço vivido, dissimulando relações: mais-valia, troca desigual, exploração.

2.1. O processo de produção do espaço na sociedade capitalista

A produção do espaço inicia-se no momento da evolução humana onde o homem deixa de ser coletor e caçador e passa a utilizar o seu trabalho para modificar a natureza. Esse processo é concebido por Carlos, (2011, p.64) como “movimento do processo de humanização da humanidade”, ou seja, a natureza, a partir do momento em que é apropriada pelo homem e transformada através do trabalho, passa a ser criação humana e não mais o meio que condiciona a vida.

As cidades surgem, portanto, no processo de sedentarização do homem, no desenvolvimento da agricultura. Os excedentes da produção agrícola ocasionaram o advento de uma nova dinâmica e organização social, proporcionando o necessário tempo para criar e aprimorar novas técnicas artesanais e administrativas.

A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. Ora, a cidade preexiste à industrialização [...] Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade (Lefebvre, 1969, p.10).

Este trabalho não tem o objetivo de se aprofundar no histórico da formação das cidades, mas sim nos conceitos de cidade e urbano. Portanto, não serão abordadas questões históricas mais precisas sobre como surgiram as cidades ou sobre a forma como estas se desenvolveram ao longo do tempo, nem sobre os processos econômicos ligados à produção e apropriação do espaço antes do capitalismo.

Levando em conta, portanto, esse recorte temporal, é possível afirmar que a industrialização e a urbanização são fenômenos correlatos. Foi nas cidades que as indústrias foram criadas e se estabeleceram ao longo da história, onde havia mão de obra necessária, serviços de transporte para evacuação da produção, mercado consumidor em potencial e infraestrutura necessária para sua ampliação. Assim, somente após a Revolução Industrial torna-se possível tratar sobre as relações do capitalismo na produção do espaço, especialmente o urbano.

O sistema de cidades constitui o arcabouço econômico, político, institucional e sociocultural de um país. A rede urbana é o conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infraestrutura de suporte e com fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações. As demais subunidades que formam o espaço nacional (zonas agrícolas, bacias mineiras, cidades monofuncionais etc.) são subespaços que não possuem o necessário aparelho para controle de suas

próprias inter-relações. Essas têm de ser feitas através das aglomerações urbanas (Santos, M., 2012, p.68).

O crescimento das cidades e sua utilização cada vez maior pela população, em detrimento das áreas agrícolas, em função do aumento dos empregos oriundos das indústrias e do sistema capitalista aceleraram o processo de produção do espaço urbano e, conseqüentemente, o sentido do espaço como produto para a reprodução social. Nesse contexto, as cidades evoluíram de acordo com o crescimento da população, que vai formando sua estrutura sociopolítica, econômica e religiosa.

A cidade, enquanto construção humana é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado. (Carlos, 2007a p.11).

Nesse sentido, analisar a construção do espaço é um processo contraditório e que precisa ser estudado como um todo, como um conjunto de fatores que tornam a reprodução do espaço pelo capital ligado diretamente à vida social, política e econômica e determinada pelo momento histórico.

O conceito de formação espacial está associado à formação econômica e social, cuja origem encontra-se no materialismo histórico e na dialética marxista. O desenvolvimento da teoria crítica da geografia a partir dos anos 70 tem por premissa o estudo do espaço enquanto fator decisivo para a estruturação de uma totalidade, de uma lógica e de um sistema. Atribui ao espaço uma condição física para a viabilização da produção, sendo que as diferenças entre os lugares são conseqüências de diferentes formações sociais e econômicas, que representam modos de produção específicos.

Para Santos, M. (2012), a categoria principal é a de “formação socioespacial” visto que sociedade e espaço estão estruturados de forma conjunta. Ainda segundo o autor, o espaço reproduz a totalidade social na medida em que as transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos.

Através do tempo, o espaço se comporta como um todo. A transformação do espaço ‘natural’ em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas historicamente determinadas. Cada porção de espaço é apropriada, reutilizada ou deixada intacta. Em cada caso, o valor de cada

subespaço se transforma com relação a outros subespaços dentro do espaço nacional. Cada um dos subespaços é submetido a uma série de impactos de natureza diversa, que o diferencia dos demais, mas sua explicação deve ser buscada numa dinâmica global que é a mesma para todos. Se cada porção de espaço controla alguns aspectos de sua evolução, a evolução de suas estruturas dominantes – população, emprego, inversões etc. – não são controladas localmente (Santos, M., 2012, p.48).

Nessa perspectiva, segundo o autor, uma análise que busque compreender o espaço enquanto totalidade não pode partir de um simples desmembramento desse espaço em partes, mas sim entender que cada subsistema compõe e ao mesmo tempo é composto pela totalidade. Nessa compreensão, as ações realizadas no lugar são atravessadas por processos que são globais, da mesma forma como o global se concretiza no lugar, numa relação dialética que está sempre em movimento, sendo necessária, portanto, uma leitura multiescalar.

Para Carlos (2011), os responsáveis pela produção do espaço são os diversos agentes sociais, como promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção, os grandes proprietários de terras, o Estado e também grupos sociais específicos. A produção dos espaços urbanos, nesse sentido, é conflituosa, na medida em que depende diretamente dos interesses e das forças políticas e econômicas na articulação entre os agentes sociais.

O processo de reprodução do espaço na metrópole apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos, isto porque a busca do incessantemente novo – como imagem do progresso e do moderno – transforma a cidade em um instantâneo, onde novas formas urbanas se constroem sobre outras, com profundas transformações na morfologia, o que revela uma paisagem em constante transformação (Carlos, 2007a, p. 13).

Segundo Harvey (2005, p.170), a cidade deveria ser compreendida como uma arena onde os diversos agentes sociais se confrontam e onde os diversos interesses desses agentes “interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”.

Nessa perspectiva, é possível identificar processos de coalizões de interesses nas grandes metrópoles atuais, de alianças políticas e econômicas, o que desmistifica de certa forma, a visão de que a cidade é um ator por si só, que cumpre um papel de desenvolvimento político e econômico, naturalizando projetos e negando seus conflitos. O resultado desse processo “é uma aliança regional (territorial e espacial) de classes, que, normalmente, estabelece-se sobre o aparelho estatal” (Harvey, 2005, p.167).

Para o autor, o Estado se diferencia dos demais agentes sociais em alguns aspectos específicos, tais como:

(i) o compromisso com a integridade territorial da cidade e com a sua qualidade de vida, que são objetivos do aparato administrativo e do conjunto de funcionários do poder público, pelo menos em um grau diferente em relação aos demais agentes; (ii) a possibilidade, “em virtude da sua autoridade, [de o] Estado [...] dar forma e coesão mais firmes às alianças [...] de classes por meio das instituições legais, das esferas públicas de participação e negociação políticas, da repressão e da força militar [ou policial]”; (iii) a possibilidade, em razão do poder de tributar e controlar a política fiscal e orçamentária, de o poder público fomentar e sustentar determinadas alianças de classes conformadas em torno de uma determinada cidade ou território. (Harvey, 2005, p.152).

O Estado pode ser compreendido como uma instituição da estrutura social, composta por três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e que apresenta uma permanência e certa estabilidade ao longo da história. O Estado é gerido por um governo, ou regime, que ao longo da história pode ter sido monárquico, ditatorial, democrático. Dessa forma, é possível compreender a distinção básica de que o Estado é uma instituição, ao passo que o governo é formado por pessoas ou grupo de pessoas que, segundo seus valores, interesses, alianças e tensões internas, detém o poder estatal e realiza uma gestão política e administrativa do território. Seu objetivo central é reproduzir as relações sociais, gerando uma manutenção e legitimando ordem social. (Montaño & Duriguetto, 2010).

Para Mascaro (2013), é preciso ter a clareza que o Estado é um aparato do sistema capitalista e por isso, está a ele atrelado de forma direta.

No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada (Mascaro, 2013, p.18).

E acrescenta dizendo que, sem o papel de regulador que exerce o Estado dentro da sociedade capitalista, o “domínio do capital sobre o trabalho assalariado seria domínio direito – portanto, escravidão ou servidão” (idem). No entanto, sua autonomia está ligada às relações sociais dentro do sistema capitalista e é, portanto, tão relativa quanto a de uma empresa.

O Estado exerce, pois, um papel de intermediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças externas. O Estado não é, entretanto, um intermediário passivo; ao acolher os feixes de influências externas, ele os deforma, modificando sua importância, sua direção e, mesmo, sua natureza. Isto significa que a reorganização de um

subespaço sob a influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce. (Santos, M., 1978, p.226).

Historicamente, foi nos períodos posteriores após as duas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) que o mundo capitalista sofreu grandes temporadas de recessão econômica. Primeiro, a “Crise de 1929” no primeiro pós-guerra e posteriormente, a “Guerra Fria”, no segundo pós-guerra, onde o mundo foi dividido entre duas potências econômicas, políticas e ideológicas: o capitalismo e o socialismo.

Com o objetivo de diminuir os problemas econômicos, os Estados Unidos da América adotaram na década de 30 uma política que ficaria conhecida como estado de “Bem-Estar Social”: por intermédio estatal, foram criados mecanismos para incentivo ao trabalho, a produção de renda e ao consequente aumento do consumo pela população, principalmente através de obras de infraestrutura urbana e de leis que regulamentavam o trabalho e davam ao trabalhador certas garantias para que este se sentisse mais seguro e pudesse consumir mais.

New Deal (entre 1933 e 1937) – um ‘novo acordo’ entre o governo e o congresso para a aprovação de leis e a criação de agências governamentais, com o fim de, mediante a intervenção estatal, implementar uma série de programas, dentre eles: controle sobre bancos; construções de obras de infraestrutura (estradas, escolas, hospitais, aeroportos etc.), com o objetivo também de gerar empregos e aumentar o consumo; subsídios e crédito agrícola; criação da Previdência Social e estabelecimento de pensões e seguros-desemprego; constituição do salário mínimo; programas de ‘ajuda social’ do governo para famílias carentes; redução da jornada de trabalho; regulação de sindicatos e aprovação/manutenção de leis trabalhistas (Montaño & Durigetto, 2010, p.151).

Conforme os autores, a proposta do novo estado de bem-estar social era justamente o de salvar o sistema capitalista da crise econômica utilizando o Estado como instrumento, num regime de acumulação constituído depois do período das guerras até a crise capitalista de 1973 que também ficou conhecida como “fordismo-keynesiano”³. O Estado assume então responsabilidades para, entre outros fatores, facilitar os meios de consumo da população e seu deslocamento até o local de trabalho/residência, dentro das cidades: pavimentação de ruas, instauração e melhorias no transporte público, parcelamento do solo urbano para áreas públicas e privadas, delimitação de áreas de lazer, comércio, residência e construção de

³ Keynes, John Maynard (1883-1946) – proposta sobre o papel do Estado como instrumento a serviço da economia: pleno emprego e estímulo a demanda efetiva através de: aumento do gasto público-estatal, emissão de maior quantidade de dinheiro circulando no mercado, aumento da tributação, redução da taxa de juros, pleno emprego, estímulo ao aumento da demanda efetiva, entre outros. Considerado um dos fundadores do ‘Estado de Bem-Estar Social’ (Montaño & Durigetto, 2010).

ferrovias, portos, aeroportos e rodovias para escoamento das produções. “[...] em função da facilidade de trânsito que o projeto urbano pode separar geograficamente as localidades de residência do trabalhador do burguês e estes da região industrial, [...] tendo cada região suas características urbanas específicas” (Montaño & Duriguetto, 2010, p.169).

A estrutura espacial seria exatamente isso: a combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de classes específica, de uma estrutura de receita específica, de uma estrutura de consumo específica etc.; e de uma organização também específica das técnicas que estão na base das relações entre as estruturas específicas e os recursos. A realidade social é o resultado da interação de todas essas estruturas. As transformações na organização do espaço são simplesmente modificações do valor relativo de cada conjunto local de variáveis. Por *local* entendemos *segmentos* ou *momentos* que são simples frações de uma variável em seu *todo*, ou seja, como ela se constitui na totalidade, isto é, no Estado-Nação (Santos, M., 2012, p.44, grifos do autor).

O sistema capitalista passa a desenvolver os ciclos de produção/estagnação/crise que lhe são inerentes. Para Harvey (2005), é criado um regime de acumulação após 1970 denominado de “ofensiva neoliberal”.

O neoliberalismo é uma forma política-ideológica dominante que valoriza o empreendedorismo, a ideia de que o que as pessoas conseguem depende somente delas, do esforço pessoal, sem considerar suas particularidades. As pessoas devem provar o seu valor no mercado, competir e crescer. Não se trata apenas de uma estratégia de reforma macroeconômica, mas de algo muito mais amplo que isso: há uma transformação das formas de ser, quando o consumo é o mais importante, o centro de todas as ações.

Adotado em quase toda Europa central (Alemanha, França, Espanha), o sistema neoliberal se torna hegemônico no mundo capitalista dos países líderes do sistema, sendo também testado na América Latina no governo de Pinochet, no Chile, e, posteriormente, em outros países como Colômbia, Peru, Argentina e Brasil, no governo Collor em 1989.

Em meio a uma crise econômica efetiva, ocorre a eleição de dois governos extremamente conservadores: Margareth Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. É experimentada, na prática, a disciplina de mercado, desregulamentação do setor estatal sobre a indústria para fomentar competição e mercantilização de todos os setores econômicos, no intuito de regular o mercado sem necessidade de intervenções do Estado – visto como muito burocrático, ultrapassado,

um impeditivo para a livre competição e ineficiente na resolução de problemas essenciais das grandes cidades mundiais.

No entanto, como salienta Mascaro (2013, p.118), “o neoliberalismo não é uma retirada do Estado da economia, mas um específico modo de *presença* do Estado na economia” (grifos do autor).

Para Harvey (2005, p.167), seria um processo de “reorientação das posturas das governanças urbanas adotadas nas últimas duas décadas nos países capitalistas avançados”, onde “a abordagem ‘administrativa’, tão característica da década de 1960”, estaria dando “lugar a formas de ação iniciadoras e ‘empreendedoras’ nas décadas de 1970 e 1980”. Para o autor, esse modelo de governança empreendedorista seria designado por algumas características principais:

- (i) A coalização de interesses que sustenta a governança empreendedorista estaria fundada na noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com os usos dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego; (ii) As atividades empreendedoras promovidas pela parceria público-privada, como todas as demais atividades capitalistas, seriam especulativas, subordinadas ao mercado e, portanto, sujeitas a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado; (iii) O empreendedorismo enfocaria mais a intervenção em torno de partes específicas da cidade do que o conjunto do território (Harvey, 2005, p.172-173).

Nesse sentido, abarcando o território de forma total, os projetos econômicos que envolvem infraestrutura urbana, moradia, educação, mobilidade, determinam as melhorias que devem ser realizadas em alguns lugares da cidade, que interessam ao grupo hegemônico específico, para alavancar o desenvolvimento através da atração de investimentos, muitas vezes estrangeiros. “Acima de tudo, a cidade tem que parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir” (Harvey, 2005, p.176).

A estrutura dos gastos públicos transforma-se, orientando-se de preferência para a construção de infraestruturas, transportes ou bens públicos, os quais servem mais, melhor e mais barato às empresas modernas que à população. Isso sem mencionar os subsídios diretos, como a isenção de impostos, baixas taxas de juros, exportação protegida e financiada etc. (Santos, M., 2012, p.46).

Ao mesmo tempo, nos líderes do sistema capitalista desde a década de 70, o capitalismo passa por um novo processo econômico, a globalização, que pode ser considerada o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, “uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo,

da informação”, através do avanço tecnológico e de uma rede de informações. (Santos, M., 2000, p.23)

Em consequência, aparecem mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território pelos aportes maciços de investimentos em infraestruturas e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Isso se dá de forma paralela à cientificação do trabalho, que se torna cada vez mais trabalho científico e cuja presença se dá em paralelo a uma informatização também crescente do território. (Santos, M., 2008, p.39-40)

Para Boltansky & Chiapello (2009), estamos vivendo uma época denominada de “o novo espírito do capitalismo”. Para os autores, essa nova fase é marcada por mudanças na forma de trabalho, que já não se separa mais do momento pessoal, do lazer e das relações interpessoais, mas que faz parte delas. O trabalhador é cobrado constantemente, por ele mesmo, pelas pessoas que o cercam, pela sociedade na qual estamos inseridos a ser sempre o melhor, a se reinventar o tempo todo – ser o “Grande”, na visão dos autores, ou seja, uma pessoa que estaria preparada para os desafios que a vida empresarial exige e não ser o “Pequeno”, aquele que é desprovido de relações sociais, pois não tem nada a oferecer aos outros que possa lhes ser útil.

Os autores apontam ainda para a existência atual de um mundo connexionista, onde as redes de informação e as redes interpessoais são fundamentais para o pleno estabelecimento e o sucesso: o homem é proprietário de si mesmo no sentido de ser produto de seu próprio trabalho sobre si mesmo. Cabe a cada pessoa ser responsável por sua estabilidade, seu corpo, sua imagem, seu sucesso e seu destino, num processo que coloca a cidade também como um projeto, que está sempre em constante alteração – quando se acaba um projeto sempre há outro com o qual devemos nos preocupar.

A vida social não é mais apresentada numa série de direitos e deveres em relação à comunidade familiar ampliada, como num mundo doméstico; nem na forma de assalariados inseridos num conjunto hierárquico cujos degraus é possível galgar, com a vida profissional separada da privada. Num mundo reticular, a atividade profissional passa a ser feita de uma multiplicidade de encontros e conexões temporárias, mas reativáveis, em grupos diversos, realizados em distâncias sociais, profissionais, geográficas e culturais. (Boltansky & Chiapello, 2009, p. 134).

A globalização também propiciou a criação das empresas transnacionais que, aliadas ao Estado moderno, se tornam agentes hegemônicos no mundo capitalista, produzindo suas próprias normas e ditando os moldes de vida à população mundial, em um processo de pluralismo jurídico. “Assim, o Estado atual, o Estado da

globalização, caracteriza-se não por uma fragilidade, mas, ao contrário, pela fortaleza no que toca ao serviço de uma economia não humana, enquanto se esquece do social” (Santos, M., 1997, p.17).

O Estado e a Empresa, como dizíamos, se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la como tal. O Estado age sobretudo por cima e a Empresa por baixo (assegurando a habitação e a função de habitar nas cidades operárias e os conjuntos que dependem de uma ‘sociedade’, assegurando também os lazeres, e mesmo a cultura e a ‘promoção social’). O Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e as vezes de seus conflitos, convergem para a segregação (Lefebvre, 1969, p.90).

Como exemplo de uma empresa transnacional que dita suas próprias regras é possível citar o COI, o Comitê Olímpico Internacional, órgão que será um dos objetos de estudo deste trabalho e que, dentre outras coisas, é o realizar dos Jogos Olímpicos da contemporaneidade. Por ter adquirido, ao longo dos anos, uma autonomia jurídica e econômica – processo que será discutido no capítulo três - esse órgão privado estabelece as diretrizes e normas para que uma cidade “tenha a honra” de sediar o seu megaevento esportivo, esperando, em contrapartida, ter sua imagem divulgada globalmente, o que potencializa o investimento de divisas internacionais.

Como será discutido de forma mais aprofundada nos próximos capítulos deste trabalho, para sediar esse megaevento, a cidade deve, entre outras coisas, fortalecer suas forças e oportunidades⁴, ou seja, ter uma postura de empresa, ao passo que também deve ser tratada e vista como se fosse um sujeito social: a cidade compete, a cidade realiza, a cidade transmite uma imagem de segurança.

Nesse sentido, o empreendedorismo urbano acarreta uma competição interurbana, como aponta Harvey (2005), pois muitos governos têm interesse em atrair os investimentos para sua cidade.

De fato, a redução das barreiras espaciais intensificou ainda mais a concorrência entre localidades, estados e regiões, pelo capital destinado ao desenvolvimento. Assim, a governança urbana se orientou muito mais para a oferta de um “ambiente favorável aos negócios”, e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade. Naturalmente, o empreendedorismo crescente foi consequência parcial desse processo (Harvey, 2005, p.178-179).

Pensando na dinâmica urbana, Harvey (2005) aponta que haveria diversas implicações em função do aumento da competição interurbana e da difusão do

⁴ Em referência a análise SWOT ou FOFA em português (Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), que consiste em uma ferramenta muito utilizada dentro da Administração para fazer análise de cenários favoráveis ou não para empresas.

empreendedorismo, como o fato de que a “ênfase na criação de um ambiente favorável para os negócios acentuou a importância da localidade como lugar de regulação concernente à oferta de infraestrutura, às relações trabalhistas, aos controles ambientais e até à política tributária em face do capital internacional” (Harvey, 2005, p.180). Paradoxalmente, esse processo tenderia a tornar os espaços nas cidades iguais, com projetos globalizados que poderiam ser reconhecidos como homogeneizantes – um padrão urbano de construção, de uso de espaços para atividades sociais ligadas à cultura, ao lazer, ao entretenimento.

Além disso, os governos das cidades tenderiam a adotar modelos de gestão que visam somente à promoção de projetos que possam atrair o capital, sem lidar, portanto, com as desigualdades socioespaciais. Por último, o autor salienta que esse processo de governança das cidades se assemelha cada vez mais aos modelos estratégicos das empresas privadas, tornando as cidades uma empresa.

É justamente na constituição de unidade concorrencial interna, em comparação com o externo, que se dá um dos elementos mais importantes das específicas redes de reprodução do capital. Os Estados se apresentam como unidades competitivas entre si, clamando por reiterados sacrifícios das classes trabalhadoras internas a fim de dar condições de competitividade do capital nacional em relação ao capital mundial. Nesse sentido, é improvável a existência de um Estado mundial global, sob o risco de o capital e a política perderem as vantagens e ganhos da competição entre Estados plurais. As condições da concorrência capitalista necessitam de unidades políticas distintas em benefício das lutas pela valorização do valor (Mascaro, 2013, p.96).

O trabalho retomará a discussão sobre a formação das cidades enquanto empresas no subcapítulo 2.3. A próxima parte discutirá um pouco o processo de produção e reprodução do espaço nas cidades brasileiras que, historicamente, também convergem para o modelo de valorização do urbano como um produto.

2.2. O processo de produção do espaço no Brasil

Nos países em desenvolvimento, o crescimento rápido e desordenado das grandes cidades acarretou as desigualdades econômicas e sociais, principalmente em relação à procura por habitação e à infraestrutura urbana. No Brasil, esse processo ocorreu de forma relativamente rápida nas últimas décadas, e somente através do processo histórico da formação das cidades é possível compreender melhor essas alterações espaciais, econômicas e sociais que caracterizam as metrópoles.

Como afirma Antas Jr. (2005, p.105) “a transposição mecânica das normas do reino português para o seu território colonial explicaria a falta de normas na construção das cidades”, que se desenvolveriam de forma horizontal e sem seguirem um padrão geométrico, como era usual nas colônias espanholas. Para Rolnik (2003):

A legislação portuguesa intervia em questões muito mais de ordem judiciária e fiscal do que propriamente urbanística ou política. Sem dúvida, contribuiu para delimitar essa diferença o fato de a construção de cidade ter sido um elemento fundamental para a dominação espanhola da América e que, ao contrário, a ocupação urbana portuguesa de terras brasileiras teve um interesse marginal ou subsidiário em um projeto eminentemente rural, ou nem mesmo rural, de exploração das riquezas naturais. Além disso, durante o período colonial, o caráter centralizador do sistema de capitanias hereditárias não abriu espaço para um poder político municipal substantivo. (Rolnik, 2003, p.17)

Dessa forma, até meados de 1822, o regime jurídico da propriedade de terras no Brasil tinha como base as sesmarias, que seriam o uso da terra através de uma concessão de domínio condicionado ao uso produtivo da terra. Esse processo de obtenção de uma sesmaria, como aponta Rolnik (2003, p.17), era muito caro e burocrático, pois “cabia à Câmara Municipal o poder de doar e retirar terras”. Essa dificuldade acarretava a posse e utilização das terras de forma livre, pois a oferta de terra era então farta, e ter acesso às leis que permitiam seu acesso regularmente era muito difícil.

Na visão de Holston (2013, p.12), por ser muito abundante e dispendiosa, a terra possuía pouco valor. Era necessário empreender muito capital para a exploração produtiva da terra, na forma de escravos e insumos. Por conta desse cenário, a Coroa “deixava” que a terra pertencesse legalmente a um cidadão, sem ser necessariamente cultivada ou mesmo ocupada, “o que constituía uma perversão dos objetivos originais da lei de sesmaria”.

Durante o período sesmarial, foram criados muitos decretos, leis e normas para tentar controlar o uso das terras e seu domínio de distribuição. No entanto, esse

excesso de regras criadas para dificultar o acesso à terra leva, até os dias atuais, à apropriação de interpretação de alguns para fazer valer interesses específicos. Ou seja, o problema não era a falta de leis, mas sim a terra com muitas leis e a incapacidade da maioria da população de ter acesso a essas normas e delas se valer.

A raiz da noção de que o direito à terra está diretamente ligado a sua efetiva utilização, que remonta à própria ordem jurídica portuguesa, e a convivência entre um sistema oficial de concessão e um registro de terras virtual e acessível a poucos com a realidade do apossamento informal. “Essa contradição, que, como vimos, não representava um problema ou uma fonte de conflito até 1850, passou a ser o elemento fundamental de tensão urbana a partir dessa data até nossos dias” (Rolnik, 2003, p.22).

Após a proibição do tráfico de escravos pela Inglaterra e com a promulgação da Lei de Terras (Lei no. 601.18-09-1850), a única forma legal de se obter um terreno passou a ser através da compra formalizada, transformando a terra, portanto, num bem a ser comercializado: “a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria” (Rolnik, 2003, p.23). Começa então a crença de que o investimento em um imóvel é seguro, pois ultrapassa crises ou planos econômicos: a terra passa a ser uma reserva de valor estratégico.

Para Maricato (2002), a demarcação das terras após 1850 foi uma mentira tão grande quanto a proibição do tráfico de escravos, que foi promulgada em 1831, mas só passou a ser realmente respeitada e seguida no Brasil depois de 1850. Para a autora, o tráfico era proibido, mas ainda realizado de forma cotidiana e corriqueira, envolvendo políticos e grandes fazendeiros da época.

Quando finalmente a Lei de Terras é promulgada, depois de muitos anos de embates políticos ligados diretamente a interesses econômicos da classe hegemônica, uma semana depois é definitivamente promulgada a abolição da escravidão. Existe, portanto, uma “correlação entre a propriedade privada da terra (o cativeiro da terra) com a libertação dos escravos (o cativeiro do trabalho)” (Maricato, 2002, p. 149-150).

O país inventou a formula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha de ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha de ser escrava. O cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. (Martins, 2015, p. 10)

É preciso deixar claro que o processo de abolição da escravatura no Brasil aconteceu de forma gradual. Primeiramente foi abolido o comércio de escravos por

uma determinação inglesa, que pressionou todos os países com quem detinha trocas comerciais a fazerem o mesmo. O interesse já era voltado para o livre mercado, para o aumento no número de pessoas que tivessem acesso a consumir. Portanto, era interessante para a Inglaterra, em plena era da Revolução Industrial, abrir mercado para novos consumidores – trabalhadores assalariados.

No entanto, a primeira lei efetivamente promulgada no Brasil para pôr fim a escravidão foi a Lei Eusébio de Queirós, Lei n. 581, de 1850⁵; seguida pela lei do Ventre Livre, Lei 2.040, de 1871⁶; pela Lei dos Sexagenários, Lei 3.270 de 1885⁷ e finalmente pela Lei Imperial n. 3.353, ou Lei Áurea, como é mais conhecida, em 1888⁸.

Nos estudos desenvolvidos por Rolnik (2003), é a partir dessa fase que a segregação social fica mais marcada nas cidades urbanas. A partir do momento que a terra não é mais um espaço livre, é necessário restringir seu acesso e delimitar o espaço público em relação ao espaço privado. Cabe então ao Governo, representado nessa época pela Câmara Municipal, determinar os traçados das ruas públicas, praças e avenidas de grande circulação nas grandes cidades e dos espaços privados, como comércios e residências.

Novas leis são criadas no intuito de segregar socialmente a cidade: delimitações de áreas mínimas de construção, número de casas por terreno, metragens, circulação de ar e iluminação por habitantes são realizados com objetivo de afastar as famílias com menor poder aquisitivo do centro das cidades para áreas periféricas, com menos infraestrutura. As consequências desse sistema perduram até os dias atuais. “A partir daí a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais” (Rolnik, 2003, p.28).

No período entre a abolição da escravidão e a Revolução de 1930, o país passou por grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Com a vinda dos imigrantes europeus e seu assentamento, principalmente nas zonas rurais, o Brasil iniciou um processo de “desenvolvimento mediante substituição de importações, com a constituição de um importante parque industrial produtor de bens de consumo não

⁵ Lei nº 581/1850, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm

⁶ Lei nº 2040/1871, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm

⁷ Lei nº 3.270/1885, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-publicacaooriginal-53780-pl.html>

⁸ Lei nº 3.353/1888 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm

duráveis [...], principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e de uma ampla agricultura comercial voltada para o mercado interno” (Singer, 1973, p.121).

A urbanização dos principais centros comerciais tornou-se mais acentuada, criando condições para a concentração do capital. O processo de industrialização se concentrou ao redor dos principais aglomerados populacionais, propiciando a migração cada vez maior da população do rural para o urbano. Essa migração consequentemente aumentou o consumo por bens e serviços, principalmente nas áreas de alimentação e vestuário que, por outro lado, aumentou a procura por mão-de-obra assalariada, fazendo a roda do capitalismo girar.

Como discute Singer (1973, p.124), “na medida em que as empresas se concentram espacialmente, o mercado para cada uma se amplia, possibilitando assim maior concentração empresarial do capital e na medida em que esta se dá as vantagens de concentração espacial se acentuam”.

Mas é somente após a Segunda Guerra Mundial que o território brasileiro vai apresentar uma integração, através das estradas de ferro, e após 1950, com investimentos maciços do Estado na construção de estradas e rodovias. A economia se desenvolve para atender ao crescente mercado interno e também para a exportação, principalmente dos produtos agrícolas. Como afirma Santos, M. (2008, p. 113), “A ideologia desenvolvimentista⁹ dos anos 1950 e a posterior ideologia do crescimento e do Brasil potência justificavam e legitimavam a orientação do gasto público em benefício de grandes empresas, cujo desempenho permitiria ao Brasil aumentar suas exportações para poder equipar-se mais depressa e melhor”.

A partir, sobretudo, do fim da Segunda Guerra Mundial, o território vai se mostrando cada dia que passa com um conteúdo maior em ciência, em tecnologia e em informação. Desse modo, as remodelações que a ele se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados. (Santos, M., 2008, p.121).

Nos países da América Latina predominou, nessa mesma época, a doutrina do desenvolvimentismo – do Estado enquanto “parceiro” do capital – de forma a eliminar a dependência dos países em desenvolvimento dos países detentores do sistema

⁹ Teoria desenvolvida principalmente pelo CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – sobre a marginalidade dos países em desenvolvimento tardio, tendo em vista modelos desenvolvidos nos países detentores do sistema capitalista de produção. Designavam as cidades brasileiras como muito populosas, com uma ocupação desequilibrada e desarticulada e pregavam o planejamento como uma forma de sanar esses problemas. Uma ampla discussão de diversos pensadores do CEPAL pode ser consultada em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1624/S33098N962Av2_pt.pdf?sequence=1.

capitalista. As medidas adotadas são o protecionismo da indústria, de forma a não concorrer com os produtos estrangeiros, ter mercado local e não taxado, pensando que isso vai gerar crescimento econômico.

Como destaca Roberto Schwarz no prefácio do livro de Francisco de Oliveira, a pobreza dos habitantes dos países da América Latina era vista pelos estudiosos da época da corrente cepalina como um entrave ao desenvolvimento econômico de todo o país e por isso, deveriam receber uma “ajuda” humanitária pautados na teoria da integração nacional, “em que a consciência social-histórica levasse de vencida o imediatismo” (Oliveira, F., 2013, p.19).

No Brasil, essa política teve sua origem no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e continuou após o golpe militar de 64, quando é constituído um investimento na integração do mercado nacional. Forma-se então um sistema das grandes empreiteiras nacionais para construir infraestrutura, através de empréstimos dos bancos internacionais e mecanismos como o Banco Mundial. Em função disso, nos anos 70, as dívidas acumuladas dos países em desenvolvimento frente aos credores privados e internacionais era muito grande. Soma-se a essa situação a crise financeira que elevou os juros, em alguns casos maiores do que o PIB de muitos países, e a solução difundida foi a implantação do modelo neoliberal.

É importante destacar que, nos países europeus, através principalmente das políticas do Estado do Bem-Estar Social, os trabalhadores geralmente detêm o acesso à remuneração pelo seu ofício e às políticas públicas relacionadas a necessidades básicas, tais como: educação, seguro desemprego, auxílio moradia – muitas vezes através de políticas de aluguel social – saúde, transporte público etc. No entanto, nos países da América Latina, por exemplo, onde ocorreu um processo de desenvolvimento atrelado aos países detentores do sistema capitalista¹⁰, as políticas públicas não conseguiram proporcionar à população as condições mínimas necessárias para a reprodução da vida e da própria força de trabalho. Nesse sentido, recorrem a práticas cotidianas de forma improvisada que possam sanar minimamente essa defasagem. Alguns autores tratam desse assunto de forma bastante exemplar, principalmente em relação à reprodução urbana de forma informal, através das

¹⁰ Lei do desenvolvimento desigual e combinado, elaborada por Trosky e desenvolvida por diversos autores contemporâneos, como Coggiola, Osvaldo. *Trótski e a Lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Revista Novos Rumos, a.19, n. 42, p. 4-23, 2004. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/4894/3514>.

autoconstruções de moradia, por exemplo, enquanto estratégias necessárias para a sobrevivência das famílias mais pobres, em diferentes graus e perspectivas (Singer, 1973; Oliveira, F., 2013; Maricato, 2011).

O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia [...]. O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo *avant la lettre*. (Oliveira, F., 2013, p.131).

Nos anos 70 e início dos anos 80, num contexto de recessão econômica, é posta em prática uma doutrina, já mencionada no subcapítulo anterior, cujas raízes remetem ao pós-guerra, para a renovação das cidades e no esforço da reconstrução ativa e forte dos estados, visando à construção de um Estado de Bem-Estar Social. Essa política visava, sobretudo, mostrar que o capitalismo poderia ser mais igualitário, e ajudar as pessoas a obterem seus bens de consumo dentro de regimes democráticos e com liberdade de expressão.

Dessa forma, nos anos 80 e começo dos anos 90, a política que começa a nascer e ser implementada no Brasil é a de mais mercado e menos Estado, levando a processos de privatização, ampliação das fronteiras, criação de novos mercados, novas demandas e novos produtos, tomando conta de territórios e transformando as relações para inseri-los dentro do contexto capitalista de produção, como será melhor abordado no próximo subcapítulo.

2.3. Cidade mercadoria

Com as tendências da queda das taxas de lucro desde os anos 70, o sistema capitalista entra numa crise de sobreacumulação. As empresas precisam então, diversificar sua forma de produção e começam a abrir suas ações no mercado financeiro. Com isso, o novo processo de reprodução do capitalismo estava se formando, baseado muito mais no capital fictício do que na produção do valor propriamente dito com incorporação do trabalho vivo, ou seja, do corpo na produção de objetos (Alvarez, 2011).

Esse processo de sobreacumulação, segundo Harvey (2014a), seria resultado da própria exploração do sistema capitalista, visto que os trabalhadores produzem mais do que o que podem efetivamente comprar com o valor recebido por seu trabalho. Nesse sentido, “os capitalistas são obrigados ao menos em parte a reinvestir em vez de consumir” (Harvey, 2014a, p.116). A questão então recai sobre o local ou objeto onde esse excedente do capital será investido de forma a trazer maiores lucros.

O processo de desvalorização dos espaços tenderá a ocorrer com maior frequência, nas grandes metrópoles mundiais. Como discute Alvarez (2011), o processo de obsolescência pelo qual passam as cidades nos dias atuais difere-se dos demais produtos que permeiam nosso cotidiano, justamente por ser um processo relativo. Carros, celulares ou roupas podem ser substituídos de forma simples. No entanto, não é possível realizar esse mesmo tipo de substituição para uma cidade inteira, o que ocasiona as remodelações de fragmentos selecionados do espaço, e torna esse processo, em sua essência, segregador. Lefebvre já alertava para a racionalidade dessa forma de se pensar o espaço, remetendo-se a realidade evidenciada nos Estados Unidos na década de 60:

Ao mesmo tempo, esta sociedade pratica a segregação. A mesma racionalidade que pretende ser global (organizadora, planificadora, unitária e unificante) se concretiza ao nível analítico. Ela projeta a separação para a prática. Tende (como nos Estados Unidos) a se compor de guetos ou *parkings*, como o dos operários, o dos intelectuais, o dos estudantes (o campus), ou os dos estrangeiros e assim por diante, sem esquecer o gueto dos lazeres ou da ‘criatividade’, reduzindo à miniaturização e aos trabalhos manuais. Gueto no espaço e gueto no tempo. Na representação urbanística, o termo ‘*zoning*’ já implica em separação, segregação, isolamento nos guetos arranjados. O fato torna-se racionalidade no projeto (Lefebvre, 1969, p.94).

Assim, a reprodução do espaço se insere como uma possibilidade de alavancar a produção da mais-valia dentro do processo de crise do sistema capitalista, pois envolve o setor da construção civil, que ainda tem uma composição orgânica do capital

elevada, ou seja, ainda incorpora trabalho vivo em maior quantidade do que outros setores da economia produtiva. Ao mesmo tempo, ao se construir novos espaços e novas infraestruturas, o espaço é valorizado financeiramente, em um processo de especulação imobiliária.

As grandes obras urbanas saem do consumo conspícuo para privilegiar a constituição das condições gerais de produção e reprodução do capital (a cidade como força de produção). Assim, por exemplo, as obras de infraestrutura são priorizadas enquanto as de habitação são relegadas ao esquecimento (Villaça, 1999, p.199).

Um processo de desindustrialização e degradação de áreas centrais e portuárias e o crescimento do setor de serviços nas grandes cidades mundiais impulsionaram modelos de planejamento estratégicos, fundamentados nos planejamentos econômicos das grandes corporações e voltados exclusivamente para a atração de investimentos externos para as cidades.

A ideia de “cidade competitiva” foi muito discutida na publicação de Molotch (1976), *“City as a Growth Machine”*, estudo que critica, em linhas gerais, o ideário de que o principal caminho para promover o desenvolvimento urbano nas cidades seria através de suas forças internas, orientadas para o crescimento econômico.

Além disso, este imperativo de crescimento é a restrição mais importante sobre as opções disponíveis para a iniciativa local na reforma social e econômica. É assim que eu argumento que a própria essência de uma localidade é a sua operação como uma máquina de crescimento... A cidade é, para aqueles que contam, uma máquina de crescimento. (Molotch, 1976, p.310, tradução nossa)¹¹.

Segundo o autor, alguns proprietários tem a visão de que o futuro de suas propriedades está atrelado ao seu vizinho, ou seja, que o valor do seu imóvel ou do seu terreno está consequentemente inserido no valor total de uma área maior, o que gera a sensação do que o autor denomina de “nosso pertencimento”. Cada parcela de terra de uma “comunidade” irá depender do esforço das demais para aumentar o valor potencial das propriedades, para sua valorização no mercado imobiliário. Como exemplo, o autor cita duas lojas que, localizadas num mesmo bloco, irão competir para tentar colocar o ponto de ônibus em frente de suas propriedades, o que consequentemente, trará mais visibilidade ao comércio e potenciais comparadores para seus produtos. Nesse sentido, o autor reforça o papel do poder público, que ao

¹¹ “Further, this growth imperative is the most important constraint upon available options for local initiative in social and economic reform. It is thus that I argue that the very essence of a locality is its operation as a growth machine... The city is, for those who count, a growth machine”.

realizar obras de infraestrutura beneficia parcelas de terra em detrimento de outras e, conseqüentemente, beneficia alguns proprietários de terras, mas não todos.

A escassez de recursos para o desenvolvimento significa que o governo se torna a arena na qual grupos de interesse irão competir pelo dinheiro público e tentar moldar as decisões que irão determinar os resultados do uso da terra. (Molotch, 1976, p.312-313, tradução nossa)¹².

Dessa forma, todos os sujeitos sociais que tem mais a ganhar com a valorização da terra estarão envolvidos diretamente no processo de “renovação”, tais como aponta o autor: investidores locais, proprietários de imóveis ou comércio, que precisam diretamente da intervenção do governo para que seus investimentos sejam aumentados; advogados, sindicalistas e corretores de imóveis, cujas atividades econômicas dependem diretamente dos proprietários; e outros agentes que, mesmo não tendo ligação direta com a valorização da terra, têm suas atividades econômicas ligadas diretamente ao crescimento da região, como os jornais locais, por exemplo. Molotch (1976) argumenta que esses grupos serão os responsáveis pelo sentimento de “pertencimento comunitário”, que causarão direta influência nas políticas voltadas para o pretendo crescimento econômico de uma região, através de várias técnicas de “união”, sendo talvez a mais consagrada entre todas elas as competições esportivas. Nesse sentido, os Jogos Olímpicos, que trazem consigo os ideais de competição, *fair play*, superação física, orgulho cívico, patriotismo, paz entre os povos etc., é uma “alegoria” política ideal.

Nesse cenário, as cidades devem elaborar planos estratégicos pautados nas suas forças e fraquezas no ambiente interno e nas suas oportunidades e riscos no ambiente externo, elaborando seus planejamentos estratégicos para competir em um “mercado global” pelo investimento, desenvolvendo os elementos de seu território que representem a imagem de uma cidade segura, pronta para receber o capital internacional (Sánchez, 1999). É vendida a ideia de que a competitividade entre as cidades demanda investimentos, muitas vezes públicos, na construção de uma cidade voltada para a venda da sua imagem, da sua modernidade e da sua segurança.

Para Vainer, nos últimos anos, os planos estratégicos têm sido implementados nas cidades, agora inseridas num contexto de competitividade e desafios, assim como o das empresas. No entanto, o autor faz uma crítica direta ao sistema, cujo processo

¹² “The scarcity of developmental resources means that government becomes the arena in which land-use interest groups compete for public money and attempt to mold those decisions which will determine the land-use outcomes”.

implicaria diretamente no “banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (Vainer, 2002a, p. 78).

Visto por muitos pesquisadores como a única alternativa para contrapor as condições impostas pela globalização às cidades, os planos estratégicos, no entanto, acabam por canalizar os recursos públicos para gerar a construção de “novas centralidades urbanas”, ao invés da sua utilização em áreas com demandas sociais mais necessárias e urgentes.

Vainer (2002a) também discute o caráter constante que assumem os planos estratégicos implementados pelas cidades, visto que todas devem vender o mesmo ideário e os mesmos “produtos” aos compradores que têm sempre as mesmas necessidades. Arantes exemplifica essa questão ao fazer um comparativo entre as cidades de Nova York, nos Estados Unidos, e Londres, na Inglaterra, ao afirmar que essas cidades apresentam as mesmas estruturas urbanas construídas nos seus centros econômicos e turísticos, pois como cidades globais, “o redesenvolvimento das áreas centrais nas duas cidades não por acaso se encontram nas mãos das mesmas instituições financeiras, das mesmas mega-incorporadoras [...] que preparam o terreno por encomenda das matrizes multinacionais de sempre”. (Arantes, 2002, p. 30). No fundo, não são as cidades que competem entre si, mas sim as empresas instaladas nessas cidades que buscam cada vez mais uma forma de localização favorável às suas atividades econômicas.

Agora, os neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios. Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. (Vainer, 2002a, p. 86).

Para Castells & Borja (1996), as cidades contemporâneas assumem um papel de sujeito no cenário produtivo global, pois representam a “articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado” (p.152). Para os autores, o planejamento estratégico é necessário enquanto uma ferramenta propulsora para o desenvolvimento econômico, social e urbano das cidades, bem como para a descentralização política, através das parcerias público-privadas. “Difundem-se as estatísticas econômicas das cidades e nelas se dá uma forte complementaridade entre o governo da cidade e o conjunto dos agentes econômicos, todos orientados para os mercados externos” (p.153).

É necessário discutir, no entanto, que essa visão da cidade que age como um sujeito por si só, com vontade própria, anseios e desejos, acaba por mascarar a realidade da cidade como um local onde diversos sujeitos sociais residem, convivem, realizam suas transações econômicas, sociais e culturais. Portanto, a cidade vista como um espaço construído pela materialidade social e, dentro desse contexto, seus conflitos inerentes.

O planejamento pode ser visto como uma ação estruturada e coerente com o próprio processo que produz uma acumulação como privação: “O processo de produção do espaço revela uma contradição fundamental que é - a produção do espaço é social e a sua apropriação é privada” (Carlos, 2015)¹³.

Alves (2012) discute que, “ao minimizar o papel do lugar no processo de globalização, esse discurso estratégico promove uma verdadeira guerra entre os agentes dos lugares, escolhendo localidades que oferecem atrativos para a instalação das empresas” (p.141).

Em seu livro, *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo*, Ferreira (2004) faz uma crítica ao apontar que as cidades, vistas como sujeitos e não como espaços socialmente construídos, são planejadas e “tratadas” como empresas, e devem voltar seus esforços para suprir suas “deficiências” de modo a serem cada vez mais atrativas para receberem os investimentos internacionais. Nesse sentido, o autor critica a ideologia de que as demandas de um moderno setor econômico exigem a adaptabilidade das cidades na construção de novos edifícios “inteligentes”, serviços e equipamentos que substituam os fluxos da atividade industrial fordista-taylorista nos últimos anos em todos os países do mundo. A construção de grandes centros de convenções, hotéis luxuosos, atrações turísticas e culturais, aeroportos maiores e mais modernos são algumas das modificações que se espera das “cidades-globais”, ou seja, criam-se padrões pré-estabelecidos que devem ser seguidos por todas as cidades sujeitos que queriam atrair o capital internacional.

Para umas das autoras que se tornou referência no meio acadêmico sobre o tema “cidades globais”, Sassen (1998, p.77), as cidades globais são aquelas que concentram os principais mercados financeiros e empresas prestadoras de serviços,

¹³ Fala de Ana Fani Alessandri Carlos durante o Seminário Internacional “Justiça Espacial e o Direito à cidade”, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, entre os dias 07 a 10 de dezembro de 2015.

para além do mercado manufatureiro. Propiciado pelo avanço tecnológico e informacional, a autora discute uma nova forma de sistema urbano, que opera em níveis regionais, globais e transnacionais, numa dispersão do processo de produção como tentativa que visa à diminuição dos custos, à centralização dos serviços especializados e à coordenação das atividades produtivas. “A implantação de processos e mercados globais significa que o setor internacionalizado da economia expandiu-se profundamente e impôs uma nova dinâmica da valorização”.

Seguindo esse raciocínio, para Ferreira (2004, p. 6-7), existem três maneiras de identificar se uma cidade específica pode ser considerada “global”. A primeira delas seria verificar se há na cidade um grande número de empresas transnacionais, se a economia da cidade está pautada no setor de serviços, o que consequentemente significaria fluxo de capital financeiro. “A importância de cada um desses atributos constitui uma hierarquia entre centros urbanos que se interconectam, formando o que alguns autores chamaram de ‘arquipélago mundial de cidades-globais’”.

A segunda maneira seria verificar se a mesma possui um “terciário avançado”, ou seja, atividades ligadas a setores de informática, marketing, comunicação, assessoria jurídica, entre outros e se esse tipo de serviço encontra-se reunido em determinadas regiões estratégicas da cidade.

E a última forma de verificação seria através do capital imobiliário: o quanto foi investido na cidade pelas grandes corporações internacionais na construção de centros financeiros e sua representatividade nas atividades econômicas da cidade.

No entanto, Ferreira (2004) faz uma crítica a essa concepção da “cidade global”, vista somente pelo aspecto econômico e não social. Sob essa ótica, as grandes metrópoles brasileiras, com suas periferias e problemas de desigualdades econômicas, sociais e espaciais, poderiam ser consideradas “cidades globais” se levássemos em consideração somente os critérios adotados acima, camuflando os processos de reprodução do capital na sua forma excludente e fragmentada.

Portanto, o uso que se fez desse conceito de cidades globais foi muito mais ideológico: porque se assumiu a postura que existe uma hierarquia urbana, de cidades globais, não globais, centrais, quem é mais importante ou não. Isso só serviu aos propósitos do capital para fazer todo um conjunto de políticas e destinação de recursos para cidades que queriam se tornar globais: a cidade tem que ser competitiva, empreendedora, para atrair os investimentos internacionais. Esse conceito passa a justificar várias ações sem que se questione de fato quais são as reais intenções do

que é o global – principalmente se pensarmos nas periferias. Nesse sentido, sua utilização serviu mais como um discurso que vai permeando todas as urgências de investimento, para esconder os processos de seleção do capital para investimentos. A cidade virou sujeito no competir: fazer o melhor plano para ser a sede do megaevento, para receber os Grandes Projetos Urbanos (GPUs).

Estendendo a ideia, Vainer (2002a) estabelece três analogias principais para esse conceito: primeiramente a “cidade-mercadoria”, no qual a cidade é concebida como um produto a ser vendido no mercado competitivo global. A promoção de aspectos atrativos da cidade favorece o “*city marketing*”, ou o “urbanismo do espetáculo”, como sugerem Sánchez (1999) e Arantes (2002). Grandes projetos arquitetônicos são criados nas cidades, principalmente nas áreas onde há interesse de investimento, no intuito de fabricar símbolos para atração de visitantes – turismo – e também como forma de diferenciar a cidade das demais e de camuflar os problemas sociais e econômicos através desses atrativos.

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também e, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes e usuários solváveis*. (Vainer, 2002a, p. 83, grifos do autor).

A “cidade empresa” é a segunda analogia proposta por Vainer, que define a cidade enquanto um agente econômico em busca de competitividade e sendo um agente, a cidade é vista como um sujeito. Nessa analogia, o poder político urbano seria transferido ao setor privado, por meio de parcerias público-privadas – PPP, onde não haveria mediações entre os empresários e a execução das obras ou políticas visando o planejamento das cidades, ou seja, haveria uma “analogia cidade-empresário”. Nesse sentido, o autor concebe a cidade como um produto que deve acima de tudo ser competitivo, ágil, flexível, sendo o produtivismo e a praticidade seus principais motores. Não pode “se dar ao luxo de produzir planejamentos utópicos”. (Vainer, 2002a, p. 90)

O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em “sujeito/ator econômico”. E, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. (Vainer, 2002a, p.89)

Como terceira analogia, o autor concebe a cidade como uma “pátria” onde uma unidade de objetivos entre a população é forjada, criando um consenso a respeito das demandas da cidade e gerando o orgulho cívico capaz de unir a população. Nessa perspectiva, os cidadãos são instrumentos para a efetivação do plano, através da unificação da cidade: “a cidade *compete*, a cidade *deseja*, a cidade *necessita*” (Vainer, 2002a, p. 91, grifo do autor).

Para atingir esse processo da “cidade-pátria”, é necessária certa “consciência de crise” (Vainer, 2002a, p. 92). O autor discute vários textos sobre a cidade de Barcelona e como esta se tornou, depois de sediar os Jogos Olímpicos de Verão em 1992, um modelo de sucesso na implementação de políticas públicas de requalificação urbanas, principalmente de áreas antes degradadas na cidade. A primeira percepção criada foi de que a cidade estava passando por uma crise urbana e precisava urgentemente de investimentos, numa nova forma de pensar a cidade. O plano estratégico da cidade foi e continua a ser um dos mais consagrados dentro do estudo do urbanismo e também nos estudos sobre legados de megaeventos esportivos.

Mas é evidente que não foi apenas o *marketing* dos resultados do projeto de Barcelona que ampliou os horizontes das políticas espaciais dos grandes projetos de renovação. Eles floresceram em meio a uma crise de acumulação capitalista, que mobilizou novas estratégias do setor produtivo, do poder político, dos investidores e especuladores e das instituições multilaterais, com o objetivo de garantir a continuidade do processo de acumulação, ainda que de forma crítica (Alvarez, 2011, p.64).

Arantes (2002) estabelece que, historicamente, esse novo modelo de construção de cidades foi “vendido” à população pelos meios de comunicação e incorporado ao cotidiano de forma geral, após grandes períodos de recessão econômica sendo, portanto, um ideário de mudança positiva, de dinamismo, de geração de renda e atratividade para as cidades. “Esse núcleo originário da ‘sensação coletiva de crise’, sublimada pela nova ênfase na autoimagem dos habitantes, tal como lhes é devolvida para superfície refletora dos Grandes Projetos, neste final de século”. (Arantes, 2002, p.17).

Castells & Borja (1996) também apontam que o processo de crise foi um dos principais fatores que levaram os governantes das grandes metrópoles mundiais a buscarem uma nova forma de atrair investimentos. No entanto, como já mencionado, esses autores enxergam as cidades como sujeitos ao afirmarem que o terceiro fator para a implantação dos planejamentos estratégicos em uma localidade se faz através

de uma vontade conjunta, sem levarem em consideração que os interesses sociais são na verdade conflitantes. Não seria possível afirmar então, de uma forma que não seja ideológica, que existe um “consenso público”:

Em todas as cidades o projeto de transformação urbana é a somatória de três fatores: a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia; b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados e a geração de liderança local (política e cívica); c) *a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural* (Castells & Borja, 1996, p.156, grifos nossos).

Portanto, é importante destacar que a representação do imaginário da cidade nada mais é do que uma construção ideológica, que conseqüentemente permite a condição de cidadania para uma parcela pequena da população produzir a cidade como um negócio, como uma fonte de acumulação. Em decorrência, a parte da cidade ocupada pelas elites econômicas praticamente representa a cidade em si, num imaginário coletivo que esconde as mazelas reais, ou seja, a cidade como ela verdadeiramente é. Obviamente essa representação possui um motivo, ligado sobretudo a interesses econômicos e imobiliários, produzindo os vazios urbanos ou a “renovação” de espaços destinados à valorização e especulação. O resultado é a constante segregação urbana.

A função do Estado é imprescindível nesse processo, pois é ele que sinaliza para o fato de que não se trata só de construir o novo, mas de destruir o velho, de reproduzir. A destruição é parte necessária do processo de revalorização, e isso se relaciona a obsolescência da construção e do uso dos espaços.

O setor imobiliário cria produtos novos e faz as pessoas acreditarem que morar neles é melhor do que nos espaços anteriores que esse mesmo setor criou no passado – e agora os torna obsoletos. Tanto ideologicamente, através da propaganda e da criação de novas necessidades sociais, como também na forma como esses espaços são construídos, nos materiais utilizados – em sua maioria produzidos para não durarem muito tempo e, portanto, continuarem o ciclo de renovação.

Esse processo ideológico produz a ideia do que é ser feliz, do que é morar, do que é o urbano, do que é vivenciar a cidade, ao mesmo tempo em que nega o velho. A obsolescência cria novas necessidades e novos espaços, sendo parte importante no processo e produzir o novo ao destruir o velho, fisicamente e socialmente, potencializando as contradições do espaço. O processo de produção produz centralidades, fragmenta e hierarquiza os espaços e se torna, num momento seguinte,

uma contradição porque, para renovar aquele espaço, é necessário criar a ideia de que ali vai ser um novo lugar.

O Estado, nesse processo, é o agente transformador, que deterá as normas e regras para remover a população “indesejada” e estabelecer o novo. Dentro do contexto dos planejamentos estratégicos, a articulação do poder público com as empresas privadas é cada vez maior, através principalmente das parcerias público-privadas. Essas parcerias seriam a intermediação, portanto, entre o Estado que, supostamente num diálogo com a sociedade civil definiria diretrizes, estabeleceria regras e regulação para determinar ao mercado o que deveria ser feito de fato. No entanto, esse processo hoje em dia já é delegado desde o começo às empresas privadas, ou seja, desde a definição das diretrizes, o que acarreta mais contradições.

Atualmente, a construção dos Grandes Projetos Urbanos (GPUs) tem sido destaque em todas as cidades que estão inseridas no contexto capitalista de renovação urbana. A utilização dos Planejamentos Estratégicos, associado à flexibilidade regulatória, propiciou o surgimento dessa modalidade de intervenção urbana. O aumento na construção dos GPUs pôde ser bem acompanhado nos países líderes do sistema capitalista nas últimas décadas e se tornou um fenômeno presente nas cidades dos países com desenvolvimento tardio; o Brasil, nesse cenário, não é uma exceção.

Os GPUs seriam o que podemos denominar de grandes construções arquitetônicas, operações de larga escala e que envolvem muitos recursos econômicos para sua execução, como pontes, prédios, viadutos; sempre com uma arquitetura moderna e com o objetivo principal de representar uma imagem para a cidade onde é construído. Como exemplos brasileiros recentes desses empreendimentos, é possível citar o Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro, a restauração do Pelourinho em Salvador, entre outros.

O conceito de Grandes Projetos Urbanos é dividido na literatura entre os autores que analisam os GPUs como novas práticas de intervenções urbanas adequadas ao contexto econômico e mundial, e os autores críticos, que apontam essas intervenções como momentos de ruptura espacial e aumento na segregação, principalmente por serem apropriados por classes hegemônicas, que privilegiam as construções de megaprojetos arquitetônicos em detrimento da infraestrutura básica ainda necessária em muitos bairros periféricos nas grandes cidades.

Pautados na parceria público-privada, normalmente os GPUs têm seus custos reduzidos através de iniciativas públicas e, segundo estudos comparativos feitos entre os grandes projetos urbanos no Brasil, “são tratados como peças do jogo político dos municípios e/ou estados onde se implementam e quase sempre estão associados à imagem de uma gestão (ou de um grupo político) específica”. (Oliveira & Novais., 2013, p. 178).

São justificados com base em uma representação do mundo contemporâneo que privilegia as articulações com a escala global e tem por estratégia potencializar recursos para desencadear processos de desenvolvimento econômico e promover efeitos de reestruturação no espaço urbano, apropriáveis pelos diversos atores envolvidos. No processo de sua formulação e implantação, os GPUs desencadeiam rupturas sobre os espaços físicos e social, em suas múltiplas dimensões, e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial, caracterizada por reconfigurações escalares, e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local. (Oliveira & Novais., 2013, p.172).

Nesse contexto de construção dos GPUs, das parcerias público-privadas e da competitividade entre as cidades mundiais, a realização do megaevento esportivo é considerada por muitos governos como a atividade “perfeita”, que poderia alavancar a economia e o grau de percepção da imagem de uma cidade pelo mundo.

É importante destacar que, em todo o mundo, a captação e a promoção de eventos têm sido consideradas como atividades que podem promover significativo retorno social e econômico, principalmente por seu caráter dinâmico, que facilmente se molda a determinada localidade. Um evento pode recriar um espaço; ele atende às necessidades de suas demandas específicas, bem como a dos espaços e localidades que os abrigam. No entanto, a realidade de um megaevento esportivo, como a Copa do Mundo de Futebol FIFA ou os Jogos Olímpicos, vem se estruturando ao longo dos anos, como um subterfúgio propulsor de desigualdades econômicas e de mercantilização das cidades a serem “comercializadas” no mercado global.

De acordo com o estudo desenvolvido por Burbank, Andranovich e Heying (2002), os governos das grandes metrópoles mundiais, depois de 1984, procuraram realizar o desenvolvimento local através de parcerias público-privadas, aumentando a necessidade de consumo da população por lazer, entretenimento e esportes. Nessa análise, o turismo passou a ser uma das principais alavancas de uma cidade para sua exposição mundial e na arrecadação de divisas, nessa transição das políticas públicas de desenvolvimento pelo consumo. “A estratégia de atrair o megaevento como um

estímulo, ou justificativa, para projetos de desenvolvimento” (Burbank, Andronovich e Heying, 2002, p.183, tradução nossa)¹⁴.

A busca do megaevento, enquanto fator para o crescimento econômico representa essa política de consumo baseado no desenvolvimento urbano *ad hoc*, conceito desenvolvido por Ascher (2001, p.84), sendo aquele que “privilegia a negociação e o compromisso em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução *ad hoc* em detrimento da norma”¹⁵.

Portanto, se já não há mais atratividade nos espaços existentes nas cidades, é necessário produzir novos espaços, com novas infraestruturas e potencialidades, para que o capital possa se reproduzir. E nenhuma atividade pode “revitalizar” e produzir novos espaços para a acumulação capitalista como um megaevento, justamente pelo seu caráter de urgência, de necessária mudança para que um evento com alcance global seja realizado de forma a deixar a melhor imagem mundial da cidade receptora.

As três analogias propostas por Vainer (2002a) servem perfeitamente para entender o crescente interesse do poder público das grandes metrópoles mundiais, principalmente as que se encontram na periferia do sistema capitalista, nesses últimos anos, em competir com outras cidades pela realização de um megaevento, especialmente os esportivos. A “cidade-pátria” transmite à população dessas cidades, através de campanhas de marketing e propaganda nos principais meios de comunicação, estimulado principalmente pelo poder público dessas localidades, um sentimento de unidade, de pertencimento, de ajuda mútua para atingir um objetivo em comum, que seria sediar o megaevento esportivo e mostrar ao mundo as belezas culturais, sociais e naturais da cidade.

Depois de “vendida” essa ideia à população, as duas analogias feitas por Vainer (2002a) seguem o seu curso de forma bastante linear: a “cidade-empresa” é necessária para que toda a infraestrutura seja construída para abrigar o megaevento. As parcerias público-privadas são criadas, irregularidades administrativas e econômicas são cometidas pelo poder público e pelo poder privado, concessões são feitas em todos os âmbitos sociais e está criada a “cidade-mercadoria”.

Não por acaso, ocorrem em todas as edições dos grandes eventos as remoções de habitações, principalmente da população menos favorecida

¹⁴ “The strategy to attract the mega event as a stimulus, or justification, for development projects”.

¹⁵ “donne la priorité à la négociation et le compromis à la place de l'application de la loi de la majorité, le contrat au détriment de la loi, la solution *ad hoc* plutôt que la norme”

economicamente, em todos os países sede, o que muitas vezes ocasiona conflitos e lutas por direitos humanos básicos tais como habitação, educação e mobilidade. Como exemplo dessa afirmação é possível citar a Vila Autódromo, objeto de estudo deste trabalho, e sua luta pela permanência de moradia em um espaço que agora se mostra interessante à expansão do capital imobiliário.

Importante também é refletir que não é por falta de planos nem de leis urbanísticas que há um crescimento constante e desordenado das cidades brasileiras. Como já explicitado no capítulo anterior, as leis existem, mas são aplicadas somente quando servem a interesses particulares. É a perpetuação de um processo de urbanização que segrega e exclui, com raízes históricas, em uma sociedade brasileira patrimonialista e clientelista. Uma gama imensa de leis normatiza a utilização e produção do espaço brasileiro, como salienta Maricato (2002, p.147-148):

[...] rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo [...] são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira [...], demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei.

Assim, vê-se que a ocupação da terra urbana, principalmente em áreas precárias como beira de córregos, morros, áreas alagáveis – a grande maioria delas com legislações ambientais de proteção – é fato comum e faz parte do processo de desenvolvimento urbano no Brasil. A consequência óbvia são os desmoronamentos, as enchentes, a poluição, bem como doenças e a consequente banalização da mortalidade de comunidades pobres.

Para Maricato (2002, p.161), essa ocupação de terras urbanas pelos mais pobres tem sido de certa forma tolerada pelo Estado num jogo de interesses políticos e econômicos. “Impossível admitir o contrário, pois se essa gigantesca ocupação de terras não fosse tolerada e a população pobre ficasse sem alternativa nenhuma, teríamos uma situação de guerra civil, considerando os números envolvidos”. Segundo Damiani (2009), trata-se de uma massa periférica, que vai aumentando todos os dias em várias direções: casas autoconstruídas, loteamentos clandestinos, conjuntos habitacionais, mutirões, dentre outras formas de apropriação.

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer. (Santos, M., 1990, p.94-95).

Santos, M. (2008, p. 125) aprofunda seus estudos na contextualização desse problema, ao afirmar que toda e qualquer obra de melhoria na infraestrutura de uma região mais pobre também torna o local vulnerável para especulação e, conseqüentemente, afasta a população residente, que não poderá mais pagar para ficar na terra, agora com alto custo de manutenção. “Todo melhoramento numa área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesse com as classes médias em expansão”. Como há necessidades de moradia, os mais pobres são forçados a procurar por outros espaços na cidade, que não terão a mesma gama de serviços e infraestrutura, o que acarreta a expansão geográfica da cidade e sua periferização. Para o autor, “é um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social. É esta que comanda e não o contrário” (idem).

Essa discussão sobre a produção das cidades brasileiras de maneira fragmentada e desigual será aprofundada no capítulo quatro, que discutirá a construção histórica da cidade do Rio de Janeiro e como a segregação socioespacial fez parte constante nesse processo de produção da cidade até os dias atuais, quando da escolha da cidade para sediar os próximos Jogos Olímpicos.

Nessa perspectiva, a próxima parte do trabalho aprofundará a discussão sobre os Jogos Olímpicos da era moderna. Será apresentado um histórico das edições dos jogos até o presente, as conseqüências que estes trazem para muitas cidades que sediam ou se candidatam para sediar tal evento e também toda a trama de imaginário que permeia o Movimento Olímpico tal como o conhecemos hoje.

3. Megaeventos esportivos – os Jogos Olímpicos

Grandes eventos significam uma das formas pelas quais o Estado define, permite, influencia e acelera intervenções do capital nacional e internacional, por meio de organizações privadas como a *Fédération Internationale de Football Association* - FIFA e o Comitê Olímpico Internacional - COI. Há uma interferência direta e indireta no espaço socialmente produzido, uma condição para a competitividade, tornando-o um meio rápido e eficiente de aplicar os excedentes de capitais e, assim, inseri-los ainda mais na competitividade do e para o mercado. (Rodrigues, 2013, p.15).

Esse capítulo tem por objetivo fazer uma discussão sobre como se estruturou o Movimento Olímpico, entidade responsável pela realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos da contemporaneidade. A intenção é refletir sobre como, em um determinado momento da história, os Jogos Olímpicos deixaram de ser um produto social e passaram a ser uma mercadoria: como se deu esse processo de decomposição de uma forma de socialização entre diversas nações do mundo para a formação de uma marca, de uma grande corporação. Uma corporação transnacional, como já discutido no subcapítulo 2.1, que alia seus poderes de empresa privada ao Estado: ela manda com a lei, como estado de exceção. É, portanto, uma estrutura que representa a perfeita integração entre o Estado e o mercado, uma estrutura pautada e regida pelo capitalismo.

Nessa perspectiva, a grande procura das cidades mundiais para sediarem esse megaevento, dentro do contexto já discutido dos Planos Estratégicos, acarreta mudanças muito rápidas e bruscas no espaço urbano, que tem que ser adaptado para as modalidades esportivas que serão disputadas dentro de belíssimos estádios e arenas multiuso. Ao mesmo tempo, a cidade como um todo sofre grandes transformações, visto que muitos planos antes engavetados por falta de verbas ou que não haviam sido realizados em função de um cenário político não favorável, o serão agora para o megaevento.

A soberania nacional também é afetada, pois o Movimento Olímpico impõe as regras que deverão ser seguidas pela cidade e pelo país sede durante a realização dos Jogos.

Jogo de interesses, política, benefícios econômicos, mudanças significativas nos processos de candidaturas, entre outros, são fatos que nos fazem refletir sobre o real significado dos Jogos Olímpicos, para quem o espetáculo esportivo é feito e quem se beneficia diretamente com a sua realização.

3.1. Breve histórico e contextualização econômica

Existem diversas pesquisas que versam sobre megaeventos esportivos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, e as discussões sobre seus impactos positivos ou negativos nos direitos à moradia e desenvolvimento socioespacial da população receptora, de vários países que sediaram esse tipo de evento (Lenskyj, 2002, 2008; Pillay & Bass, 2008; Hiller, 2000; Gusmão, 2012; Vainer, 2011; COHRE, 2007).

Na literatura acadêmica, são várias as definições de um megaevento, ou *hallmark event* como é denominado nas publicações internacionais. A grande maioria dessas definições mostra o megaevento como sendo um evento em larga escala, que atrai ou tem a participação direta ou indireta de muitas pessoas, com importância e apelo mundial.

As características que definem esse tipo de evento, conforme Ritchie (2000) se baseiam no seu reduzido tempo de duração e em seu objetivo principal de aumentar o conhecimento, a imagem e a economia da cidade receptora, para ser percebida como um destino turístico no mercado internacional.

Soma-se ainda a definição de Roche (1994, p.1-2, tradução nossa), para quem os megaeventos estão associados a “criação de infraestrutura e instalações para eventos, muitas vezes ocasionando dívidas de longo prazo”¹⁶; projetando uma imagem positiva da cidade sede através da cobertura nacional e internacional da mídia e meios televisivos, “geralmente associado a consequências positivas em longo prazo em termos de turismo e investimento interno”¹⁷.

Parece existir um consenso entre os autores que pesquisam megaeventos, sobre as dificuldades de realmente medir seus impactos nas cidades receptoras, visto que a realização de um grande evento engloba praticamente todos os ramos econômicos da cidade, seja antes, durante ou depois do evento em si. Da mesma forma, é muito difícil alinhar as necessidades do megaevento com a utilização de seus equipamentos do ponto de vista do alto custo de investimentos para sua realização.

Para Hiller (2000), existem duas questões que cidades que pretendem sediar megaeventos deveriam fazer. Primeiro, qual seria o impacto do megaevento e de que forma contribuiriam para transformações urbanas? E segundo, como os megaeventos

¹⁶ “creation of infrastructure and facilities for events, often causing long-term debt”

¹⁷ “generally associated with positive long-term consequences in terms of tourism and inward investment”

são legitimados de forma a justificar a aceitação pública? O autor ressalta que, independentemente dos objetivos dos líderes políticos, a população tem o direito de saber quais serão os benefícios que o megaevento trará para sua cidade e, conseqüentemente, para suas vidas, e optar ou não por realizá-lo. “Megaeventos são espetáculos que podem ser mais bem entendidos tanto como instrumentos hegemônicos de poder como de relações públicas de risco, distante das realidades e dos problemas urbanos e seus desafios”. (Hiller, 2000, p. 440, tradução nossa)¹⁸.

Uma das maiores discussões presentes na literatura trata sobre a temática do megaevento como fator de desenvolvimento da economia e redução de desigualdades sociais ou aproveitamento de regiões não produtivas ou abandonadas economicamente em uma localidade, deixando um legado para a comunidade receptora. Por legado de uma Olimpíada, entende-se “algo material ou imaterial que é transmitido ou deixado para a comunidade receptora através de infraestrutura urbana, novas moradias e estrutura para esportes que são representações do lucro gerado pelo evento para a cidade sede” (Lenskyj, 2008, p.15, tradução nossa)¹⁹.

Os tipos de legado também são bem definidos na literatura:

Legados tangíveis [são] os resultados referentes ao montante de recursos aportados, a partir de outras esferas de governo ou da iniciativa privada, nas cidades anfitriãs, que se convertem em reestruturação urbana e instalações esportivas. [...] são citados também os efeitos sobre o emprego como consequência do próprio evento ou do temporário boom na indústria da construção civil provocado pelos investimentos. (Gusmão, 2012, p.135).

Já os legados intangíveis, como descreve a mesma autora, dizem respeito ao marketing da imagem da cidade, bem como ao orgulho cívico de seus habitantes. Também considera o aumento de visitantes turísticos em função da projeção internacional que o país alcança na mídia, e efeitos educativos, tanto para o esporte em si quanto para o aprendizado na organização de um megaevento.

Independentemente da real forma que um legado pode ter, a criação da ideia do legado é que ele representa algo que irá melhorar, em longo prazo, o bem-estar ou o estilo de vida dos moradores de uma forma muito substancial - de preferência de uma forma que reflita os valores da população local. (Ritchie, 2000)

¹⁸ “mega-events are spectacles that can best be understood as either instruments of hegemonic power or ‘public-relations’ ventures far removed from the realities of urban problems and challenges”.

¹⁹ “something material or immaterial which is transmitted or left to the host community through urban infrastructure, new housing and structure for sports that are representations of the profit generated by the event to the host city”.

Os Jogos Olímpicos modernos, tal qual conhecemos hoje, foram iniciados²⁰ em 1894, na criação do Comitê Olímpico Internacional (COI) ou *International Olympic Committee* (IOC) pelo Barão Pierre de Coubertin na cidade de Paris, França, onde foram estabelecidos os quatro princípios fundamentais do Movimento Olímpico:

1) promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais que constituem a base dos esportes; 2) educar jovens através do esporte no espírito da amizade e entendimento mútuo, dessa forma contribuindo na construção de um mundo mais pacífico e melhor; 3) espalhar os princípios olímpicos por todo o planeta, criando com isso, um bom relacionamento entre os países de todo o mundo; 4) reunir os atletas mundiais nos Jogos Olímpicos a cada quatro anos” (Payne, 2005, p.4, tradução nossa)²¹.

Através desses pilares, “derivam os conceitos de fraternidade, amizade, paz e entendimento universal” (Payne, 2005, p.4, tradução nossa)²² que são os ideais dos Jogos Olímpicos até hoje.

O Movimento Olímpico é composto pelos membros do COI, uma organização sem fins lucrativos, que hoje conta com mais de 106 membros, todos eleitos para mandatos de oito anos, renováveis (IOC, 2014). Seus membros são selecionados “em todos os cantos da sociedade – desde chefes de estado, industriais e advogados até administradores de esportes e campeões Olímpicos”. (Payne, 2005, p.4, tradução nossa)²³. Também compõe o Movimento Olímpico os *National Olympic Committees* (NOCs), que administram cada país e enviam suas delegações de atletas para os jogos e os *International Federations* (IFs), que são responsáveis pelos aspectos técnico-operacionais dos esportes para os Jogos (Payne, 2005).

Os primeiros Jogos Olímpicos de Verão foram sediados em Atenas, na Grécia, em 1896. Os primeiros Jogos Olímpicos de Inverno foram sediados na cidade de Chamonix, na França, em 1924.

No estudo desenvolvido por Gusmão (2012), é possível compreender a cronologia de realização dos Jogos Olímpicos ao longo dos anos e as mudanças estruturais que o evento sofreu e, principalmente, os fatos históricos que marcaram o

²⁰ Sobre a discussão acerca do “reestabelecimento” dos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga pelo COI, ver Gusmão, 2012, p. 41-47.

²¹ “1) To promote the development of those physical and moral qualities which are the basis of sport; 2) to educate young people through sport in a spirit of mutual understanding and friendship, thereby helping to build a better and more peaceful world; 3) to spread the Olympic principles throughout the world, thereby creating international goodwill; 4) to bring together athletes of the world in the Olympic Games every four years”.

²² “from these are derived the Olympic ideals of fraternity, friendship, peace and universal understanding”.

²³ “from all corners of society – from heads of state, to industrialists and lawyers through to sports administrators and Olympic champions”

megaevento e nos fazem refletir quanto ao seu grau de influência em decisões políticas, urbanas, sociais e econômicas dos países que sediaram ou se candidataram a sediar esse tipo de evento. Através de um quadro cronológico (Gusmão, 2012, p. 79-81), a autora faz uma análise crítica detalhada de todas as edições dos Jogos Olímpicos e seu paralelo com fatos históricos relevantes dos países que sediaram os Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno.

A autora dividiu então seu estudo em quatro momentos, que ela julgou serem marcos importantes de passagem entre determinadas posturas, compromissos e formas de organização, pelo qual passou o Movimento Olímpico nos últimos anos, sendo importante destacar que:

Primeira fase (1894-1948): o fortalecimento da marca e da autonomia política consolidado no discurso do amadorismo. Segunda fase: (1949-1970): o envolvimento das cidades e países anfitriões. Terceira fase: a profissionalização (1970-1980). Quarta fase: a completa espetacularização (desde 1980). (Gusmão, 2012, p. 41).

Para esse estudo, optou-se também por realizar uma tabela com informações históricas relevantes para entender o processo de existência e realização dos Jogos Olímpicos ao longo dos anos, utilizando pesquisas já realizadas sobre esse megaevento e suas edições, bem como o histórico interno do COI, que são fundamentais para a compreensão das tensões e conflitos nos bastidores da formação do que hoje conhecemos como a marca olímpica. Optou-se pelo quadro e não pelo texto escrito, para que o processo de entendimento histórico pudesse ser mais dinâmico e para que o trabalho pudesse focar somente nas questões que serão relevantes para compreensão do objeto de estudo.

Por essa perspectiva, o quadro a seguir traz um panorama histórico de todas as edições dos Jogos realizados até o presente, elencando os fatos mais relevantes para o entendimento de como o Movimento Olímpico se tornou hoje, essa grande corporação com poderes de Estado. Na sequência, alguns desses fatos apresentados na tabela serão discutidos com mais atenção, por serem de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Tabela 1: Histórico das edições passadas

Ano	Tipo	Local	Logotipo	Fatos
1894	Evento			- Fundado COI ^a
1896	Jogos	Atenas (GRE)		- Primeira Olimpíada da Era Moderna ^a
1900	Jogos	Paris (FRA)		- Início do Futebol nos Jogos (sem medalha) ^b
1904	Jogos	St. Louis (EUA)
1908	Reunião	Londres (ING)		- Publicação das primeiras regras para funcionamento ^b - Carta Olímpica ^b
1912	Jogos	Estocolmo (SUE)
1916	Evento			- Cancelamento devido a I Guerra Mundial ^a
1920	Jogos	Antuérpia (BEL)		- Futebol entra no Programa Oficial Olímpico ^b - Estatuto dos princípios Olímpicos ^b - 1ª vez que a Bandeira Olímpica é hasteada com juramento dos atletas ^c - 1º Protocolo Cerimonial Olímpico ^c - Estádios inacabados, acomodações inadequadas para atletas ^d
1924	Jogos	Chamonix (FRA)		- Primeira Olimpíada de Inverno ^a - COI proíbe publicidade nos locais de competição ^a - Carta Olímpica: princípios fundamentais e Constituição do Comitê Executivo com autonomia jurídica ^a
1924	Jogos	Paris (FRA)		- Primeira denominação de Olimpíada de Verão ^a
1925	Evento			- Debate em Praga sobre amadorismo x profissionalização dos atletas ^d
1928	Jogos	St. Moritz (SUI)		- Acesa primeira Pira Olímpica ^b
1928	Jogos	Amsterdã (HOL)
1930	Reunião			- Carta Olímpica: Conselho de Delegados das Federações Internacionais ^b
1931	Evento			- Escolha de Berlim para sediar Jogos em 1936 ^d
1932	Jogos	Lake Placid (EUA)
1932	Jogos	Los Angeles (EUA)		- Utilização das Olimpíadas para alavancar economia urbana ^a
1936	Jogos	Garmich-Partenkirche (ALE)		- Dois atletas judeus dos EUA são retirados dos jogos pela própria equipe ^d
1936	Jogos	Berlim (ALE)		- Primeira transmissão televisiva ^a - Boicote União Soviética e Espanha ^a - Propaganda nacional-socialista do nazismo ^b - Jesse Owens ganha 3 medalhas olímpicas e quebra recorde nos 100m ^d

1940 a 1945	Evento			- Cancelamento devido a II Guerra Mundial ^a
1948	Jogos	St. Moritz (SUI)
1948	Jogos	Londres (ING)		<ul style="list-style-type: none"> - Grande aporte de investimento privado nas transmissões televisivas^a - BBC propõe pagamento de US\$3.000,00 - não aceito^a
1949	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Carta Olímpica: autonomia jurídica do COI, suprema autoridade sobre o Movimento Olímpico^a - Candidatura da cidade passa a ser responsabilidade das autoridades da cidade candidata e tem que garantir suporte financeiro para construção de equipamentos dos Jogos^b
1952	Jogos	Oslo (NOR)
1952	Jogos	Helsinque (FIN)		<ul style="list-style-type: none"> - Primeiro contrato transmissão televisiva^a - Primeiro contrato de bens e serviços^a
1955	Evento			- 1º documento oficial para candidatura de cidades: manual, regras e exigências (comprovar capacidade de acomodação; proibição de propaganda política ou outros eventos durante o período dos Jogos) ^a
1956	Jogos	Cortina (ITA)
1956	Jogos	Melbourne (AUS)		<ul style="list-style-type: none"> - Ruptura no contrato de transmissão^a - Carta Olímpica: informações gerais sobre fair play e autonomia do Movimento Olímpico^b
1957	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Exigência para suporte à mídia^a - Garantia de entrada de todos integrantes de delegações no país^a
1960	Jogos	Squaw Valley (EUA)
1960	Jogos	Roma (ITA)		<ul style="list-style-type: none"> - Transmissão ao vivo para 18 países europeus e quase simultâneo para Canadá, EUA e Japão^a - Inserção da Vila Olímpica no Projeto da cidade receptora^a - Diretrizes para contratos de TV e proteção da Marca Olímpica^a
1962	Reunião			- Regras para admissão de atletas: comprovar renda ^a
1963	Evento			- João Havelange entra para o Movimento Olímpico ^a
1964	Jogos	Innsbruck (AUT)
1964	Jogos	Tóquio (JAP)
1967	Reunião			- Carta Olímpica: quadro de profissionais para cada equipe ^a
1968	Jogos	Grenoble (FRA)

1968	Jogos	Cidade do México (MEX)		<ul style="list-style-type: none"> - Primeira construção de Vila da Mídia que passa então a ser obrigatório para edições posteriores^a - Massacre de Tlatelolco com morte de estudantes que protestavam um pouco antes do início dos Jogos^b - Protesto de dois atletas norte-americanos negros com saudação black powers dos Panteras Negras. Medalhas foram retiradas dos atletas pelo COI como punição^b
1971	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Código de elegibilidade ao amadorismo (proibição de ganho ou compensação material das práticas esportivas)^a - Restrição de uso da logomarca Olímpica em equipamentos e vestimentas^a - Vantagens transmissão exclusiva^a
1972	Jogos	Sapporo (JAP)
1972	Jogos	Munique (ALE)		<ul style="list-style-type: none"> - Assassinato de 11 membros da equipe de Israel por militares palestinos durante os Jogos^{b, d}
1973	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Carta Olímpica: utilização do emblema olímpico de forma comercial e exploração ao COJO^a
1974	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Anexado questionário com condições de apoio logístico a patrocinadores e transmissões televisivas para a cidade candidata^a - Cidade candidata deve adotar medidas legais para atender exigências do COI^a - Fonte de recursos do país candidato devem ser explicitados na candidatura^a
1976	Jogos	Innsbruck (AUT)
1976	Jogos	Montreal (CAN)		<ul style="list-style-type: none"> - Cidades candidatas devem assinar termo de concordância com termos do COI^a - Utilização dos Jogos para desenvolvimento urbano^a - Dívida de 3 bilhões e 30 anos para quitar. 9.2 vezes mais do que o budget inicial^d
1978	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Termo "amador" ou "amadorismo" são retirados da Carta Olímpica^b - Termo de uso da imagem assinado por cada atleta^a - Controle aéreo de publicidade durante os Jogos na cidade receptora^a - Mudanças legislativas são exigidas pelo COI para as cidades candidatas^a - Los Angeles ganha candidatura para sediar Jogos em 1984. Única cidade concorrente^d
1980	Jogos	Lake Placid (EUA)
1980	Jogos	Moscou (RUS)		<ul style="list-style-type: none"> - Boicote de 66 países contra invasão no Afeganistão^b - Juan Antonio Samaranch assume presidência do COI^a - COI assume contratos diretos para transmissão TV, tirando do COJO^a
1981	Evento			<ul style="list-style-type: none"> - Seul ganha candidatura para sediar Jogos em 1988. Duas cidades concorreram^d
1982	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Firmado contrato de Programa Único de Patrocínio Mundial – TOP - entre o COI e a International Sport and Leisure (ISL) de Host Dassler da Adidas. Exclusividade por categoria de produtos e serviços^{a, b} - Carta Olímpica: assinatura do contrato com Prefeito da cidade sede e cartão de credenciamento servir como visto de entrada no país sede da edição^a

1984	Jogos	Sarajavo (ex-IUG)
1984	Jogos	Los Angeles (EUA)		<ul style="list-style-type: none"> - Única candidata, ganhou o direito de transferir a responsabilidade de realização do evento para entidades privadas, sem comprometimento do poder público^a - já tinha infraestrutura por ter sediado jogos em 1932. Lucro de \$215 milhões para Comitê Organizador^d - Boicote de 17 países^a - COI lança ideia de patrocínio exclusivo^b
1986	Evento			- Barcelona ganha candidatura para sediar Jogos em 1992. Seis cidades concorreram ^d
1987	Evento			- COI vota pela permissão de jogadores profissionais no tênis ^d
1988	Jogos	Calgary (CAN)
1988	Jogos	Seul (COR)
1989	Evento			- COI entende a permissão para jogadores profissionais em todas as modalidades ^d
1990	Evento			<ul style="list-style-type: none"> - COI cria TOK - Programa de Conhecimento Olímpico^a - Atlanta ganha candidatura para sediar Jogos em 1996. Seis cidades concorreram^d
1991	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Primeira menção à responsabilidade ambiental^a - COI tira todas as restrições do profissionalismo nos Jogos^d
1992	Jogos	Albertville (FRA)		- COI decide dividir os Jogos de Inverno e Verão com 2 anos de distância entre os eventos: maior lucro para empresas ^d
1992	Jogos	Barcelona (ESP)		<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de reestruturação urbana^a - Problemas com falta de sustentabilidade na cidade, principalmente sobre poluição de rios e mar para competições^d
1993	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Comissão de Avaliação do COI: autorizar/vetar alterações no Projeto Olímpico^a - Sydney ganha candidatura para sediar Jogos em 2000. Oito cidades concorreram^d
1994	Jogos	Lillehammer (NOR)		- Primeira edição a adotar designação "Jogos Verdes" (reciclagem e eficiência energética) ^c
1996	Jogos	Atlanta (EUA)		- Venda de espaços publicitários e abalo na marca olímpica (marketing de emboscada) ^a
1997	Evento			- Atenas ganha candidatura para sediar Jogos em 2004. Oito cidades concorreram ^d
1998	Jogos	Nagano (JAP)		<ul style="list-style-type: none"> - Corrupção no processo de seleção de Salt Lake City - expulsão de 10 membros do Movimento Olímpico^b - Comitê de candidatura de Nagano queima livros de contabilidade para evitar sanções^d
1999	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Carta Olímpica: criação do código de ética, anti-doping e manuais para candidatura em 2 fases^a - Criação da WADA - World Anti-doping Agency pelo COI^d

2000	Jogos	Sidney (AUS)		<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças legislativas para proteção da marca olímpica^a - Comissão para recomendações de gerenciamento dos eventos^a - "Jogos Verdes" (aspectos de recuperação do solo, redução e reutilização resíduos, auditado pelo Greenpeace^c)
2001	Evento			<ul style="list-style-type: none"> - Criado por Jacques Rogge a Comissão de Estudos dos Jogos Olímpicos. Objetivos: tornar jogos mais ágeis e eficientes e propor soluções para gerenciar o evento^b
2002	Jogos	Salt Lake (EUA)
2003	Reunião			<ul style="list-style-type: none"> - Carta Olímpica: compromisso com Legado e separação de gastos do evento e da cidade^b
2004	Jogos	Atenas (GRE)		<ul style="list-style-type: none"> - Controle de propaganda nos espaços públicos^a - Déficit do país e Arquitetura do Espetáculo^d - COI compra direitos do Programa OGKs - Olympic Games Knowledge Services^b
2005	Evento			<ul style="list-style-type: none"> - Londres ganha candidatura para sediar Jogos em 2012^d
2006	Jogos	Torino (ITA)		<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de "Ciclo de vida": certificação ISSO 14.001 e de Gestão Ambiental e Auditoria (EMAS)^c - Crédito de carbono e "selo verde" para indústria turística^c
2008	Jogos	Pequim (CHI)		<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento de 2.5 bilhões de dólares de empresas televisivas para o COI^a - Grande número de desapropriações^b - Urbanismo do espetáculo - 40 bilhões de dólares gastos em infraestrutura^a - Utilização de combustíveis limpos em frota Olímpica (90% dos ônibus e 70% dos táxis)^c - <i>Biding</i> custou \$40 bilhões^d
2009	Evento			<ul style="list-style-type: none"> - Rio ganha candidatura para sediar Jogos em 2016^d
2010	Jogos	Vancouver (CAN)		<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de sustentabilidade - GRI dentro de 6 prioridades^c
2011	Evento			<ul style="list-style-type: none"> - PyeongChang é eleita a sede das Olimpíadas de Inverno 2018^c
2012	Jogos	Londres (ING)		<ul style="list-style-type: none"> - Criação da APO (Autoridade Pública Olímpica)^b - Leis de proteção da marca Olímpica^c - Relatórios de sustentabilidade padrão GRI e certificação ISSO 20.121^c
2012	Evento			<ul style="list-style-type: none"> - Um relatório do governo holandês afirma que no futuro, somente países não democráticos poderiam sediar os Jogos porque somente eles teriam poderem centralizadores e dinheiro suficientes para a organização do evento^d
2013	Evento			<ul style="list-style-type: none"> - Tóquio é eleita a sede das Olimpíadas de Verão 2020^c - Thomas Bach é eleito presidente do COI^d
2014	Jogos	Sochi (RUS)		<ul style="list-style-type: none"> - Protestos em Tóquio contra sediar os Jogos em 2020 - gasto previsto de \$1.5 bilhões para construção de estádio^d - Aumento de conscientização sobre sustentabilidade na Rússia e relatórios padrão GRI^c - Thomas Bach cria os 20+20^d - Gasto estimado em \$50 bilhões^d

2016	Jogos	Rio de Janeiro (BRA)		- Criação da APO (Autoridade Pública Olímpica) ^{b,c}
2018	Jogos	PyeongChang (KOR)
2020	Jogos	Tóquio (JAP)

Fonte: ^a (Payne, 2005); ^b (Gusmão, 2012); ^c Rio-2016: <http://www.olympic.org/>; ^d (Zimbalist, 2015)

Para compreender como as Olimpíadas acontecem, quem paga pela realização do evento em seus mais diversos processos, é fundamental entender melhor alguns elementos chave da organização do COI, bem como a ligação dessa entidade com sujeitos políticos e econômicos mundiais. Como bem salientado por Gusmão (2012), as fases históricas do Comitê Olímpico são bem distintas e representam uma evolução em relação a procedimentos adotados, principalmente no que diz respeito à sua autonomia econômica e política em relação aos países e seus conflitos particulares.

O quadro elaborado tentou elencar os principais momentos representativos dessa passagem dos Jogos Olímpicos enquanto uma atividade esportiva social à forma mercadoria pautada na marca e nos elementos simbólicos e ideológicos representados pelo megaevento.

É interessante destacar que essa transição dos jogos denominados “amadores” para os jogos “profissionais” aconteceu justamente em um dos momentos de crise do capital, que teve seu epicentro na cidade de Nova York nos Estados Unidos, como discute Harvey (2004). Ao passo que a crise se alastrava globalmente por todos os mercados, o COI iniciava em 1971 uma primeira tentativa de restringir os acessos à marca olímpica e favorecer a sua comercialização, firmava os primeiros contratos de transmissão televisiva, adotava medidas restritivas firmadas em contratos com as cidades-sede em 1973, enfim, tomava providências que culminam na utilização dos jogos como ferramenta para um pretense “desenvolvimento urbano” nos Jogos de Montreal em 1976.

Toda essa política adotada dentro do Movimento Olímpico estava em perfeita consonância com o cenário político global, que passa a ser centralizado em medidas neoliberais nos principais países mundiais, com abertura de novos mercados para a expansão do excedente do capital e também com a implantação de “vastos projetos de infraestrutura, como barragens e estradas – mais uma vez tudo financiado pela dívida – transformam a paisagem” (Harvey, 2004, p.143-144). Particularidades que

serão transportadas para dentro dos Jogos, através principalmente da eleição de Samaranch²⁴ em 1980.

Foram três os principais objetivos que o novo presidente almejava alcançar que, pela percepção dele e de outros envolvidos, seriam ações fundamentais para manter a própria existência do movimento Olímpico (Payne, 2005). Naquele momento, após a realização da edição de 1976, em Montreal, que havia deixado um *déficit* de um bilhão de dólares, nenhuma cidade no mundo estava propensa a se candidatar para sediar novos jogos. Além disso, havia também o caráter político que permeava os jogos, ou seja, muitos países usavam suas delegações ou de países com os quais mantinham rivalidades políticas e territoriais, para transmitir mensagens ao mundo. Episódios como o assassinato de membros da delegação israelense por militares palestinos durante os Jogos de Munique, na Alemanha em 1972, boicotes de delegações, propaganda política, entre outros, ameaçavam a continuidade dos jogos e um dos seus princípios básicos que é a paz mundial – mesmo que numa trégua de 17 dias.

Quando Samaranch assumiu a presidência, o COI possuía menos de “200.000 dólares em caixa e pouco mais de 2 milhões de dólares em ativos” (Payne, 2005, p.9, tradução nossa)²⁵. A principal fonte de renda do Movimento Olímpico era o direito de transmissão dos Jogos pelos canais de televisão, o que era pouco aproveitado e administrado, segundo Payne (2005). Em consequência dessa falta de recursos, o novo presidente determinou que primeiro seria necessário que o COI fosse financeiramente independente.

No entanto, estava firmado um paradoxo: como conciliar o mercado para sustentação do COI e os valores morais do “olimpismo”? A resposta para esse problema foi exatamente utilizar como mercadoria o conjunto de valores até então não comerciais que são associados ao Movimento Olímpico, como a honra, a integridade, a determinação e o compromisso com a qualidade, atributos que são inegavelmente valorizados mundialmente. “Os Jogos Olímpicos são descritos com adjetivos como ‘dignos’, ‘cosmopolitas’, ‘globais’, ‘modernos’, ‘multiculturais’ – e que repercutem muito

²⁴ Don Juan Antonio Samaranch Torelló (1920-2001), nasceu em Barcelona e ocupou vários cargos políticos, inclusive durante a ditadura de Franco, na Espanha. Foi eleito membro do COI em 1966 onde permaneceu até o final dos seus dias como membro vitalício. Disponível em: http://www.olympic.org/Assets/OSC%20Section/pdf/LRes_21E.pdf. Acessado em 22/02/2015

²⁵ “\$200.000 in liquidity, and just \$2 million in assets”.

bem junto aos patrocinadores, além de projetarem uma imagem positiva”. (Payne, 2005, p. 278, tradução nossa)²⁶.

Como manter a alma olímpica e ainda fornecer a base de financiamento que permite que o Movimento Olímpico possa crescer e prosperar é um constante desafio. Há uma tensão evidente entre os princípios idealistas e comerciais que têm ressonância com a filosofia olímpica moderna e a necessidade de financiar o maior evento esportivo e de mídia do mundo. Mais e mais observadores Olímpicos admitem que essa tensão não é mais conflituosa, mas sim um equilíbrio dinâmico, onde **a identidade dos Jogos Olímpicos, como a incorporação de um conjunto especial de valores, se engaja em uma dança delicada com entidades comerciais ansiosas para usar sua identidade para vender produtos** (Payne, 2005, p. 17, tradução nossa, grifos nossos)²⁷.

A fala acima deixa bastante clara a interação entre a utilização da marca olímpica para a venda de produtos e, portanto, representa bem a quarta passagem descrita por Gusmão (2012, p. 41) sobre a “completa espetacularização (desde 1980)”. Para atingir esse fim, Samaranch recorreu ao então presidente da empresa de esportes *Adidas*, Horst Dassler²⁸ para criar uma estratégia de marketing global para o Movimento Olímpico (Payne, 2005). Foi nessa mesma época que o inglês Michael Payne, ex-esquiador, entrou para o COI, assumindo o posto de primeiro diretor de marketing em 1988 e fundador do Programa TOP de patrocinadores (*The Olympic Partners*) (Neuma, 2012). Esse programa de patrocínio iria alterar a forma como o COI lidava com seus patrocinadores, sempre seguindo o lema de “menos é mais”, ou seja, dar exclusividade para o patrocinador, sem concorrência com outras empresas similares dentro do seu campo de atuação, mas sem propagandas ostensivas e diretas ao consumidor.

O objetivo seria realizar parcerias com grandes empresas sem “poluir” a visão dos jogos, associando principalmente a imagem do Movimento Olímpico e seus ideais, com as marcas específicas. Isso significava uma reformulação no modo como os

²⁶ The Olympic Games possess attributes such as dignified, worldly, global, modern, multi-cultural and dynamic – all of which reflect well on sponsors and project a positive image”.

²⁷ “How to keep the Olympic soul and yet still provide the funding basis that allows the Olympic Movement to grow and thrive is a formidable ongoing challenge. There is an obvious tension between the idealistic and commercial principles which resonate with modern Olympic philosophy and the need to finance the world’s largest athletic and media event. More and more Olympic observers admit that this tension is no longer a conflictual one, but rather a dynamic balance where the identity of the Olympics, as the embodiment of a special set of values, engages in a delicate dance with commercial entities eager to use that identity to sell products”.

²⁸ Presidente da companhia *Adidas*, que foi herdada de seu pai, Adolf Dassler. Nascido em 1936, assumiu a campanha de marketing para o COI a convite do presidente Samaranch, em 1980. Morreu em 1987 e sua empresa, ISL é investigada por corrupção. Maiores informações em Jennings (2011).

patrocinadores poderiam divulgar seus produtos: sem propagandas diretas, sem anúncios publicitários nos locais ou cidades sede dos Jogos, sem grandes logos, *banners*, *outdoors* ou qualquer outro meio visual de comunicação. Como sintetizou Payne, o objetivo principal que atrai as empresas a serem TOP é, sem dúvida, a perspectiva de lucros. Em qualquer parte do mundo, um parceiro olímpico é visto como confiável; apresenta a oportunidade para a empresa divulgar uma imagem local de seu produto, “...lançar novas tecnologias, novas ideias, e provar que podem entregar seu produto sob grande pressão, sendo assistido por todo o planeta” (Payne, 2005, p. 96-97, tradução nossa)²⁹.

Bem escolhido e bem gerido um patrocínio pode mover a sua marca para frente de uma forma mais dramática do que quase qualquer outra atividade de marketing. E os Jogos Olímpicos são absolutamente únicos - o único patrocínio que oferece uma audiência de massa e ao mesmo tempo se qualifica como uma boa causa aos olhos do consumidor. (Payne, 2005, p.107, tradução nossa)³⁰.

Ao longo dos anos, o COI teve diversos parceiros TOP, destacando-se empresas multinacionais como Coca-Cola, McDonald's, Kodak, Samsung, American Express e Visa. Os contratos eram fechados em quatro anos de exclusividade, mas em diversos momentos, foram fechadas parcerias por períodos mais extensos, que envolviam duas ou mais edições dos Jogos.

Paralelamente ao Programa TOP, Samaranch promoveu também uma reformulação nos contratos com empresas de transmissão dos Jogos, como televisões e jornais. Antigamente, os contratos eram decididos e fechados diretamente com os COJOS (Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos). O COI passou então a adotar contratos de longa duração com as emissoras e empresas de comunicação, envolvendo mais de um evento pela exclusividade na transmissão, e na maioria das vezes, sempre antes da escolha das cidades sede (Gusmão, 2012; Payne, 2005).

Em seu livro, *Olympic Turnaround* (2005), Michel Payne declara que, ao longo dos anos, a televisão transformou-se num motor que proporcionou as forças de crescimento para o Movimento Olímpico, acrescentando que “esportes e televisão

²⁹ “...to launch new Technologies, new ideas, new thinking, and to prove that they can perform and deliver under the most difficult and testing of environments”.

³⁰ “Well chosen and well managed sponsorship can move your brand forward more dramatically than almost any other marketing activity. And the Olympics are absolutely unique – the only sponsorship that delivers a mass audience and at the same time qualifies as a good cause in consumer’s eyes”.

foram bons uns com os outros” e que Saramanch gostava de descrever como “uma combinação feita no paraíso”. (Payne, 2005, p.28, tradução nossa)³¹.

O alcance global dos Jogos, com o seu amplo apelo demográfico e sua capacidade de envolver toda a população, torna os Jogos um atrativo único para os anunciantes. De acordo com David Hill, presidente da Rede Fox: 'Esporte é a última fronteira da realidade na televisão... a única coisa que pode garantir um público, por causa de sua capacidade de oferecer aos telespectadores em todo o mundo uma experiência de comunicação compartilhada'. (Payne, 2005, p. 29, tradução nossa)³².

Para dar uma dimensão de como esses dois programas - direito de transmissão e Programa TOP – são fundamentais para a manutenção das atividades do COI, elencou-se abaixo todas as fontes de renda do marketing olímpico, que contam também com a bilheteria dos jogos, patrocínios domésticos específicos para cada edição e licenças para venda da marca olímpica, principalmente em produtos e souvenirs. A evolução de todas receitas nos últimos cinco quadriênios, cujo total no período de 2009-2012 é de 8,046 bilhões de dólares encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2: Receita do marketing olímpico por períodos (em US\$ milhões)

	1993-1996	1997-2000	2001-2004	2005-2008	2009-2012
Direito de transmissão	1,251	1,845	2,232	2,570	3,850
Programa TOP	279	579	663	866	950
Patrocínio Doméstico COJO	534	655	796	1,555	1,838
Bilheteria	451	625	411	274	1,238
Licenças	115	66	87	185	170
Total	2,630	3,770	4,189	5,450	8,046

Fonte: COI (IOC, 2013)

É possível analisar que os valores dos direitos de transmissão e patrocínio incidem significativamente sobre os ganhos dos Jogos Olímpicos e tiveram um aumento gradual ao longo dos períodos, mas também é possível observar, através dessa tabela, que o valor proporcional dos patrocínios domésticos aumentou muito, o

³¹ “Sport and television have been good for each other. Samaranch liked to describe it as ‘as a match made in heaven’”.

³² The global reach of the Games, with their broad demographic appeal and their ability to engage the whole population, makes de Games a uniquely attractive proposition to advertisers According to David Hill, chairman of the Fox Network: ‘Sport is the last frontier of reality on television...about the only thing that can guarantee an audience, because of its ability to offer viewers around the globe a shared communications experience’”.

que incide especialmente sobre o valor que os poderes públicos das cidades sede se comprometem a arrecadar para os jogos. Pensando num país como o Brasil, com profundas desigualdades sociais, esse aporte de recursos tenderia a ser um problema.

O COI divulga a distribuição de 90% dessas receitas para as organizações que compõem o Movimento Olímpico, como NOCs (*National Olympic Committees*), IFs (*International Federations*) e OCOGs (*Organizing Committee for the Olympic Games*), sendo 10% retido no Comitê para custos operacionais (IOC, 2013).

Para o Programa TOP de patrocínio, essa distribuição das receitas é de 40% para os NOCs, 50% para o OCOGs e 10% para o COI. Como pode-se observar na tabela 3, a geração de receitas para essa modalidade específica teve um aumento significativo nos últimos anos, de US\$ 96 milhões de dólares para as edições de Calgary e Seul – inverno e verão, respectivamente - para US\$ 950 milhões nas edições de Vancouver e Londres – inverno e verão, respectivamente.

Tabela 3: Evolução do programa TOP

Quadriênio	Jogos	Parceiros	No de COJOS	Receita (em US\$ milhões)
1985-1988	Calgary / Seoul	9	159	96
1989-1992	Albertville / Barcelona	12	169	172
1993-1996	Lillehammer / Atlanta	10	197	279
1997-2000	Nagano / Sydney	11	199	579
2001-2004	Salt Lake / Atenas	11	202	663
2005-2008	Torino / Beijing	12	205	866
2009-2012	Vancouver / Londres	11	205	950

Fonte: COI (IOC, 2013)

Para as edições dos Jogos compreendidas entre os anos de 2013-2016, são 11 os parceiros TOP, Figura 1, que participam da chamada oitava geração do Programa TOP, conhecido como TOP VIII. Deram suporte para os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 em Sochi, na Rússia, e irão apoiar os Jogos de Verão Rio-2016.

Figura 1: Patrocinadores TOP 2013-2016

Fonte: Rio-2016 Guia de Proteção às Marcas para Turismo, Hotelaria e Lazer

As receitas advindas do direito de transmissão, por outro lado, são responsáveis por praticamente metade dos valores arrecadados pelo COI, como já mostrado na tabela 2. As empresas de televisão, nessa perspectiva, “podem ditar as regras do jogo em assuntos que vão desde o horário de realização das competições até a localização das instalações esportivas e o padrão estético de seu entorno”. (Gusmão, 2012, p.105).

No gráfico 1 a seguir pode-se perceber o quanto as receitas com os direitos de transmissão aumentaram desde os Jogos Olímpicos de Verão em Roma e de Inverno em Squaw Valley até Londres 2012 e Vancouver 2010. O número de países/territórios que passaram a ter transmissão dos jogos ao longo dos anos, passou de um ou dois nas edições de Berlim 1936, Londres 1948, Helsinki 1952 e Melbourne 1956 para 193 em Barcelona 1992, 214 em Atlanta 1996 e 220 para as últimas 5 edições dos jogos: Atenas 2004, Torino 2006, Pequim 2008, Vancouver 2010 e Londres 2012. (IOC, 2013). Esse crescimento na quantidade de países que passaram a transmitir os Jogos é uma consequência dos avanços tecnológicos pelo qual o mundo tem passado ao longo dos últimos anos, mas também demonstra o interesse que os Jogos passaram a ter no cotidiano da população mundial, que é alimentado e incutido através das extensivas campanhas publicitárias do COI.

Gráfico 1: Receitas de difusão dos Jogos Olímpicos (em US\$ milhões)

Fonte: Fonte: COI (IOC, 2013).

Recentemente, houve a divulgação de fechamento de um contrato firmado entre o COI e o Grupo Globo para transmissão dos Jogos Olímpicos até 2032. O contrato garante a transmissão de todos os jogos olímpicos, de verão e de inverno, em televisão aberta onde não há direito de exclusividade e em redes de televisão por assinatura, internet e celulares onde a Globo terá total exclusividade de transmissão. O preço firmado por esse contrato ainda não foi divulgado nem pela emissora nem pelo COI, mas é possível estimar tendo em vista o valor pago pela emissora para ter o direito de transmitir somente os Jogos Olímpicos Rio-2016, que totalizou R\$ 200 milhões – mesmo sem a exclusividade, pois outras duas emissoras brasileiras também compraram os direitos de cobertura dos Jogos no Rio (Portal UOL, 2015a).

Com essas duas estratégias econômicas, o COI passa a ter um fluxo financeiro muito mais estável, que possibilitaria a Samaranch pôr em prática seus outros dois objetivos de reestruturação para o Movimento Olímpico. A segunda meta era ter controle sobre a agenda do olimpismo, de forma que o termo boicote nunca mais fosse uma ameaça na realização dos Jogos. (Payne, 2005). Segundo esse mesmo autor,

Samaranch utilizou suas habilidades diplomáticas, angariadas durante seus anos como político na Espanha, para conseguir dialogar com os líderes globais, antecipando problemas e tentando resolvê-los antes que se tornassem uma ameaça para a realização de mais uma edição dos Jogos Olímpicos. “Nunca mais o COI ficaria sujeito a manobras políticas e de outros agentes, cujos interesses de curta duração significavam que seus propósitos eram unicamente a fama momentânea nas manchetes dos jornais”. (Payne, 2005, p.15, tradução nossa)³³.

A terceira e última estratégia de Samaranch para a sobrevivência do Movimento Olímpico, ainda segundo Payne (2005), era promover a união interna. Através de ações, criação de novos departamentos especializados em áreas prioritárias, como marketing, finanças, contabilidade e, posteriormente, com o escândalo de Salt Lake City, auditorias internas, o objetivo era unir todos que trabalhassem direta ou indiretamente com o Movimento Olímpico em prol de um ideal comum, sempre estabelecendo a marca como prioridade, como pode ser observado no discurso reproduzido por Payne (2005, p.15, grifos do autor, tradução nossa)³⁴: “É uma causa que apela para nossas aspirações, é uma marca que apela para nossos mais elevados instintos, construídos *no mais alto denominador*”.

Em 2001, quando Jacques Rogge sucedeu a Samaranch na presidência do COI, o quadro herdado foi muito diferente do seu antecessor, 21 anos antes. Como afirma Payne (2005), o Movimento não estava mais sob ameaça de falência, não dependia mais dos desmandos políticos dos líderes mundiais, tinha total autonomia sob suas finanças e possuía uma imagem única, agregada a valores que remetem sua audiência a conceitos como confiança, união, paz, fraternidade, competição, esporte, beleza, saúde. O novo presidente focou sua atenção para o combate ao antidoping e ao marketing da instituição.

Em 2013, Thomas Bach é eleito como novo presidente do COI. No Brasil, sede da Copa do Mundo da FIFA 2014, explodem manifestações nas ruas de todas as cidades do país, com a população exigindo melhoras em itens básicos como transporte, saúde, educação e habitação. As manifestações atingiram diretamente a realização dos megaeventos que o país receberia nos próximos anos, com a

³³ No longer would the IOC trail behind politicians and others whose short-term focus meant they were only interested in tomorrow's newspaper headlines”.

³⁴ It is a cause that appeals to our aspirations, a brand that appeals to our highest instincts, one built on the *highest common denominator*.”

população e meios de comunicação alegando insatisfação com os enormes gastos dispendidos pelo país para a realização dos eventos, usando dinheiro público, principalmente na área da construção civil, ao invés de priorizar outras áreas mais carentes e deficitárias.

As manifestações eclodiram em junho de 2013, um pouco antes da realização da Copa das Confederações, uma espécie de evento-teste da FIFA antes do megaevento da Copa do Mundo, principalmente com o intuito de avaliar os equipamentos construídos pelo país.

Zimbalist (2015) salienta que o longo processo de candidatura de uma cidade, que começa onze anos antes do evento real, é um ponto que prejudica enormemente os custos que serão de fato dispendidos. Os valores que serão gastos no megaevento esportivo tendem sempre a ser maiores que o estimado, principalmente em função da inflação e alta nos preços, tanto dos espaços físicos necessários para construção, como da mão de obra e materiais.

O autor ainda salienta os valores que são pagos por cada cidade que se candidata para o COI: “para se candidatar a uma olimpíada, o país deve primeiro pagar \$150 mil [dólares americanos] para o COI para ser considerada dentro do processo de concorrência. Se for escolhida para o grupo de finalistas, com sete anos antes de sediar os Jogos, a cidade deve pagar ao COI adicionais \$500 mil” (Zimbalist, 2015, Loc.188, tradução nossa)³⁵.

As altas somas dispendidas para as candidaturas, como foi relatado por Chicago, por exemplo, que gastou cerca de US\$ 100 milhões para candidatura aos jogos de 2016, e Tóquio, que gastou cerca de US\$ 150 milhões nessa mesma candidatura³⁶, demonstram o quanto as cidades estão dispostas a pagar para meramente participar da possibilidade de sediarem os Jogos Olímpicos. Esse alto custo dispendido e a falta de clareza no processo de candidatura acarretaram muitas reclamações dos países que tentaram sediar o megaevento nos últimos anos.

Para o Movimento Olímpico, a queda do número de cidades candidatas nas últimas edições também marcava uma nova fase para os Jogos. Era necessário tomar

³⁵ The select cities at this stage are known as “applicants”, and each pays the IOC \$150,000 to be considered. The applicant cities are then whittled down to a group of usually three to five finalist or “candidate cities”. Each candidate city pays the IOC an additional \$500,000 for the privilege of being considered as an Olympic host”.

³⁶ Gastos considerados com a candidatura e outras despesas de cada cidade computadas dentro dos gastos olímpicos, como esclarece Zimbalist, 2015.

providências que pudessem dar continuidade às candidaturas, sem que se chegasse à terrível realidade de 1984, quando somente Los Angeles foi candidata a sediar os Jogos e o Movimento teve que abrir mão de diversos princípios e procedimentos para não deixar de realizar o evento.

Com isso, durante os Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi, na Rússia, em 2014, os membros do Comitê Olímpico Internacional se reuniram na “*126th IOC Session*” e criaram um documento intitulado “*Olympic Agenda 2020 – 20+20 Recommendations*”, onde são apontadas mudanças no Movimento Olímpico, principalmente relacionadas à diminuição do alto custo de candidatura para cidades (IOC, 2014).

As 40 recomendações listadas no documento, publicado em 18 de novembro de 2014 na “*127th IOC Session*” realizada na cidade de Mônaco, foram formuladas durante um ano pelo Movimento Olímpico, que levou em consideração consultas feitas a patrocinadores, a consultores externos e ao público em geral. Para os objetivos desta pesquisa em particular, é importante destacar algumas dessas recomendações, que irão alterar a forma como os Jogos Olímpicos serão escolhidos, analisados e conduzidos nas suas próximas edições, ou seja, esses novos princípios não serão aplicados ao Rio ou a Tóquio, por exemplo, que já estão escolhidas como cidades-sede das próximas edições dos Jogos Olímpicos, mas servem para nortear futuras candidaturas.

1) Transformar o processo de candidatura em um convite. O COI irá introduzir uma fase de assistência à candidatura onde cidades que estão considerando se candidatarem para os Jogos terão consultoria direta do COI para procedimentos, análise de edições anteriores e necessidades de instalações. O COI promoverá o uso de equipamentos já existentes ou de facilidades temporárias nas próximas edições. O COI disponibilizará publicamente o contrato com a cidade escolhida³⁷;

2) Avaliação das cidades candidatas através de oportunidades e riscos. Inserir um novo critério dentro dos 14 já existentes para escolha da cidade candidata: experiência de atletas. Pontos positivos a serem considerados pelo COI no processo de candidatura: máxima utilização de instalações já existentes e utilização de instalações temporárias. COI irá deixar mais claro os dois tipos de custos relacionados à realização do megaevento: investimento de longo tempo em infraestrutura para a cidade e investimento nos custos operacionais do evento;

3) Redução dos custos no processo de candidatura. Diminuir o processo de visitas e apresentações das cidades candidatas; diminuir os custos pagando por essas visitas para 6 pessoas das delegações candidatas, através de custeio de passagens aéreas e hospedagem; custeio para 12 delegados do COI fazerem visita de inspeção na cidade eleita. Publicação do

³⁷ Hoje, somente parte do documento fica disponível para o público (Rio 2016, 2009).

Dossiê de Candidatura será feito somente de forma eletrônica, diminuindo custos relacionados a impressão e postagem.

4) Incluir o papel da sustentabilidade em todos os aspectos dos Jogos Olímpicos. Desenvolver estratégia de sustentabilidade que possa integrar as cidades eleitas em todas as esferas do processo: econômicas, sociais e ambientais.

10) Mudar o conceito de um esporte-evento para um programa baseado em um evento. Fazer intervenções regulares no Programa para que seja baseado no evento em si e não somente na prática esportiva. Restrições no número de atletas, equipes técnicas, pessoal de suporte e eventos paralelos, tanto para os Jogos de Verão quanto para os Jogos de Inverno.

12) Reduzir os custos e reforçar a flexibilidade de gestão dos Jogos Olímpicos. Instalar um processo de gestão transparente para quaisquer alterações necessárias, para redução de custos.

23) Engajamento com comunidades. Criar uma plataforma virtual para atletas e voluntários; maior interação com o público em geral e com os jovens.

27) Respeitar os princípios básicos de boa governança. Atualizar periodicamente os documentos, dando ênfase a transparência, integridade e oposição sistemática a qualquer tipo de corrupção.

29) Aumentar a transparência. Utilizar padrões internacionais para auditorias internas no Movimento Olímpico e publicar esses documentos. Publicação anual das finanças e atividade do COI, incluindo as políticas de subsídios dos membros do COI.

36) Permitir a utilização da Marca Olímpica para fins não comerciais

39) Aumentar o diálogo da sociedade civil com o Movimento Olímpico. Realizar a cada 4 anos um Congresso denominado "*Olympism in Action*" com objetivo de aproximar os líderes do Movimento Olímpico e seus patrocinadores com membros civis da cidade receptora, abrindo diálogo com líderes comunitários, representações não governamentais e atletas, afim de discutir impactos do megaevento em áreas como desenvolvimento e educação (IOC, 2014, tradução nossa, grifos nossos).

Todos esses fatos históricos comprovam qual é, de fato, a finalidade do COI: uma marca que vende seu produto em um mundo globalizado, utilizando para isso, o imaginário da população através da produção de um espetáculo e da ambição de muitas cidades em se promoverem globalmente.

Mas nem todas as cidades que sediaram esse megaevento foram bem-sucedidas em cumprir com os compromissos assumidos com o COI e de fato realizar mudanças socioespaciais que beneficiaram seus moradores. Da mesma forma, nem todas as cidades se candidataram para sediar o megaevento com único objetivo de ser uma "próxima Barcelona", como será apresentado a seguir.

3.2. Análise crítica de candidaturas e edições passadas dos Jogos Olímpicos

Lenskyj (1996) realizou um trabalho de comparação entre duas cidades que competiram para sediar os Jogos Olímpicos de 2000, Toronto e Sydney, onde é possível perceber a grande diferença entre as candidaturas. Enquanto a de Toronto era totalmente baseada na participação comunitária e popular, visando à ocupação dos espaços urbanos pelo megaevento como forma de desenvolvimento social, a candidatura de Sydney teve uma forte propaganda difundida pela mídia nacional, apoiada por grupos privados com interesses econômicos, bem como líderes esportivos, políticos e até mesmo pelo setor público.

A autora discute a forma como a mídia manipulou a candidatura desses países para criar um suporte da população à realização dos Jogos, através da obstrução de debates importantes sobre os impactos que seriam de fato causados pelo megaevento esportivo, propagando a alienação da verdadeira realidade: a construção de uma ideia, um sonho coletivo, que traria poucos benefícios comuns e muitos individuais.

Para a maioria dos indivíduos e grupos envolvidos - tanto os defensores e críticos - a atenção está voltada para o impacto social e dos legados dos Jogos, e não apenas sobre os Jogos como uma competição ou espetáculo esportivo de alto desempenho. O impacto econômico foi uma preocupação fundamental: apoiadores retrataram a candidatura de Toronto aos Jogos em termos de aumento das oportunidades de trabalho, um legado de habitação e de lazer, e um superávit financeiro saudável, enquanto os críticos apontaram para a dívida contraída por outras cidades-sede e o negativo impacto econômico sobre grupos já desfavorecidos, como os moradores de rua e as pessoas que vivem em situação de pobreza. (Lenskyj, 1996, p.401 – tradução nossa)³⁸.

Da mesma forma, a autora aponta para a distribuição dos recursos públicos nas duas candidaturas: em Sydney, aproximadamente 29 centavos de cada dólar dispendido nas obras relacionadas aos Jogos seria proveniente de fundos públicos, em contraste com Toronto, onde seriam empregados 46 centavos por dólar. No entanto, a população da Austrália é consideravelmente menor que a do Canadá. Como consequência, os 29 centavos gastos em Sydney pesariam mais nos bolsos

³⁸ “For most of the individuals and groups involved – both supporters and critics – attention focused on the social impact and legacy of the Games and not simply on the Games and high-performance competition or sporting spectacle. The economic impact was a key concern: supporters portrayed Toronto’s hosting of the Games in terms of increased job opportunities, a legacy of housing and recreational facilities, and a healthy financial surplus, whereas critics pointed to the debt incurred by other host cities and the negative economic impact on already disadvantaged groups such as the homeless and those living in poverty”

dos contribuintes australianos, se comparado a quanto o valor proposto pela candidatura de Toronto representaria aos contribuintes canadenses.

Em Toronto, a participação popular e comunitária durante todo o processo de candidatura acabou por hostilizar a realização do evento e Sydney ganhou o direito de sediar os Jogos em 2000. Lenskyj termina seu trabalho afirmando que, “paradoxalmente, os perdedores (Toronto) foram na verdade vencedores, quando analisado pelos critérios da participação democrática” (Lenskyj, 1996, p.407, tradução nossa)³⁹ e também que “uma pergunta muito mais fundamental seria, pensando na realidade econômica no mundo, se o dinheiro público deveria ser utilizado para subsidiar o *circo* quando a população precisa de *pão*?” (idem, 1996, p.408, grifos da autora, tradução nossa)⁴⁰.

Nesse contexto, Hiller (2000) destaca a candidatura da Cidade do Cabo, na África do Sul, para sediar os Jogos Olímpicos de 2004. Mesmo perdendo para Atenas, que sediou os Jogos Olímpicos deste mesmo ano, o autor destaca a candidatura da cidade africana em meio a outras onze, incluindo o Rio de Janeiro, como um caso de sucesso. Segundo seu estudo, a candidatura tinha como princípio um dos pilares dos Jogos Olímpicos, o de contribuir para a melhora na qualidade de vida da população residente, especialmente das comunidades carentes. Através de duas ideias inovadoras, a candidatura propunha, de acordo com Hiller (2000, p.441, tradução nossa), “primeiro, servir como catalizador para melhoria de vida da população historicamente carente da cidade e segundo, de ser o propulsor no redesenho da cidade até então marcada pelo regime do *apartheid*, onde velhas bandeiras seriam quebradas e novos modelos seriam criados”.⁴¹

O projeto contava ainda com participação direta da população residente e da opinião pública em geral, com a construção dos equipamentos esportivos em áreas desprivilegiadas, gerando ações e projetos como suporte a pequenos negócios locais, aumentando a oportunidade de trabalho e qualificação da mão de obra, bem como melhorias nas condições de moradia e transporte.

³⁹ “Paradoxically, the losers (Toronto) are in fact the winners when judged by the criterion of democratic decision making”.

⁴⁰ “A more fundamental question might be, given the current economic conditions around the world, should public money be used to subsidize a circus when people need bread?”.

⁴¹ “first, to improve the life conditions of the historically disadvantaged; and second, to play a role in the redesign of the apartheid city whereby old barriers would be eliminated and new linkages created”.

Apesar disso, a candidatura não foi bem aceita pelo Comitê Olímpico Internacional e a cidade não sediou os Jogos. Pela análise do autor, para todos os países que sediam os megaeventos, a sua realização deveria priorizar o desenvolvimento local e as populações menos favorecidas economicamente do país sede e não ser elitista e simplesmente uma ferramenta comercial.

Outros dois autores, Pillay & Bass (2008) posteriormente estudaram a realização da Copa do Mundo FIFA 2010 na África do Sul e tiveram possibilidade de discutir as questões abordadas no estudo de Hiller (2000), de priorização ao desenvolvimento *versus* especulação imobiliária, diminuição da pobreza *versus* desapropriações sem devidos planejamentos e adequações de realocação dos residentes. Tendo priorizado a elite hegemônica do país e o capital internacional, para esses autores, a experiência de realizar o megaevento não foi positiva para o país considerando o desenvolvimento de toda a população e não somente das minorias. Nesse sentido, o legado deixa de ser positivo para se tornar um problema social.

Burbank, Andronovich e Heying (2002) desenvolveram um estudo comparativo entre três edições norte americanas de Jogos Olímpicos: Los Angeles (1984), Atlanta (1996) e Salt Lake (2002), essa última sede de Jogos Olímpicos de Inverno. Através desse estudo comparado, os autores procuraram demonstrar algumas particularidades dessas edições nos Estados Unidos.

Los Angeles foi a única candidata em potencial para sediar edição de 1984 dos Jogos e através de sua iniciativa em cortar gastos públicos, priorizando investimentos privados, na utilização de infraestruturas já existentes e no voluntariado, conseguiram realizar o megaevento sem grandes transformações para a cidade e sem déficit público. Conhecida como as “Olimpíadas do capitalismo”, se tornou um novo marco para as edições subsequentes.

Atlanta, por outro lado, não possuía infraestrutura que pudesse ser reutilizada para os Jogos e, portanto, houve uma política agressiva de desenvolvimento urbano. Essa edição, segundo o autor, trouxe benefícios para os moradores de Atlanta, mas também foi motivo de tensões entre os agentes políticos, privados e públicos no que diz respeito “a quem paga e quem se beneficia dos novos projetos” (Burbank, Andronovich e Heying, 2002, p.190, tradução nossa)⁴².

⁴² “other projects exacerbated existing tensions within the city over issues of who pays and who benefits”.

A cidade de Salt Lake tentou sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos por quase sete anos e, conforme os autores, foram gastos “estimados 13 milhões de dólares para os processos de candidatura nesse período” (Burbank, Andronovich e Heying, 2002, p. 190, tradução nossa)⁴³.

Com dificuldade em conseguir patrocinadores frente a um escândalo de propinas enfrentado em 1998, a cidade teve que enfrentar grandes conflitos entre a população e seus organizadores, levando a uma diminuição considerável do orçamento inicial previsto para a realização dessa edição. As conclusões desse estudo são de que “a estratégia do megaevento serve aos propósitos dos líderes econômicos, muito mais do que dos desejos oficiais de seus residentes”. (Burbank, Andronovich e Heying, 2002, p. 193, tradução nossa)⁴⁴.

O caso de Pequim (2008), com um total de 1,5 milhões de pessoas removidas para a realização dos Jogos Olímpicos é um dos exemplos mais emblemáticos dessa afirmação (COHRE – Centre on Housing Rights & Evictions, 2007). Em documento enviado à ONU, a então Relatora Especial sobre Moradia Adequada, Raquel Rolnik, faz uma relação de casos comprovados de despejos devidos à realização de megaeventos esportivos no mundo:

Podem citar-se os seguintes exemplos de despejos devidos à construção de áreas esportivas e de alojamento para os visitantes e às melhoras na infraestrutura: a) em Seul, 15% da população sofreram despejos forçados, e se demoliram 48 mil edifícios antes dos Jogos Olímpicos de 1988; b) em Barcelona, desalojaram-se 200 famílias com a finalidade de dar lugar à construção de novos anéis viários antes dos Jogos Olímpicos de 1992; c) em Beijing, nove projetos relativos à construção do local, de superfície de mais de 1 milhão de metros quadrados, exigiram o reassentamento dos moradores; houve denúncias de despejos massivos, realizados às vezes por homens não identificados no meio da noite e sem aviso prévio, e durante os quais se submeteu os moradores e ativistas por moradia a repressão, ameaças e detenções arbitrárias; d) em Nova Delhi, 35 mil famílias foram desalojadas de terras públicas para preparar os Jogos da Commonwealth de 2010; e) na África do Sul, o projeto de moradias N2 Gateway, que compreendia a construção de moradias de aluguel para a Copa do Mundo de 2010, teve como consequência a remoção de mais de 20 mil moradores do assentamento informal de Joe Slovo, e se realocou os moradores em áreas pobres nos limites da cidade; f) em Londres, a ordem de expropriação emitida para a organização dos Jogos Olímpicos de 2012, que outorga atribuições às autoridades locais para reunir a terra necessária para importantes projetos de regeneração, obriga os residentes a abandonar os distritos olímpicos. (Relatório ONU, 2009, p.6).

⁴³ “the bid committee spent nearly seven years and an estimated \$13 million lobbying to get the games”.

⁴⁴ “it makes clear that the mega-event strategy serves the goals of pro-growth business leaders more than the desires of elected officials or city residents”.

Para Davis⁴⁵, nos países em desenvolvimento, a população mais pobre está sempre com medo quando se fala em realizar eventos internacionais. “Os moradores das favelas estão cientes que são a ‘sujeira’, a ‘praga’ que os seus governos preferem esconder do mundo” (tradução nossa).

Outros autores da literatura internacional também apontam para o grande ceticismo de que receber um megaevento resultará em significativo crescimento econômico ou impacto no desenvolvimento da localidade receptora (Lenskyj, 2002; Ritchie, 2000; Hiller, 1998).

Os empregos gerados pelo megaevento são temporários e as obras de infraestrutura são, na maioria das cidades, necessárias sem a realização do megaevento. A noção do efeito multiplicador, que sugere que o gasto é estimulado pelo investimento inicial no megaevento, é criticado justamente porque poderia ser empregado em obras de infraestrutura e mobilidade, por exemplo. Para Zimbalist (2015, Loc.2072, tradução nossa), “realizar um megaevento tende a reforçar a já existente estrutura de poder e os padrões de desigualdade”.⁴⁶

Em matéria online publicada no canal R7 Esportes (2013), há uma discussão sobre algumas cidades que atualmente se recusaram a sediar Jogos Olímpicos, como é o caso de Viena, na Áustria e Graubünden, na Suíça. Os residentes dessas duas cidades recusaram a realização do megaevento, tendo em vista principalmente os altos valores envolvidos na sua realização.

O canal destaca ainda uma frase proferida recentemente por Jérôme Valcke, secretário-geral da FIFA, organização responsável pela realização das edições das Copas do Mundo desde 1904, ano de sua fundação⁴⁷. O pronunciamento foi feito pelo secretário durante as manifestações que tomaram as ruas do Brasil no período pré-Copa das Confederações em 2013, antes da realização da Copa do Mundo FIFA de futebol em 2014, no qual afirma que “menos democracia, às vezes, é melhor para organizar uma Copa”.

Segundo essa mesma reportagem, um estudo feito na Dinamarca em 2011 demonstrou que “grandes eventos esportivos tendem a encontrar cada vez mais

⁴⁵ Davis, Mike (2005). Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=277>. Acesso em setembro de 2014. “Slum residents are aware that they are the 'dirt', the 'plague' that their governments prefer to hide from the world”.

⁴⁶ “to hold a mega event tends to reinforce the existing power structure and patterns of inequality”.

⁴⁷ Para maiores informações sobre a FIFA e a Copa do Mundo, (Gusmão, 2012; Jennings, 2011; Zimbalist, 2015; Santos, R., 2013; entre outros)

resistência em democracias. Não por acaso, China, Rússia e Qatar ganharam grandes eventos do esporte nos últimos anos” (idem).

A história tem mostrado que os megaeventos ficaram mais ou menos restritos a cidades do mundo desenvolvido, devido aos custos envolvidos, os requisitos de infraestrutura, bem como a necessidade de estabilidade política. Exposições, por exemplo, tiveram suas origens na revolução industrial que fez a Europa e, em seguida, os Estados Unidos os locais privilegiados para esses eventos. Mais tarde, incluindo Coreia, Japão e Austrália, a maioria dos megaeventos (duas exceções: Cidade do México e Moscou) rodaram entre a Europa, América do Norte e estes três países adicionais. A maior parte da Ásia, da América do Sul e Central, da África, do Oriente Médio e Europa Oriental não acolheu megaeventos, ou não teve uma boa classificação quando se candidataram para sediar esses eventos (por exemplo, a candidatura olímpica de Istambul) (Hiller, 2000, p.441 – tradução nossa)⁴⁸.

Nessa perspectiva, a próxima parte do trabalho irá discutir a formação da cidade do Rio de Janeiro, que historicamente utilizou a realização de grandes eventos como justificativas para mudanças espaciais bruscas. Para melhor refletir sobre esse cenário, o texto fará uma abordagem histórica da elaboração e execução de muitos planos de ordenamento territorial, sempre tentando fazer um paralelo com o cenário político e econômico de cada época.

O foco do trabalho sempre será as remoções e por isso, as análises de todos os planos urbanos segue essa linha de pensamento, num primeiro momento, focando na cidade do Rio de Janeiro como um todo e mostrando como os planos convergiram num determinado momento histórico, para a região da Barra da Tijuca, onde estão construindo o Parque Olímpico e onde reside a Vila Autódromo.

⁴⁸ “History has shown that mega-events have been more or less restricted to cities of the developed world because of the costs involved, the infrastructural requirements, and the need for political stability. Expositions, for example, had their origins in the industrial revolution which made Europe and then the United States the prime sites for these events (Benedict, 1983). Later including Korea, Japan and Australia, most mega-events (two exceptions: Mexico City and Moscow) have rotated between Europe, North America and these additional three countries. Most of Asia, South and Central America, Africa, the Middle East and Eastern Europe have not hosted mega-events, or have not ranked highly when they did bid for these events (e.g. Istanbul’s Olympic bid)”.

4. Rio de Janeiro

Um trabalho que vise analisar o processo de evolução de qualquer cidade a partir de sua organização atual é, por definição, um estudo dinâmico de estrutura urbana. Para que evite cair no empirismo da mera descrição geográfica, é necessário, entretanto, que ele relacione – a cada momento – a organização interna da cidade como o processo e evolução da formação social (Abreu, 2013, p.11)

Para falar sobre a construção histórica do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, este trabalho se utilizará dos conceitos e divisões realizados principalmente nas obras de Andreatta (2006) e Abreu (2013).

Entende-se que são trabalhos que possuem focos de pesquisa diferentes e por isso, optou-se pela utilização de ambos como base para a escrita deste capítulo justamente pela sua complementaridade. É importante entender que, para compreender o processo de formação socioespacial do Rio de Janeiro atual e suas contradições históricas, não basta estudar somente os planos urbanísticos que influenciaram essas transformações e tampouco é suficiente entender os processos políticos e econômicos dos períodos de grandes mudanças. Mas, essencialmente, é com a junção desses estudos que, colocados dentro de um contexto histórico-temporal, acredita-se, será possível entender melhor como essas mudanças espaciais se deram e seus impactos na vida dos habitantes cariocas.

Para Abreu (2013, p.11), “o alto grau de estratificação social do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, na atualidade, é apenas a expressão mais acabada de um processo de segregação das classes populares que vem se desenvolvendo no Rio há bastante tempo”.

Portanto, esse capítulo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre esses processos ao longo da história do Rio de Janeiro, focando nos projetos de remodelação urbana que acarretaram, dentre outras coisas, remoções dos moradores economicamente mais pobres e socialmente mais vulneráveis da cidade. O intuito é compreender como e por que a cidade do Rio de Janeiro sediará o megaevento olímpico este ano e, principalmente, por que a prática da limpeza étnica, da violação dos direitos dos mais pobres e da constante tentativa de transmitir a imagem de uma cidade “maravilhosa” na busca por investimentos estrangeiros para a reprodução do capital se faz presente até os dias de hoje e culmina no processo de remoção pelo qual passa a Vila Autódromo.

4.1. O processo de produção do espaço na cidade do Rio de Janeiro

E assim é o Rio. Cidade construída ao longo de um período relativamente curto, fruto de uma mistura eclética de estilos. Paradoxalmente, a paisagem urbana celebrada universalmente por suas condições naturais, foi na verdade, como poucas cidades do mundo, resultado de alterações radicais tecidas sobre sua topografia original. (Andreatta, 2009, p.11).

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada no dia primeiro de março 1565, sendo a princípio, uma cidade que servia de defesa contra invasões estrangeiras. Segundo Andreatta (2006, p.51), a cidade não teve um plano de ordenamento territorial desde sua fundação: “a cidade foi concebida pelos portugueses como um porto fortificado, defendido por sua baía e seus morros, e para eles não era importante definir um projeto de cidade”. No entanto, essa mesma autora considera que houve uma tentativa de construção de um primeiro plano urbanístico pela corte portuguesa em 1582, denominado de “mapa topográfico do RJ” (idem).

Conforme aponta Abreu (2013, p.35), até então o Rio era uma cidade bem pequena, “apertada” entre os morros e a área costeira, com uma população majoritariamente escrava. “A falta de meios de transporte coletivo e as necessidades de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns dos outros, a elite local diferenciando-se do restante da população mais pela forma – aparência de suas residências do que pela localização das mesmas”.

Como capital do país de 1783 a 1960, substituindo Salvador, a cidade foi estruturada, até o início do século XX, por “moradias precárias, ruas sujas, estreitas e mal iluminadas, repleta de habitações coletivas – cortiços – e com graves problemas relacionados à insalubridade” (Molina, 2013, p.26).

Para Andreatta, o processo de produção do espaço carioca foi marcado por particularidades, especialmente no que tange a topografia da cidade. “Um processo que, em poucos séculos, suprimiu montes, aterrou lagoas e costas e urbanizou morros de abruptas ladeiras, de formas impossíveis” (Andreatta, 2006, p.20).

Com a residência da realeza portuguesa, a independência do país enquanto colônia de Portugal em 1822 e, principalmente, com a economia cafeeira, a cidade começou efetivamente a se expandir. Para Abreu (2013, p.36-37), esse crescimento “só foi possível, entretanto, devido à introdução do bonde de burro e do trem a vapor que, a partir de 1870, constituíram-se de grandes impulsionadores do crescimento físico da cidade”.

Dessa forma, a introdução dos bondes e posteriormente da malha férrea possibilitaram o desenvolvimento de outras regiões da cidade, bem como a expansão da indústria e o crescimento populacional, principalmente pela atração de trabalhadores livres, como salienta Abreu (2013). Esse autor aponta também que os conflitos que serão gerados entre o sistema escravista e capitalista iriam refletir diretamente na formação do espaço urbano da cidade nos anos seguintes.

Este período começa, na realidade, em 1858, com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil) que permitiu, a partir de 1861, a ocupação acelerada das freguesias suburbanas por ela atravessadas. A partir de 1868, com a implantação das primeiras linhas de bondes de burro, outro meio de transporte veio facilitar a expansão da cidade, neste caso em direção aos bairros das atuais zonas sul e norte (Abreu, 2013, p.43).

É consenso entre os autores que estudam a formação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro como Molina (2013), Andreatta (2006,2009), Abreu (2013) e Fernandes (2011) que o papel desempenhado pelos trens e bondes foi muito distinto na produção da expansão física da cidade, salientando, no entanto, que ambos tiveram investimento direto de empresas privadas internacionais.

Os trens foram responsáveis pelas transformações de áreas até então consideradas rurais, principalmente através do escoamento da produção cafeeira do porto para o interior. Já os bondes atendiam uma população que morava no centro da cidade e que não dispunha, até então, de um meio de transporte público mais eficiente. (Andreatta, 2006).

Para Abreu (2013), os bondes foram também responsáveis pelo padrão de ocupação da cidade pela aplicação do capital: nas elites cariocas, principalmente ligadas à produção do café, nos imóveis servidos pelas linhas de bonde e de empresas estrangeiras, que controlavam a expansão das linhas e nas obras de infraestrutura das regiões atendidas por elas.

Da mesma forma, esse autor discute que posteriormente os trens serviram a uma expansão das indústrias que, no início do século XX, se deslocaram do centro em direção aos subúrbios. Até o final do século XIX, a cidade não havia consolidado uma industrialização significativa, principalmente em decorrência da sua dependência com o setor agrícola e por diversos outros fatores, tais como: “inexistência de fontes regulares de produção de energia, pela dificuldade no recrutamento de força de trabalho qualificada; pela concorrência de produtos estrangeiros; [...] e pelas constantes epidemias de febre amarela” (Abreu, 2013, p.54).

O aumento das indústrias, que gradativamente vão deixando o centro da cidade, mais precisamente na região de São Cristóvão⁴⁹ em direção as áreas servidas pelas ferrovias, o declínio da produção agrícola do café e o adensamento populacional também serão fatores importantes que aconteceram na cidade até o final do século XIX e que deram origem ao que alguns pesquisadores denominam como sendo o primeiro plano de ordenamento urbanístico da cidade.

Segundo Andreatta, foram implementados na cidade até o final do século XIX dois planos urbanos que tiveram importância e relevância para a estruturação urbana que conhecemos hoje na cidade. Para a autora, cada um desses planos é reflexo de um período histórico específico e “apontam os paralelismos entre as preocupações do poder e a utilidade dos instrumentos utilizados nos contextos de referência” (Andreatta, 2006, p.46). Os planos foram importados principalmente de realidades europeias e tiveram, portanto, uma adaptação à vida histórica da cidade.

O primeiro plano urbanístico apontado por Andreatta (2006), seria o Relatório de Obras de Beaurepaire-Rohan ou Plano Beaurepaire de 1843. Foi um plano basicamente higienista, que propunha técnicas de drenagem e de pavimentação de ruas e praças, com intuito de expandir a cidade para o oeste. Também propôs ações para controle de atividades comerciais, públicas e privadas, que precisavam de mais higiene, como matadouros, hospitais e cemitérios.

Idealizado por um engenheiro, o plano foi analisado em quatro partes por Andreatta (2006, p.97): “estrutura urbana, espaços livres e intervenções singulares de qualificação da trama urbana, padrões de crescimento futuro e regras para a edificação urbana”. Para a autora, já é possível identificar nesse plano a “vontade de monumentalidade” (2006, p.103) que irá prevalecer na cidade nos anos seguintes.

A publicação dos Relatórios da Comissão de Melhoramentos da cidade, de 1875 e 1876 são classificados pela autora como o segundo plano urbanístico da cidade do Rio de Janeiro. Focado em objetivos tais como “saneamento, estrutura viária e valorização de áreas de expansão urbana” (Andreatta, 2006, p.56), o plano também possuía fortes tendências a técnicas de alinhamento como os feitos nas cidades europeias, especialmente em Paris e também uma primeira normatização

⁴⁹ Para Abreu (2013), houve um primeiro deslocamento das indústrias do centro da cidade para o bairro de São Cristóvão no final do século XIX, quando ocorre a mudança da família real e das elites locais em direção à zona sul da cidade. Ocupando os antigos casarões de São Cristóvão, as indústrias também serão atraídas a essa área por sua localização geográfica que permitia melhor escoamento da produção.

sobre edificações, além de prever as intervenções da iniciativa privada na construção de obras públicas por regimes de concessão, o que conhecemos hoje como as parcerias público-privadas – as PPPs.

De acordo com Andreatta, esse plano continha um caráter mais técnico do que sanitário, visto que nessa área, não trouxe grandes alterações ao Plano de Beaurepaire. A autora acrescenta ainda que o Plano das Comissões aponta ainda contradições ao indicar argumentos de base sanitário mesclados às reais intenções de desapropriações, principalmente na derrubada de morros centrais – Santo Antônio, Senado e do Castelo – na época já ocupados de forma desordenada pela população pobre e, em grande parte, ainda escrava, para valorização e expansão urbana.

[...] a sociedade carioca precisou de uma profunda renovação, que consolidaria uma nova classe capitalista em torno da construção de estradas de ferro, da introdução de iluminação pública a gás, da criação de bancos e de sociedades por ações, iniciando-se nesse período uma fase de industrialização que se cristalizaria no século seguinte (Andreatta, 2006, p.58).

Além disso, após o esgotamento do sistema escravista, seguiu-se o período de imigração estrangeira ao país e o consequente adensamento populacional na cidade do Rio de Janeiro. Para Abreu (2013) esse é o primeiro momento em que ocorre a intervenção direta do Estado para subsidiar a reprodução da força de trabalho. Em 1882, o Estado concedeu isenção de impostos e benefícios para às indústrias que construíssem casas para seus operários, processo que irá ocorrer principalmente ao redor das linhas ferroviárias por anos seguintes. Para o autor, haverá então direta relação entre as terminologias que ligam o trem e os subúrbios com a população mais pobre em contraste com os bondes, relacionados à elite carioca e a zona sul da cidade. O termo subúrbio carioca passa então a ter uma conotação muito mais social, como será abordado na discussão realizada por Fernandes (2011), mais a frente nesse mesmo capítulo.

O autor discute ainda que o papel do Estado na construção da segregação do espaço na cidade do Rio de Janeiro foi estruturado segundo os interesses do capital.

[...] se a estrutura atual da Área Metropolitana do Rio de Janeiro se caracteriza pela tendência a um modelo dicotômico do tipo núcleo-periferia, onde a cidade dos ricos se contrapõe àquela dos pobres, isto não se deve apenas às forças de mercado. Tal estrutura, também, seria função do papel desempenhado pelo Estado no decorrer do tempo, seja através da criação de condições materiais que favoreceram o aparecimento desse modelo dicotômico, seja mediante o estabelecimento de políticas que, embora objetivando muitas vezes regular conflitos entre o capital e o trabalho, sempre acabaram sendo benéficas àquele e em detrimento deste (Abreu, 2013, p.11).

Segundo Molina, a partir do século XIX começa a existir na cidade, uma preocupação da gestão pública com o urbanismo, espelhada nos modelos europeus, principalmente parisienses, de tornar a cidade mais bonita, “tendo como marco inicial a Reforma Passos, em 1902” (Molina, 2013, p.28).

Promovida pelo então prefeito Francisco Pereira Passos entre 1902 e 1906, a reforma buscava primordialmente uma remodelação e embelezamento do centro do Rio de Janeiro⁵⁰, pautados no “movimento da *‘City Beautiful’*, nascido em Chicago” (Andreatta, 2006, p.60).

Abreu (2013, p.59) analisa que esse período de transformações espaciais na cidade foi condizente com o cenário político e econômico da época, que apresentava então um “rápido crescimento [...], a intensificação das atividades exportadoras e, conseqüentemente, a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional [...]”. Ao mesmo tempo, o plano urbanístico apresentado nessa época tem objetivos muito claros, pautados em torno da “abertura de sete eixos viários”, como comenta Andreatta (2006, p.196). E segue afirmando que esse plano acaba sendo mais popularizado do que os anteriores pela forma rápida como executou as obras propostas e pela amplitude espacial alcançada por elas na cidade.

Conhecida popularmente como a política do “Bota-Abaixo”, o então prefeito promoveu um grande número de demolições e renovações no centro da cidade, principalmente pautados em um discurso sanitarista, muito próximo do que aconteceu também no centro da cidade de São Paulo para a retirada dos cortiços.

Durante a gestão do prefeito Pereira Passos, no início do século XX, deu-se o primeiro aterro marítimo de grandes dimensões com o objetivo de criar uma área central portuária: a demolição do Morro do Senado para aterrar 170 hectares sobre o mar, diante dos morros do Livramento, Conceição, Providência e Saúde. A nova linha de costa possibilitou a construção do berço da Gamboa, primeiro cais do porto moderno. No extremo oeste do cais, o canal do Mangue foi estendido e criou-se a Avenida Francisco Bicalho como elemento de sutura com a cidade antiga. A partir da Praça Mauá, no outro extremo do berço, iniciaram-se as obras da Avenida Central, atual Rio Branco, de 1.750 metros de comprimento e 22 metros de largura, projetada ao estilo dos boulevards de Haussmann, e que suportaria os primeiros edifícios modernos do Rio atual (Andreatta, 2009, p.6).

Dentre as principais obras realizadas nesse período, são destaques a construção da Avenida Beira Mar e da antiga Avenida Central (hoje Rio Branco), onde foram edificados marcos da cidade como o Teatro Municipal – copiado da arquitetura do Teatro Municipal de Paris – a Biblioteca Nacional e a renovação da região portuária.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/historia>. Acesso em março de 2015.

Para Andreatta, as obras de urbanização, principalmente da parte costeira, “podem ser consideradas o início da expansão para o sul e de transformação da relação com o mar, num crescente diálogo entre cidade e sua orla” (Andreatta, 2009, p.8).

Representado principalmente por um momento de integração viária da cidade entre o centro e outras regiões, esse período foi marcado por intervenções em túneis e alargamento de vias. Segundo Molina (2013, p.42), “o Estado, cedendo a pressões da burguesia urbana carioca, dispense grandes quantias de recursos para contornar as barreiras naturais em direção à zona sul”, onde, para Andreatta (2006), a orla marítima constituiu o grande atrativo imobiliário.

No início do século XIX também é inaugurado o novo Porto do Rio, na região hoje ocupada pelos bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde. Como aponta Molina (2013, p.44), “com o fim do estigma de ‘cidade pestilenta’ e com a inauguração do novo porto [...] a cidade recebeu em 1907, o navio a vapor Byron, repleto de turistas estrangeiros”.

Para Molina (2013, p.69), o Plano Pereira Passos foi marcado também pela forma como a prefeitura se apropriou e valorizou terrenos na zona sul da cidade, nas imediações da Lagoa Rodrigo de Freitas e também no Leblon e em Ipanema, já com o objetivo de atrair empreendimentos imobiliários. De acordo com Abreu (2013, p.63), a importância da Reforma Passos teve três aspectos primordiais:

[...] ela representa um exemplo típico de como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento. Em segundo lugar, representa também o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade.

Em terceiro lugar, esse autor coloca que a reforma serviu de exemplo para a relação que se estabelece entre as contradições do espaço que, “ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições” (Abreu, 2013, p.66). A destruição dos cortiços centrais foi o principal motivador da perpetuação das favelas que, principalmente nessa época, ocupavam áreas da cidade que não eram interessantes ao capital imobiliário, ou seja, os morros.

Os morros se configuraram como a única alternativa que restava aos moradores pobres que foram expulsos do centro da cidade pelo “Bota Abaixo”, mas que precisavam residir perto de seus empregos pela falta de transporte público na cidade,

e cuja população aumentava cada vez mais, “atraída que era à cidade pelo desenvolvimento industrial e pelos empregos na construção civil” (Abreu, 2013, p.66).

Andreatta (2006, p.201) reflete que foi durante essa administração municipal que a cidade sofreu um primeiro grande processo de remoção da população pobre do centro, “tanto para derrubada de prédios quanto por causa da intensa valorização do solo, com o consequente adensamento dos cortiços e cômodos dos bairros [periféricos], aparição das primeiras favelas nos morros da Providência e Santo Antônio e também incremento populacional da zona suburbana norte”. A dívida pública deixada pelo prefeito aos seus sucessores também foi uma consequência grave apontada por essa autora nesse processo de rápidas mudanças espaciais.

De certa forma, é possível afirmar que, desde esse período, as intervenções urbanas foram desenvolvidas não para resolver os impasses sociais estabelecidos, mas de forma a priorizar o estabelecimento de terrenos voltados para as classes mais ricas da cidade. O Estado, nesse contexto, já assumia uma posição hegemônica na produção do espaço urbano da cidade, propiciando a reprodução do capital.

“Preparada” então por todas as alterações espaciais, em 1908 a cidade sedia seu primeiro grande evento, a Exposição Nacional, que seria um primeiro passo para o ingresso do país na participação das Exposições Universais, modal de eventos popular na época.

Iniciadas na Europa, essas feiras industriais tinham por objetivo unir diversos países em um mesmo ambiente em prol da venda de mercadorias, principalmente ligadas ao setor industrial⁵¹. Segundo Molina:

A imagem de uma sociedade industrial sem conflitos fazia-se presente nas Exposições Universais. Expunham-se as máquinas, as técnicas de produção e as mercadorias, mas a representação do mundo laboral presente no processo produtivo existente no interior da indústria, da exploração da força de trabalho e a realidade cotidiana do trabalhador ficava fora de cogitação. Ali, a classe operária era somente consumidora e expectadora dos produtos de sua força de trabalho e de um modelo de sociedade que se impunha, num momento que antecedeu o consumo massivo de produtos industriais (Molina, 2013, p.47).

O autor ainda discute que, antes de sediar a Exposição Nacional de 1908, a cidade já havia organizado seis outras edições entre os anos de 1861 e 1888. No entanto, no entendimento desse pesquisador, essas edições “não apresentavam

⁵¹ Um trabalho mais detalhado sobre as diversas edições das Exposições Universais pode ser encontrado na tese de doutorado de Molina, Fábio (2013).

grandes dimensões e popularidade” (2013, p.57), nem ocasionaram modificações no espaço da cidade, como viria a acontecer na edição de 1908.

Um fato associado à Exposição Universal de 1908 é paradigmático dessa cidade que vai construindo sua própria morfologia e, com repetidos aterros, vai mudando suas praias de lugar, avançando mar adentro. Para abrigar a Exposição criou-se uma praia artificial, a atual Praia Vermelha, com terras extraídas do Pão de Açúcar, unindo este à cidade. Mais tarde, nos anos 20, foi realizado um aterro de 2 km² de extensão para a construção do bairro da Urca por uma empresa privada que, ao mesmo tempo, exercia o papel de operador imobiliário e a conquista de território da orla sobre o mar. A operação foi muito importante, não só pela dimensão dos trabalhos, ou por ter dado um passo na direção de um dos símbolos morfológicos do Rio de Janeiro, mas porque estabeleceu uma forma de crescimento para o sul, para o mar aberto. Criou dessa forma um modelo cujos frutos, hoje, são bairros como Copacabana, Ipanema, Leblon e Barra da Tijuca (Andreatta, 2006, p.38).

Ocupando espacialmente a região hoje conhecida como Urca, até então não habitada, o evento teve duração de três meses. Para hospedar os visitantes, foi necessário criar, via decreto municipal, isenções e incentivos fiscais para o estabelecimento de hotéis na cidade, novamente firmando o papel do Estado como intermediador para produção do capital privado.

Como define Molina (2013, p.58), o objetivo maior do evento era “mostrar ao país e ao mundo um Rio de Janeiro moderno [...] em função das reformas da cidade e sua europeização e, ao mesmo tempo, um Brasil republicano, em progresso e civilizado”. Nessa mesma época, é construído o primeiro grande ícone turístico da cidade: em 1913 é inaugurado o bondinho do Pão de Açúcar⁵².

Numa reflexão sobre o período econômico e político de 1906-1930, Abreu (2013) discute que as contradições entre o poder público de um lado, que continua investindo no processo de renovações urbanas na área central e na zona sul da cidade e as indústrias que, sem intervenções do Estado, passam a crescer rapidamente e a se expandir em direção aos subúrbios, atraindo mão-de-obra que acaba por gerar novas favelas.

Centro e zona sul de um lado, e subúrbios, de outro, passam então a se desenvolver impulsionados por forças divergentes, embora emanadas da mesma necessidade de acumulação do capital (imobiliário, financeiro, comercial e industrial). No final do período, as contradições se acentuam de tal forma, que se torna imperativa a intervenção do poder político sobre o processo de crescimento da cidade como um todo (e não apenas no entro e da zona sul), moldando-o de acordo com os seus interesses (Abreu, 2013, p.72-73).

⁵² Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/seculo-xix>.

É importante contextualizar brevemente, para melhor entendimento deste trabalho, o conceito carioca de subúrbio. Fernandes (2011) faz um estudo sobre o emprego desta terminologia no Rio de Janeiro no período de 1858-1945. O autor discute o que ele denomina de “o rapto ideológico da categoria de subúrbio” no sentido de que a palavra, no decorrer do tempo, assume conotação pejorativa entre os habitantes da cidade. Nesse contexto, o autor salienta que “a palavra subúrbio no Rio de Janeiro é designação conferida apenas aos bairros ocupados pelas classes médias e baixos extratos sociais dispostos ao longo das ferrovias” e acrescenta que “são apenas bairros ferroviários e populares, desprestigiados tanto do ponto de vista social quanto pelo poder público” (2011, p.15).

Nessa perspectiva, portanto, subúrbio é associado a lugares periféricos, bem diferente por exemplo, do subúrbio norte-americano que configura um modelo de *habitat* para a elite econômica ou do caso mais recente do surgimento dos condomínios fechados, em locais mais distantes do centro, e que vêm se propagando em algumas cidades brasileiras.

Entende-se por “periferização” mais do que a localização distante do centro metropolitano. O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aquelas que aí residem (Abreu, 2013, p.15).

O estudo de Fernandes (2011, p.143) demonstra que, “ao lado de outros termos que surgem no século XX – cidade maravilhosa, zona sul, zona norte, favela, Estado do Rio – a palavra subúrbio passa a compor a imagem ou o mapa social do Rio de Janeiro moderno”. Acaba, portanto, sendo um símbolo ideológico, sinônimo da segregação espacial que tem maior repercussão a partir das mudanças estruturais discutidas anteriormente.

O autor completa ao afirmar que “o aparecimento do conceito carioca de subúrbio significa e revela, de forma literal, a prática e o projeto das elites republicanas em retirar das classes subalternas o direito à cidade” (p.143-144). Nesse contexto, pode-se aplicar a análise de Lefebvre (2000), para quem a estrutura urbana é uma dinâmica de conflito, produzida socialmente e historicamente, que pode ser compreendida através do materialismo histórico e dialético. O Estado representa o agente direto na reprodução do espaço para o sistema capitalista, “tendo em vista as contradições inerentes ao processo (como a segregação urbana), expressas na

valorização fundiária (através da implantação de infraestrutura) e nas diferentes formas de apropriação do espaço” (Molina, 2013, p.33).

A fragmentação espacial refere-se, portanto, a um outro processo, mais amplo, no qual os terrenos urbanos (parcelas do espaço) são produzidos enquanto mercadoria, marcando a vitória do valor de troca sobre o valor de uso, e mediado pelo mercado (Molina, 2013, p.38).

Dando continuidade ao Plano Pereira Passos e com a justificativa de construção do pavilhão para abrigar a Exposição Internacional de 1922, é removido o Morro do Castelo, habitado por população de baixo poder aquisitivo.

Surge então, segundo Lessa (2005, p.241), “uma área de 420 hectares de aterro entre a Praia de Santa Luzia e a Ponta do Calabouço” e a remoção dessa comunidade representou “aos olhos do mundo, a prova definitiva de que o Rio civilizava-se e renegava seu passado⁵³”. Abreu (2013, p.76) aponta ainda que o morro ficava localizado em área de grande valorização imobiliária, o que tornou sua demolição justificável do ponto de vista da reprodução do capital.

Segundo Andreatta, com a utilização de terra proveniente da demolição do morro foi possível avançar “67mil m² de solo do mar para abrigar a Exposição”. Da mesma forma, esse espaço foi posteriormente utilizado para a construção do Aeroporto Santos Dumont, nos anos 40 e possibilitou também o “saneamento e urbanização da orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, com criação de uma ampla plataforma de cidade e a canalização do braço de água que a unia ao mar, criando o atual Jardim de Alah” (Andreatta, 2009, p.8-9).

A Exposição Internacional alterou também a orla marítima, com alargamento do passeio público e da Avenida Beira Mar, como é discutido por essa mesma autora. Também em função desse megaevento foi incentivada pelo governo federal a construção de hotéis na cidade, para atender a demanda dos futuros visitantes. Molina (2013, p.74-75) estabelece que três hotéis foram encomendados pelo poder público especialmente para atender a Exposição: Hotel Glória, Hotel Copacabana Palace (que ficaria pronto, no entanto, no final do período da exposição) e o Hotel Sete de Setembro (Hotel do Centenário).

Após o término do evento, alguns pavilhões permaneceram, como é o caso do pavilhão que abrigava os Estados Unidos por exemplo, que posteriormente foi

⁵³ O Morro do Castelo abrigava os restos mortais do fundador da cidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá. Disponível em:

http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4101439/memoria_da_destruicao.pdf

destinado para a sede da Embaixada norte-americana no país. Da mesma forma, o pavilhão da França foi mantido e ainda hoje abriga a Academia Brasileira de Letras (Molina, 2013, p.78).

Alguns anos depois, pela supervisão e idealização do arquiteto francês Alfred Agache é lançado no Rio, no período de 1928 a 1930 um novo plano urbanístico que terá o mesmo nome do seu criador.

Contratado em 1926, seu plano projeta uma visão global da cidade, talvez pela primeira vez, buscando dar coerência formal ao que já era um fato físico; aborda as infraestruturas, a circulação, os serviços urbanos, os espaços de costura entre bairros, o zoneamento de acordo com a morfologia do território e, inclusive, os mecanismos de erradicação das favelas, já abundantes na cidade (Andreatta, 2006, p.61).

Os aglomerados humanos nos morros foi aumentando consideravelmente ao longo dos anos, com a grande desapropriação dos cortiços no centro da cidade e a demolição de morros. A ideia era transformar a cidade, deixa-la totalmente “limpa” da pobreza, “segundo critérios funcionais e de estratificação social do espaço” (Abreu, 2013, p.86). O autor salienta ainda que foi o “primeiro documento oficial a tratar explicitamente dessa nova forma de habitação popular [...]” (2013, p.87).

A forma como o plano aborda e deixa clara a intencionalidade de remoção dos aglomerados subnormais⁵⁴ se explicita de três formas, segundo Abreu (2013, p.88): porque essa forma de habitação acabava por aproximar fisicamente cidadãos de classes diferentes, o que acarretava “na imposição de externalidades negativas às classes dominantes, tanto no que diz respeito à sua segurança e qualidade de vida, quanto à manutenção da ordem social estabelecida”. Por último, porque os moradores desses aglomerados estavam se apoderando dos espaços físicos de forma permanente, o que talvez pudesse ser admitido se realizado por outras classes sociais, mas era, aos olhos do governo, “intoleráveis nas favelas” (Abreu, 2013, p.89).

Para Villaça (1999), o Plano Agache representava o que o autor denomina de primeira classificação de tipologias de planos de ordenação urbana na cidade: “o embelezamento urbano”. E acrescenta, ao identificar as três denominações que o idealizador do plano empregava ao seu nome: “Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embelezamento” (Villaça, 1999, p.193).

⁵⁴ Termos se refere a um conjunto de unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e características tais como: carência de serviços públicos básicos (saneamento, rede de água, energia elétrica, coleta de lixo etc.) e irregularidades na forma e tamanho dos lotes, segundo o IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>.

O Plano Agache está distribuído em três livros: o primeiro apresenta sua interpretação sobre a formação da cidade. O segundo trata das favelas e o terceiro alinha propostas de urbanização. Em sua essência, o plano organiza funcionalmente e socioespacialmente a cidade com eixos de circulação e especializa os espaços urbanos. (Lessa, 2005, p.256).

Fazendo um paralelo entre esse plano e os dias atuais, com a retomada desses mesmos argumentos nos Planos Estratégicos da cidade, é possível entender que a ideologia da ajuda do Estado aos cidadãos mais carentes social e economicamente ainda perdura enquanto uma justificativa mais aceitável para a remoção de populações pobres dos locais que interessam à expansão do capital.

Villaça (1999, p.196) discute como a atividade planejadora já fazia parte da rotina da administração municipal e estadual à época: “os planos eram elaborados, debatidos, contestados, adiados, apoiados, recusados ou executados [...]”. Da mesma forma, o autor estabelece que o Plano Agache pode ser visto como o fim dos planos de embelezamento na cidade do Rio de Janeiro, principalmente frente à diminuição da aceitação popular em relação aos planos: “passa-se assim da ‘cidade bela’ para a ‘cidade eficiente’, da cidade do consumo para a cidade da produção. Em ambas, entretanto, o interesse imobiliário estará sempre presente” (Villaça, 1999, p.199).

O período 1875-1930 representou a época na qual a classe dominante brasileira tinha uma proposta urbana, que era apresentada com antecedência e debatida abertamente. Suas condições de hegemonia eram tais que lhe permitia fazê-lo. Manifestações dessa hegemonia foram, por exemplo, o *slogan* “O Rio civiliza-se”, referindo-se às reformas de Passos, cunhado e difundido na época; ou a tranquila franqueza com que um senador da época exprimia suas ideias sobre a remodelação urbana e sobre o lucro especulativo (Villaça, 1999, p.197).

Mesmo não tendo sido efetivamente implementado, o plano Agache teve, posteriormente, muitas de suas obras realizadas, principalmente através da definição de uma estrutura viária para a cidade e formas determinadas de uso para cada espaço, estabelecendo o zoneamento do Rio: são estabelecidas normas para edificação e uso dos espaços como a construção da Avenida Presidente Vargas, da Avenida Brasil, e o término da demolição do Morro do Castelo, durante o Plano Piloto, ao longo do período de 1938 a 1948.

O Plano Piloto, conhecido também como Plano rodoviário, tinha por objetivo primordial a construção de estradas, principalmente para interligar a cidade ao polo industrial que vinha se formando nos bairros do norte e na baixada fluminense (Andreatta, 2006).

Esse plano atendia ao momento pelo qual passava o país, principalmente com o posterior governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, que priorizou, entre outras coisas, o automóvel e a construção de vias que atendessem esse meio de transporte individual, bem como a entrada dos capitais estrangeiros na economia industrial (Abreu, 2013)

O período JK levaria ainda à transferência da capital da República para Brasília, cidade construída em tempo recorde e que simbolizaria no espaço, através de sua localização pioneira e arquitetura moderna, a tese de prosperidade do governo (Abreu, 2013, p.115).

Nesse mesmo período histórico do Plano Agache, a praia de Copacabana é aterrada para conter as constantes ressacas do mar (Andreatta, 2009). A cidade sedia, em 1950, mais um megaevento, a Copa do Mundo FIFA de Futebol, sendo o estádio do Maracanã o palco principal dos jogos, sediando cinco partidas da seleção brasileira, inclusive a final onde o Brasil perdeu para o Uruguai.

A realização da Copa em 1950 possibilitou que essa imagem da cidade de paisagens naturais belíssimas, povo hospitaleiro, alegre, carismático se espalhasse para o mundo. De acordo com Molina (2013, p.88) “os megaeventos também fizeram parte de uma complexa teia de ações e articulações destinadas a produzir e/ou valorizar determinadas parcelas do espaço intraurbano, assim como otimizar o lugar do Rio de Janeiro na rede urbana nacional e internacional”.

Resumidamente, é possível afirmar que todas as intervenções urbanísticas realizadas depois da Reforma Passos poderiam ser pensadas como um conjunto de simbolismos construídos com objetivo de tornar a cidade um ícone turístico mundial. Associados à beleza natural do espaço, como o mar, a floresta e os morros, a cidade foi sendo construída de forma a ganhar a apelido de “cidade maravilhosa”. Segundo Lessa, essa expressão ganhou conhecimento popular através de uma marchinha de carnaval, “composta por André Filho em 1935, tornando os versos ‘Cidade Maravilhosa, Cheia de Encantos Mil, Cidade Maravilhosa, Coração do meu Brasil’ uma espécie de hino oficial da cidade até os dias atuais” (Lessa, 2005, p.13).

Nesse sentido, os símbolos urbanos também são produtos sociais, que representam diversos momentos históricos e entrelaçam interesses específicos com a percepção de seus cidadãos. Para Lynch “a cidade não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura”. Na visão do autor,

não há nunca “um resultado final, mas apenas uma contínua sucessão de fases” (Lynch, 1997, p.2).

Para Lessa, o Cristo Redentor, inaugurado em 1931⁵⁵, seria a representação máxima da inserção da cidade no mercado mundial das grandes metrópoles ao afirmar que o monumento “compõe a referência visual simbólica. É a silhueta visível dominante e surpreendente mais conhecida da cidade. Contribui para sinalizar o Rio e o Brasil ao olhar mundial” (Lessa, 2005, p.249). E segundo Lynch:

Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais. Ou talvez exista uma série de imagens públicas, cada qual criada por um número significativo de cidadãos. Essas imagens de grupo são necessárias sempre que se espera que um indivíduo atue com sucesso em seu ambiente e coopere com seus concidadãos. Cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente. (Lynch, 1997, p.51).

Com a transferência da capital para Brasília, em 1960, muitas alterações são sentidas na cidade, principalmente no declínio de prédios centrais e também na economia. A função portuária da cidade vai perdendo força, bem como a de prédios administrativos e financeiros, como a transferência das atividades da Bolsa de Valores para a cidade de São Paulo.

As contradições espaciais da cidade foram se multiplicando ao longo dos próximos anos, com grande parte da população pobre dividida entre as habitações precárias dos morros e os conjuntos habitacionais populares, construídos em números cada vez maiores nas zonas suburbanas da cidade. O aumento da densidade populacional, especialmente na zona sul da cidade, sinalizava a necessidade de intervenção estatal. Ao mesmo tempo, como discute Abreu (2013, p.95), a “febre viária” acometeu a cidade entre os anos 50 e 60, trazendo de volta “a antiga prática da cirurgia urbana, cujos efeitos se fizeram sentir principalmente nos bairros que ‘estavam no caminho’ das novas vias expressas, túneis e viadutos”.

É apresentado então um novo plano urbanístico, o Plano Doxiadis em 1965, já dentro do período da ditadura militar no país, que duraria até 1985. Villaça (1999) destaca o papel assumido por esse plano dentro do histórico da cidade do Rio de Janeiro, principalmente por ter sido encomendado pela Prefeitura do Rio a um escritório estrangeiro e que foi entregue a municipalidade somente em inglês e

⁵⁵ Disponível em: <http://www.cristo80anos.com/historia.html>

praticamente no final do mandato do então prefeito. O autor também salienta que os planos passariam a ser pautados pela ideia de “superplanos”, que devem abranger o máximo possível de informações, sem, contudo, trazer efetivas soluções para os problemas reais da cidade.

A questão de fundo, entretanto, era que quanto mais complexos e abrangentes tornavam-se os planos, mais crescia a variedade de problemas sociais nos quais se envolviam e com isso mais se afastavam dos interesses reais da classe dominante e, portanto, das suas possibilidades de aplicação. Quanto mais problemas os planos abordavam, maior o fosso que passa a separá-los das questões que realmente preocupam a classe dominante e para as quais ela tinha e queria propostas. Essa classe oferece cada vez menos as condições de hegemonia necessária para apresentar tais propostas abertamente, como fazia no século XIX (Villaça, 1999, p.214).

Exatamente como o Plano Agache, o Plano Doxiadis, mesmo sem ser implementado, foi em parte realizado nos anos seguintes em muitas de suas obras, essencialmente viárias. Para Andreatta (2006, p.68), “[...] representam uma época de confluência de interesses entre os setores automobilísticos e imobiliário, de forma análoga à que vai se dar em quase todas as cidades ocidentais [...]”, com grande investimento público destinado à construção de obras viárias de rápida circulação, como túneis, viadutos e estradas.

Esse período também ficou marcado na história da cidade como a “era das remoções”, termo cunhado pelo historiador Mário Brum (2012). De acordo com esse autor, entre os anos de 1963 a 1975 foram removidas mais de 175 mil pessoas no Rio de Janeiro, com especial ênfase na zona sul da cidade. Num primeiro momento, o autor elenca que os aglomerados subnormais da Avenida Brasil foram removidas para obras na construção do Mercado de São Sebastião, bem como a favela do Esqueleto, onde foi construída a Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Posteriormente, essas remoções foram focadas em áreas da cidade com alto valor imobiliário, como Copacabana e Botafogo.

Como já mencionado, também nesse período a construção dos conjuntos habitacionais populares nos subúrbios acompanharam as remoções das áreas de favelas, principalmente com a criação do Banco Nacional de Habitação, o BNH, que financiaria muitas obras dali em diante em todo o país (Brum, 2012).

Para Abreu (2013, p.134) esse período trouxe dois grandes efeitos sobre a espacialidade da cidade. O primeiro deles, como já citado, foi grande número de remoções feitas de forma autoritária pela ditadura militar, com supressão dos direitos civis da população, e que deram espaço para a construção de habitações de alto

padrão na zona sul. Isso também manteve os morros no entorno dessa região “verdes” para a especulação imobiliária, já caracterizando, naquela época, o que hoje é denomina-se de acumulação primitiva do espaço, ou seja, lugares que antes eram vistos como não ocupáveis, são ocupados pelas favelas. Primeiro isso mostra que é possível ter um uso para aquele espaço e quando esse uso se dá, os espaços são então desocupados para serem utilizados para a expansão do capital.

O segundo aspecto levantado por Abreu (2013, p.135) diz respeito também a expansão imobiliária na cidade que, num período de grande prosperidade, expandiu seus negócios em direção a bairros nobres como Conrado e Barra da Tijuca, com auxílios do Estado. “Data do fim da década de 60 a construção da primeira etapa da autoestrada Lagoa-Barra, um investimento caríssimo [...]”.

Apoiados sobretudo, no Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá, de Lucio Costa, apresentado em 1969, a expansão imobiliária teria um dos seus momentos mais “prósperos” na cidade. A construção do Anel Viário, como discute Andreatta (2006, p.70), “implica um salto de escala na ocupação do território da cidade: já não haveria um só centro do qual saem todos os caminhos, mas qualquer ponto bem conectado do anel poderia ser central”.

Construindo, portanto, um início para a atual discussão das “novas centralidades”, a cidade se expande rumo à zona oeste de forma definitiva, apoiada principalmente no Estado como indutor de obras públicas viárias e de infraestrutura e no modelo dos condomínios fechados para a elite carioca.

Finalizando o histórico dos planos urbanísticos, ainda haverá a implantação do PUB-Rio em 1977, resultado de um convênio entre os governos Estadual e Municipal, como destaca Andreatta (2006, p.72) e baseados em um “decreto-lei de julho de 1975 [que] fixou que a ação do Poder Executivo municipal se baseará no planejamento como método de governo” e, segundo Villaça (1999), será a primeira tentativa de introduzir a participação popular em sua execução.

O novo pensamento urbanístico se concretiza no Rio de Janeiro na linha condutora que vai do Plano do Corredor Cultural de 1984 para revitalização do Centro histórico aos Planos Estratégicos iniciados em 1994, passando por suas realizações paralelas: o Plano Diretor de 1992, que apesar de seu nome é um plano de zoneamento e regulação do solo, e os importantes programas Rio-Orla, Rio-Cidade, Favela-Bairro e outros projetos urbanos (Andreatta, 2006, p.75).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988⁵⁶ e principalmente com as reivindicações dos movimentos sociais dos anos 80, a remoção total das favelas no Rio de Janeiro enquanto uma solução para os problemas econômicos da cidade foi perdendo força, até que, no Plano Diretor do Rio de Janeiro de 1992 (Plano, 2005), foi introduzida uma nova técnica, a da urbanização e regularização fundiária dos aglomerados subnormais como forma de integração à cidade.

No entanto, mesmo tendo um projeto de reurbanização das áreas de favelas na cidade, os movimentos que lutam pelos direitos humanos, sendo o direito à moradia um deles, não conseguirão garantir que os planos sejam de fato aplicados em muitos pontos da cidade. Mesmo que dissimuladas, as remoções continuam acontecendo, e com picos de remoções acontecendo nos anos em que a cidade se candidata para sediar megaeventos, como será mais aprofundado na próxima parte do trabalho.

Mas então por que essa preocupação constante da cidade em encomendar planos urbanos se grande parte deles, como vimos, não foram de fato utilizados? Por que essa crença, perpetuada dentro do planejamento, de que a cidade precisa ser planificada, para que então possa ser organizada?

No entendimento de Maricato (2002), o planejamento brasileiro não tem uma preocupação com a cidade real, com as particularidades de cada fragmento da cidade, mas sim com o ordenamento de partes que interessam principalmente à expansão do capital. Esse planejamento é feito e produzido justamente para atender a uma parcela social em detrimento do todo, o que perpetua e legitima as desigualdades socioespaciais e os privilégios econômicos.

A história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã - no texto e no discurso versus cooptação, favor, discriminação e desigualdade - na prática da gestão urbana. A importação de modelos tecnológicos e culturais é intrínseca desse quadro marcado por reinserções históricas subordinadas. Não é por outro motivo que grande parte das análises, até mesmo abordagens históricas, do urbanismo brasileiro se restringem à pesquisa das ideias, como se o objeto se restringisse a elas e não incluísse a evolução do espaço e da práxis social (Maricato, 2002, p.135).

Para Villaça (1999, p.227) os planos de ordenação urbana no Brasil de uma forma geral, foram utilizados como legitimadores para o pretense “caos urbano” das metrópoles. “Dezenas e dezenas de planos foram elaborados, como vimos, mas eles podem ter conseguido tudo, menos reduzir o caos e os problemas urbanos”. Da

⁵⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

mesma forma, adensamento populacional e a falta de políticas públicas concretas, na visão desse autor, foram responsáveis pela utilização dos planos de uma maneira positivista, muitas vezes por agentes sociais que não tinham qualquer contato físico real com o meio, para ordenar os fragmentos da cidade, ao mesmo tempo em que dissimulavam os conflitos e os interesses envolvidos na reconstrução dos espaços.

Os planos passam a valer por si sós, e não pelos seus resultados [...] Essa autonomização dos planos, seu deslocamento da realidade, se insere na produção de um enorme arsenal de ideias sobre a cidade e sobre o planejamento urbano que se alimentam de si próprias, pois não tem nenhuma vinculação com a realidade. É o planejamento urbano enquanto ideologia que dominará – e ainda domina – o planejamento urbano brasileiro (Villaça, 1999, p. 227).

O autor denomina então os planos urbanísticos brasileiros de “plano discurso”, justamente por não incluírem a participação popular em suas diretrizes, por não ouvirem as pessoas que ocupam os espaços destinados às intervenções, ignorando, portanto, o uso do vivido e só estabelecendo relações com o espaço enquanto mercadoria. Nesse sentido, o autor argumenta que os planos urbanos não foram concebidos como instrumentos para resolver os problemas da segregação socioespacial, mas sim, para atender aos interesses das classes hegemônicas.

[...] sendo apenas discurso, o planejamento é uma fachada ideológica, não legitimando ação concreta do Estado, mas, ao contrário, procurando ocultá-la. O que há de comum é apenas que, em ambos os casos, o que está por detrás da fachada do planejamento é o poder, a dominação. Entre eles, a grande diferença está nos níveis de hegemonia, aceitação e credibilidade desse poder (Villaça, 1999, p.191).

Resumidamente, na visão de Villaça (1999), no início, os planos de embelezamento possuíam “aceitação” popular pelo fato de não serem contestados por essa parcela da população; eram determinados, propagandeados e implementados pela classe hegemônica carioca. Mas, com o passar do tempo, os planos foram ficando mais classistas, sendo cada vez mais difícil para a classe dominante falar abertamente sobre seus planos para a reconstrução da cidade de forma clientelista. “Não há como anunciar obras de interesse popular, pois estas não serão feitas, e não há como anunciar as obras que serão feitas, porque estas não são de interesse popular” (Villaça, 1999, p.204).

Por outro lado, se levarmos em consideração a grande quantidade de planos que não foram efetivamente implementados na cidade, ou por serem muito técnicos, ou por serem pouco técnicos; uns porque eram muito grandes e superficiais, outros

porque estavam em outro idioma – todos eles foram engavetados, o que reforça, portanto, essa reflexão de “plano discurso”.

A próxima parte do trabalho focará sua atenção na construção do bairro da Barra da Tijuca, onde se localiza a Vila Autódromo, grande parte das obras de mobilidade urbana e o Parque Olímpico. Como já mencionado anteriormente, a expansão imobiliária para essa parte da cidade se concretizou de forma mais forte durante a implantação do Plano Piloto e da construção da estrada Lagoa-Barra, ligando, portanto, a zona sul à zona oeste, que na época proporcionava o vazio urbano necessário à expansão do capital. O novo bairro seria uma nova centralidade, capaz de fornecer a seus habitantes espaços amplos de vivência, natureza, fácil circulação, ou seja, um modelo de um novo Rio de Janeiro.

4.2. O processo de produção do espaço na região administrativa da Barra da Tijuca

Figura 2: Região Administrativa XXIV - Barra da Tijuca

Fonte: Google Maps. Imagem copiada em fevereiro de 2015 com produção nossa.

A Barra da Tijuca XXIV é uma Região Administrativa que fica na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, que compreende oito bairros: Camorim, Grumari, Joá, Itanhangá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena e Barra da Tijuca. Em 2003, foi publicado que a região possuía 165,59 km², com população de

300.823 habitantes, computados pelo Censo de 2010⁵⁷. Por esse mesmo site da prefeitura, somente o bairro da Barra da Tijuca abrange 4.815,06 ha (48,15 km²), com uma população de 135.924 habitantes, também no Censo de 2010.

Principalmente em função de sua localização geográfica e de suas barreiras naturais, essa região era fracamente povoada até o início da década de 60, como discutem Cardoso (1989), Andreatta (2006), Abreu (2013) e Cosentino (2015).

A área é usualmente descrita como um imenso triângulo com os lados formados pelos maciços e pelo litoral e em cujos vértices estão situados os principais acessos à malha urbana da cidade. O acesso principal se dava através da Estrada de Jacarepaguá, ao norte, cujo trajeto, após desembocar na Baixada, acompanhava as fraldas dos morros em direção ao Recreio dos Bandeirantes (Cardoso, 1989, p.159).

Esse mesmo autor descreve como os espaços dentro desse triângulo foram sendo ocupados ao longo dos anos por diferentes classes sociais. O próprio Estado contribuiu para essas diferenças na ocupação do espaço, ao designar, por exemplo, a construção do condomínio popular Cidade de Deus, em 1966 (Zaluar, 1994) - dentro do programa de remoção de favelas da cidade já discutido no capítulo anterior - ou "loteamentos populares como os de Curicica e Gardênia Azul (Cardoso, 1989, p.159).

Para Harvey (2014a), esse processo estaria ligado à acumulação primitiva do espaço, ou dentro do que o autor prefere denominar de "acumulação por espoliação", ao passo que significaria um espaço que não foi anteriormente ocupado, onde o excedente do capital pudesse ser investido. Ao mesmo tempo, depois que esse espaço fosse sendo valorizado através principalmente de obras de melhorias urbanas feitas pelo Estado, essa mesma população poderia ser – e será – retirada desses locais para que o capital possa ser reinvestido, agora sob um espaço não mais "vazio".

Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira (Harvey, 2014a, p.119).

Fernandes (2011) afirma que a Barra da Tijuca deveria ter sido considerada como uma região de subúrbio pelos estudiosos, principalmente durante a década de 80, quando se firmou como uma região de condomínios fechados na periferia da cidade. O autor discute que isso poderia ter suscitado uma mudança no conceito carioca de subúrbio e do próprio uso ideológico da palavra. No entanto, os

⁵⁷ Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas/index_bairro.htm

pesquisadores da época preferiram tratá-la como uma extensão da cidade. “Dentro deste pensamento é a classe social que define a posição do que é núcleo, periferia ou subúrbio”. E completa sua crítica ao afirmar que “o padrão núcleo (ricos) x periferia (pobres) inibe a imaginação de um subúrbio rico e, por outro lado, reconhece e contribui para a permanência do conceito carioca de subúrbio e seu significado explicitamente ideológico e segregacionista” (Fernandes, 2011, p.90).

Segundo Maricato (2002, p.157-158):

[...] é a valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias o motor que move e orienta a localização dos investimentos públicos, especialmente na circulação viária. Há uma simbiose entre a abertura de grandes vias e a criação de oportunidades para investimento imobiliário.

O modelo urbano adotado nesse bairro sempre foi o de separações de funções, com faixas residenciais em núcleos isolados – condomínios fechados – e faixas para o comércio e serviços, especialmente shopping centers, baseados em modelos de cidades norte americanas. As vias de acesso foram pensadas e produzidas para a circulação do automóvel, ou seja, do individual, com distâncias que são dificilmente percorridas a pé. Portanto, é possível concluir que, desde seu planejamento, a Barra da Tijuca foi projetada para atender às necessidades de uma classe econômica específica da cidade.

Feita essa primeira reflexão sobre a Barra da Tijuca, é necessário salientar que não será o objetivo deste trabalho fazer uma cronologia do processo de ocupação do espaço físico dessa região, mas sim discutir como esse processo influenciou hoje na decisão de escolha desse fragmento da cidade para o recebimento de tantos investimentos públicos e tantas mudanças socioespaciais⁵⁸. É importante, no entanto, destacar que a formação inicial dessa área se deu através de doação de terras em 1597 pelo Governador Geral. Posteriormente, em 1594, seu sucessor concede as terras em regime de sesmarias para os seus dois filhos (Cosentino, 2015). Portanto, desde o início, essa grande porção de terras ficou concentrada nas mãos de poucos proprietários, uma realidade que persiste até os dias atuais.

Da mesma forma, Cardoso (1989, p.163) esclarece que “a questão da legitimidade do direito de propriedade na região é até os dias de hoje motivo de contestação judicial, sendo constantes as denúncias relativas à ‘grilagem’ de terras

⁵⁸ Para aprofundamento sobre o processo de produção do espaço da Barra de forma histórica, ver trabalho de Cosentino (2015).

ou à ilegalidade de títulos de propriedade” e acrescenta que “por volta da metade da década de 70, a região estava dividida em quatro grandes proprietários, que concentravam em suas mãos todas as terras disponíveis [...]” (idem).

Em 1981, uma reportagem do Jornal do Brasil trazia o perfil dos quatro grandes proprietários de terra da Barra da Tijuca – Pasquale Mauro, Carlos Fernando de Carvalho (Carvalho Hosken), Tjong Hiong Oei (ESTA S.A.) e Múcio Athayde (Grupo Desenvolvimento). Desde a metade da década de 1970, a região estava dividida entre esses proprietários, que concentravam em suas mãos quase todas as terras cujos índices de construtibilidade determinados pelo Plano Lúcio Costa eram bastante elevados. Qualquer grande empreendimento para ser realizado na Barra da Tijuca dependia da liberação de terras por parte de um dos grandes proprietários (Cosentino, 2015, p.24-25).

Nesse cenário, a cidade se candidata a receber mais uma Exposição Internacional, a edição de 1972, na mesma época da entrega do plano para ordenamento territorial da Baixada de Jacarepaguá por Lúcio Costa. O evento deveria acontecer na região da Barra, “em um terreno de 600 mil metros quadrados entre a via 11 (atual Avenida Ayrton Senna) e a Lagoa da Tijuca”, (Cosentino, 2015, p.31), área que fazia parte de uma reserva ambiental.

A realização deste megaevento justificaria investimentos, especialmente do Estado, na infraestrutura da região – até então carente de serviços básicos – em concordância com o plano urbanístico vigente, além de ser uma ótima oportunidade para que mundo conhecesse a região. Os investimentos seriam aplicados principalmente em obras viárias, como o já prometido metrô que ligaria a Barra à zona sul da cidade, bem como alargamento de ruas e avenidas e projetos mais audaciosos, destaca Cosentino (2015), como um monotrilho até o aeroporto internacional do Galeão. Obras estas que seriam realizadas com recursos e aval do poder público através de empresas privadas, em sua maioria, estrangeiras.

No entanto, a candidatura para sediar o evento foi cancelada em 1969, depois de muitas especulações, pelo então presidente da república, General Emílio Garrastazu Médici, como reflete Cosentino:

O motivo seria a inviabilidade econômico-financeira do projeto, conclusão do relatório de cinco páginas apresentado pelos ministros do Planejamento, da Fazenda, das Relações Exteriores e da Indústria e do Comércio. Os recursos disponíveis para a Expo seriam aplicados para a conclusão do primeiro estágio da Cidade Universitária da Ilha do Fundão (Cosentino, 2015, p.38).

Todo o esforço dispendido para a realização de um megaevento em uma região da cidade que não possuía infraestrutura adequada já demonstra a forma como as políticas públicas para o desenvolvimento territorial e econômico seriam

implementadas nessa área durante os anos posteriores. A própria busca da utilização de um evento como justificativa para a reprodução do capital, através da “venda” global da imagem da cidade já se faziam presentes.

Santos, C., (2006) reflete sobre a utilização do capital para uma reprodução do espaço urbano, justamente em momentos de sobreacumulação, numa perspectiva de reserva territorial, que pode ser utilizada sem que seja necessária a destruição de edifícios antigos. Nesse sentido, para o autor,

A necessidade de aceleração dos fluxos ou de expansão das forças produtivas recai inevitavelmente sobre uma nova reordenação espacial, seja a partir do reequipamento infra estrutural do espaço ou de uma ampliação das capilaridades territoriais dos processos produtivos (2006, p.112).

Tendo em vista essa perspectiva, é possível continuar a análise da expansão da Barra afirmando que, nos anos seguintes, a região continua o seu crescimento demográfico, principalmente com a construção dos grandes condomínios fechados.

Acompanhando o processo de desenvolvimento urbano, iniciado com a criação do Plano Piloto da Barra da Tijuca em 1969, algumas das lagoas e brejos foram parcialmente ou totalmente aterrados para viabilizar as construções do Autódromo de Jacarepaguá e do Riocentro, ambas em 1977, assim como de um conjunto residencial da Aeronáutica, na Avenida do Autódromo, como discute Molina (2013). Seria esse o começo oficial da Vila Autódromo.

Seguindo nos apontamentos feitos por esse autor, na mesma época da construção do centro de convenções, duas obras de mobilidade foram fundamentais para a ocupação da região da Barra: o Elevado do Joá e a ponte sobre o Canal da Joatinga. Anteriormente, em 1971 havia sido inaugurada a Autoestrada Lagoa-Barra, com vários túneis que, ainda hoje, conectam a região da Barra à zona sul da cidade.

Essa interligação entre o bairro e o então afastado centro foi responsável pela ocupação da Barra, principalmente por condomínios de luxo autossuficientes, com infraestrutura de serviços, como o Novo Leblon, o Barramares e outros, concentrando na região uma população de alto poder aquisitivo. A construção desses condomínios acontecia de forma a criar vazios, principalmente com intuito de valorização do solo para vendas futuras, como discute Cardoso (1989). Era uma forma utilizada também para dar maior escoamento da produção (venda dos apartamentos).

A maioria dos grandes conjuntos – Nova Ipanema, Novo Leblon, Barramares, Atlântico Sul, Riviera dei Fiori – foram lançados de uma vez, e todos em épocas muito próximas. Frente às dificuldades de comercialização do estoque formado neste período, as empresas passaram a adotar a fórmula

de lançamento em etapas, o que possibilitava, ainda, a mudança do tipo de produto ao sabor da conjuntura, respondendo melhor à demanda detectada em cada lançamento (Cardoso, 1989, p.170).

Segundo Molina (2013, p.188-189) “ocupar essa área significava, também, produzir um ‘novo’ Rio de Janeiro, diferente e distante daquele em que as contradições socioespaciais estavam mais aparentes do que nunca”. Tendo como os agentes principais de expansão, conforme destaca o autor, a prefeitura da cidade e as grandes empresas imobiliárias, a região da Barra começa a ser construída como uma nova centralidade para a cidade, se consolidando principalmente com os condomínios de luxo, os centros comerciais, os grandes shoppings centers e outros serviços que “induziram a diversidade de uso do solo” (Molina, 2013, p.189). No início da década de 80, por exemplo, foi inaugurado o maior shopping da cidade, o Barra Shopping, consolidando nessa região as construções grandiosas, principalmente de shoppings e centros comerciais.

“O *boom* de 86/87 é o momento de consolidação da Barra da Tijuca como frente de expansão do grande capital de incorporação. É nesse momento que a elite empresarial do bairro busca alcançar novos patamares, o que se expressa com a proposta de emancipação em relação ao Rio de Janeiro”, como discute Cosentino (2015, p.44).

Como esclarece esse mesmo autor, a tentativa de separar juridicamente a área da Barra do restante da cidade se deu, sobretudo, através da iniciativa de um grupo de empresários da região, baseados na argumentação de que “os impostos pagos pelos moradores da Barra não retornavam em serviços públicos e infraestrutura” (Cosentino, 2015, p.46).

Nos anos seguintes, os empresários da Barra usariam outras estratégias para influenciar as decisões políticas e direcionar os investimentos públicos para a região. Apesar da derrota, ficou exposta durante a campanha do “sim” a força do capital imobiliário e até onde classe empresarial poderia chegar por uma maior autonomia na política urbana. A crítica à administração burocratizada da Prefeitura do Rio, se colocando como opção através de uma gestão eficiente e enxuta, com mais participação da iniciativa privada, refletia o fortalecimento do ideário neoliberal no mundo e antecipava sua aterrissagem definitiva no Brasil nos anos 1990, já demonstrando que o grupo político-empresarial que se consolidava na Barra estava na vanguarda desse processo no Rio de Janeiro. A remoção de favelas e o ordenamento urbano comandados por um jovem subprefeito seria o próximo passo dessa coalizão de poder, mantendo assim os fundamentos da contínua expansão imobiliária (Cosentino, 2015, p.49).

Esse “jovem subprefeito” a quem o pesquisador se refere na citação acima é o atual prefeito a cidade, Eduardo Paes, que esteve à frente da subprefeitura da região

da Barra da Tijuca entre os anos de 1993 e 1996 e foi indicado ao cargo pelo então prefeito, César Maia⁵⁹.

Como lema de sua campanha, o subprefeito realizou inúmeras desapropriações em favelas na região, além “combate a camelôs, a exigência de reforma nas fachadas de lojas, e a derrubada de trailers e biroskas⁶⁰” (Cosentino, 2015, p.51).

É dessa época a primeira tentativa formal de remoção da Vila Autódromo, em 1993, como será analisada mais adiante. Interessante também é uma frase apresentada no trabalho de Cosentino (2015, p.51) atribuída ao subprefeito, que foi divulgada por veículos de comunicação da época: “Aqueles que baterem o pé dizendo que não vão sair podem se preparar, pois vamos bater mais forte. É a lei do mais chato. E nós somos muito mais”. De fato, também será possível constatar mais a frente neste trabalho que a frase ainda condiz com a política de remoção de moradores que o prefeito utiliza até os dias atuais, especialmente dos mais pobres, como no caso da Vila Autódromo.

A prefeitura, nessa época de Paes como subprefeito, tinha no Governo do Estado um inimigo poderoso contra as remoções. Leonel Brizola, à frente do governo em seu segundo mandato (1991-1994) liderou um movimento contrário às desapropriações praticadas pela prefeitura, chegando inclusive a conceder os primeiros títulos de concessão de uso para a Vila Autódromo.

Além disso, o assassinato do presidente da Associação dos Moradores de Vila Autódromo em 1993 e acusações do envolvimento no crime pelo subprefeito refrearam por algum tempo as ações de remoções (Cosentino, 2015, p.57-58).

Em 1992, o Rio havia sediado um novo megaevento, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Riocentro e no Aterro do Flamengo. Sendo o segundo evento realizado pela ONU sobre essa temática, alavancou ainda mais a consolidação da Barra como uma nova centralidade. Para Molina (2013), a Barra da Tijuca vinha se consolidando como uma centralidade desde o começo dos anos 1990 e teve sua expansão principalmente após o evento Rio-92. E para Lefebvre (2000), é na consolidação da centralidade que o espaço se

⁵⁹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/gbp>

⁶⁰ Biroskas representam um pequeno comércio de instalações modestas, geralmente situado num barro desfavorecido ou numa favela; que possui serviços de bar e/ou de mercearia. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/birosca/>. Nota nossa.

fragmenta. E o Rio de Janeiro é uma cidade, sem dúvida, segregada e fragmentada em todos os aspectos.

Outro desdobramento da Rio-92 tange à questão da mobilidade urbana. O então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, implantou naquele ano, a Linha Vermelha (Via Expressa Presidente João Goulart), demonstrando a preocupação com o deslocamento das autoridades participantes da Rio-92 a partir do Aeroporto Internacional do Galeão. Este projeto viário já constava no Plano Doxiadis (década de 1960), tendo seu primeiro trecho (com 7km de extensão, chegando ao centro do Rio) inaugurado em 30 de abril de 1992 (menos de dois meses antes do Rio-92), e o segundo, em 11 de setembro de 1994 (Molina, 2013, p.117).

É também em 1992 que será lançado o primeiro Plano Decenal ou Plano Diretor, seguindo as exigências da Constituição Federal de 1988, como já mencionado (Plano, 2005).

O Plano Diretor Decenal tentará nortear as futuras alterações urbanísticas da cidade, mas será então substituído, sem ter sido efetivamente utilizado, pelo Plano Estratégico, este pautado nos pressupostos neoliberais. A implementação dos Planos Estratégicos e suas consequências para a distribuição urbana da cidade será abordado no próximo capítulo.

5. Contradições na produção do Rio Olímpico

Logo, transformar um lugar pressupõe pensar o espaço e, dependendo de como foi pensado, sob a ótica de qual grupo social, de como este será apropriado. (Alves, 2012, p.141)

Através de toda base teórica construída até o presente momento, na reflexão sobre a produção das cidades contemporâneas como mercadorias, sobre a realização dos Jogos Olímpicos atuais como um produto de marketing e também sobre a construção fragmentada e desigual da cidade do Rio de Janeiro e da região da Barra da Tijuca, serão abordados neste capítulo os fatores e processos que culminaram na “escolha” da cidade carioca para sediar os próximos Jogos Olímpicos de Verão, que acontecerão em agosto de 2016. Da mesma forma, o trabalho procurará fazer um paralelo com esse cenário atual e os Jogos Pan-Americanos em 2007, também realizados nessa cidade.

Será tomado como parâmetro o fato desse último megaevento ter sido uma espécie de “experimento” para que a cidade pudesse se candidatar e finalmente ganhar o direito de sediar os Jogos Olímpicos. Utilizou-se essa premissa tendo em vista que muitas das medidas adotadas para a realização do Pan-Americano se repetiram durante a candidatura para os Jogos Olímpicos. Da mesma forma, o trabalho tentará fazer uma reflexão sobre os diversos agentes envolvidos na realização do megaevento e em todas as obras de infraestrutura que estão sendo realizadas na cidade, principalmente nas áreas de mobilidade e habitação: quem são as pessoas que se beneficiam da realização dos Jogos Olímpicos e quais são os problemas que a população vem enfrentando, principalmente no que compete a perda de direitos básicos como a moradia adequada.

Uma análise mais minuciosa da região da Barra da Tijuca, em um recorte temporal mais atual, também será realizada, pois é nesse bairro que está sendo construído o Parque Olímpico e, como descrito no Dossiê de Candidatura, é considerado o “Coração dos Jogos Rio-2016” (Rio 2016, 2008, v.2, p.35). Serão abordados os aspectos relativos à valorização imobiliária no local e como a construção do Parque Olímpico, e de todo eixo viário de acesso a esse equipamento está contribuindo para a remoção de diversas famílias pobres dessa região da cidade, em mais um processo de fragmentação e segregação socioespacial.

5.1. Processo de escolha da cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro definiu seu primeiro Plano Estratégico em 1996, mas desde o começo da década de 90, a cidade já buscava uma estratégia para unificar os interesses dos grupos locais e recuperar-se da crise econômica que começou a ser sentida pelos seus moradores nas décadas de 70 e 80. Neste Plano Estratégico, uma das propostas era a candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, “como projeto emblemático para alavancar o desenvolvimento da cidade através da promoção do mercado de produção e consumo de bens culturais” (Gusmão, 2012, p.189).

A partir desse ponto, o projeto de atração do megaevento esportivo foi se estruturando ao longo de sucessivas tentativas de sediar os eventos na cidade, numa trajetória de mais de 10 anos onde, resumidamente, o Rio teve duas candidaturas para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012 negadas, viu a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 acontecerem e conseguiu o direito de sediar os Jogos Olímpicos em 2016.

Capaz de mobilizar elementos simbólicos, cuja legitimidade aparece ao senso comum como algo dado, como a ideia dos “legados” e dos ideais universalistas da “celebração esportiva”, os megaeventos esportivos conseguem promover uma radicalização do discurso consensualista em tal nível o que a simples ideia de uma ação ou omissão passível de determinar um eventual obstáculo ao projeto olímpico é posta como a inaceitável. Desse modo, em forma de decretos e medidas provisórios, ou de projetos de leis votados de maneira atropela, um novo quadro institucional foi criado no emaranhado de novas leis que se articulam de forma transescalar para atender determinados [...] interesses que se colocam como hegemônicos sem admitir qualquer nível de questionamento. A expressão: “é necessário para honrar os nossos compromissos de candidatura”, parece mágica. Dentro do discurso dominante ela ganha, literalmente, “força-de-lei”. (Gusmão, 2012, p.10-11)

Mas como especificamente se desenvolveu esse processo? Por que essa obstinação em tentar sediar um megaevento? Quantos anos de preparação foram necessários para que o Rio de Janeiro conseguisse a “honra” de sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 2016? Quais foram os planos realizados, as ações desenvolvidas e principalmente, os sujeitos sociais e interesses que permeiam todo esse processo? Essas são perguntas que tentarão ser respondidas a seguir.

Desde 1960, quando a sede da capital do país mudou para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro sofreu muitas mudanças, tanto físicas quanto políticas e econômicas. Como afirma Gusmão (2012), a cidade perde progressivamente seu

dinamismo político, cultural, econômico e social que haviam consolidado a cidade, principalmente com a chegada da família portuguesa ao Brasil, em 1808, como abordado no capítulo 3.

Com a economia cafeeira de São Paulo, a centralidade econômica do país vai aos poucos sendo substituída. Muitos prédios administrativos perdem suas funções, grandes vazios urbanos vão se formando e a cidade entra em uma crise que é percebida definitivamente por seus moradores a partir de 1980. Segundo Lessa (2005, p.14) “a cidade maravilhosa, objeto de desejo dos brasileiros, foi sendo progressivamente dissolvida e, por muitos, desqualificada”.

Faltava à cidade, sobretudo, um ponto unificador, um projeto que pudesse juntar os grupos políticos locais em prol de um objetivo em comum para superar essa “crise”. Desse modo, a cidade preparou e lançou, em 1992, seu primeiro Plano Diretor, como exigência da Constituição Federal do país de 1988 (Plano, 2005). Este plano não teve, no entanto, grande aplicabilidade e foi substituído gradualmente pelo Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro.

Molina (2013) assinala que a década de 90 resgata a democracia no país com eleições diretas para presidência, ao mesmo tempo em que a cidade do Rio de Janeiro sedia o seu primeiro megaevento, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). A cidade passa então a ter seu planejamento direcionado para a construção de “uma ideologia de competitividade internacional entre cidades” (Molina, 2013, p.106).

O modelo de planejamento estratégico sofre diversas críticas, principalmente no âmbito social, pois para autores como Sánchez (1999), Vainer (2013) e Arantes (2002; 2012), este modelo ocasiona processos de *gentrificação*, compreendido como um fenômeno que “expulsa” principalmente as classes de menor poder aquisitivo de determinada região por meio de procedimentos de reestruturação urbana e requalificação espacial, que culminam obrigatoriamente no aumento dos preços dos imóveis do local.

A valorização desses espaços acaba por substituir os antigos moradores, que vão embora para locais mais baratos na cidade, normalmente periféricos, ao passo que camadas sociais com maior renda ocupam as regiões então valorizadas. Para Rigol (2012) o conceito de *gentrificação* se trata de um processo que tem início com mudanças urbanas que acabam por transformar determinadas áreas da cidade tanto morfológica quanto socialmente.

O autor destaca ainda que essas mudanças têm em comum alguns elementos, tais como o deslocamento da população com poucos recursos econômicos para outras áreas da cidade, sendo substituída por outras com maiores recursos econômicos; a renovação e reabilitação de antigos imóveis que passam por processo de abandono e degradação; o estabelecimento de novas atividades econômicas em espaços obsoletos ou fora de uso, bem como sua transformação direta de forma a converter terrenos públicos, fábricas e antigos armazéns em instalações esportivas, *lofts*, e parques fechados em residenciais de luxo.

É importante destacar que alguns pesquisadores, tais como Carlos (2011) e Alvarez (2011), acreditam que esse processo de gentrificação não é possível no contexto das cidades brasileiras, pois a formação histórica das cidades e a forma como o capital se apropria apenas de fragmentos dos espaços não tornam possível a transformação de áreas inteiras, nem no aspecto social nem no aspecto físico; sempre se mantém uma “rugosidade⁶¹” (Santos, M., 2008).

Nesse aspecto, o planejamento estratégico, segundo Lopes (1998) e Vainer (2013) tem sua origem na prática militar, podendo ser compreendido como um conjunto de ações para o estabelecimento de vantagens sobre um “inimigo”. Lopes ainda esclarece que os planejamentos estratégicos são planos de ação de curto prazo como um instrumento de análise competitiva e promoção da cidade no mercado global, sendo quatro seus pontos principais de atuação: “a missão, onde queremos ir; as estratégias, como chegar lá; o orçamento, o que podemos fazer; e o controle, como medir o andamento do processo”. (Lopes, 1998, p.81).

Esse modelo ganhou *status* de referência na gestão de cidades nos Estados Unidos no fim da década de 70. Um de seus grandes marcos é a *Baltimore City Fair*, um evento que procurou atrair investimentos para a cidade, principalmente para a região central que passava por processos de desvalorização imobiliária e degradação, através do que Arantes (2012) qualifica como “arquitetura do espetáculo”.

A autora discute também que nesse mesmo período, nasce o conceito de “parcerias público-privadas” (PPPs) para a promoção de processos de revitalização urbana. Na década seguinte, o planejamento estratégico se propaga para outras

⁶¹ Para Milton Santos, rugosidades se referem a fragmentos da cidade ou edifícios construídos que perdem sua função enquanto produto social num determinado período de tempo, mas mantém sua estrutura física primeiramente planejada e troca de função.

cidades norte-americanas como São Francisco e Nova Iorque, sempre com enfoque em revitalizações de bairros tido como degradados (Arantes, 2012).

Do ponto de vista do pensamento econômico, a derrocada do reinado keynesiano e o renascimento da ortodoxia vinham sendo anunciados, desde os anos 70, nos países centrais. Contudo, a consolidação da ortodoxia seria plena apenas na década seguinte, com a chegada de Thatcher e Reagan ao poder. Reuniram-se, então, condições políticas suficientes para garantir o desmonte das políticas de bem-estar social, conquistadas no pós-guerra, em favor da reciclagem dos princípios liberais constituídos nos primórdios do capitalismo. Nos EUA, a noção de estratégia, concebida para as empresas a fim de atender a 'guerra do mercado', foi adaptado para as cidades, que lutavam por recursos públicos e investimentos privados. (Oliveira, A., 2013, p.217-218).

Na Europa, o modelo estratégico é adotado e ganha destaque em cidades como Londres, na requalificação das Docas Portuárias – *London Docklands* – e na cidade de Barcelona, com a realização dos Jogos Olímpicos em 1992.

Arantes (2012) alerta que o modelo de planejamento estratégico, movido pelo ideário neoliberal começou a ser difundido nos países latino-americanos a partir da década de 90, baseado no modelo adotado em Barcelona. Sánchez (1999) também afirma que as consultorias catalãs tiveram papel fundamental na estruturação dos planos estratégicos no Brasil, aliada a incentivos econômicos, principalmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com promoção de grandes reestruturações urbanas e conseqüentemente, grandes impactos no território e na população residente.

Nesse contexto, “o prefeito é transformado em meio ‘gerente’” (Oliveira, A., 2013, p.219), que deve assegurar e tornar possíveis as obras de infraestrutura e a construção de ambientes adequados para atração de investimentos internacionais.

O Plano Estratégico é apresentado como um instrumento capaz de construir o consenso político necessário à execução de grandes projetos que combinam objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano, a partir de determinados pressupostos básicos, dentre os quais: a aposta no futuro das cidades como centro terciário qualificado; o crescente protagonismo político das administrações locais face ao enfraquecimento dos Estados nacionais; a cooperação público-privada no financiamento de grandes intervenções urbanísticas; e a necessidade de construir e/ou modificar a imagem da cidade para projetá-la no exterior através do marketing que enfoque, sobretudo, um principal produto de venda, como por exemplo, turismo ou cultura. (Compans, 2013, p.1721-1722).

Dessa forma, em 1993, com a eleição de Cesar Maia à Prefeitura do Rio de Janeiro (1993-1996), foi colocada em prática a elaboração do primeiro Plano Estratégico da cidade.

Vainer (2002b) explica que a Prefeitura do Rio de Janeiro firmou um acordo junto à Associação Comercial (ACRJ) e à Federação das Indústrias (Firjan) nesse mesmo ano, para “a promoção do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro - PECRJ” (Vainer, 2002b, p.105).

Quarenta e seis empresas e associações empresariais públicas e privadas contrataram então as empresas TUBSA – *Tecnologies Urbanes Barcelonas S.A* – e a *Marketing Systems*, juntamente com a *Inter B/Consultoria Internacional de Negócios Ltda.* (Gusmão, 2012), ambas catalãs e pautadas no modelo da cidade de Barcelona. A empresa TUBSA tinha em seu quadro de direção, Jordi Borja, ex-vice-prefeito da cidade de Barcelona durante o período dos Jogos Olímpicos, e Manuel de Forn Foxá, então coordenador do Plano Estratégico de Desenvolvimento da cidade de Barcelona.

Com a denominação de “Rio Sempre Rio” (Prefeitura, 1996), o plano começou a ser formulado durante o Seminário Rio-Barcelona, com o objetivo primordial de resgatar a imagem da cidade e retirá-la da crise através do modelo catalão de requalificação urbana através das PPPs.

Segundo Vainer (2002b), foi entregue em 1995 o Diagnóstico da Cidade do Rio de Janeiro ao então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, recém-eleito ao cargo. Era necessária, de acordo com o autor, a criação de um consenso em torno do Plano, que se estabeleceu a partir de seu lançamento.

São os homens bons (e também mulheres) da cidade, os cidadãos: empresários engravatados, personalidades da sociedade carioca, políticos e altos funcionários da burocracia estatal, dirigentes de organizações não governamentais festejadas pela mídia, jornalistas pautados [...] (Vainer, 2002b, p.108 - grifos do autor) [...] vanguardismo e pioneirismo da cidade, que será a primeira, no Hemisfério Sul, a ter um plano estratégico. É a vez do Dr. Jordi Borja, presidente da empresa consultora Tecnologies Urbanas Barcelona S.A.: retórica erudita de um acadêmico calejado, entremeada de elogios às potencialidades da cidade e ao espírito criativo de seu povo - Barcelona também é aqui. (Vainer, 2002b, p.109 – grifos do autor).

O autor ainda destaca que, composto por 300 membros, o Conselho da Cidade possuía um papel unicamente simbólico, pois somente servia ao propósito de “homologação dos documentos já aprovados pelos ‘Comitê Executivo’ e ‘Conselho Diretor’” (Vainer, 2002b, p.109).

Foram ao todo, definidas sete estratégias com vinte e um objetivos e sessenta e uma ações, que podem ser analisadas na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4: Plano Estratégico de 1996

Estratégia	
Objetivos	Ações
1. O carioca do século XXI	
<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação e inserção do carioca no mercado de trabalho formal - Qualificação do sistema educativo - Facilitação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços de saúde - Incorporação da diversidade pessoal na vida cotidiana 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um sistema integrado em emprego e renda - Fomentar a geração de emprego e renda - Modernizar a educação básica formal - Fomentar a integração escola/sociedade - Melhorar a qualidade dos serviços de saúde - Requalificar os sistemas de saúde - Promover a integração social dos jovens - Atender às necessidades dos segmentos frágeis
2. Rio acolhedor	
<ul style="list-style-type: none"> - Meio ambiente - Qualificar e fortalecer a vida dos bairros e melhorar a qualidade dos espaços públicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as zonas verdes e os espaços naturais - Despoluir as baías e bacias hidrográficas - Melhorar a qualidade da água - Impulsionar novos sistemas de gestão do lixo - Fomentar a educação ambiental - Melhorar a qualidade do espaço urbano - Fortalecer os bairros - Dignificar os espaços públicos - Eliminar as barreiras à mobilidade
3. Rio participativo	
<ul style="list-style-type: none"> - Administração descentralizada e participativa - Desenvolvimento da cidadania - Segurança para o cidadão carioca 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar e descentralizar a administração municipal - Facilitar as relações cidadão/administração municipal - Criar sistemas de informações sobre a cidade - Impulsionar os sistemas básicos de formação da cidadania - Exercer a cidadania - Reformar o sistema de segurança pública - Criar um sistema de informação sobre a ordem pública - Incentivar a participação cidadã nos temas de segurança - Atualizar o sistema jurídico e penitenciário - Desenvolver ações prioritárias de segurança
4. Rio Integrado	
<ul style="list-style-type: none"> - Novas centralidades e revitalização do centro 	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalizar o centro da cidade - Apoiar a construção de imóveis residenciais no centro

- Normalização urbanística	- Desenvolver centralidades
- Mobilidade interna	- Normalizar a situação urbanística
	- Desestimular a favelização
	- Incrementar a construção de moradia popular
	- Melhorar o sistema de circulação
	- Melhorar o sistema de gestão dos transportes de massa
	- Racionalizar o uso do ônibus
	- Estruturar e fortalecer o sistema metro-ferroviário

5. Porta do Rio

- Acessibilidade	- Melhorar a acessibilidade rodoviária
- Mercadorias	- Revitalizar o sistema hidroviário
- Telecomunicações	- Desenvolver as portas internas
	- Desenvolver o sistema ferroviário
	- Requalificar os sistemas aeroportuários e portuário
	- Implantar portas externas intermodais
	- Desenvolver sistemas operacionais e legislação
	- Requalificar a telefonia básica
	- Desenvolver a telefonia avançada

6. Rio competitivo

- Melhorias das infraestruturas e serviços	- Apoiar a atividade comercial
- Melhoria e desenvolvimento do tecido produtivo	- Fomentar o comércio exterior
	- Criar o Centro Financeiro Internacional
	- Atrair empresas
	- Desenvolver empresas de serviços de alta tecnologia
	- Desenvolver as vocações produtivas
	- Desenvolver empresas de base tecnológica

7. Rio 2004, polo regional, nacional e internacional

- Centro do Rio como mercadoria cultura	- Reforçar as infraestruturas culturais do Centro da cidade
- Cidade esportiva	- Apoiar o Projeto dos Jogos Olímpicos 2004
- Marketing da cidade	- Melhorar as infraestruturas esportivas
- Turismo e eventos	- Redefinir a imagem do Rio
	- Criar um projeto de marketing para o Rio
	- Melhorar os sistemas de informação e divulgação
	- Ampliar o mercado turístico com oferta dirigida
	- Criar diferenciais de atratividade turística

É possível destacar nessa tabela o “Projeto Favela Bairro”, que se enquadrou dentro da estratégia “4. Rio Integrado”, nas ações de “normalizar a situação urbanística”. Esse projeto foi, no princípio, importante para a cidade, pois propunha a regularização fundiária das áreas ocupadas por construções subnormais, bem como a urbanização nessas regiões. No entanto, sua efetiva implementação não passou de ações efetivas ligadas à urbanização das áreas públicas nas favelas. O programa abandonou seu principal objetivo de regularização fundiária, não sendo, portanto, significativo para sanar as questões relacionadas à insalubridade em decorrência da alta densidade populacional na região das favelas cariocas.

Uma outra estratégia destacada é a “7. Rio 2004, polo regional, nacional e internacional”, cujos objetivos são a transformação da cidade como mercadoria através do marketing da cidade e de sua difusão através do incremento do turismo e eventos. As ações descritas nessa estratégia deixam claro a intenção já presente de candidatar a cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2004. Ao mesmo tempo, outros projetos que estão sendo efetivados hoje na cidade já se faziam presentes nesse primeiro plano, tais como: a revitalização do centro, a criação de novas centralidades, melhorias na circulação e no transporte público, atração de empresas e o controverso projeto de despoluição das baías e rios.

O Rio desenvolverá uma série de projetos com prazos definidos e efeitos sobre sua imagem interna e externa de modo a se tornar um polo de atratividade regional, nacional e internacional. O plano estabelece como marco estratégico o fim do ano de 2004, quando serão colhidos resultados expressivos nos campos da atratividade cultural, do esporte e de eventos (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996, p.52).

Como assinala Compans (2013, p. 1733), o marketing interno do plano remeteria aos ganhos materiais que poderiam ser utilizados na cidade ao sediar os Jogos Olímpicos, e o destaque internacional que a cidade alcançaria com a captação do megaevento poderia “resgatar um passado glorioso da antiga capital do Brasil”. Ao mesmo tempo, a divulgação externa mostraria ao mundo uma cidade multicultural, com controle da violência que por muitos anos afastou os turistas da “cidade maravilhosa”. Para Vainer (2002a, p.111), “a cidade se reconstrói, unificada em torno do consenso de cidadania”.

Penso ser possível afirmar que estamos diante do processo de construção de uma nova hegemonia urbana. O PECRJ é parte deste processo. Despolitizado e despolitizador, ele constrói o consenso porque o supõe como instaurado previamente. Na verdade, não se trata de construí-lo no processo político, mas simplesmente de reconhecê-lo, identificá-lo e enunciar-lo. O plano é, pois, o mero enunciado da cidade que todos nós queremos e

simplesmente ainda não sabíamos. Mais que consensual, ele é o ponto de convergência que viabiliza a conscientização de que todos os cidadãos veem e vivem a mesma crise da mesma cidade. (Vainer, 2002b. p.118).

Segundo Gusmão (2012), a primeira candidatura da cidade para sediar os Jogos Olímpicos foi enviada ao COI em 1996, mesmo ano da publicação do primeiro Plano Estratégico. Negada na fase de aspiração em 1998, o COB decidiu então concentrar forças na candidatura dos Jogos Pan-Americanos em 2007 e manteve-se com essa meta, sem apresentar sua candidatura para os Jogos Olímpicos em 2008 – cuja cidade vencedora foi Pequim⁶².

Para Compans (2013, p.1727), a candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2004, “assim como tantas outras propostas do Plano Estratégico – Rio-Teleporto, Porto de Sepetiba, Linha Amarela etc. – eram, portanto, projetos em andamento que o processo de elaboração do Plano iria tão somente referendar e legitimar”. Nesse cenário, a cidade do Rio de Janeiro ganhou a “disputa” para sediar os Jogos Pan-americanos 2007 no ano de 2002.

Como aponta documento do estudo de viabilidade técnica da Fundação Getúlio Vargas (Fundação, 2000; 2001) é possível destacar que os projetos dos Jogos Pan-americanos 2007 já foram preparados com o objetivo da candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos de 2012. Essa afirmação é possível, visto que a distribuição dos equipamentos do Pan já foi pensada e feita em regiões estratégicas da cidade, sendo a Barra da Tijuca motivo de destaque pela quantidade de equipamentos concentrados nessa região.

No entanto, Gusmão (2012, p.192) contesta a afirmação de que a escolha pela concentração de equipamentos na região da Barra da Tijuca tenha sido feita baseada nos estudos da FVG, mas sim que “esta estratégia foi estabelecida e defendida a partir de uma articulação política entre a Prefeitura do Rio, representada por Cesar Maia, e o COB, representado por Carlos Nuzman, anteriormente à contratação da empresa para elaborar o documento de candidatura”.

Dentre as principais justificações do projeto em sua retórica oficial pode ser destacado seu anunciado retorno econômico em diversas esferas, a oportunidade de renovação da imagem do Rio no exterior e a reinserção geopolítica do Rio e do Brasil no continente, com a celebração das chamadas “Olimpíadas das Américas”. (Sánchez, Bienestein & Guterman, 2013, p.197).

⁶² Para maiores informações sobre as edições dos Jogos, ver tabela do Histórico das Olimpíadas, no subcapítulo 3.1.

Federal aos compradores dos imóveis da Vila do Pan, reduziu-se, portanto, o gasto público para R\$ 2,8 bilhões.

Tabela 5: Custos dos Jogos Pan-Americano 2007

Custos	Valor (em milhares de R\$)
Segurança	563.181
Tecnologia	368.132
Recursos Humanos	213.914
Operações	100.421
Turismo	19.898
Comunicação e marketing (inclui cerimônias)	88.967
Jogos Parapan-americanos	62.921
Esporte	48.223
Cultura e Educação (inclui o revezamento da Tocha)	12.906
Instalações e Vila	1.414.819
Total do evento	2.893.381
Financiamento da Caixa Econômica Federal para a Vila Pan	189.300
Construtora da Vila Pan-americana	15.000
Subtotal Vila Pan-americana	204.300
Total geral	3.097.681

Fonte: Governo Federal, 2008, p.77.

A pesquisa realizada por Sanchéz, Bienestein & Guterman (2013, p.197) demonstrou que foram muitas as disputas entre o município e os grupos sociais que surgiram no processo de realização dos Jogos em função das diversas irregularidades nas construções de obras para o projeto do megaevento esportivo, principalmente em áreas sociais e ambientais. O tão apregoado “legado” dos Jogos Pan-americanos 2007 foi a entrega para utilização da maior parte das instalações à iniciativa privada ou o seu completo sucateamento. Essa afirmação é possível em função dos exemplos elencados a seguir.

A Vila Olímpica do Pan – construída em terreno da empresa Carvalho Hosken S.A.⁶³ na região da Barra da Tijuca – consumiu R\$ 189 milhões, financiados pela

⁶³ Atuando nas áreas de construção civil, desenvolvimento urbano e meio ambiente, a empresa, fundada em 1951 na cidade do Rio de Janeiro, é considerada hoje uma das detentoras de propriedades na região da Barra da Tijuca. Disponível em: <http://www.carvalhohosken.com.br>. Acesso em março de 2015.

Caixa Econômica Federal (CEF), como acima mencionado, utilizando juros muito abaixo da média praticada naquele período em outros empreendimentos (Sánchez, Bienestein & Guterman, 2013, p.204).

Segundo reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo (Folha, 2008a), dois equipamentos dos Jogos foram concedidos à iniciativa privada para utilização e arrecadação: a arena multiuso, arrendada para a empresa francesa GL eventos por R\$ 269,6 mil por 93 anos e o Engenhão – Estádio João Havelange – arrendado pelo clube de futebol Botafogo por 20 anos pelo pagamento de aluguel mensal no valor de R\$ 36.000,00.

Já as instalações do complexo desportivo na região de Deodoro foram abandonadas logo depois do término dos Jogos, segundo essa mesma publicação. O gasto para construção desse equipamento foi estimado em R\$ 133,4 milhões. Já o Parque Aquático Maria Lenk e o velódromo, que ficam situados na região da Barra da Tijuca, foram concedidos ao COB para utilização pelo valor simbólico de R\$ 1.680,00 mensais. (Folha, 2008b).

Para Sánchez, Bienestein & Guterman, é possível afirmar que “do legado deixado para a cidade, houve um retorno social inexpressivo, na medida em que poucos são os espaços que podem ser efetivamente utilizados pela população como área de lazer”. (2013, p.202).

Para outros críticos, as Olimpíadas serão uma continuação dos Jogos Pan-Americanos, em relação ao desperdício de recursos públicos, inadequação de obras e principalmente, inexpressividade de equipamentos destinados ao uso da população do Rio e do Brasil em geral.

“Parte da estrutura do Pan será usada para a Olimpíada, mas nunca foi pela população. O Maria Lenk permaneceu todo esse tempo subutilizado, sem abrir as portas à comunidade. O velódromo foi demolido. O Engenhão está interditado”, enumera o deputado estadual Marcelo Freixo, do PSOL. “Como o Brasil pretende se tornar uma potência olímpica dessa forma? A maioria das escolas públicas nem sequer tem quadras esportivas”.

O nebuloso histórico do Pan alimenta as desconfianças. “Como acreditar que as coisas serão diferentes, se as pessoas que estão organizando as Olimpíadas são as mesmas?”, indaga o jornalista Juca Kfoury, [...] “Antes do Pan, prometeram despoluir a Baía de Guanabara e a Lagoa Rodrigo de Freitas. Nada foi feito. Falaram sobre uma nova linha de metrô. Depois desconversaram, valendo-se do argumento de que a Organização Desportiva Pan-Americana não exigia legado de mobilidade”.

São inegáveis os benefícios. Mas as intervenções têm sido criticadas por quem as entende como um aprofundamento das desigualdades sociais na cidade e na região metropolitana. “Há uma evidente concentração de investimentos na zona sul, na Barra da Tijuca e na Zona Portuária”, critica

Orlando dos Santos Júnior, pesquisador do Observatório das Metrópoles, ligado à UFRJ (Carta Capital, 2015).

Retomando o objetivo de sediar os Jogos Olímpicos, a cidade entrou com uma nova candidatura em 2003 para sediar o megaevento em 2012. Essa candidatura, segundo Gusmão foi diferente da anterior por ter sido feita por iniciativa do COB e não da prefeitura da cidade. “A candidatura [...] também não passa da fase de aspiração [...] e sucumbiu em maio de 2004” (Gusmão, 2012, p.198).

Nesse mesmo ano de 2004, a prefeitura lançou o seu segundo Plano Estratégico, ainda no mandato do prefeito César Maia, intitulado “As Cidades da Cidade”, que teria por princípio central o trabalho com as regiões da cidade, que são então divididas em 12: Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Centro, Grande Méier, Ilha do Governador, Irajá, Jacarepaguá, Leopoldina, Tijuca/Vila Isabel, Zona Norte e Zona Sul (Prefeitura, 2004).

Cada região contava com um objetivo central e um plano estratégico próprio, focado nas diferenças sociais, econômicas, histórias e culturais. O intuito era buscar uma nova identidade da cidade, através do fortalecimento das particularidades próprias de cada região, para atingir a inserção do Rio no cenário competitivo mundial (Prefeitura, 2004). Continua, portanto, a tentativa de colocar o Rio de Janeiro no rol das cidades globais para atração de capitais estrangeiros.

Prosseguindo nas tentativas de captação do megaevento esportivo, a prefeitura da cidade, através do COB, retomou novamente o processo de candidatura em 2006, passando dessa vez para a segunda fase de escolha e sendo eleita a sede das Olimpíadas de Verão, Rio-2016 em outubro de 2009.

Ainda em 2009, foi lançado o terceiro Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (2009-2012), intitulado: “Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo”.

A expectativa de ser a capital da Copa 2014 e a conquista dos Jogos Olímpicos de 2016 estabelecem um momento oportuno para transformar esses sonhos em ideias, projetos, realizações. A prefeitura, através do seu Plano Estratégico, propõe um caminho para alcançar esse objetivo. E convida a refletir o que somos, o que pretendemos – mais importante – como podemos juntos, poder público e cidadãos, redesenhar nosso futuro. (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009, Introdução do prefeito Eduardo Paes).

A Tabela 7 mostra o descritivo das metas para os ‘Indicadores de Infraestrutura Urbana’ que constam no Plano Estratégico (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009, p.94). É possível destacar uma das metas da prefeitura que seria seguida à risca nos próximos anos, de “reduzir em pelo menos 3,5% as áreas ocupadas por favelas na

cidade”. Tal política se mostrou em vigor durante todo o mandato do prefeito Eduardo Paes, como será discutido no subcapítulo 5.4 desta pesquisa.

Tabela 6: Plano Estratégico 2009-2012 - Indicadores de Infraestrutura Urbana

Indicadores				Valores		
Fonte	Valor de referência	Data de referência	Fórmula de cálculo	2010	2011	2012
1. Promover, até o final de 2012, a construção de 50 mil novas unidades de habitação de interesse social na cidade através de parcerias com setor privado e outras esferas de governo.						
CEF e SMH	0 (mil unidades construídas, cumulativo)	2009	Nº acumulado de novas unidades habitacionais construídas	20	35	50
2. Recuperar 300 km de vias públicas na zona Norte até o final de 2012.						
SMO CGO	0 (Km de vias recuperadas)	2009	Nº acumulado de novas unidades habitacionais construídas	50	200	300
3. Reduzir, em pelo menos, 3,5% as áreas ocupadas por favelas na cidade até 2012, tendo como referência o ano de 2008.						
IPP	Em apuração	2008	(Área de favela construída no ano de medição - Área de favela construída no ano de referência) / Área de favela construída no ano de referência	-1%	-2%	-3,5%
4. Reduzir, em pelo menos, 20% o número de pontos críticos de enchentes na cidade até 2012, tendo como referência o ano de 2008.						
SMAC Rio Águas SISARC	230 (pontos críticos de enchentes)	2008	(Nº de pontos críticos de enchentes no ano de medição - Nº de pontos críticos de enchentes no ano de referência) / Nº de pontos críticos de enchentes no ano de referência	-5%	-15%	-20%
5. Concluir, até o final de 2012, a fase 1 do projeto Porto Maravilha (inclui a abertura da Pinacoteca, a reforma do Píer Mauá, a recuperação de armazéns nas docas, a revitalização do bairro da Saúde, a garagem subterrânea da Praça Mauá, e a construção de um novo acesso viário ao porto).						
CVL / EGP	-	-	-	-	-	-

CEF - Caixa Econômica Federal; CGO - Coordenadoria Geral de Obras; CVL - Secretaria da Casa Civil; EGP - Escritório de Gerenciamento de Projetos; IPP - Instituto Pereira Passos; PAC - Programa de Aceleração do Crescimento; SISARC - Subsecretaria de Gestão de Bacias Hidrográficas; SMAC - Secretaria Municipal do Meio Ambiente; SMH - Secretaria Municipal de Habitação; SMO - Secretaria Municipal de Obras

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009, p.94

O Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro Pós-2016 foi lançado e executado ao longo da primeira gestão de Eduardo Paes (2009-2012), prevendo também grandes projetos viários como a Transoeste e a Transcarioca, projetos de infraestrutura, como aumento de redes de saneamento e também projetos e intervenções ambientais.

A aspiração no campo ambiental para a cidade, segundo essa terceira versão de planos estratégicos, era ser uma referência nacional nos próximos 10 anos em sustentabilidade e preservação ambiental. Para alcançar esse fim, o Plano propunha a despoluição do Sistema Lagunar da Barra de Jacarepaguá, da Lagoa Rodrigo de Freitas e das Baías de Sepetiba e de Guanabara, até o final da década (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009, p.8). Infelizmente, como ficou comprovado no começo de 2016, nenhuma dessas metas foi efetivamente alcançada pela Prefeitura do Rio de Janeiro e todas as propostas para despoluição de lagoas, rios e baías foram retirados dos planos de metas da municipalidade para os Jogos Olímpicos de Verão em 2016, apesar de ainda constarem na última atualização do Plano de Políticas Públicas (APO, 2015c; Portal UOL, 2016a).

Reeleito para a gestão 2013-2016, o prefeito coordenou mais uma elaboração do Plano Estratégico, dando continuidade principalmente às ações já em andamento. Esse novo Plano, cujo título é igual ao do anterior, tinha o objetivo de acompanhar o mandato de Eduardo Paes e trazia diversas iniciativas direcionadas aos Jogos Olímpicos, em praticamente todas as áreas estratégicas nas quais é dividido o Plano, como é possível analisar na Tabela 8.

O Plano tinha um orçamento estimado em “R\$ 38,6 bilhões, dos quais R\$ 24,6 bilhões são de fontes próprias da prefeitura e R\$ 14,0 bilhões de fontes externas” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013, p.18).

O lançamento do Plano Estratégico da Prefeitura do Rio, em 2009, representou um grande avanço na forma de administrar a cidade. Pela primeira vez, foram fixadas metas anuais e objetivas para cada área de gestão, divulgadas de forma transparente para a sociedade e acompanhadas por todos os cariocas. De lá para cá, o Rio mudou e acumulou muitas conquistas: a consagração da cidade como palco de grandes eventos, como a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; o processo de recuperação de áreas degradadas, como o da Região Portuária através do projeto Porto Maravilha; o início de obras de mobilidade urbana que vão permitir a integração de toda a cidade; e a retomada da capacidade de investimento da Prefeitura, inclusive com o reconhecimento das grandes agências internacionais de classificação de risco, o que nos permitiu praticamente dobrar os recursos para Saúde e Educação. (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013, p.5, Carta do Prefeito).

Tabela 7: Plano Estratégico 2013-2016

Saúde <ul style="list-style-type: none"> • Saúde Presente • Reestruturação do Atendimento de Urgência e Emergência • Desospitalização - PADI e Leitos de Retaguarda • Saúde Inteligente 	Educação <ul style="list-style-type: none"> • Escola Carioca em Tempo Integral • Espaço de Desenvolvimento Infantil • Reforço Escolar • Escolas do Amanhã • Rio Criança Global • Saúde nas Escolas
Transportes <ul style="list-style-type: none"> • Racionalização e Integração Físico-Tarifária – Bilhete Único Carioca • Modernização da Frota de Ônibus • Transoeste • Transcarioca • Transolímpica • Transbrasil • VLT do Centro • Projeto de Transporte Aquaviário • Tráfego Inteligente • Plano de Mobilidade Sustentável • Rio Boa Praça 	Habitação e Urbanização <ul style="list-style-type: none"> • Morar Carioca – Urbanização • Morar Carioca - Minha Casa Minha Vida • UPP Social • Bairro Maravilha • Porto Maravilha • Parque Olímpico • Rio Verde - Transformação da Rio Branco • Revitalização da Cidade Nova
Ordem Pública e Conservação <ul style="list-style-type: none"> • Rio em Ordem • Gestão Integrada de Vias Públicas • Conservação de Vias Especiais e Túneis • Modernização da Rede de Iluminação Pública • Rio Acessível	Gestão e Finanças Públicas <ul style="list-style-type: none"> • Governo de Alto Desempenho • Rio Cidade Inteligente • Nota Carioca 2.0 • Modernização do Sistema Fiscal e Tributário • Gente de Alto Valor • Prefeitura Presente
Meio Ambiente e Sustentabilidade <ul style="list-style-type: none"> • Expansão do Saneamento • Controle de Enchentes • Qualidade de Águas Urbanas • Rio Capital da Bicicleta • Rio Capital Sustentável • Rio Capital Verde 	Desenvolvimento Econômico <ul style="list-style-type: none"> • Rio Ambiente de Negócios • Rio Capital da Energia • Rio Capital do Turismo • Rio Capital da Indústria Criativa • Plano de Desenvolvimento Setorial
Cultura <ul style="list-style-type: none"> • Revisão da rede de equipamentos culturais • Fomento à produção cultural • Polo cultural da Zona Portuária • Rio Patrimônio – Centro 	Desenvolvimento Social <ul style="list-style-type: none"> • Cartão Família Carioca • Atendimento Psicossocial • Rio em Forma Olímpica

iniciativas que possuem relação direta com o legado olímpico.

Novamente colocada como meta no setor de Habitação e Urbanização, “alcançar pelo menos 5% de redução de áreas ocupadas por favelas na cidade até 2016, tendo como referência o ano de 2008” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013, p.55). Mais uma vez ficam evidentes as intenções da prefeitura quanto às remoções, pelo próprio poder público, das famílias que vivem em áreas não urbanizadas.

O interessante é constatar que, tendo em vista o primeiro plano estratégico de 1996, com o “Projeto Favela Bairro”, enquadrado na época também dentro do setor urbanístico, onde o objetivo primeiro, como já discutido anteriormente, era normalizar a situação urbana dessas áreas, realizando melhorias em áreas como saneamento básico, eletricidade, regularização fundiária e urbanização de ruas e pavimentos, a partir do terceiro plano estratégico o discurso muda drasticamente para a “redução de áreas de favelas”, ou seja, remoção das famílias que vivem nessas áreas para outras regiões, como historicamente sempre foi feito na cidade e já discutido no capítulo 3 deste trabalho com a análise dos planos urbanísticos que foram aplicados na cidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos. Na verdade, é possível analisar que o Projeto do Favela Bairro não perdeu o seu objetivo inicial que era a regularização fundiária das áreas de favelas na cidade, mas somente se adaptou ao modelo de cidade que estava sendo implementado via Planos Estratégicos, modelo esse que precisava atrair investimentos para a cidade e, portanto, necessitava “varrer para debaixo do tapete” os problemas urbanos.

É necessário, portanto, validar o grau de violência no processo de urbanização do Rio de Janeiro: o grande número de remoções que têm sido praticadas e que, por serem tantas, viram estatística.

Nesse sentido, o trabalho que vem sendo realizado pelos moradores da Vila Autódromo, intitulado “As remoções têm rosto” – Figura 4, se destaca justamente porque dá um rosto aos moradores que estão sendo desapropriados e, dessa forma, humaniza o processo de remoção. Seria uma tentativa de mostrar que eles são pessoas reais, com seus desejos e necessidades, e não apenas mais um nome na lista de mais de 20 mil famílias que passam pelo processo de remoção atual no Rio Olímpico, como computado no trabalho de Faulhaber & Azevedo (2015).

São pessoas que lutam diariamente para manter as suas casas e os seus direitos, e os processos de remoção pelos quais estão passando não devem ser vistos apenas como um efeito colateral – perverso para alguns e necessário para outros – da jornada da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos.

Figura 4: As Remoções têm Rosto

Fonte: Facebook da Vila Autódromo, disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaautodromo/?fref=ts>

Prosseguindo na análise dos projetos elencados no Plano Estratégico, o antigo “Projeto Favela Bairro” deu lugar ao programa “Morar Carioca”, tendo este último sido criado em 2010 e gerido pela Secretaria Municipal de Habitação, com compartilhamento de projetos e execução com a Secretaria Municipal de Urbanismo e o Instituto Municipal de Planejamento Urbano Pereira Passos (Prefeitura, 2015).

Através da publicação do Decreto 36.670, de 1º de janeiro de 2013 (Rio de Janeiro, 2013), o Programa Morar Carioca passou a fazer parte dos projetos presentes no Plano Estratégico 2013-2016. Os objetivos do projeto foram divididos em duas frentes: uma visando à urbanização de áreas subnormais; o outro, em parceria com o Programa Federal Minha Casa Minha Vida - MCMV, visando o reassentamento das famílias removidas das comunidades, como pode ser observado na tabela 7, item

Habitação e Urbanização. O objetivo do programa seria, até 2020, urbanizar 251 unidades que correspondem a 586 assentamentos classificados como não urbanizados ou parcialmente urbanizados⁶⁴.

No entanto, somente a segunda etapa do projeto presente no Plano Estratégico 2013-2016 seria efetivamente implementada na cidade, ou seja, a prefeitura se utilizaria do programa federal MCMV de construção de habitações populares para validar e subsidiar as remoções das comunidades na cidade⁶⁵. Mas mesmo essa etapa do programa encontra-se esvaziada, pois desde 2013, o Morar Carioca não tem recebido mais investimentos da Prefeitura e os principais escritórios que ganharam os prêmios para a efetivação dos projetos estão se desligando aos poucos do programa. Com isso, seria possível afirmar que mais um dos pretensos legados olímpicos não foi nem será cumprido pelo poder público no que tange à habitação social na cidade.

Dos principais objetivos destacados no Plano Estratégico, para fins desta pesquisa, é interessante analisar ainda os itens que indicam a alusão à cidade mercadoria, como “contribuir para a formação de um ambiente de negócios altamente competitivo e para o crescimento econômico sustentável” e “posicionar o Rio como importante centro político e cultural no cenário internacional”, através da promoção e do “desenvolvimento de setores estratégicos para a economia carioca”. (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013, p.16).

Com relação à mobilidade urbana e ao desenvolvimento socioeconômico, o Plano sinaliza novas construções que apontam para a integração da cidade através do transporte público baseado principalmente nos BRTs – *Bus Rapid Transit*⁶⁶ – com a construção de quatro novas linhas, e no VLT – Veículo Leve sobre Trilhos – ambos os projetos ligados aos Jogos Olímpicos.

A última parte do Plano traz uma pequena nota sobre o “legado olímpico”, logo após uma breve análise sobre o Parque Olímpico e sua situação atual.

Aprendemos com o exemplo de Barcelona que, ao sediar os Jogos Olímpicos, o poder público deve decidir se a cidade vai servir ao evento ou o evento vai servir à cidade. Optamos com toda a certeza pelo segundo caminho. Depois de se tornar a nova Cidade Olímpica, o Rio passou naturalmente a receber atenções e investimentos cada vez maiores. A Prefeitura trabalha para aproveitar ao máximo esse momento único. Para

⁶⁴ Programa Morar Carioca. Disponível em: http://www.iabry.org.br/morarcarioca/o_programa/

⁶⁵ Maiores informações sobre a não efetivação do Plano Morar Carioca podem ser obtidas no portal: <http://rioonwatch.org.br/?p=12410>

⁶⁶ Sistema de transporte de alta capacidade e ambientalmente limpo que opera com ônibus articulados em faixas exclusivas, levando as vantagens do transporte sobre trilhos para o transporte viário (Rio 2016, 2008).

realizar transformações fundamentais na cidade e na vida das pessoas. Os projetos urbanísticos, sociais e econômicos que já começamos a implantar, somados à dimensão do próprio evento, certamente vão se constituir no legado mais significativo da nossa história. Principalmente porque vai promover um novo e sustentável ciclo de desenvolvimento do Rio de Janeiro. Claro que parte dos nossos esforços também contribui para a realização de Jogos inesquecíveis. Para fazer a nossa cidade ser ainda mais admirada no mundo inteiro e atrair novos visitantes, investidores e grandes eventos internacionais. Mas os Jogos passam. E a nossa responsabilidade é garantir que os maiores benefícios possíveis fiquem para sempre aqui. Cidade Olímpica é construir um Rio mais justo, integrado e desenvolvido. Um ideal que a Prefeitura e os cariocas já começaram a tornar realidade. (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013, Legado Olímpico, p. 115).

Fica bastante claro, pelo discurso empregado na citação acima, que a prefeitura almejava um consenso público e aceitação dos moradores da cidade do Rio de Janeiro para todas as obras de infraestrutura que já eram previstas desde a aprovação do Plano Estratégico. Mas não esconde o fato de que as melhorias propostas para a cidade teriam um papel fundamental de atração de investimento estrangeiros para a cidade, muito mais do que servir à população residente no seu cotidiano.

É importante então retomar que, com o discurso da “cidade global” e cidade competitiva, aparece também o conceito de *city marketing*, que é parte do planejamento estratégico: o convencimento de que as transformações urbanas serão boas para todos faz parte do processo das mudanças estruturais em qualquer cidade mundial. Mas onde as desigualdades são maiores, a necessidade de convencimento tem que ser maior. O nível de contestação desse tipo de projeto será muito maior e o nível do discurso tem que ser muito bem elaborado, de forma a abarcar todas as áreas possíveis do convívio social.

Como exemplo dessa discussão acima, é possível citar o caso do Jogo Banco Imobiliário Cidade Olímpica, lançado em 2013 em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro. A polêmica que envolveu o jogo aconteceu não por conta de seu lançamento, mas sim porque a prefeitura encomendou cerca de “20 mil exemplares, a um custo de R\$1.050.748” (O Globo, 2013) para distribuição nas escolas públicas do município.

Rolnik (2013) discute em seu blog que a utilização desse famoso brinquedo brasileiro só reafirma as reais intenções da prefeitura, que sempre foram direcionadas para as megaconstruções na cidade.

Nesta nova edição do jogo – que existe há décadas – em vez de comprar imóveis em importantes ruas e avenidas da cidade, o jogador investe em pontos turísticos tradicionais – como os Arcos da Lapa, Copacabana e o Corcovado, mas também nas novas “marcas” da Rio Cidade Olímpica : o Porto Maravilha, a Clínica da Família, o Bairro Carioca, os BRTS (vias

expressas de ônibus) , o Museu de Arte do Rio, o Museu da Imagem e do Som etc. Nas cartas de sorte ou revés, que definem ganhos ou perdas no patrimônio dos jogadores, há pérolas como “Seu imóvel foi valorizado com a pacificação da comunidade vizinha. Receba R\$ 75 mil” (idem).

As crianças, ainda que sejam prejudicadas pelo processo de remoções ou transformações espaciais pelas quais está passando a cidade, através desse jogo, podem acreditar que é um processo bom, ou seja, o jogo legitima as mudanças e deixa claro também o papel do Estado em convencer que ele age em prol do bem comum. Mesmo que a realidade mostre o contrário, o discurso tem que ser bem estruturado e aceito pela população.

Figura 5: Jogo Banco Imobiliário Olímpico

Fonte: Imagens de divulgação (busca em Google imagens)

Para Florentino (2011), todas as transformações urbanas pelas quais tem passado a cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos, no intuito de sediar megaeventos, só favorecem uma pequena parcela da população que detém o poder econômico, em detrimento da população mais carente, em questões ligadas principalmente à preservação do meio ambiente e do uso público dos espaços.

A autora destaca que prevalecem os interesses econômicos, por parte da mídia, patrocinadores e empresas ligadas à construção civil, que ela caracteriza como “atacantes”, enquanto “a defesa fica por conta do poder público em todas as suas esferas, o qual garante a apropriação privada dos recursos e dos espaços por meio de uma atuação repleta de violações, abusos e ilegalidades” (Florentino, 2011, p.79).

Por fim, o prefeito Eduardo Paes lançou, no dia 1º de março de 2016 o novo Plano Estratégico que entra em vigor a partir do ano que vem, intitulado: “Plano

Estratégico Rio 2017-2020: O Rio do amanhã - Visão Rio 500⁶⁷, portanto o terceiro plano de seu mandato como prefeito da cidade (Prefeitura, 2009; 2013; 2016a).

Figura 6: Iniciativas e Metas: Visão Rio 500

Fonte: Site Visão Rio 500 (<http://visaorio500.rio/planejamento-estrategico/>)

A municipalidade deixa clara, portanto, a continuidade das ações que têm sido realizadas na cidade nos últimos anos, agora com iniciativas e metas a serem alcançadas dentro dos próximos quatro anos, num cenário pós-Olimpíada, como é possível observar na figura 6. Focado principalmente em temas como qualidade de vida, sustentabilidade, mobilidade, entre outros, o plano tem, por outro lado, metas de desenvolvimento da cidade pautadas pelas “grandes tendências mundiais” (Prefeitura, 2016a), como explicita o prefeito, na carta de abertura, ao reproduzir a crença de que os investimentos feitos em infraestrutura na cidade não têm relação direta com o megaevento olímpico em si e que irão beneficiar a população de uma

⁶⁷ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-traca-plano-estrategico-para-desenvolvimento-da-cidade-18773532>. Acesso em 01 de março de 2016.

forma geral e não aos detentores de imóveis e terras em fragmentos da cidade onde essas obras estão sendo realizadas.

Antes de falar do futuro que virou presente, vale voltar um pouco ao passado. A Cidade, hoje olímpica, que já fora capital da colônia, império e república, passou décadas numa espécie de crise existencial após ser trocada por Brasília como centro do poder político do Brasil. Presa às lembranças de um passado glorioso que não voltaria, a Cidade outrora maravilhosa isolou-se, perdeu o viço e esvaziou-se política, econômica e culturalmente. A oportunidade olímpica representou uma ruptura desse processo, uma virada importante na autoestima e na vocação da Cidade. O Rio de Janeiro voltou a ganhar protagonismo no Brasil e no mundo. O lema da Prefeitura tem sido de que a Cidade deve se servir dos Jogos em vez de somente servir ao evento. Isto é, com o pretexto olímpico, conseguimos tirar do papel projetos de infraestrutura, mobilidade, drenagem e urbanização sem relação direta com as competições e que representam benefícios para a população, principalmente das regiões mais carentes (Prefeitura, 2016a, Carta do Prefeito, p.11).

Para Harvey (2014b, p.191), o objetivo primordial desse tipo de governança urbana é “criar sinergia suficiente no processo de urbanização para que as rendas de monopólio sejam criadas e realizadas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais”, abarcando não somente áreas ligadas à infraestrutura física, mas também no que tange a um controle social pautado pela homogeneização de aspirações e desejos da população, empregados por meio da cultura e de argumentos tais como bem-estar e qualidade de vida.

Para tentar explicitar essa relação de valorização da terra decorrente dos investimentos públicos em infraestrutura realizados para os Jogos Olímpicos, o próximo subcapítulo trará uma visão atual da região da Barra da Tijuca, local onde vários equipamentos olímpicos estão sendo construídos e onde ainda se localiza a comunidade Vila Autódromo.

5.1.1. A escolha espacial da região da Barra da Tijuca

Proposta no Dossiê de Candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos Rio 2016, essa escolha tinha por objetivo principal criar um ponto nodal na região da Barra da Tijuca – uma nova centralidade. Com a afirmativa de que o local será o “coração dos jogos”, a opção pela Barra implica nos investimentos diretos em infraestrutura nesse espaço, principalmente em relação à mobilidade urbana. Praticamente todos os projetos de intervenções urbanas na malha viária são direcionados para essa região: ampliação de avenidas, criação da linha amarela do metrô, corredores de BRTs, como já discutido.

A Transcarioca vai interligar a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim – Galeão e também ao bairro de Madureira. A Transoeste ligará a Barra da Tijuca a Campo Grande e Santa Cruz, além de ser a interligação entre as outras linhas de BRT, Transcarioca e Transolímpica. Com extensão de 56 km, também unirá a Barra ao metrô pela linha 4, estação Jardim Oceânico, que conectará a região à zona sul do Rio. A terceira linha de BRT, a Transolímpica, por sua vez, ligará a Barra da Tijuca à outra zona olímpica, Deodoro. A duplicação do elevador do Joá, também irá melhorar o acesso entre São Conrado e a Barra da Tijuca, ou seja, mais uma vez entre a zona sul da cidade e a região que será o “coração dos jogos olímpicos”.

Uma vez que a acessibilidade é melhorada, reduz-se o tempo de deslocamento dessa região para outras partes da cidade, interligando essa nova centralidade a outras já existentes, como a Zona Sul, por exemplo – Copacabana, Ipanema e outras. Esse processo de interligação da Barra a outras partes da cidade já é uma tentativa antiga do Estado, como discutido no capítulo 3, principalmente com o Plano Piloto de Lúcio Costa, e tem se reiterado com a realização dos megaeventos na região. Segundo Villaça (1999), a localização é objeto de disputa entre as classes sociais, visto que, através do acesso, a terra passa a ter novo valor para o mercado.

Tal fato só corrobora com a teoria da ‘máquina do crescimento’, cujos sujeitos de ‘coalização’, no caso aqui estudado, vislumbraram o evento olímpico como um catalizador que potencializaria seus ganhos capitalistas através da produção do espaço urbano numa localização estrategicamente selecionada dentro da metrópole carioca, intensificando ainda mais o processo de desenvolvimento desigual e segregação socioespacial: a expressão máxima da apropriação e controle do espaço pela classe dominante. (Santos, R., 2013, p.62).

Mas por que escolher a Barra da Tijuca para ser o “coração dos jogos”? O que essa região teria a oferecer que justificasse todo aporte público para os investimentos em infraestrutura urbana para interligar essa área da cidade?

Em documento publicado pelo Ministério dos Esportes, em 2008, a respeito da escolha da região da Barra para construção dos equipamentos dos Jogos Pan-Americanos em 2007, é possível constatar pelo discurso estabelecido que, através do estudo da FGV e também do Instituto Pereira Passos, a Barra foi identificada como uma região “com facilidades para o sistema de segurança, concentração de equipamentos e terrenos livres” (Ministério do Esporte, 2008, p.15).

Da mesma forma, o documento ressalta que, com alguns equipamentos já disponíveis na região, como o Autódromo Nelson Piquet⁶⁸, o Centro de Convenções Rio Centro e o espaço destinado aos shows do Rock in Rio, seria possível concentrar mais de 50% dos equipamentos esportivos nessa região, que também seria mais segura, por possuir uma principal via de ligação, portanto “uma entrada e uma saída”.

Nessa perspectiva, aparentemente legitimada pelo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, a escolha da Barra da Tijuca se consolidava também num viés político, com parcerias firmadas entre o poder público e as grandes empreiteiras privadas, como é discutido pelas pesquisas realizadas por Santos, R. (2013) e Gusmão (2012).

A empresa privada com maior representatividade na região, justamente por ser a maior detentora de terras e propriedades, é a Carvalho Hosken, responsável por grandes empreendimentos na Barra da Tijuca, como o já citado Barra Shopping, os condomínios de luxo Rio 2, Península e Cidade Jardim⁶⁹. Nesse cenário, como discute Cosentino (2015, p.49), “a concentração fundiária no início da ocupação da Barra da Tijuca facilitou o acesso pelo mercado a grandes áreas, garantindo o perfil de alta renda do bairro”.

Carlos Carvalho, considerado como “O Dono da Barra” (Exame, 2011), era amigo do arquiteto Lucio Costa, que produziu o Plano Piloto para a baixada de Jacarepaguá. E foi através dessa amizade que o maior proprietário de terrenos da Barra adquiriu na década de 70 cerca de 10 milhões de metros quadrados na região.

Essa construtora também é proprietária do terreno onde está sendo construído o condomínio conhecido como Ilha Pura, onde ficarão instalados os atletas olímpicos, na chamada Vila dos Atletas⁷⁰.

Com área total de 823 mil metros quadrados, o empreendimento de alto padrão tem valores para venda a partir de R\$750 mil reais. Dividido em três grupos de prédios, com especificações diferentes, Millenio, Saint Michel e Viure, o condomínio já estava com unidades para venda em janeiro de 2015, através de estandes da Carvalho Hosken e Odebrecht, como é possível observar nas fotos tiradas para a pesquisa na figura 7.

⁶⁸ Equipamento que foi totalmente demolido para dar lugar ao Parque Olímpico.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.chbarra.com.br/>. Acesso em 14 de março de 2015.

⁷⁰ Disponível em: <http://ilhapura.com.br/>. Acesso em dezembro de 2014.

Figura 7: Estande Ilha Pura – Carvalho Hosken e Odebrecht

Fonte: Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 23 de janeiro de 2015.

Tabela 8: Exemplos de valores do empreendimento Ilha Pura

Grupo prédio	Quartos / metragem	Datas	Valores
Viure Ap. 1601	3 quartos 115,15m²	Sinal	R\$94.640,00
		30 dias	R\$23.660,00
		60 dias	R\$23.660,00
		27 mensais (1ª março-2015)	R\$5.696,00
		2 intermediárias (1ª jan-16)	R\$11.830,00
		Parcela única (julho-16)	R\$35.490,00
		Financiamento	R\$824.551,00
		7 parcelas (agosto-17)	R\$507.00,00
		TOTAL	R\$1.183.000,00
Saint Michel Ap. 1601	3 quartos 131,30m²	Sinal	R\$114.880,00
		30 dias	R\$28.720,00
		60 dias	R\$28.720,00
		26 mensais (1ª abril-2015)	R\$7.180,00
		2 intermediárias (1ª jan-16)	R\$14.360,00
		Parcela única (junho-16)	R\$43.080,00
		Financiamento	R\$1.000.892,00
		8 parcelas (julho-17)	R\$539.00,00
		TOTAL	R\$1.436.000,00

Fonte: e-mail enviado à pesquisadora por corretor credenciado ao CRECI

Em pesquisa realizada sobre valor dos imóveis oferecidos, foi possível averiguar o valor de dois apartamentos, listados na tabela 8 acima, em torres de grupos diferentes, Viure e Saint Michel, que foram enviadas por e-mail por um corretor credenciado pelas empreiteiras:

Estima-se que a venda dos apartamentos renda 800 milhões de reais à empresa, lembrando que, na Matriz de Responsabilidade, esse “equipamento olímpico” está listado como um empreendimento que está utilizando aporte privado em sua construção. No entanto, há um financiamento da Caixa Econômica Federal na construção no valor de R\$ 2,33 bilhões dos R\$ 2.909.500.000 totais da obra computados na planilha da Matriz, e a diferença de R\$ 579,5 milhões equivale ao valor do terreno (APO, 2016). Portanto, na verdade, o investimento é praticamente todo público, visto que a empresa Carvalho Hosken, por essa análise, entra apenas com o terreno, cerca de 20% do valor total, sendo toda a construção viabilizada e custeada com aporte do Governo Federal, que poderá retornar com a venda dos apartamentos.

Questionado sobre a inviabilidade de o empreendimento atender a populações mais pobres, como seria esperado de um megaevento olímpico em termos de legado social, Carlos Carvalho, em entrevista concedida à BBC Brasil (2015), deixou bastante clara sua opinião:

Carlos Carvalho - Nós já temos aqui o Conjunto Habitacional Bandeirantes, onde mora uma população de apoio, que depende muito desse centro de negócios, de gente que tem dinheiro para gastar. **Aqueles que tiverem a chance de poder morar nessa região serão privilegiados.** Se não puderem morar ali, vão para o Bandeirantes, **senão vão mais para frente, pegando o BRT.** A cidade está aberta para eles. **Nós dependemos muito do jardineiro, do pedreiro, e mantemos escolas para formação desse pessoal.**

Para botar tubulação de água e de luz há um custo alto, e quem mora paga. **Como é que você vai botar o pobre ali? Ele tem que morar perto porque presta serviço e ganha dinheiro com quem pode, mas você só deve botar ali quem pode, senão você estraga tudo, joga o dinheiro fora.** Há muitos bairros que agasalham pessoas com poder aquisitivo mais modesto. Foi o meu caso. Eu vim morar em Jacarepaguá porque era onde meu pai podia morar. Nasci ali, fiz escola pública e fiz minha vida. Cada um pode fazer a mesma coisa.

Eles (Comitê Rio 2016 e Comitê Olímpico Internacional) vão usar e devolver depois de um ano. Daí em diante, teremos ali apartamentos com serviços, em tamanhos maiores e menores. A área é do tamanho de Ipanema. **Vou ter que resolver comercialmente e ver as coisas que a gente precisa fazer para que as pessoas se interessem a ir para lá. Tenho que conquistar o cliente.**

E nós achamos que isso é que é fazer o lado social: ter a inteligência de gerar conforto para aqueles que podem usufruir dele. Se não as pessoas ficam só desejando, mas nunca chegam lá. Temos que fazer com que aquilo seja um encantamento, que faça com que muitas pessoas melhorem de vida

para poderem usufruir. **A Ilha Pura vai ter os Jardins do Rei. Nós vamos transformar todo mundo em rei.** Estamos partindo para criar as bases para que uma nova cidade se desenvolva com condições satisfatórias para os moradores.

Agora, se vai morar o pobre ou o rico, o problema é do governo. Que subsidiem os pobres e os botem lá então.

Você não pode pensar em tirar um favelado de onde ele vive, do habitat dele, para que ele venha a pagar aluguel e condomínio. Se ele não for preparado e se não houver um apoio correto para ensiná-lo sobre o seu novo habitat, o plano realmente não vai poder dar certo (BBC Brasil, 2015).

Todo esse discurso é bastante emblemático e representa de forma precisa toda a articulação política e econômica que os Jogos Olímpicos representam. É a declaração máxima da fragmentação socioespacial, da localização no espaço que cabe ao rico ocupar e que cabe ao pobre viabilizar através do seu trabalho - jardineiro, pedreiro, empregada doméstica. O espaço enquanto uma mercadoria vendida à população como uma meta de “ascensão social”, de “ter chegado lá”, ser bem-sucedido e poder usufruir, portanto, de um espaço diferenciado, construído somente para quem pode pagar por ele. Não é somente a materialidade do espaço construído em si, mas também a ideologia social que se vende através do imóvel; uma ideologia onde o pobre tem o seu lugar muito bem demarcado, tanto em termos de trabalho a ser prestado, como em termos de posição social e ocupação do espaço em si – a Barra não é uma região onde pobre possa morar, ele serve como empregado, mas não como vizinho.

Mais uma vez, fica muita clara a posição do empresariado local, totalmente aliado ao poder público, na remoção da população de baixo poder aquisitivo que ocupa espacialmente as áreas de interesse à expansão do capital. A Vila Autódromo, hoje vizinha da Vila dos Atletas, precisa ser retirada. E seus habitantes, que representam uma mão-de-obra importante na manutenção desse novo espaço construído, devem procurar suas habitações em locais mais afastados, mas de fácil acesso, principalmente com os modernos BRTs, que os permitem ir para seus locais de trabalho todos os dias, dentro dos horários estipulados, para que sirvam ao rico morador que agora ocupa o lugar onde moraram por mais de 40 anos.

Pode-se afirmar, portanto, que o empreendimento foi feito para um grupo econômico específico, que tem condições financeiras para pagar o alto custo cobrado pelo imóvel. O site para venda dos apartamentos tem um discurso produzido através da raridade e exclusividade, ou seja, que os moradores terão contato direto com a

natureza “exuberante” da região, cercados pelo Parque da Pedra Branca e pelas Lagoas da Barra da Tijuca – um “cartão postal”.

Figura 8: Ilha Pura – Construção dos prédios e outdoors

Fonte: Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 23 de janeiro de 2015.

A construção de raridades espaciais, segundo Carlos (2011), se consolida a partir do momento em que a cidade é tratada como um produto, uma mercadoria. Porções de terra que possam se diferenciar das demais, por terem algo que outras localidades não têm mais, como é o caso principalmente de recursos ambientais, hoje praticamente extintos pela ação humana em todas as grandes cidades, valorizam o preço que essa terra passa a possuir no mercado imobiliário, “o acesso a um de seus fragmentos dá trânsito a uma totalidade mais vasta e encerra em si necessidades e desejos” (Carlos, 2011, p.92). O uso diferenciado desses espaços marca, dessa forma, relações de segregação, fragmentação e poder.

O acesso diferenciado toma a forma da segregação como produto da justaposição entre morfologia social (condição de classe) e morfologia espacial (lugar que o sujeito ocupa na cidade em função da relação renda/preço do m² do solo urbano), expressão da realização de uma sociedade de classes fundada na concentração do poder e da riqueza (Carlos, 2011, p.92).

Dentro dessa perspectiva, é possível fazer um breve paralelo entre a região da Barra da Tijuca e a cidade de Sochi, na Rússia, escolhida para sediar os últimos jogos de inverno, em 2014.

No documentário “Os Jogos de Putin”, de direção de Alexandre Gentelev, discute-se a realização dos jogos olímpicos na única localidade espacial de todo o território da Rússia onde não neva, ou seja, uma raridade. Originalmente, a cidade foi construída para ser um resort de verão, principalmente da camada social que detinha mais poder econômico, durante o período socialista.

Escolhido pelo presidente Vladimir Putin como um espaço propício para a realização do megaevento, o filme mostra diversas irregularidades que foram cometidas ao longo da preparação da cidade: o maior gasto já realizado na história de um megaevento, com custo estimado em 66,7 bilhões de dólares (Zimbalist, 2015, Loc.1375); remoções de habitação e de áreas comerciais da cidade para construção de equipamentos para os jogos; desvio de curso de rios e devastação de áreas de floresta, acarretando danos ambientais irreversíveis; construções que foram edificadas em cima de áreas de lama e areia movediça; superfaturamento de obras; autoritarismo, violações de direitos humanos, ameaças, subornos, são alguns dos pontos levantados no documentário, que retrata também como o turismo, que antes era o principal meio de sobrevivência dessa região, foi afetado de forma negativa pela realização do megaevento esportivo.

A conclusão a que se chega pelas reflexões realizadas no filme é que essa região foi justamente escolhida por ser única, por apresentar uma topografia, clima e localidade que a diferenciava fisicamente do restante do país. Com isso, a especulação imobiliária na região já havia começado, com a construção de grandes prédios de condomínios de luxo, para abrigar uma população mais abastada economicamente, que pode arcar com o alto custo cobrado por essas construções.

A Barra da Tijuca, nesse pensamento, detém uma das poucas áreas verdes da cidade, onde ainda é possível conviver com um resquício de meio ambiente preservado. As empresas de construção civil se valem desse argumento para a venda dos imóveis com valores mais altos, justificando essa cobrança, portanto, pela raridade espacial.

Segundo reportagem publicada pela revista Carta Capital, a justificativa da criação de uma centralidade na Barra é controversa. “Embora a cidade cresça menos de 0,8% por ano, entre 2000 e 2010, a população da Barra da Tijuca cresceu 47,4%,

de acordo com o IBGE. O mesmo ocorreu em bairros próximos, como Recreio dos Bandeirantes (118,9%) e Jacarepaguá (56%)” (Carta Capital, 2014).

Através do índice FIPE/ZAP da figura 9 é possível analisar o crescimento no valor para venda de apartamentos na cidade do Rio de Janeiro considerando o período de março de 2008 a janeiro de 2015.

Figura 9: Índice Fipec/Zap - março/08 a janeiro/15 (venda)

Fonte: site FIPE/ZAP. Disponível em: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>. Acesso em abril de 2015.

Comparado com o índice do INCC, que é o Índice Nacional de Custo da Construção⁷¹, é possível verificar que de fato o aumento do valor de venda está muito acima do real valor construtivo.

Percebe-se que esse aumento começa a se configurar a partir de julho de 2009, coincidentemente ou não, no mesmo período em que foi lançado o terceiro plano estratégico da cidade e um pouco antes da confirmação de que o Rio de Janeiro seria a nova sede das Olimpíadas de 2016. A partir desse período, o crescimento dos preços foi muito alto e totalmente descolado do valor gasto na construção dos imóveis, levando a uma supervalorização da terra.

De uma forma geral, as políticas de valorização de fragmentos da cidade reforçam o processo de segregação, justamente por esse caráter especulativo que a terra assume no mercado urbano. A produção das novas centralidades ou das raridades espaciais, dentro desse contexto, emerge como uma nova mercadoria a ser consumida pelos habitantes que podem pagar por essa supervalorização do espaço. Criam-se novas necessidades e padrões como forma de reprodução social e também de reprodução do capital, ou seja, os dois momentos se entrelaçam de maneiras tão

⁷¹ Disponível em: <http://www.calculador.com.br/tabela/indice/INCC>

intrínsecas que fica difícil separar a reprodução da vida cotidiana da própria reprodução do capital, pois todos os processos da vida são mercadorias.

Para Alvarez (2011, p.79), a produção das novas centralidades se afirma como forma de entender o processo histórico atual da reprodução do capital, “uma vez que revela novas formas de habitar e de o habitante se relacionar com a cidade, assim como a fragmentação da vida cotidiana, a arte como objeto de consumo e a natureza como adereço e mercadoria”.

Nesse cenário, observa-se o papel central que detém o poder público que, ao realizar obras de infraestrutura, beneficia parcelas de terra em detrimento de outras e, conseqüentemente, beneficia alguns proprietários de terras, mas não todos: “vende-se a cidade como imagem de um potencial de valorização, e é tanto maior o seu preço (e a sua procura) quanto mais real e verossímil for a sua imagem enquanto potencial de valorização. A cidade como negócio superou a condição da cidade como lugar do negócio” (Santos, C., 2006, p. 111).

Comparando esses dados a outros mais específicos da região da Barra da Tijuca, é possível confirmar ainda mais a afirmação acima, como pode ser observado na figura 10.

Figura 10: Índice Fipe/Zap - Barra da Tijuca x Copacabana

apartamento à venda, todos os quartos, no ZAP Imóveis

mar/2015

	Valor médio do metro quadrado	Tamanho da amostra
BARRA DA TIJUCA	R\$ 9.802	11.899
COPACABANA	R\$ 11.689	6.181

Fonte: site FIPE/ZAP. Disponível em: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>. Acesso em abril de 2015.

Usando o mesmo índice, no período de janeiro de 2008 a janeiro de 2015, pode-se comparar o crescimento para venda de apartamentos nas regiões da Barra da

Tijuca e de Copacabana, na zona sul, que é um dos bairros mais conhecidos e mais procurados na cidade do Rio de Janeiro, principalmente por turistas estrangeiros.

Com valor de venda do metro quadrado a R\$ 9.802 reais contra R\$ 11.689 de Copacabana, percebe-se essa nova centralidade que vem se desenvolvendo na região da Barra da Tijuca. Novamente, os índices mostram como o aumento do valor de venda de apartamentos começa no período entre julho de 2009 e janeiro de 2010, para começar uma estagnação entre julho de 2014 e janeiro de 2015.

Essas informações são corroboradas pelo relatório do Secovi Rio (2012), onde são analisados índices de valorização imobiliária na cidade do Rio de Janeiro. Esse documento aponta que houve um período de supervalorização na cidade entre os anos de 2001 a 2010, onde os preços dos imóveis atingiram uma alta de 400% a 700% respectivamente, pautados principalmente pela perspectiva da realização dos megaeventos esportivos, com a “implantação das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs – nas favelas da cidade, e de infraestrutura, com obras e investimentos nos setores de transporte e saneamento [...] que preparam a cidade do Rio para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016” (Secovi Rio, 2012, p.20).

Segundo dados fornecidos no último Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015), verificou-se um crescimento muito grande no valor dos imóveis da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, principalmente aqueles relacionados a bairros populares próximos às construções olímpicas, tais como: “Camorim, com variação de 243,1%; Curicica, variação de 230,3%; e Gardênia Azul variação de 213,4%. Os imóveis de Jacarepaguá valorizaram 237,8%, bem mais do que na Barra da Tijuca (166,2%) e no Recreio (132,2%)” (Dossiê Violações, 2015)⁷².

Para Cosentino (2015, p.86-87), a consolidação da Barra da Tijuca como uma “nova frente de expansão do mercado imobiliário” na cidade do Rio de Janeiro se consolida agora com a realização dos Jogos Olímpicos.

Em nenhum outro momento a região conseguiu canalizar em um espaço tão curto de tempo, tantas intervenções. Obras estruturais que foram cogitadas há mais de quatro décadas para a Expo-72, como a extensão do metro da zona sul até a Barra e a ligação rápida do bairro com o aeroporto internacional do Galeão, ou ainda que estavam nos planos da subprefeitura da Barra e Jacarepaguá na década de 1990, como o túnel da Grota Funda que liga o Recreio a Guaratiba e o sistema *Bus Rapid Transit* (BRT), estão se concretizando no contexto da preparação da cidade para as Olimpíadas.

⁷² Dados baseados no índice FIPE/ZAP, disponível em: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>, acessado em setembro de 2015.

Nessa perspectiva, todas as obras urbanas de mobilidade e de infraestrutura que tiveram sua consolidação através do Estado na região desde a década de 70, tomam forma e se estruturam na reprodução de mais uma fragmentação socioespacial na cidade, onde somente as classes que detêm o poder aquisitivo interessante ao capital, poderão usufruir nos próximos anos. A retirada dos moradores da Vila Autódromo, que será abordada no capítulo 5, bem como casos de remoção velada de outras comunidades na região, exemplificam de forma bastante significativa a afirmação acima.

A próxima parte do trabalho discutirá os documentos oficiais dos Jogos Olímpicos, fazendo um breve paralelo entre o Dossiê de Candidatura da cidade do Rio de Janeiro, apresentado ao COI em 2009, quando da eleição da cidade para sediar o megaevento, a Matriz de Responsabilidade, onde estão elencados todos os projetos ligados diretamente aos Jogos que a cidade pretende realizar e o Plano de Políticas Públicas, onde estão listados todos os projetos de infraestrutura da cidade que serão realizados em função da realização dos Jogos. Também serão discutidos brevemente alguns pontos do contrato firmado entre a cidade do Rio de Janeiro e o COI, como forma de garantia do recebimento e realização do megaevento esportivo.

5.2. Análise crítica dos documentos oficiais

O Dossiê de Candidatura da cidade do Rio de Janeiro foi elaborado em três volumes e apresentado durante a segunda fase de escolha das cidades que iriam sediar as Olimpíadas de Verão de 2016.

Na primeira fase foram, ao todo, sete cidades candidatas, sendo duas do continente americano, Chicago e Rio de Janeiro; duas do continente asiático, Doha e Tóquio; e as outras três cidades do continente europeu, Baku, Madri e Praga. Em junho de 2008, o COI, baseado em relatório dos grupos de trabalhos, escolheu quatro finalistas que iriam para segunda fase da candidatura: Tóquio, Madrid, Rio de Janeiro e Chicago (IOC, 2009a).

Depois de avaliar os Dossiês de Candidatura das quatro finalistas, a Comissão Avaliadora divulgou o relatório com as impressões gerais sobre os projetos. Tóquio recebeu as melhores notas, mas não houve apoio popular à candidatura; Chicago teve vários protestos internos e também alguns conflitos com as leis americanas e as condições impostas pelo COI para a realização do megaevento; o mesmo aconteceu

com Madrid, que sofreu críticas da Comissão Avaliadora sobre problemas com a legislação; já o Rio de Janeiro sofreu críticas nos quesitos acomodação e transporte.

Aparentemente não havia nenhuma cidade favorita, ficando a decisão final entre as cidades de Madrid e Rio de Janeiro. Em 2 de outubro de 2009, em Copenhague, era anunciada a escolha da cidade brasileira para a sede das Olimpíadas de Verão (IOC, 2009b).

Gusmão (2012) faz uma breve análise dos motivos que teriam feito o COI escolher o Brasil ao invés das outras cidades, que são consideravelmente mais bem estruturadas para receber o megaevento. Uma das hipóteses apontada pela autora é a de justamente o Brasil estar situado no continente da América do Sul, que historicamente nunca havia recebido uma edição dos Jogos: “A América do Sul, até então excluída do circuito dos Jogos Olímpicos, merecia conquistar pela primeira vez o direito de sediar uma olimpíada” (Gusmão, 2012, p.207).

Uma segunda hipótese levantada pela mesma autora foi o prestígio político dos líderes do COB e da FIFA junto ao COI, bem como do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, que possuía grande apelo e aceitação popular na época da eleição da cidade. O alinhamento dos três poderes governamentais, federal, estadual e municipal também é apontado por Gusmão como um dos pontos fortes da candidatura. Outras vantagens seriam a contratação de empresas de consultoria com reconhecido prestígio internacional, as garantias e seguranças oferecidas pela cidade sede e “a suposta qualidade técnica do projeto” (Gusmão, 2012, p.207).

A terceira hipótese levantada pela autora já é, segunda ela, o “fator responsável pelo desfecho final”, que seria “a enorme capacidade de determinados agentes em articular forças de ação de modo transescalar, unificando todos esses interesses” (Gusmão, 2012, p.207).

O Dossiê de Candidatura trazia as regiões da cidade onde haveriam equipamentos olímpicos, distribuídos no que ficou conhecido como o “Plano Mestre”, exatamente como o que havia sido realizado durante os Jogos Pan-Americanos. A única mudança foi a troca da zona denominada de “Pão de Açúcar” no Pan para zona “Copacabana” para as Olimpíadas, como é possível observar fazendo um comparativo entre a Figura 3 na página 127, que elenca as regiões que sofreram alterações na cidade para receber os jogos Pan-americanos e a Figura 11 abaixo, com destaque para as quatro regiões dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Todas as outras três zonas – Deodoro, Barra e Maracanã – permanecem as mesmas nos dois projetos.

O dossiê de candidatura atesta ainda que essas quatro zonas da cidade “serão acessadas através do Anel de Transporte de Alta Capacidade⁷³ e das Faixas Olímpicas, o que permitirá reduzir os tempos de deslocamento” (RIO 2016, 2008, v.1, p.27). Uma análise mais aprofundada sobre o item circulação e mobilidade será apresentada mais à frente no trabalho, no subcapítulo 5.5.1.

Figura 11: Distribuição das regiões dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Fonte: Rio 2016, 2008, v.1, p.5 – produção nossa

⁷³ Anel compreendido pela rede de trens que dão acesso às Zonas Deodoro e Maracanã, pelo sistema de metrô que dá acesso às Zonas Maracanã e Copacabana e pelos sistemas de BRT que servirão como extensões das linhas de trens e metrô, dando acesso às Zonas Barra, Deodoro e Copacabana - RIO 2016, 2008, v.3, p.103

O discurso contido no Dossiê de Candidatura foi construído exaltando as belezas naturais da cidade, seus habitantes acolhedores e simpáticos, a energia dos cariocas e seu jeito hospitaleiro de receber. Internamente, o consenso que pretendia se formar era de um povo unido em prol de um objetivo comum: a realização dos Jogos Olímpicos, capazes de alavancar a infraestrutura urbana da cidade, diminuir as desigualdades sociais, econômicas e habitacionais e estimular o crescimento da economia brasileira, trazendo para o país um reconhecimento internacional.

Uma das principais garantias do Dossiê era o comprometimento das três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal, que trabalhariam juntas e em parceria constante para o melhor andamento das obras e do investimento dos recursos, de forma que não houvesse atrasos na entrega de equipamentos e obras propostas. Outra garantia seria a de que o Movimento Olímpico teria prioridade durante o processo de elaboração do Plano Olímpico. “Os Jogos Rio 2016 atenderão integralmente as necessidades da Família Olímpica. Em todos os setores, será dada atenção prioritária aos **clientes. As exigências de cada cliente serão satisfeitas, através de um compromisso genuíno** de colaboração aberta e respeitosa” (Rio 2016, 2008, v.1, p.23 – grifos nossos).

Estruturado em quatro pilares, o conceito dos Jogos Rio-2016 é baseado nos princípios de “celebração, inspiração e excelência”, distribuídos em subpilares, onde são assumidos compromissos, tais como: lotação máxima dos estádios, conexões viárias de transporte público entre as quatro regiões, modernização do porto do Rio, Live Sites para que a população possa acompanhar os jogos mesmo não tendo comprado ingressos para as competições, garantias financeiras dos três poderes governamentais, aceleração de projetos ambientais, acomodações em navios para compensar o déficit de hospedagem da cidade, segurança e inserção social através da criação de empregos temporários, construção de novas habitações que atenderão a Vila Olímpica e farão parte do legado dos Jogos à população da cidade.

Tabela 9: Os 4 pilares do conceito dos Jogos Rio 2016

Excelência técnica
Plano Mestre e instalações dos Jogos
Vila Olímpica e Paraolímpica
Acomodações
Transporte
Segurança
Garantia financeira
Uma experiência memorável
Parcerias com clientes
Estádios cheios
Apresentações esportivas
Transformação
Modernização do porto
Inserção social – Jogos integrados à sociedade
Desenvolvimento sustentável à longo prazo
Apoiar os Movimentos Olímpico e Paraolímpico
Integração da juventude e <i>Live Sites</i>
Desenvolvimento esportivo na América do Sul e além

Fonte: Rio 2016, 2008, v.1, p.37

O Plano de Legado dos Jogos Rio 2016 também está dividido em quatro prioridades, integradas ao planejamento de longo prazo da cidade: “transformação da cidade, inserção social: habitação, treinamento e emprego, juventude e educação, esportes”. (Rio 2016, 2008, v.1, p.27). Dentre os equipamentos e obras de infraestrutura considerados legados pelo Dossiê, é possível destacar o Plano Mestre, a modernização de infraestrutura, a renovação da zona portuária, melhorias nos setores de segurança e transporte, aumento de habitações pela construção da Vila Olímpica, com mais de 24 mil novos apartamentos que serão vendidos para a população do Rio e lançamento de projetos de desenvolvimento sustentável em despoluição de rios e lagoas.

Dentro do plano de habitação, um item chama atenção justamente por sua relação direta com o objeto de estudo desta dissertação, que diz respeito aquisição de terrenos por parte da prefeitura, podendo esta desapropriar propriedades para

atingir objetivos de planejamento urbano apoiada na Constituição Federal, condizente, portanto, com a legislação vigente:

- fase de declaração: com decreto do Prefeito, declarando o terreno como “ativo de utilidade pública”

- fase de implantação: medidas e procedimentos administrativos que podem ser implantadas em até 30 dias ou através de processo judicial com duração de 100 dias. Em caso de processo judicial, o Tribunal de Estado do RJ irá conceder o direito de posse provisório para a Prefeitura, que pode então proceder com a aquisição;

O Projeto dos Jogos prevê a remoção de algumas moradias legais e ilegais assim como a aquisição de terrenos para apoiar as obras de infraestrutura. Quando for necessário o assentamento de famílias, especialmente carentes sujeitas aos processos de regeneração, serão oferecidas casas populares, o que irá melhorar a sua qualidade de vida. A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à moradia como fundamental. Ao mesmo tempo, o Projeto dos Jogos Rio 2016 define uma Matriz de Responsabilidade com o objetivo de reforçar o zoneamento e a aquisição de terras na cidade.

Todo assentamento de famílias será coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do RJ, de 3 formas:

- assistência moradia: a Prefeitura paga o valor da propriedade mais 40%;

- aquisição assistida: o proprietário indica uma nova propriedade e a Prefeitura faz a compra – tem que estar no mesmo bairro;

- assistência social completa: novos conjuntos habitacionais são construídos pensando sempre no bem estar da comunidade. Se as obras para a construção demorarem, será concedido um auxílio aluguel para cada família, “que ainda recebe assistência social durante todo esse processo”. (Rio 2016, 2008, v.2, p.161).

A utilização de decretos para desapropriações de imóveis por utilidade pública pela Prefeitura do Rio de Janeiro será então uma das alternativas encontradas pelo município para expulsar comunidades indesejáveis do entorno das construções olímpicas, como é o caso da Favela Mangueira e da própria Vila Autódromo (El Pais, 2016; Faulhaber & Azevedo, 2015).

Relativo ao plano de mobilidade, prevê-se a criação de BRTs, em quatro projetos, que já constavam no Plano Estratégico (2013-2016): Transoeste, Transcarioca, Transolímpica e Transbrasil. Além desse modal de transporte, haverá também uma linha de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) na área central da cidade, extensão dos sistemas de metrô que dão acesso às Zonas Maracanã e Copacabana e a Barra da Tijuca.

É interessante observar que algumas dessas construções ligadas à mobilidade urbana não constavam no Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro, mas constavam no Plano Estratégico do Rio de Janeiro. Por outro lado, o Elevado da Perimetral, que constava no Dossiê de Candidatura como obra de infraestrutura existente, sem que

nenhuma obra fosse necessária, foi totalmente derrubado pela prefeitura no Projeto do Porto Maravilha (Rio 2016, 2008, v.3, p.117).

Existe, portanto, certa dispersão de informações, que dificulta não apenas o acompanhamento, mas também a mensuração da dimensão das obras que foram realizadas na cidade em função da realização do megaevento esportivo. A Matriz de Responsabilidade foi formulada através da criação da APO, Autoridade Pública Olímpica, pela Lei nº 12.396 de 21 de março de 2011 (Brasil, 2011). Dentro da terceira cláusula das definições do Contrato de Consórcio Público, é possível destacar que “IV – Matriz de Responsabilidades – documento vinculante que estipula as obrigações de cada um dos seus signatários para com a organização e realização dos Jogos” (APO, 2014a). Dessa forma, compete à APO a atualização e aprovação da matriz de responsabilidade, cuja primeira versão oficial foi divulgada no começo do ano de 2014 e teve uma última atualização publicada em janeiro de 2016 (APO, 2016). Pelo cronograma estipulado, uma versão final deverá ser divulgada antes do início dos Jogos, com a conclusão das obras previstas.

Nesse contexto, a Matriz atualizada é o documento oficial de caráter executivo, que fica sujeito ao ordenamento jurídico brasileiro, substituindo o então Dossiê de Candidatura, que trabalhava com estimativas. Pelos critérios para a elaboração e atualização da Matriz de Responsabilidade, ela deve ter uma nova publicação a cada seis meses. Dessa forma, a primeira Matriz foi lançada em 24 de janeiro de 2014 (APO, 2014a); a primeira atualização foi feita em 28 de julho de 2014, versão 2.0 (APO, 2014b); a segunda atualização foi feita em 28 de janeiro de 2015, constando como versão 3.0 (APO, 2015a). A terceira e a quarta atualizações, versões 4.0 e 5.0, foram feitas respectivamente em 18 de agosto de 2015 (APO, 2015b) e 29 de janeiro de 2016 (APO, 2016). Uma última versão está programada para ser divulgada antes do início dos Jogos, com a conclusão de todas as obras propostas.

É, portanto, através da Matriz de Responsabilidade que todas as obras dos Jogos Olímpicos Rio-2016 deveriam ser divulgadas de forma transparente, pelo portal online. Existiu uma separação entre as obras que possuem relação direta com os Jogos Olímpicos, denominadas de esportivas, e as obras que dizem respeito à mobilidade, meio ambiente e demais construções na cidade, denominadas de obras de infraestrutura. Essas últimas obras constam numa relação de gastos divididos entre os entes Municipal, Estadual e Federal, no denominado Plano de Políticas Públicas, cujo principal objetivo é abarcar obras de infraestrutura ligadas a políticas públicas

que tiveram sua execução acelerada ou viabilizada em função da realização dos Jogos Olímpicos (APO, 2015c). Algumas obras que constavam na Matriz foram realocadas para o Plano ao longo das suas atualizações, como é o caso por exemplo, do Estádio do Engenhão.

É importante deixar claro, portanto, que não é somente através da matriz que é possível estimar todos os gastos com as obras olímpicas, visto que muitas delas, como já considerado, não constam na matriz, mas sim em outros documentos oficiais, tais como o Plano Estratégico, o Plano de Políticas Públicas ou os contratos das parcerias público-privadas. A divisão de todos esses gastos e estimativas em diversos documentos é umas das grandes dificuldades em se ter uma visão total e real dos valores dispendidos até o momento ou que ainda serão necessários para a finalização das obras olímpicas. Oficialmente, os gastos públicos relacionados as obras olímpicas estão separados em três frentes principais, como mostra a figura 12:

Figura 12: Distribuição das responsabilidades

ORÇAMENTO RIO 2016	MATRIZ DE RESPONSABILIDADES	PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
<ul style="list-style-type: none"> Os investimentos do Comitê Rio 2016 para organização e realização dos Jogos. 	<ul style="list-style-type: none"> Os projetos governamentais executados com recursos financeiros públicos e privados, exclusivamente associados à organização e realização dos Jogos. Os projetos que não aconteceriam se o Rio não fosse escolhido como cidade sede. 	<ul style="list-style-type: none"> Os projetos que antecipam ou ampliam investimentos federais, estaduais e municipais em infraestrutura e políticas públicas.

Fonte: Apresentação do Plano de Políticas Públicas - Legado (APO, 2014c)

Esse é um ponto crítico nas finanças e na transparência dos jogos, como inclusive atestado pelo próprio Tribunal de Contas do Município e pelo Ministério Público Federal. Essa dispersão dos dados acaba por gerar confusões e interpretações errôneas dos valores, o que poderia ser considerado uma oportunidade para desvios de verbas ou superfaturamentos. Justamente em função dessas irregularidades, em abril de 2016, foi aberto um pedido de investigação das obras olímpicas através da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O intuito é justamente analisar os diferentes

documentos que deveriam demonstrar de forma transparente, todas as obras que estão sendo realizadas para os Jogos Olímpicos na cidade, principalmente através dos contratos de parceria público-privadas (O Globo, 2016).

Por outro lado, um dos pontos fortes da candidatura do Rio foi justamente a argumentação que muitos equipamentos para utilização nos jogos olímpicos já haviam sido construídos durante o Pan-Americano e também para atender outros megaeventos, como os Jogos Mundiais Militares do CISM, realizado na cidade em 2011, A Copa das Confederações, realizada na cidade em 2013 e a Copa do Mundo de futebol em 2014, cujos jogos na cidade foram sediados no estádio do Maracanã. O Dossiê de Candidatura atesta que, em decorrência dos investimentos já utilizados para a construção de equipamentos que atenderam esses outros eventos esportivos e também por causa da utilização de instalações temporárias, “apenas 26% das instalações esportivas terão que ser construídas” (Rio 2016, 2008, v.1, p.27).

A experiência do Rio em termos de grandes eventos e de legado, tanto no plano material quanto no intelectual, garantirá uma excelente entrega dos Jogos. Mais de US\$ 2 bilhões foram investidos em infraestrutura e nas instalações dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos Rio 2007, que foram um sucesso, fornecendo assim grande parte dos fundamentos para o projeto Rio 2016. Os Jogos Rio 2007 também testemunharam níveis inéditos de colaboração e união entre o Governo Federal e as autoridades municipais e estaduais, cada um fornecendo o nível de compromisso e cooperação necessários. Todas essas autoridades públicas estão dispostas a fazer o máximo para satisfazer os níveis de exigência ainda mais elevados dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Até 2016, o Rio e o Brasil terão se beneficiado da experiência de ter recebido outros eventos esportivos internacionais, como os Jogos Mundiais Militares CISM 2011 e a Copa do Mundo da FIFA de 2014. Esses eventos irão garantir que consideráveis melhorias em infraestrutura sejam entregues muito antes de 2016, e que a força de trabalho do Rio adquira uma enorme experiência em grandes eventos. O Rio de Janeiro estará pronto. (Rio 2016, 2008, v.1, p.25).

Essa afirmação, com o decorrer do tempo, não se mostrou verídica. No final de 2008, por exemplo, foi constatado que o Parque Aquático Maria Lenk não atendia às exigências do Comitê Olímpico Internacional e teve que passar por reformas para se adequar aos novos padrões propostos, com mais gastos para os cofres públicos⁷⁴. O contrato firmado entre a Empresa Municipal de Urbanização – RIO-URBE e o Consórcio Benge tinha por objetivo a construção de uma nova piscina com aquecimento dentro dos padrões exigidos pelo Comitê Olímpico. O valor total firmado no contrato é de R\$ 32.492.788,10, que constava na atualização 3.0 da Matriz de

⁷⁴ O contrato com valores dispendidos nesse equipamento pode ser acessado no link: <http://www.cidadeolimpica.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Parque-Olimpico-Parque-Aquatico-Maria-Lenk.pdf> - Acesso em abril 2016.

Responsabilidade (APO, 2015a). Esse valor foi reduzido para R\$ 21.400.000 na última atualização da Matriz, feita no começo de 2016 (APO, 2016). A entrega desse equipamento para os Jogos já foi feita pelo Consórcio no dia 8 de abril de 2016, mas ainda não consta como obra finalizada na última versão da Matriz, nem foi divulgado pela prefeitura a redução dos gastos previstos para essa construção olímpica⁷⁵.

Outro equipamento que precisou de adequações foi o estádio João Havelange, conhecido popularmente como “Engenhão”. Originalmente construído para atender os jogos do Pan, ele também passou por reformas para “melhorar circulação interna, reforma estrutural das arquibancadas existentes, reforma elétrica, hidráulica, gás e esgoto e a reforma dos banheiros e vestiários” (APO, 2015a), ou seja, precisou de mais investimentos para se enquadrar dentro dos padrões olímpicos.

Esse equipamento chamou particularmente a atenção pela forma como suas despesas foram sendo fracionadas através das atualizações das matrizes. Na versão 2.0 da Matriz de Responsabilidade, por exemplo, constava o item MN.01 – Estádio Olímpico João Havelange – reurbanização do entorno, com recursos e execução do Governo Municipal no valor de R\$ 28 milhões. Nas Notas, um esclarecimento sobre a divergência dos valores: “Parte do escopo do projeto, referente a obras no Bairro Maravilha do Engenho de Dentro, no valor de R\$ 87,7 milhões foi transferida para o Plano de Políticas Públicas” (APO, 2014b). O valor total da obra, que constava na primeira versão da Matriz era de R\$ 118,2 milhões (APO, 2014a). Na versão 3.0 da Matriz de Responsabilidade, o valor que constava dessa obra, ou seja, os outros R\$ 28 milhões também foram transferidos para o Plano de Políticas Públicas “por fazer parte do legado da região” (APO, 2015a).

Cada uma dessas informações acima foi sendo “perdida” na atualização seguinte, ou seja, para conseguir entender todo o processo, é necessário olhar cada uma das atualizações das matrizes, projeto por projeto, para verificar se houve alteração de valores, ou como nesse caso, transferência de projetos para outros planos. Obviamente, isso traz a sensação, para o observador menos atento, que o valor final da matriz, na sua totalidade, está diminuindo em relação ao valor inicialmente proposto. Mas verifica-se que essa não é uma afirmação correta, pois o gasto ainda está sendo feito, somente está sendo computado em outra planilha.

⁷⁵ Inauguração do Maria Lenk, disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/estadio-aquatico-e-inaugurado-no-parque-olimpico/> Acesso em abril de 2016.

Finalmente, dos 8 projetos propostos na primeira versão da Matriz para a região do Maracanã, apenas 3 ainda se mantêm na versão 5.0 do documento (APO, 2016). Dois itens foram excluídos permanentemente - não foram transferidos para outros projetos, aparentemente - e dois itens foram alocados para outra parte da Matriz, nas Multirregiões. O valor de R\$ 117,3 milhões que constava na atualização 3.0 (APO, 2015a) foi “reduzido” para R\$ 98,5 milhões na versão 5.0 (APO, 2016), somente para a região Maracanã.

Fazendo uma comparação entre a primeira versão oficial divulgada pela APO no começo do ano de 2014 e sua última atualização feita em janeiro de 2016, no que diz respeito à Região da Barra, é interessante averiguar que houve considerável aumento no valor de muitas das instalações, com destaque para aquelas consideradas de verba pública, como o próprio Maria Lenk, cuja adequação não tinha estimativa fixada na primeira versão e hoje é uma obra estimada em R\$ 21,4 milhões com recursos e execução do governo municipal; obras de energia elétrica que tiveram um aumento de R\$ 5,3 milhões da primeira versão para a última publicada, bem como acréscimo de uma obra ligada à construção de subestação de energia elétrica do Parque Olímpico da Barra no valor de R\$ 72,9 milhões (APO, 2016) e que não constavam na primeira versão.

Destaca-se também a construção da Vila Olímpica e Paraolímpica – Vila dos Atletas – cuja obra está designada como advinda de recursos privados, mas com uma nota explicativa, onde lê-se: “financiamento da Caixa Econômica Federal R\$ 2,33 bilhões; recursos próprios – terreno R\$ 579,5 milhões (agregado à garantia do financiamento). Ou seja, os recursos privados dessa obra estão claramente designados como o valor do terreno privado, somente, cabendo ao poder público, através do financiamento de um banco público, a construção efetiva dos prédios de luxo que irão abrigar temporariamente os atletas olímpicos, como abordado no subcapítulo anterior.

Para finalizar a análise das obras olímpicas que constam nas matrizes de responsabilidade, é importante falar sobre a construção do campo de golfe olímpico, que também não constava na versão inicial e hoje está estimado em um gasto de R\$ 60 milhões com recursos do governo municipal e privados – não fica claro na Matriz

qual valor cabe a cada parte. No entanto, está explicitado na Matriz o decreto⁷⁶ que legitima a irregularidade cometida pela prefeitura na construção desse equipamento, que foi muito contestada por diversos movimentos sociais, por se tratar de área de preservação ambiental, como o “Golfe pra Quem?” e o “Ocupa Golfe”⁷⁷.

A cidade já contava com outros dois campos de golfe, que haviam sido previstos para abrigar as competições, pois já recebem campeonatos internacionais. Mas em 2011, a prefeitura encaminhou projeto de lei para modificar outra área de preservação ambiental na cidade para a construção do campo de golfe e de conjuntos habitacionais de luxo.

[...] o prefeito Eduardo Paes encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei complementar com o objetivo de mudar os parâmetros ambientais e urbanísticos da Barra da Tijuca. A Lei Complementar 113/2012 liberou construções em um terreno localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi, importante remanescente de Mata Atlântica o qual engloba dois frágeis ecossistemas importantes para a manutenção da biodiversidade e do clima local: a restinga e o manguezal. A justificativa apresentada por especialistas da Prefeitura é que a área já estaria gravemente degradada e que a perda em termos da biodiversidade seria mínima. Biólogos e ambientalistas, no entanto, demonstraram que a área encontrava-se entre médio e avançado processo de recuperação natural. A Lei Complementar ainda altera os parâmetros urbanísticos da área, permitindo lá a construção de 22 prédios de luxo, e autoriza a doação para o empreendimento privado do terreno público de 58.000 m² – o qual, corrigido para valores de mercado, valeria aproximadamente R\$ 500 milhões. As mudanças vieram sem qualquer estudo de viabilidade de adensamento populacional e de seus impactos no trânsito da região. (FLORENTINO, 2011, p.88-89).

O empreendimento, de responsabilidade das empresas RJZ Cyrela e Fiori, abrigará o campo de golfe olímpico e um condomínio de prédios residenciais de luxo, o Reserva Golfe⁷⁸, com quatro torres de apartamentos, duas com 19 andares e duas com 20 andares, mais coberturas.

Uma tentativa de impedir a obra foi feita pelo advogado dos movimentos ambientalistas que protestaram contra a construção do empreendimento em janeiro de 2014, ao encaminhar uma representação por improbidade administrativa para à Procuradoria de Defesa e Cidadania e ao Ministério Público Estadual e Federal do Rio

⁷⁶Decreto n.36795 de 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/43871Dec%2036795_2013.pdf. Acesso em março de 2014.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/GolfeParaQuem?fref=ts>. e <https://www.facebook.com/ocupagolfe?fref=ts>.

⁷⁸ Disponível em: <http://www.riservagolf.com/>. Acesso em março de 2015.

de Janeiro, alegando danos ambientais, irregularidades administrativas – favorecimento e tráfico de influência – e grilagem do terreno (ESPN, 2014).

Como resposta, a prefeitura lançou no final de março de 2015 um Dossiê⁷⁹ sobre a construção do campo de golfe, numa tentativa de esclarecimento à opinião pública sobre as denúncias de irregularidades, ao passo que fez críticas aos movimentos ambientalistas, designando de “baboseiras” as irregularidades apontadas e enaltecendo a realização dos Jogos Olímpicos, como se esse fato pudesse por si só, legitimar as escolhas espaciais da prefeitura, vistas pelo prefeito como “exigências do comitê olímpico internacional” (Folha, 2015b).

Desde que os protestos contra a construção olímpica começaram, o prefeito Eduardo Paes demonstrou muita instabilidade nos seus discursos, reafirmando a relação conflituosa entre o poder público e as empresas privadas, permeada e interligada por todo um processo de interesse político e econômico. O campo de golfe foi entregue à prefeitura em 22 de novembro de 2015 (Portal Brasil, 2015) e os apartamentos de luxo estão sendo comercializados com valores iniciais em R\$ 4.278.305,00 para um apartamento de 266,88 m², segundo o próprio site do empreendimento⁸⁰.

Com relação à entrega dos projetos propostos na Matriz de Responsabilidade, pode-se verificar que, das 47 ações elencadas, 19 já estão concluídas. Das obras em andamento, 12 delas têm data prevista para conclusão no primeiro trimestre de 2016 (março)⁸¹ e 9 têm data prevista para conclusão no segundo trimestre de 2016 (julho), portanto, a dois meses do início dos Jogos, que serão sediados de 5 a 21 de agosto de 2016. 4 obras estão demarcadas para o quarto trimestre de 2016 (setembro), mas são obras que se destinam a locações temporárias para os Jogos ou manutenções após o término do evento, bem como 3 ações que estão listadas para 2017, relacionadas à manutenção e desmontagem de equipamentos (APO, 2015a).

Já em relação ao Plano de Políticas Públicas, as planilhas com todos os 27 projetos estão divididas por ente governamental, sendo 14 projetos destinados à municipalidade do Rio de Janeiro, 10 projetos de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro e 3 projetos designados para serem executados pelo Governo Federal

⁷⁹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5263319/4136849/DOSSIEGOLFE.pdf>. Acessado em março de 2015.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.riservagolf.com/>. Acesso em maio de 2016.

⁸¹ Mesmo já tendo passado esse prazo, a nova versão da Matriz ainda não foi publicada, então para os dados discutidos no trabalho, leva-se em conta informações da versão 5.0 de janeiro de 2016.

(APO, 2015c). Estimados em um valor total de R\$ 264,41 milhões, estes projetos estão relacionados muito mais a obras de infraestrutura do que aos Jogos Olímpicos especificamente, argumento principal para a divisão dos projetos entre a Matriz de Responsabilidade e o Plano.

Dentre os 10 projetos propostos pelo Estado, 4 se relacionam com despoluição ou recuperação de baías, lagoas e rios da cidade que, conforme já abordado, não ficarão prontos dentro do prazo estipulado para as olimpíadas.

É importante também destacar o valor estipulado pela obra do sistema viário Linha 4 do metrô, que sozinha equivale a R\$ 8.790,88 milhões, dos quais R\$ 7.733,40 milhões são públicos. Essa é uma das obras mais esperadas pela população do Rio de Janeiro, pois interligará a zona sul com a zona oeste, facilitando a circulação das pessoas entre essas duas regiões fundamentais da cidade do Rio de Janeiro. É também uma das obras que constam nas investigações da CPI das Olimpíadas, principalmente pelo valor estimado da obra.

Por fim, as 14 obras estimadas no Plano de Políticas Públicas para o município do Rio de Janeiro totalizam R\$ 14.344,91 milhões entre recursos públicos e privados. O mais significativo projeto dentre a lista é, sem dúvida, a construção do BRT Transolímpica, em cuja obra foi agregado o valor das indenizações pagas às famílias removidas para implementação da via, que totaliza um valor de R\$ 2.174,49 milhões de recursos do município e de empresas privadas. Também se destaca o projeto Porto Maravilha Fase 2, com um valor total estimado em R\$ 8,2 bilhões de recursos públicos e privados (APO, 2015c).

É interessante observar que o projeto Porto Maravilha não tem nenhuma ligação direta com os Jogos Olímpicos: ele não se localiza espacialmente em nenhuma das quatro regiões dos Jogos nem representa um local de circulação pelo qual os turistas terão que se deslocar ou passar para chegar de uma região à outra no contexto das mobilidades olímpicas e seus equipamentos. No entanto, essa obra representa um dos GPUs mais divulgados pela prefeitura para a cidade do Rio como um dos legados olímpicos e, como já salientado, está presente no Jogo Banco Imobiliário como representação de uma “marca olímpica Rio-2016”, bem como já constava nos “Indicadores de Infraestrutura Urbana” da terceira versão do Plano Estratégico (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009, p. 94) e dos projetos elencados para “Habitação e Urbanização”, presentes na quarta versão do Plano Estratégico (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013, p. 22).

Por todas essas referências que de certa forma, forjam uma relação entre um projeto urbano particular da cidade e sua utilização como parte da ideologia das pretensas obras de melhorias para a cidade relacionadas aos Jogos Olímpicos, cria-se mais uma “confusão” sobre aquilo que de fato está sendo feito na cidade como obra olímpica ou como obra de infraestrutura que aconteceria independente da realização do megaevento, ou seja, constando no Plano de Políticas Públicas, esse projeto acaba sendo propagandeado pela Prefeitura como sendo uma obra olímpica, quando na verdade não o é. Ou seja, era um projeto há muito tempo em pauta nas obras oficiais da cidade e que encontrou respaldo para sua execução com a realização do megaevento.

Continuando análise sobre as obras que constam nos documentos oficiais, dez se destacam em termos dos valores dispendidos para sua realização, divulgadas tanto na Matriz de Responsabilidade como no Plano de Políticas Públicas, que juntas, totalizam quase R\$ 30 bilhões: a nova linha do metrô, o Porto Maravilha, a Vila dos Atletas, o Parque Olímpico, as três obras viárias de BRT (Transoeste, Transcarioca e Transolímpica), o VLT, a recuperação da bacia de Jacarepaguá e a reforma do estádio do Maracanã e seu entorno (APO, 2015c).

Nessa perspectiva, o valor total que cada um dos três grupos gastará com os Jogos Olímpicos, de acordo com os dados oficiais divulgados é de R\$ 7,08 bilhões na Matriz de Responsabilidade em sua versão 5.0 (APO, 2016); R\$ 24,59 bilhões no Plano de Políticas Públicas (APO, 2015c) e R\$ 7,4 bilhões do Comitê Organizador⁸². O total, portanto, a ser gasto com os Jogos Olímpicos chegará a cerca de R\$ 40 bilhões, superando o valor total gasto no orçamento da Copa do Mundo 2014, que foi declarado pelo Tribunal de Contas da União em R\$ 25,5 bilhões⁸³. Nesse cálculo oficial, 42,6% dos gastos olímpicos são públicos, contra 57,4% de aportes privados.

Por outro lado, segundo levantamento feito pelo Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, dentro dessas despesas declaradas oficialmente, não deveriam constar os valores alocados pelo Comitê Organizador, justamente por serem oriundos de recursos privados, sem controle público, como é o caso da porcentagem dos patrocínios TOP – discutido no capítulo 2 – bem como da venda de ingressos e de repasses do COI. Essa inclusão do valor gera, portanto, um

⁸² Disponível em: <http://www.cob.org.br/pt/cob/documentos>.

⁸³ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo>

falso sentimento de que a grande parte das verbas são privadas, quando na verdade, pelos cálculos realizados pelo Dossiê, 62,1% dos custos empregados na realização dos Jogos Olímpicos são públicos, contra 37,9% de recursos privados (Dossiê Violações, 2015).

O cálculo que levou a essa nova porcentagem da distribuição dos gastos foi pautado na premissa da utilização de “dois artifícios: primeiro, com a omissão de custos públicos vinculados ao evento; segundo, por meio da omissão das contraprestações públicas vinculadas às PPPs do Parque Olímpico e do Porto Maravilha” e também acrescentando ao montante as isenções e renúncias fiscais concedidas pelo poder público a entes privados (Dossiê Violações, 2015, p.145).

Considerando todo o quadro exposto, Garcia, Lima Jr. & Herdi (2012) acreditam que realização dos projetos classificados como “necessários” à preparação da cidade olímpica irão produzir efeitos socioespaciais desiguais e provavelmente perversos. A conjuntura das obras que estão sendo implementadas na cidade sinaliza para um plano de cidade que beneficia certas áreas em detrimento de outras, agravando ainda mais o processo de fragmentação espacial da cidade.

Ao mesmo tempo em que alguns eixos irão configurar novos vetores de valorização imobiliária, poderão produzir impactos sociais e ambientais negativos. Isto por envolver desapropriações e deslocamentos – muitas vezes forçados – de populações de baixa renda das áreas onde elas habitam e também por apresentar trajetos que cortam áreas de preservação ambiental (Garcia, Lima Jr. & Herdi, 2012, p.12).

Para encerrar a análise dos documentos oficiais, é importante destacar alguns pontos do contrato firmado entre a cidade do Rio de Janeiro, em nome do seu prefeito, Eduardo Paes, o COB, em nome de seu presidente, Carlos Arthur Nuzman⁸⁴ e o COI, representado pelo antigo presidente, Jacques Rogge e por Richard Carrión, Presidente da Comissão Financeira. Thomas Bach assumiu a presidência em 2013, depois da eleição do Rio de Janeiro (Rio 2016, 2009).

Entre os pontos a serem destacados do contrato, que expirará em 31 de dezembro de 2016, estão: o reconhecimento pela cidade anfitriã de que o COI é a autoridade máxima dos Jogos Olímpicos, firmado na Carta Olímpica, que é o documento base do evento; a permissão de entrada no país de todos os membros olímpicos, desde atletas até comissões técnicas, jornalistas e outros membros ligados

⁸⁴ Mais sobre Nuzman, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/812/e-o-ouro-fica-com-nuzman-185.html>.

à mídia, júris, assistentes, médicos, familiares dos atletas, sem necessidade de obtenção de visto, valendo como documento as credenciais olímpicas distribuídas pelo COI e, adicionalmente, devem ganhar permissão de trabalho temporário e estarão isentos do pagamento de impostos, taxas ou multas; entrada permitida para todo tipo de equipamento necessário à realização das modalidades esportivas, como armas de fogo, equipamentos médicos e remédios, lanças e animais, como cavalos de corrida e cães guia – para as Paraolimpíadas, principalmente – sem pagamento de multas, taxas ou impostos, e também somente com as credenciais fornecidas pelo COI (Rio 2016, 2009).

Da mesma forma, a cidade anfitriã deve garantir a integridade da marca olímpica, associada aos Jogos Rio 2016. Segundo o Guia de Proteção à marca Olímpica (Rio 2016, 2014a), a propriedade intelectual dos Jogos Olímpicos é composta por um conjunto de itens, tais como: “símbolos, imagens, vídeos, expressões oficiais, hinos e canções, entre outros” (Rio 2016, 2014a, p.9).

Denominados de “marcas Rio 2016”, esse conjunto de itens com garantias de utilização e divulgação englobam: marca, logotipo, mascotes, tocha, medalhas, pictogramas (figura 13, abaixo), cartazes, faixas, banners e o que é denominado pelo COI de “*look of the games*” que seria representado pelas roupas que os voluntários e membros dos Comitês irão vestir durante os jogos na entrega de medalhas ou durante as competições, bem como todo tipo de decoração visual que exista nas áreas das competições durante o período dos Jogos.

O documento dá exemplos e instruções de como utilizar a marca dos Jogos Rio 2016 como forma de referência e não promocional para não ultrapassar o limite de exclusividade dos patrocinadores oficiais, no que denominam de ‘declaração dos fatos’. (Rio 2016, 2014a). São também propriedade dos Jogos expressões e designações que criam associação direta com o evento, ou ‘denominações olímpicas’, como é apontado no documento, tais como: Jogos Rio 2016; Jogos Olímpicos e Paraolímpicos; XXXI Jogos Olímpicos; Rio Olimpíadas e outras variações similares. Os registros das marcas são realizados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - Inpi. (Rio 2016, 2014a, p.26-27).

42. A cidade, o NOC e o OCOG assumem a responsabilidade de cuidar e entregar até 31 de dezembro de 2009 uma garantia das Marcas Olímpicas, Símbolo Olímpico, termos 'Olímpico' e 'Olimpíada' e os princípios Olímpicos, de que estarão protegidos por vias legais do país anfitrião que satisfaçam as exigências do COI. Também garante a proteção da designação do nome 'Rio-2016', seus emblemas e mascotes (2009, p.33).

44. Divisão de qualquer adicional relacionado aos jogos deverá ser:

a) 20% para o NOC

b) 60% para uso no país realizador da edição em atividades de esporte que forem aprovadas pelo OCOG e pelo COI

c) 20% para o COI (2009, p.37)

45. Envio de relatório anual por agência pública certificada; relatórios regulares de contabilidade preparados pelo departamento financeiro do OCOG; todos os relatórios produzidos por auditores internos; o COI se limita o direito de fazer auditoria nas contas da cidade, sem aviso prévio e quando julgar necessário (2009, p.37).

71. Se alguma lei dos pais anfitrião for promulgada ou alterada ou entre em conflito com os princípios do COI, IFs ou NOC, financeiramente ou outros, comparado com a situação na qual esse contrato foi firmado, cabe à cidade, ao NOC e ao ONGOC tomarem as devidas providências de modo que o COI e seus associados não sejam prejudicados (2009, p.61).

75. Todos os termos desse contrato devem obedecer às normas e regras de conduta estabelecidas no 'Olympic Charter', modelo '121st IOC Session in Copenhagen'. O COI se dá o direito de fazer correções e inclusões a essa edição, quando necessárias (RIO 2016, 2009, p.62).

De toda essa relação, é importante averiguar que a cidade se compromete a enviar relatórios periódicos e a receber inspeções do COI em relação às obras firmadas nos contratos e projetos olímpicos, bem como se submete às “leis e regras” impostas por esse órgão ao país. Da mesma forma, fica evidente o caráter mercadológico do megaevento, onde há clara “partilha” dos ganhos de arrecadação dos jogos, não somente em relação a ingressos, mas principalmente sobre os direitos de imagem da marca olímpica da edição específica.

Somente para efeito explicativo, o valor dos ingressos varia bastante de modalidade para modalidade e também em relação à fase classificatória dos jogos. Os ingressos para um jogo de final das modalidades de vôlei e basquete, por exemplo, custavam de R\$ 350,00 a R\$ 1.200,00⁸⁶ e estão esgotados, assim como os ingressos para a cerimônia de abertura, que custavam de R\$ 2.000,00 a R\$ 4.600,00. No entanto, para a cerimônia de encerramento, ainda é possível adquirir ingressos pelo site Cidade Olímpica nos valores de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00.

⁸⁶ Valores divulgados no site oficial da Cidade Olímpica, disponível em: <https://ingressos.rio2016.com/rio2016.html?affiliate=OGF&doc=search&fun=search&action=filter>. Acesso em 08 de maio de 2016.

Para entender melhor o processo da consolidação do “coração dos jogos”, o trabalho abordará a seguir especificamente os documentos relacionados à construção do Parque Olímpico e todas as contradições urbanas, políticas, econômicas e sociais que permeiam esse equipamento dos jogos. Importante por ser o principal causador da desapropriação da Vila Autódromo, o Parque Olímpico irá se consolidar como um dos mais dispendiosos equipamentos já realizados para um megaevento.

5.3. Parque Olímpico

Segundo o edital para construção do Parque Olímpico, as empresas ganhadoras seriam responsáveis pela construção e manutenção de alguns dos equipamentos do complexo, pelo período de 15 anos, além da construção de três pavilhões – que irão compor o futuro Centro de Treinamento (COT) para atletas - do Centro Principal de Imprensa (MPC) e do Centro Internacional de Transmissão (IBC). O consórcio também será responsável pela construção de um hotel de cinco estrelas, com capacidade para 400 quartos, e a infraestrutura da Vila Olímpica, que foi construída em terreno próximo, de propriedade da empreiteira Carvalho Hosken (Rio de Janeiro (Município), 2012).

Em troca, o consórcio terá direito de explorar comercialmente as áreas que não forem utilizadas no Parque Olímpico, bem como as áreas onde serão construídos os equipamentos temporários, que serão demolidos após os Jogos. A contrapartida também garante pagamento de valor de R\$ 545 milhões à ganhadora da licitação, pela prefeitura, no prazo de 15 anos (Jornal do Estado de São Paulo, infográficos).

O Atual Parque Olímpico tem área de 1,18 milhão de metros quadrados – ou o equivalente a 165 campos de futebol – e fica localizado no antigo Autódromo de Jacarepaguá – Autódromo Internacional Nelson Piquet, como era formalmente conhecido – na região limítrofe entre o bairro da Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

O atual estágio das obras está sendo realizado pelo consórcio Rio Mais⁸⁷ – ganhador da licitação para parceria público-privada, por ter sido a única proposta enviada – formado pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. Conforme aponta a Matriz de Responsabilidade, o projeto integral do Parque Olímpico irá custar o valor total de R\$ 1,685 bilhões sendo o aporte de R\$

⁸⁷ Disponível em: <http://riomais.net/>

535 milhões do Governo Municipal e R\$ 1.150,00 bilhões do consórcio (APO, 2016). O valor estimado do terreno – que era público – de R\$ 850 milhões, entrou nessa negociação, como analisa Cosentino (2015, p.93-94):

A Prefeitura, ao apresentar os dados de investimento privado na Matriz de Responsabilidade, somou os R\$850 milhões referentes ao pagamento por etapas feitos através da contraprestação imobiliária até fevereiro de 2016 ao valor do custo da obra do IBC/IBS de R\$300 milhões – com pagamento viabilizado através do aumento de gabarito de toda área –, totalizando R\$1.15 bilhões. Essas informações, no entanto, são ignoradas pela Matriz de Responsabilidade, que dá a entender que não há contraprestação pública no contrato da PPP; como se o terreno público e a alteração legislativa não tivessem valor monetário mensurável, apesar de todo o controle de andamento das obras e de repasse de terrenos por conclusão de etapa ser feito através do custo por metro quadrado. Considerando esse fato, pode-se entender que não há investimento privado nas obras que envolvem a PPP do Parque Olímpico, já que os pagamentos estão sendo feitos pelo poder público através das Contraprestações Pecuniárias e Imobiliárias por Término de Etapa, além das Contraprestações Pecuniárias Mensais.

Mais uma vez, como se vê na declaração acima, existe uma “camuflagem” nos documentos oficiais que ocultam informações relevantes para o entendimento dos gastos olímpicos, principalmente no que tange os recursos públicos que incidirão diretamente sobre os lucros privados.

Cosentino (2015) salienta que a infraestrutura que está sendo viabilizada pelo poder público no entorno do Parque Olímpico é muito superior ao que porventura será utilizado durante os jogos para a circulação dos atletas e torcedores. Portanto, para o autor, essa disparidade espacial já sinaliza para o adensamento da área depois dos Jogos, utilizando recursos públicos para valorização de terrenos privados.

A PPP do Parque Olímpico também prevê que o consórcio deveria realizar o alargamento das avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno e a construção de um condomínio na Estrada dos Bandeirantes para o reassentamento das famílias que residem na Vila Autódromo. (Processo Nº 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 1).

No entanto, o projeto vencedor do concurso internacional para o Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico, realizado pela Empresa Olímpica Municipal e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil em agosto de 2011, contemplava a permanência de parte da Vila Autódromo, excetuando a faixa marginal à lagoa, como pode-se observar nas plantas desenvolvidas para os “Jogos” e para o “Legado” dos Jogos em dois momentos: em 2018 e 2030, nas figuras 14 e 15 abaixo, no quadrado destacado em verde.

O concurso reuniu mais de 60 trabalhos com participação de 18 países. A empresa vencedora – que recebeu um prêmio de R\$ 100.000 – foi a AECOM, escritório que também foi responsável pelo Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico dos Jogos de Londres em 2012. O projeto foi escolhido por um júri de sete integrantes representantes da Prefeitura do Rio de Janeiro, da União Internacional de Arquitetos, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, do Governo Federal e do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. (RIO 2016, 2011).

A proposta da AECOM destacava, em seu memorial descritivo, a importância da convivência entre as diversas camadas sociais no espaço da cidade do Rio de Janeiro, como a favela e a cidade formal. Dentre os aspectos aprovados pelo júri, está a transição entre o modo “Jogos” e o modo “Legado”, além dos aspectos ambientais e imobiliários apontados no plano.

É importante destacar que o projeto também contemplava uma maquete denominada de “Transformação”, com previsão de construções para 2018, após o término dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016 e a desmontagem dos pavilhões temporários. No entanto, para os fins que interessam para essa pesquisa, julgou-se necessário colocar apenas as figuras que representam o modo “Jogos” para o ano de 2016 e o modo “Legado”, para o ano de 2030, justamente por representarem as principais transformações morfológicas que serão realizadas no espaço do antigo autódromo.

Destaca-se, dentre essas transformações, a utilização de grande parte do espaço para a construção de prédios residenciais e comerciais, como é possível observar na comparação entre as figuras 14 e 15.

Principalmente a área na frente do Parque Olímpico, voltada para a avenida e na parte da esquerda da figura 15, próximo à margem da lagoa de Jacarepaguá, é possível verificar a existência de vários prédios, cujas legendas nas figuras originais determinam a construção de: escritórios, estacionamentos, centros comerciais, centros corporativos, residenciais e centros de recreação e lazer. Havia também a previsão para construção de um centro de tratamento de águas residuais e escolas.

Figura 14: Plano do Parque Olímpico (2016 Jogos)

Fonte: Rio 2016 (2011) – produção nossa

Figura 15: Plano do Parque Olímpico (2030 Legado)

Fonte: Rio 2016 (2011) – produção nossa

Através da análise dessas duas figuras, a principal questão que se coloca é a apropriação de um terreno público pelo setor privado. Como já argumentado, além de receber um aporte de recursos públicos para a construção dos equipamentos olímpicos, a concessionária Rio Mais ainda poderá, segundo atestado em contrato da parceria público-privada, utilizar parte do terreno para a construção e comercialização de prédios e edificações privadas. O lucro advindo dessas construções não retornará para os cofres públicos diretamente, pois faz parte da contrapartida pela construção das arenas e estádios olímpicos.

Também se coloca a questão da real motivação para a remoção da Vila Autódromo pelo poder público. Se até mesmo no projeto original a comunidade poderia permanecer, sem afetar nenhuma obra, nem durante, nem depois dos Jogos, por que a necessidade de todo um processo jurídico e diversas tentativas para remoção dos moradores? Pela observação crítica das figuras, é possível argumentar que a questão que mobilizou nitidamente a remoção da comunidade foi a perspectiva futura de valorização da área, do terreno, da vizinhança, como foi observado em algumas das entrevistas feitas pela pesquisa aos moradores da Vila Autódromo, que afirmavam que a construção de edifícios de luxo era o principal motivo para as intervenções do poder público na retirada da comunidade.

Mesmo com todo esse favorecimento direto às empresas privadas já contido nos planos da AECOM, foi divulgado que houve alterações pela Prefeitura do Rio de Janeiro no plano original, como demonstrado em reportagem publicada pelo Portal UOL (2016b). Como as alterações foram feitas um mês depois da aprovação da licitação, o Tribunal de Contas do Município (TCM) alegou que houve irregularidades, já que outras empresas que poderiam ter concorrido na licitação não tiveram acesso ao projeto atual das obras e dos benefícios posteriores que ele iria proporcionar. O órgão apontou ainda que essa alteração contratual, feita por meio de aditivo, dificulta a fiscalização das obras, justamente pelas alterações que não constavam no plano original. O TCM abriu um inquérito administrativo contra a prefeitura para investigar essas alterações.

Na figura 16 abaixo, retirada da reportagem, é possível fazer um comparativo entre o projeto original, ou seja, o projeto da AECOM “Legado” 2030 e o projeto que efetivamente foi realizado para a construção do Parque Olímpico, com a adequação das arenas permanentes e temporárias e também na redistribuição espacial para a construção dos edifícios privados.

Infelizmente não foi possível ter acesso ao projeto oficial final da construção do parque olímpico no modo legado para essa pesquisa, mas, como divulga a reportagem, esse novo projeto contempla a demolição total do velódromo que foi utilizado durante os Jogos Pan-Americanos e a construção de um novo na entrada do Parque Olímpico, a readequação espacial do Centro de Tênis e das arenas temporárias: “com as alterações, abriram-se espaços para projetos imobiliários das construtoras em terrenos próximos à lagoa, os quais tendem a ser mais valorizados pela sua localização privilegiada” (Portal UOL, 2016b).

Figura 16: Novo Projeto do Parque Olímpico – alterações na localização do Velódromo, das quadras de tênis e da Arena do Futuro

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/04/1760470-prefeitura-do-rio-muda-parque-olimpico-para-favorecer-odebrecht-e-parceiros.shtml>. Acesso em maio de 2016.

A prefeitura em nota, presente nessa mesma reportagem, defendeu as alterações alegando que o projeto vencedor da AECOM era somente um anteprojeto que foi aberto para consulta pública dentro dos termos previstos em lei para abertura de licitações e que as alterações que se seguiram são naturais e representam uma adequação que visa melhor utilização do dinheiro público e legado futuro à cidade. Aprovadas pelo COI e pelo COB, a prefeitura afirma que “não houve aumento do potencial construtivo da concessionária privada, que permaneceu em 1.180.000 m², e também não houve alteração da área destinada ao legado público, que corresponde a 60% do terreno”. Com relação à valorização da área próxima à lagoa, declara que “a precificação do terreno considerou a totalidade do potencial construtivo sem

especificação de lotes individualizados. Além disso, todo o risco imobiliário foi assumido integralmente pela concessionária privada” (Portal UOL, 2016b).

A declaração do prefeito Eduardo Paes quanto a essa reportagem foi justamente a de tentar justificar a utilização do dinheiro público em prol de entes privados, ao afirmar que: "Se queremos ter o dinheiro do ente privado, temos que atender os seus interesses. Estamos muito tranquilos quanto a isso. Atender o privado não é pecado" (Portal UOL, 2016b).

Nas figuras 17 e 18 abaixo, é possível observar com maior detalhe as construções previstas no plano modo “Jogos” 2016 como consta na distribuição espacial desse novo projeto divulgado pela reportagem do Portal Uol. Procurou-se elencar todos os equipamentos dos jogos presentes dentro desse complexo, visto que o Parque Olímpico contemplará a maior parte das competições esportivas dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Suas estruturas serão compostas por 3 pavilhões esportivos, que farão parte do Centro Olímpico de Treinamento (COT), no modo Legado.

No primeiro pavilhão, chamada de Arena Carioca 1, serão disputadas as competições das modalidades esportivas de basquete durante as olimpíadas e basquete e rúgbi em cadeira de rodas durante as paraolimpíadas. Na Arena Carioca 2, serão disputadas as modalidades olímpicas de judô, luta greco-romana, luta-livre e paraolímpicas de bocha. Na Arena Carioca 3, acontecerão as provas olímpicas de taekwondo e esgrima e paraolímpicas de judô.

Na Arena do Futuro e no Estádio Aquático Olímpico, ambas obras temporárias, ocorrerão as competições de handebol durante os Jogos Olímpicos e goaball durante os Jogos Paraolímpicos, bem como todas as provas de natação e o jogo final do polo aquático. Após o término das Olimpíadas, a Arena do Futuro está programada para formar quatro escolas destinadas a prática de esportes.

Figura 17: Parque Olímpico e distribuição de arenas

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/secpar/parque-olimpico> com produção nossa.

No dia 8 de março de 2016, a Prefeitura do Rio de Janeiro disponibilizou um documento sobre o Plano de Urbanização da Vila Autódromo (Prefeitura, 2016b). Nessa proposta, que depois foi reformulada com os moradores remanescentes, o órgão público sinaliza para a construção de duas escolas no terreno da comunidade com materiais desmontados da Arena do Futuro, empregando, portanto, os apontamentos presentes no Plano do Legado Olímpico (Plano Legado, 2008).

Na Arena Olímpica serão disputadas as competições de ginástica artística, rítmica e trampolim; e no Centro Aquático Maria Lenk as provas de saltos ornamentais e nado sincronizado. O complexo Olímpico ainda contará com um Centro Olímpico de Tênis, que abrigará 16 quadras e que terá estruturas permanentes e temporárias, e ainda um Velódromo Olímpico, que também farão parte do COT após o término dos Jogos. Além das Arenas esportivas, farão parte do complexo o Centro Principal de Imprensa (MPC) e o Centro Internacional de Transmissão (IBC), que abrigarão às emissoras de rádio e TV que detêm os direitos de transmissão dos jogos.

Figura 18: Fotos recentes do Parque Olímpico: Centro de tênis; Arenas Cariocas 1, 2 e 3; Velódromo; Estádio Aquático; Arena do Futuro; Live Site; Hotel e IBC

Fonte: Site cidade Olímpica: <http://www.cidadeolimpica.com.br/> Acesso em maio de 2016, produção nossa.

A próxima parte da pesquisa discutirá os rearranjos institucionais, mencionados no Contrato da Cidade Anfitriã, que alteraram leis já existentes no país, de forma a viabilizar a realização dos Jogos Olímpicos. Serão abordados também os agentes envolvidos no processo da escolha e da efetiva realização do megaevento na cidade do Rio de Janeiro e suas respectivas importâncias no cenário político, social e econômico do país.

5.4. Agentes envolvidos no processo de “venda da cidade”

Conforme o estudo desenvolvido por Burbank, Andronovich & Heying (2001), dois fatores seriam os principais pontos que fazem cidades se arriscarem a sediar um megaevento esportivo, como as Olimpíadas, mesmo sabendo de todos os riscos econômicos, sociais e políticos que serão enfrentados em suas candidaturas. Um desses fatores seria a existência prévia de um regime interno, voltado para o crescimento, na cidade candidata. O segundo fator seria o desejo de criar uma mudança na imagem da cidade.

O regime de crescimento é possível, segundo os autores, graças a coalizações de líderes públicos e privados, que funcionaria como um “governo informal”. Seu objetivo é promover o crescimento econômico, social e urbano de uma cidade e sua existência é essencial para a candidatura Olímpica. “Sem o estabelecimento de uma rede composta pelo governo-mercado de forma a proporcionar a autoridade e os recursos necessários, uma candidatura olímpica nunca existiria” (Burbank, Andronovich & Heying, 2001, p.7 – tradução nossa⁸⁸).

Logan & Molotch (1990) seguem esse mesmo raciocínio ao proporem que dois agentes são responsáveis diretamente pelo funcionamento do que denominam “máquina do crescimento”: os empresários privados e os políticos.

Detentores do poder de controlar e defender políticas de desenvolvimento econômico, os políticos, eleitos democraticamente ou não, articulariam os interesses diretamente com os empresários, financiadores de propriedades urbanas e do mercado imobiliário. Para os dois autores, a interligação dos agentes acima com empresas de serviços e da mídia, que irão respectivamente tornar possíveis os projetos e divulgá-los de forma a legitimar as ações, completariam a coalizão necessária para a realização dos grandes projetos urbanos, onde os megaeventos são destaque principal.

Seguindo as linhas de pesquisa propostas por esses dois estudos, será feita uma abordagem desses sujeitos sociais de forma separada, mas interligada, no que se refere a cidade do Rio de Janeiro enquanto cidade sede das Olimpíadas Rio-2016 e do Brasil, como detentor dessa candidatura, em primeiro lugar.

⁸⁸ “Without the establishment of a network of government-market in order to provide the authority and the necessary resources, an Olympic bid would never exist”.

Como já mencionado, o Contrato firmado entre o COI e a cidade sede consiste, entre outras coisas, em diversas garantias da cidade para com o evento, sendo a cidade então representada por seu prefeito em exercício, nesse momento, Eduardo Paes. Da mesma forma, através da criação da APO, os governos Federal, Estadual e Municipal se comprometem, por lei, a realizar o evento e cumprir todas as exigências impostas pelo Comitê Olímpico Internacional através da sua Carta Olímpica. Essas garantias envolvem o comprometimento direto de verbas públicas federais, estaduais e municipais, bem como a criação de novas leis, decretos e normativas que irão sustentar os projetos.

Para Gusmão, “de acordo com os próprios compromissos e garantias exigidos e pactuados nos processos de candidatura, é impossível que uma coalizão constituída em torno da atração de megaeventos esportivos se estabeleça sem que envolva lideranças políticas em todos os níveis de governo”. (Gusmão, 2012, p.163).

Dessa forma, as coalizões e partidos políticos tendem a eleger políticos que estejam em concordância com os interesses estratégicos de valorização do capital e do mote de crescimento socioespacial da cidade, através da renovação de áreas que possam ser valorizadas por agentes imobiliários e midiáticos. Como responsáveis pela coordenação de projetos e pela decisão e implantação destes de acordo com os graus de interesse relacionados, tornam a participação das forças políticas que atuam em diversos níveis do governo crucial para a realização do megaevento.

Segundo Gusmão (2012, p.162), “não consiste apenas em que a cidade seja gerida como uma empresa, mas, também, na medida do possível, que possam assumir diretamente, enquanto empresas, a gestão da cidade”.

Em contrapartida, o político utiliza a imagem do megaevento de forma positiva para alavancar sua própria imagem política, sempre com interesses relacionados a novas eleições e até mesmo a ocupar outros cargos governamentais de maior prestígio. Tendo isso em vista, os políticos se articulam com as empresas privadas, especialmente imobiliárias e da construção civil, para promoverem as modificações estruturais na cidade-mercadoria. Justamente em função da alta concentração de investimentos em instalações esportivas, acomodações e infraestrutura urbana, o megaevento é tido como uma ferramenta propulsora de projetos de construção, que muitas vezes, já constavam em planos públicos, mas que estavam “engavetados” por falta de aceitação pública ou mesmo, de recursos necessários.

A realização do megaevento, as garantias firmadas pelo governo junto às entidades realizadoras e principalmente, a rigidez de cronogramas, os imprevistos nas construções e acima de tudo, o consenso em torno da “honra em sediar um megaevento esportivo” legitima diversas facilidades que são criadas nos contratos com as empresas que realizam as obras do evento. O fator mais comum é o aumento dos custos de diversos projeto ou, até mesmo, o surgimento de projetos que não constavam em planos originais.

Como destaca Gusmão (2012), as PPPs se estabelecem no Rio de Janeiro como forma de viabilizar os projetos olímpicos e, ao mesmo tempo, torná-los mais dinâmicos, mais “transparentes” e também mais rentáveis.

[...] seguem um padrão de envolvimento de grandes parcelas do patrimônio público, seja em propriedades imobiliárias, terrenos, investimentos em infraestrutura ou mesmo em dinheiro em espécie. Tal envolvimento reforça o papel dos agentes políticos na sustentação da coalização. (Gusmão, 2012, p.164).

Para a autora, outras licitações já realizadas na cidade até o momento para equipamentos dos Jogos Olímpicos demonstram o monopólio das mesmas empresas de construção. Ela cita empresas como Andrade Gutierrez, que aparece em consórcios de diversos equipamentos olímpicos, como o estádio do Maracanã, do BRT Transcarioca e do Parque Olímpico. A Odebrecht aparece em obras como o Maracanã, Porto Maravilha, BRT Transoeste, Parque Olímpico e Vila Olímpica. Já a Carvalho Hosken aparece no Parque Olímpico e Vila Olímpica (Gusmão, 2012).

A RJZ Cyrela e Fiori Empreendimentos são as empresas responsáveis pela construção do Campo de Golfe Olímpico e do Reserva Golf, condomínio residencial de luxo que é a contrapartida da prefeitura pela construção do equipamento olímpico, como já abordado anteriormente.

O portal online Terra, divulgou um infográfico onde é possível verificar a ligação entre as empreiteiras e os políticos, ao dimensionar o valor pago por essas empresas para financiamento de campanhas.

Separado por estado brasileiro, e também por partido, esse infográfico é bastante revelador: na lista mencionada para a campanha eleitoral de 2012, a empresa Carvalho Hosken aparece três vezes como doadora a “pessoas jurídicas”, uma com valor de R\$ 150 mil para o PMDB no processo de reeleição de Eduardo Paes, a segunda no valor de R\$ 75 mil para o candidato Rodrigo Maia do DEM e a terceira no valor de R\$ 50 mil reais para o candidato Otávio Leite, do PSDB. Ao todo,

o prefeito reeleito teve o valor de R\$ 1,3 milhão em doações de campanha feita por empreiteiras, como apontado nesse levantamento⁸⁹.

A ligação direta entre as construtoras e os políticos fica ainda mais evidente pela reportagem divulgada pelo portal O Globo, em 2011. A reportagem foi baseada em um estudo divulgado sobre a relação direta entre o dinheiro que é doado em campanhas eleitorais brasileiras pelas empreiteiras e o quanto isso representaria em contrapartidas de projetos de licitações públicas que foram executados por essas mesmas empresas.

Segundo a reportagem, na campanha eleitoral de 2010, quatro empreiteiras doaram juntas o valor total de R\$ 38,48 milhões para a direção do Partido dos Trabalhadores – PT e R\$ 26,9 milhões para o PMDB. Essas quatro empresas seriam: Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Odebrecht e Camargo Corrêa (O Globo, 2011).

Da mesma forma, em estudo desenvolvido por Boas, Hidalgo & Richardson (2014) foi analisada de forma mais precisa a relação entre as doações de empresas privadas a campanhas públicas de políticos brasileiros.

Usando um processo de regressão descontinuada, foram comparados candidatos que ganharam ou quase ganharam as eleições para a Câmara dos Deputados em 2006 e examinados os efeitos da vitória da candidatura no posterior fechamento de contratos com as empresas doadoras à referida campanha.

O estudo demonstra que, entre os candidatos do PT que receberam doações de empresas para a candidatura, uma vitória eleitoral gerou R\$ 147 mil em contratos adicionais para quem contribuiu, ou o equivalente a 8,5 vezes da quantidade doada. “A grande maioria das empresas envolvidas em obras públicas – 1.050 de 1.129, ou 93% - estão envolvidas na indústria de construção civil” (Boas, Hidalgo & Richardson, 2014, p.420).

Como motivos para essas ações, o estudo aponta que a legislação brasileira é “permissiva em relação a doações, facilitando para as empresas comprar influência política” (Boas, Hidalgo & Richardson, 2014, p.417). Como é comum para os candidatos se reelegerem, essas alianças se formam para atingir objetivos de longo prazo. Através da eleição dos políticos, as empreiteiras têm acesso mais rápido na aprovação de leis que podem beneficiar diretamente projetos ligados à sua execução ou direta participação.

⁸⁹ Infográfico Terra – doadores de campanha 2012. Disponível em: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/financiadores-campanha-2012/>.

No segundo semestre de 2014, um esquema de corrupção dentro da maior empresa pública de extração de petróleo foi trazido ao público e, desde então, vários empresários ligados à indústria da construção civil estão sendo investigados ou aguardam julgamento.

O processo que investiga a corrupção na Petrobrás, ou Operação Lava Jato, como ficou popularmente conhecido, divulgou uma lista com as principais empreiteiras que estariam diretamente envolvidas em esquemas de corrupção, lavagem de dinheiro, formação de cartel para obras de licitação pública e superfaturamento de obras públicas. Dentre elas, Odebrecht, Camargo Corrêa e OAS ligadas a obras realizadas no estado e na cidade do Rio de Janeiro (Portal Terra, 2014; El País, 2015; O Globo, 2015a; Folha, 2015a).

De acordo com um levantamento feito pelo Jornal Agência Pública, as grandes empreiteiras dividem entre si as obras mais rentáveis dos Jogos Olímpicos, com a Odebrecht responsável por oito dos dez projetos elencados pela reportagem:

Já a OAS e a Andrade Gutierrez dividem o segundo lugar, com participação em seis projetos cada uma. Em 7 dos 10 projetos a licitação foi ganha por consórcios com presença de duas ou mais das “quatro irmãs”, como são conhecidas. Em dois destes, a concorrência pública foi feita tendo apenas um consórcio na disputa (Agência Pública, 2014).

Dentro desse cenário de investigações, duas obras olímpicas estão na lista de denúncias por superfaturamento, principalmente em função dos altos custos dispendidos para sua execução e também pela ligação direta com as empresas citadas na operação Lava Jato: a nova linha do metrô e o Porto Maravilha (Edição de Notícias, 2016).

Após as construções de todos esses equipamentos e obras estarem prontas e os Jogos Olímpicos terem sido realizados, muitos desses empreendimentos ficarão sob concessão de uso para empresas privadas, através do argumento dos altos custos envolvidos na administração e manutenção desses prédios. Muitas vezes, as empresas concessionárias vencedoras das licitações são as mesmas empreiteiras destacadas nas citações acima.

Com o objetivo de atrair prováveis concessionários, a arquitetura das instalações esportivas já é moldada nessa direção desde os manuais de recomendações técnicas para sua construção. É em nome dessas “parcerias” que, por exemplo, estádios de futebol se transformam em arenas multiuso e áreas com possibilidade de adaptação para shopping centers, centro de negócios, entretenimento ou convenções, ou que serviços como iluminação pública, coleta de lixo e limpeza urbana são privatizados. (Gusmão, 2012, p.171).

Outros setores que se favoreceram diretamente com a realização do megaevento são o turístico e o hoteleiro. Enquadrados dentro da indústria de serviços, o setor hoteleiro, por exemplo, recebeu diversas vantagens para exercer suas atividades, inclusive através de projetos de leis complementares (Rio de Janeiro (Município), 2009; 2010a; 2010c). O PLC 33/2009, por exemplo, que virou Lei Complementar 104/2009⁹⁰, instituiu no ano de 2009 o Plano de Estrutura Urbana – PEU – em bairros na região da Barra da Tijuca. Já os projetos de lei complementar 44/2010 e 716/2010 instituíram ampliações na capacidade de hospedagem, bem como incentivos fiscais para a indústria hoteleira e as construtoras.

Santos R. (2013) destaca que “houve um empenho pessoal do então prefeito, César Maia, quando da segunda tentativa de aprovação deste projeto de lei [Plano Estratégico de 2004] após ter sido levantada a sua inconstitucionalidade pelo próprio poder Executivo” (Santos, R., 2013, p.53). É discutido então pela autora, como há uma inversão de valores: “não é a política urbana que orienta as ações e impõe fronteiras à livre ação do mercado, mas sim a política urbana que se adapta, *a posteriori*, aos ditames do mercado”.

Um exemplo dessa afirmação foi a aprovação da construção de um resort de luxo da rede hoteleira Grand Hyatt⁹¹, apoiada por essa mesma Lei Complementar de 2009 de Projeto de Estrutura Urbana (PEU) em bairros na região da Barra da Tijuca. O resort, misto de hotel com prédios residências de luxo, foi construído em um local que pertencia a Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi, mas que cujo terreno havia sido retirado dessa APA por um decreto de 2005, que duplicou o limite considerado edificável, aprovado pelo Tribunal de Justiça.

Com 436 quartos de hotel e duas torres residenciais para 80 apartamentos, o empreendimento é executado pela Brookfield Incorporadora⁹² e tem valor de lançamento para venda de R\$ 2,6 milhões para o menor apartamento e de até R\$ 4 milhões para as coberturas. (O Globo, 2012).

Para Santos M. (2008, p. 106-107), a utilização espacial para fins especulativos pela indústria imobiliária é um fator que tem suas origens pela conjunção dialética de dois movimentos: “a superposição de um *sítio social* ao *sítio natural*; e a disputa entre

⁹⁰ Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/afdde576933dbfc032577220075c7d6?OpenDocument>. Acesso em dezembro de 2014.

⁹¹ Disponível em: <http://www.grandhyattresidencesrio.com/home/>. Acesso em janeiro de 2015.

⁹² Disponível em: <http://www.br.brookfield.com/Empreendimento/Interna/RJ/apartamento-residencial-barra-da-tijuca-grand-hyatt-residences#>. Acesso em janeiro de 2015.

atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas”.

Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são atividades mais dinâmicas que instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo. O planejamento urbano acrescenta um elemento de organização ao mecanismo de mercado. O marketing urbano (das construções e dos terrenos) gera expectativas que influem nos preços (Santos M., 2008, p.106-107).

Na distribuição das informações de todas essas obras, empreendimentos e projetos, está a mídia. Responsável de forma direta pela imagem-percepção que a população passa a adquirir sobre determinados assuntos, os meios de comunicação, como televisão, jornais, revistas, blog e páginas informativas online são os mecanismos que levam ao grande público uma determinada interpretação de mundo. “As ideias não possuem força própria; a força que adquirem está relacionada não só com a autoridade de quem as enuncia, mas também com a existência de sujeitos que, na busca de validação dos próprios interesses, se tornam capazes de encarar as estratégias a elas articuladas” (Gusmão, 2012, p.173).

As empresas que detêm o poder de comunicar notícias à população precisam, obviamente, garantir a geração de receitas de seu negócio, principalmente através da venda de anúncios e propagandas publicitárias de produtos e do número de consumidores que conseguem atrair. Indiretamente, eles precisam então do fortalecimento do mercado consumidor, que garantirá a compra dos produtos anunciados e também do veículo de informação. Os megaeventos, portanto, fortalecem também esse setor da economia.

Soma-se a isso o fato de que o aumento desse mercado no Brasil se realiza através de concessões e ampliações de redes de distribuição, fator que coloca as empresas de mídia ligadas a decisões e favores políticos. Segundo Gusmão (2012), existem duas estratégias principais utilizadas pelas empresas midiáticas para legitimar as coalizões políticas que assumem.

A primeira delas remete à atuação na difusão e promoção das ideias-força da cidade espetáculo e competitiva, através de um discurso sutil, bem construído e recorrente, que as apresenta como naturais e corretas, de preferência acionando algum tipo de expertise. A segunda, e talvez mais poderosa, é

construída, por assim dizer, pela própria conformação das pautas e agendas, que selecionam fatos, grupos e indivíduos que merecem ocupar a cena comunicacional. Os temas e problemas que, progressiva e sutilmente, produzem a “opinião pública”, e, destarte, instauram um ambiente em que a cidade, o país e mundo apareçam como uma esfera pública totalmente despolitizada” (Gusmão, 2012, p.178-179).

Através de matérias que enaltecem os grandes empreendimentos, omitindo problemas e conflitos, os grandes meios de comunicação brasileiros conseguem disseminar uma imagem de crescimento, desenvolvimento e melhorias para toda a população, gerando, de certa forma, um discurso tão repetitivo que passa a ser aceito pelo público como um consenso, uma verdade inabalável. Segundo Santos, R. (2013, p.55) “a ‘máquina de crescimento’ é, antes de tudo, um poderoso instrumento de canalização dos recursos públicos em favor de uma apropriação privada dos ganhos que o espaço pode proporcionar”.

Nesse contexto, a próxima parte da pesquisa abordará mais especificamente as leis, decretos e normativas que foram pensadas e desenvolvidas especialmente para os Jogos Olímpicos Rio-2016, e que tornam as decisões baseadas em determinados interesses em torno do megaevento totalmente legitimadas.

5.4.1. Rearranjos institucionais e legais

A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais. (Maricato, 2002, p.50).

Conforme um estudo divulgado pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016TM intitulado “*Olympic Games Impact (OGI) Study*”, (RIO 2016, 2014b), no período entre 2009-2012 foram aprovadas cerca de 33 decretos e 9 leis municipais, 10 decretos e 12 leis federais. É possível entender a progressão no aumento de aprovação de leis e decretos no Gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2: Número de leis federais e municipais aprovadas entre 2009 e 2012

Fonte: OGI, 2014b, p.100

Esse estudo também divulgou tabelas com todas as leis, decretos e normativas que foram aprovados e também os que foram vetados pelo Governo Federal, exclusivamente para a realização e “viabilização” dos Jogos Olímpicos em 2016. Serão elencadas a seguir somente as leis Municipais e Federais, que são pertinentes para esta pesquisa, bem como dois decretos Municipais que tem relação direta com as muitas desapropriações que estão acontecendo na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 10: Leis federais

Lei nº 12.035/2009	Área temática: Outros
Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.	
Lei nº 12.348/2010	Área temática: Outros
Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União e sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União; transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; altera a Medida Provisória no 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nos 9.711, de 20 de novembro de 1998, 11.483, de 31 de maio de 2007, 9.702, de 17 de novembro de 1998, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 9.469, de 10 de julho de 1997; e dá outras providências.	

Lei nº 12.396/2011 Área temática: Outros

Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO.

Lei nº 12.712/2012 Área temática: Outros

Altera as Leis nos 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.453, de 21 de julho de 2011, para conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, 9.529, de 10 de dezembro de 1997, 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 7.972, de 22 de dezembro de 1989, 12.666, de 14 de junho de 2012, 10.260, de 12 de julho de 2001, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.849, de 23 de março de 2004, e 6.704, de 26 de outubro de 1979, as Medidas Provisórias nos 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; dispõe sobre financiamento às exportações indiretas; autoriza a União a aumentar o capital social do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e do Banco da Amazônia S.A.; autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; autoriza a União a conceder subvenção econômica nas operações de crédito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE; autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto; revoga dispositivos das Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.545, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências

Fonte: OGI, 2014b, p.235

Tabela 11: Leis municipais

LC nº 104/2009 Área temática: Construção sustentável e melhorias urbanas

Institui o Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, nas XXIV e XVI Regiões Administrativas, integrantes das Unidades Espaciais de Planejamento números 46, 47, 40 e 45 e dá outras providências.

LC nº 108/2010 Área temática: Outros

Define Parâmetros Urbanísticos e Normas de Uso e Ocupação do Solo, autoriza Operação Interligada, estabelece incentivos para a ampliação da capacidade de hospedagem na Cidade do Rio de Janeiro e autoriza a Alienação de Imóveis, visando a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e dá outras Providências.

LC nº 111/2011 Área temática: Construção sustentável e melhorias urbanas

Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Lei nº 5.147/2010 Área temática: Outros

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013.

LC nº 5.229/2010 Área temática: Outros

Autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Rio 2016 – E-Rio 2016 e dá outras providências.

Lei nº 5.230/2010 Área temática: Gestão e transparência

Institui incentivos e benefícios fiscais relacionados com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e dá outras providências.

Lei nº 5.260/2011 Área temática: Outros

Autoriza o Município do Rio de Janeiro, por meio do Poder Executivo, a integrar, na forma de Consórcio Público de Regime Especial, a Autoridade Pública Olímpica – APO, ratifica o respectivo Protocolo de Intenções e dá outras providências.

Lei nº 5.476/2012 Área temática: Diversidade e inclusão

Dispõe sobre remissão e anistia relativas ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e taxas fundiárias, no caso de associações recreativas ou desportivas, nas condições que estabelece.

Fonte: OGI, 2014b, p.231

Decreto municipal nº 30.379/2009 Área temática: Ato Olímpico

Art. 1. [...] Parágrafo único - O presente Decreto será aplicado visando a garantir que os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos produzam legados à população do Município do Rio de Janeiro.

Art. 2. - O Poder Executivo envidará todos os esforços necessários no sentido de possibilitar a utilização de bens pertencentes à administração pública municipal, ainda que ocupados por terceiros, indispensáveis à realização dos Jogos.

Decreto Rio nº 39853/2015 Área temática: Habitação

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação os bens que menciona.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 5º, alíneas “i” e “p”, e no artigo 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação que lhe deu a Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999; DECRETA:

Art 1º Ficam declaradas **a urgência e a utilidade pública, para fins de desapropriação total**, dos seguintes bens localizados **no lugar denominado Vila Autódromo**, cujas áreas foram discriminadas em cadastro elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 18 de março de 2015; 451º ano da fundação da Cidade.

Fonte: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (grifo nosso)

Os dois decretos municipais têm ligação direta com as desapropriações das famílias que moram em comunidades na cidade do Rio de Janeiro, legitimando, portanto, as metas que constavam nos Planejamentos Estratégicos.

No geral, muitas dessas leis interferem diretamente em outras leis já existentes, inclusive no campo da soberania nacional, em leis ambientais, leis de zoneamento, entre outros. É o caso, por exemplo, do Ato Olímpico, criado na lei federal nº 12.035/2009 que, dentre outros, estabelece critérios de proteção da marca olímpica, cria renúncias tarifárias para o país a favor dos Jogos, institui normas para utilização de bens públicos para a realização do megaevento e flexibiliza as barreiras de imigração para a organização do evento e seus associados. O Ato Olímpico foi publicado um dia antes da escolha final do Rio de Janeiro para sediar os Jogos de

2016, o que alguns pesquisadores acreditam ter sido o grande diferencial entre o Rio de Janeiro e as outras cidades candidatas.

Algumas leis já previstas na Constituição Federal também foram inseridas dentro do contexto do megaevento. Exemplos são a Lei nº 9.279/96 de Propriedade Industrial, que protege o uso de marcas enquanto sinais distintivos visualmente e enumera crimes contra as marcas e concorrência desleal. Outro exemplo é a Lei nº 9.615/98, conhecida como Lei Pelé, que em seus artigos 15 e 87 trata da proteção dos signos Olímpicos. Um terceiro exemplo é o Tratado de Nairóbi, promulgado pelo decreto de Lei nº 90.129/84 que se refere exclusivamente à proteção do símbolo olímpico (Brasil, 1996; Brasil, 1998; Brasil, 1984).

Já a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO), que havia sido assumida no Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro, tem o objetivo de coordenar as ações das três esferas do governo na organização dos Jogos – federal, estadual e municipal. Foi constituído sob a forma de Consórcio Público e posteriormente pela Lei federal nº 12.396/2011. De acordo com informações de Gusmão (2012, p.12), “no texto apresentado nas duas edições da medida, uma série de condições excepcionais são criadas em relação aos processos licitatórios por ela coordenados”.

A criação da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. – Brasil 2016 foi aprovada por projeto de lei em 2010 e extinguido nesse mesmo ano, após denúncias de corrupção do ex-ministro dos Esportes, Orlando Silva, acusado de desvio de verbas públicas. O intuito da empresa era dar suporte a APO na flexibilização de licitações e contratações de empresas nas diversas obras de construção do megaevento esportivo. Com sua extinção, as contratações, sem as necessárias licitações, têm sido feitas diretamente pela APO e pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, ou simplesmente, Empresa Rio 2016TM.

Um dos primeiros passos para a construção concreta, não mais ideológica, da cidade olímpica foi costurar em diferentes escalas de governo um novo arcabouço legal e institucional, que estabelece uma série de medidas excepcionais para a implementação dos projetos relacionados aos megaeventos, que estão sendo tocados sem transparência e na ausência de canais de diálogo efetivo com a população. De um lado isenções, garantias, compromissos, que atendem aos interesses das instituições internacionais, de outro, formas paralelas e ágeis de exercício do poder que garantem a viabilidade do atendimento de interesses ‘locais e localizados’ (Santos, R., 2013, p.80).

Assim, pode-se refletir que a lei funciona muitas vezes como um instrumento de manipulação, através do qual as partes envolvidas, o público e o privado, fazem

valer seus interesses. As leis definem uma arena de conflito onde as delimitações entre o que é legal ou ilegal são temporárias e instáveis (Gusmão, 2012).

O procedimento geralmente adotado é o de manter os conflitos sob controle das “teias da burocracia” até que uma solução extrajudicial, política e oportuna possa ser garantida, e então modificada de forma a atender os interesses das partes envolvidas. Nesse contexto, é possível afirmar que existe um novo agente hegemônico produzindo e impondo leis e normas que atendem seus interesses específicos, dentro do que alguns autores denominam de território híbrido, constituído pelo poder do Estado e pelo poder das grandes corporações transnacionais (Latour, 1994; Silveira, 1997).

[...] convergência entre as práticas neoliberais de planejamento urbano e os processos de produção do espetáculo esportivo, que, dada a urgência imposta pelo rígido cronograma e a possibilidade de criação de institucionalidades próprias e formas particulares de exercício do poder, parece oferecer a arena e o contexto no qual o caráter autoritário neoliberal encontra as condições perfeitas para o seu mais sofisticado grau de realização. (Gusmão, 2012, p.4).

Para Agamben (2004, p.48), seriam adotadas as medidas excepcionais que são tomadas em momentos de crise, “uma suspensão do ordenamento vigente para garantir a existência”, onde as normas e leis em vigor não se aplicam àquele momento específico, ao passo que existem atos que não tem um poder jurídico pré-determinado que adquirem “força de lei” para suprir as lacunas de uma situação não prevista, mas necessária. Adquirem, então, no seu entendimento, a denominação de “estado de exceção”, que define a anomia – ausência da norma:

1. O estado de exceção não se constitui em uma ditadura, mas em um espaço vazio de direito, um estado de anomia, onde todas as determinações jurídicas estão desativadas, sobretudo a distinção entre o público e o privado; 2. Se por um lado, este espaço vazio de direito, parece essencial à ordem jurídica, como se para se fundar esta relação com a anomia fosse necessária. Por outro, o vazio jurídico também se mostra como indispensável ao direito; 3. O problema crucial ligado à suspensão do direito seria aquele referente à incapacidade de definição da ordem jurídica ao ato cometido durante o iustitutium. A impossibilidade de enquadramento como transgressivo, executivos ou legislativos, parece lhes conferir uma localização, no que se refere ao direito, em um não lugar absoluto; 4. Essa indefinibilidade é esse não lugar da lei que correspondem à ideia de força-de-lei. (Agamben, 2004, p.78-79).

Vainer (2011) estabelece um paralelo entre o “estado de exceção” de Agamben e o período para realização de megaeventos, no conceito que ele passa a denominar de “cidade de exceção”, em função da condição de emergência que os grandes eventos, principalmente os esportivos, acarretam para a cidade receptora.

Nesse contexto, todas as leis híbridas, construídas nas parcerias PPP, bem como normas, decretos e tramitações são justificáveis para atender aos interesses do capital e de empresas e parcerias específicas, mesmo que muitas delas estejam na contramão dos interesses da grande maioria da população dessas cidades.

Os resultados concretos dessas “cidades de exceção” são a concentração de investimentos nas áreas de interesse do capital imobiliário, as articulações entre capitais privados com a administração pública, as desapropriações de moradores sem respeito aos direitos humanos básicos e infrações a diversas leis locais e nacionais, num jogo de dimensões políticas, institucionais, sociais e principalmente econômicas. Nesta perspectiva, o que está em foco não é a cidade como um todo, mas as áreas da cidade capazes de oferecer melhores retornos econômicos aos investidores, como este trabalho procura enfatizar.

A fragmentação espacial da cidade do Rio de Janeiro é uma realidade concreta que se perfaz mediante os investimentos realizados em parcelas escolhidas da cidade, em detrimento de outras. Como já discutido, o poder público é o grande intermediador desses processos, principalmente quanto ao período de exceção provocado pela realização do megaevento esportivo: a dimensão de urgência, apelo cívico e investimentos públicos maciços são as bases principais que permitem as transformações espaciais em locais escolhidos pelo capital para sua expansão.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (Agambem, 2004, p.13).

Como afirma Rodrigues (2013, p.18) “chamar de impactos da Copa e/ou das Olimpíadas é dizer que são consequências de eventos em si mesmos, o que oculta como o espaço é apropriado e reproduzido pelos interesses do capital”.

5.5. As contradições urbanas expressas na produção da “cidade espetáculo”

Através das parcerias público-privadas, dos contratos firmados entre entes governamentais públicos e empresas privadas, e das garantias firmadas através das leis, decretos e normativas, os equipamentos destinados ao megaevento e obras de infraestrutura na cidade tomam forma. No momento da execução desses projetos, no entanto, diversas contradições se apresentam, demonstrando claramente o jogo de

interesses que permeiam esse processo ao fragilizar ainda mais os moradores da cidade do Rio de Janeiro, causando mais fragmentação socioespacial.

Dentro dessa perspectiva, o trabalho abordará apenas um segmento das transformações espaciais, que tem direta relação com o objetivo geral da pesquisa, as desapropriações de populações mais carentes de locais que interessam à expansão do capital em obras de infraestrutura diversas. Dentro do universo dessas obras, as que inegavelmente trouxeram mais prejuízos aos moradores de classes econômicas menos favorecidas na cidade foram as de mobilidade urbana, muitas das quais foram responsáveis diretas por processos de reassentamento populacional e processos de desapropriação.

Isso não significa que muitas outras obras de infraestrutura que ocorreram ou ainda estão ocorrendo não tenham tido impacto direto sobre os moradores da cidade, mas que, para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foi necessário elencar apenas uma parte de todo o grande processo de problemas e irregularidades das obras olímpicas para que uma análise mais detalhada pudesse ser feita. É inegável que muitos problemas foram apontados por diversos meios de comunicação relativos a danos ambientais e a violações aos direitos humanos tais como: segregação econômica, violência policial, extermínio de jovens negros, dentre tantos outros⁹³.

No entanto, o próximo subcapítulo discutirá as alterações urbanas em obras de mobilidade, que levaram a remoções de moradores, bem como aspectos da questão habitacional no Rio Olímpico.

5.5.1. Mobilidade urbana

O conjunto de intervenções na mobilidade urbana da cidade é composto por diversos modais de transporte público, no intuito principal de interligar os quatro Anéis Olímpicos, na forma de mudanças estruturais, ampliação de avenidas, construção de viadutos e túneis.

A estratégia de transportes Rio 2016 está completamente alinhada ao conceito dos Jogos e se utiliza dos sistemas de transporte urbano planejados e já existentes. Sendo assim, espectadores e força de trabalho terão acesso gratuito às quatro Zonas dos Jogos através de um Anel de Transporte de Alta

⁹³ O portal RioOnWatch se tornou um veículo onde são denunciadas as violações aos moradores, principalmente de áreas não urbanizadas da cidade, que se agravaram exponencialmente com a realização dos megaeventos esportivos. Por publicar suas reportagens também em inglês, se tornou uma fonte de consulta e comunicação mundial sobre os problemas enfrentados pela população de baixo poder aquisitivo da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/>.

Capacidade, que reúne os sistemas existentes de trens e metrô devidamente reformados e ampliados, dotando o Rio de Janeiro de um sistema de transporte compatível com a cidade e que deixará um legado sustentável. (RIO 2016, 2008, p.96, v.3).

A Divisão de Transporte e Tráfego Olímpico (DTTO) foi criada através de uma estrutura única que engloba aportes e compromissos firmados pelos três poderes: federal, estadual e municipal. O DTTO faz parte da APO e tem sua estrutura interligada ao consórcio olímpico. Tem por objetivo a realização de todas as obras de infraestrutura em transportes na cidade, bem como cuidar de seu funcionamento. (RIO 2016, 2008, v.3, p.98).

No âmbito federal, o projeto incluía a reforma de dois terminais do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, com objetivo de aumentar a capacidade para receber até 25 milhões de passageiros por ano. Na esfera estadual, o aporte de recursos para extensão da linha 1 do metrô, construção da linha 4 e melhorias na rede ferroviária de subúrbio na interligação das regiões periféricas da cidade às zonas olímpicas Deodoro e Maracanã. No campo municipal, a construção de BRTs e melhorias em infraestruturas já existentes. (RIO 2016, 2008, v.3, p.108).

É importante destacar que os projetos de mobilidade urbana incidem sobre a reestruturação das cidades e, conseqüentemente, na valorização das áreas contempladas com as obras, ou seja, os investimentos feitos em mobilidade urbana são os principais condutores de reestruturação urbana nas cidades. Nesse sentido, todas as obras de mobilidade olímpica contribuirão para a valorização de imóveis nas áreas onde foram realizadas, o que pode causar, num primeiro momento, processos de remoção de habitação das áreas que interessam à expansão dos modais de transporte e, num segundo momento, processos de gentrificação, o que reforça a fragmentação socioespacial da cidade. O fornecimento da infraestrutura, portanto, não é garantia de melhor deslocamento populacional, acessibilidade e muito menos, de melhorias na qualidade de vida dos moradores.

Gráfico 3: Tipo de infraestrutura de transporte por ente governamental

TIPO DE INFRAESTRUTURA	<div> <div>PLANEJAMENTO</div> <div>CONSTRUÇÃO</div> <div>FINANCIAMENTO</div> </div>		
	ATIVIDADES		
AEROPORTOS	INFRAERO (Governo Federal)		Governo Federal
TRENS	SETRANS (Autoridade Estadual de Transporte)	Governo do Estado e Operadores	Governo do Estado e Setor Privado
RODOVIAS E BRT	DER (Departamento Estadual de Rodovias), Secretário Municipal do Planejamento Urbano, Secretário Municipal de Obras, Secretário Municipal de Transporte	Secretário Estadual e Municipal de Obras	Governo Federal, Estadual e Municipal e Setor Privado
GESTÃO DO TRÂNSITO	CET-Rio (Autoridade municipal do trânsito)		Governo Municipal

Fonte: RIO 2016, 2008, v.3, p.100

Dentre os principais projetos no âmbito municipal, destacam-se: o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que conectará os bairros da região portuária da cidade ao centro; o BRT Transolímpica, conectando o Parque Olímpico da Barra da Tijuca ao Complexo Esportivo em Deodoro; o BRT Transoeste, fazendo a ligação entre Santa Cruz e Campo Grande à Barra da Tijuca; a Transcarioca, que conectará a Barra da Tijuca à Ilha do Governador e a duplicação do Elevado do Joá, que liga a zona sul à Barra e contará com mais uma pista (APO, Município).

Na figura 19, procurou-se contextualizar essas ligações viárias dentro de um mapa da cidade do Rio de Janeiro, que sinaliza as quatro regiões dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, os aeroportos, as principais rodovias já existentes e as interligações com o metrô e as linhas de BRT e VLT.

A ampliação do Elevado do Joá será de 5 km de extensão e contará com uma nova pista, dois túneis e uma ciclovia à beira do mar⁹⁴. O aporte para essa obra é de R\$ 458 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e tem previsão de término para fevereiro de 2016⁹⁵.

⁹⁴ A inauguração da ciclovia aconteceu no dia 17/01/2016, apenas três meses de sua queda parcial, que ocorreu em 21/04/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/parte-da-ciclovias-desaba-em-sao-conrado-zona-sul-do-rio.html>. Acesso em 21 de abril de 2016.

⁹⁵ Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/ampliacao-elevado-joa/>

Figura 19: Anel de Transporte de alta Capacidade

Fonte: Rio-2016. Disponível em: <http://www.rio2016.com/o-rio/mapas/mapa-de-transportes>. Produção nossa

A obra denominada de Viário do Parque Olímpico consiste em uma intervenção para duplicação das Avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno, na região da Barra da Tijuca. Serão construídas cinco faixas em cada sentido, sendo uma delas para uso de BRT e ciclovia⁹⁶. Parte da comunidade da Vila Autódromo foi removida em função dessa obra de mobilidade.

O BRT Transcarioca irá conectar o bairro da Barra da Tijuca até a Ilha do Governador, com 39 km de extensão. Serão ao todo 47 estações e 5 terminais que cruzarão 27 bairros cariocas, cortando a cidade de forma transversal. Com aporte de R\$ 1,7 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhões do Governo Federal e R\$ 600 milhões em contrapartidas da prefeitura, é uma das maiores obras previstas para os Jogos Olímpicos⁹⁷. Segundo dados divulgados pelo Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015), para a viabilização dessa obra, foram removidas

⁹⁶ Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/viario-do-parque-olimpico/>

⁹⁷ Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/transcarioca/>

de forma integral quatro comunidades e uma foi removida parcialmente, “totalizando 349 famílias deslocadas de suas casas” (Dossiê Violações, 2015, p. 21). As despesas em desapropriação para essa obra olímpica foram computadas no valor total de R\$ 300 milhões, que não estão incluídos diretamente no Plano de Políticas Públicas (APO, 2015c).

Já o BRT Transoeste, que está operacional desde junho de 2012, tem 52 km de extensão e terá interligação futura com a linha 4 do metrô, obra que está sendo desenvolvida pelo Governo Estadual. Para construção de parte dessa obra, principalmente nos trechos que ligam a Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande, “foram removidas cerca de 530 famílias em cinco comunidades [...] o que chama a atenção é a proximidade dessas comunidades com condomínios habitacionais de classes de renda média e alta [...]” (Dossiê Violações, 2015, p.21).

Por fim, o BRT Transolímpica, com 26 km de extensão, ligará a zona olímpica de Deodoro ao bairro Recreio dos Bandeirantes, que fica na região da Barra da Tijuca. Haverá um túnel para atravessar a Serra do Engenho Velho e pretende-se transportar 70 mil pessoas por dia. Com orçamento de quase R\$ 2,3 bilhões, essa obra será interligada à Transoeste e à Transcarioca⁹⁸. O valor total dessa obra, como já discutido no subcapítulo 5.2, teve a inclusão do valor das indenizações pagas às famílias removidas, agregado ao total, não sendo especificado o montante pago às famílias (APO, 2015c).

No início de 2013, a obra passou por um processo de licenciamento ambiental bastante questionado pelo Ministério Público Estadual, que entre outros aspectos, apontou o fracionamento do projeto e a insuficiência de informações sobre os impactos sociais decorrentes das obras. Ressalta-se a falta de debate público e de informações sobre os atingidos. Levantamentos e obras de urbanização em comunidades da região de Curicica e Jacarepaguá, que estariam no trajeto da obra viária, foram interrompidos sem que os moradores tivessem acesso a informações oficiais sobre sua situação (Dossiê Violações, 2015, p.21)

⁹⁸ Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/transolimpica/>

Figura 20: BRTs Transoeste, Transcarioca e Transolímpica

Fonte: Site Cidade Olímpica. Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/areas/transportes/>

Denominados pela Prefeitura do Rio de Janeiro como uma “revolução nos transportes”, pode-se afirmar que essas interligações modais privilegiarão os espaços destinados aos equipamentos dos Jogos Olímpicos, prioritariamente, dentro do município do Rio de Janeiro e não na sua área metropolitana, composta hoje em dia por vinte municípios.

A concentração territorial dos investimentos em transporte na Zona Sul e na Barra da Tijuca acentuam a fragmentação espacial, ao mesmo tempo em que não atende áreas mais deficitárias de serviço público, como a região dos subúrbios, por exemplo. Da mesma forma, é possível constatar que as obras de mobilidade urbana multiplicarão as oportunidades para outros investimentos e de retorno financeiro na produção habitacional direcionada às classes média e alta e também na produção de imóveis comerciais.

Como salienta Harvey (2014b, p.190):

Isso é o que geralmente significam os chamados “motores do desenvolvimento urbano”: a orquestração da dinâmica de processos de investimento e a provisão de investimentos públicos essenciais no lugar e no momento certos a fim de torna-los bem-sucedidos na concorrência interurbana e inter-regional.

5.5.2. Habitação

Em outubro de 2009, logo após ter sido escolhida como sede das Olimpíadas Rio-2016, a prefeitura da cidade lançou um documento intitulado “Plano de Legado Urbano e Ambiental Olimpíadas Rio 2016” (Plano Legado, 2008), produzido pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU)⁹⁹. O Plano continha uma lista de reassentamento de mais de 3.500 famílias, em função de obras de infraestrutura para os Jogos Olímpicos. Dentre essa lista estão seis comunidades das zonas oeste e norte da cidade: Vila Autódromo, Metrô-Mangureira, Parque da Panela, Canal do Anil, Belém-Belém e Gardênia Azul.

Lembrando que esse último foi um dos condomínios de habitação popular construído pelo Estado para reassentar famílias que haviam sido removidas de outras áreas da cidade na década de 60 no triângulo da Barra da Tijuca.

TR.5.2.1 Reassentamento de famílias da Vila Autódromo

Reassentamento de famílias residentes em área de preservação permanente e nas áreas previstas para implantação do alargamento da Av. Salvador Allende e no alargamento do trecho final da Av. Abelardo Bueno e Av. Ayrton Senna. Inclui cadastro físico e social das 354 famílias que serão reassentadas, com acompanhamento social, elaboração de diagnóstico indicativo da modalidade de reassentamento, considerando o perfil das ocupações e implementação do plano de reassentamento. (Plano Legado, Objetivos, 2008, p.2).

Dentro desse Plano do Legado, constava também um mapa com a região da construção do Parque Olímpico e imediações, onde, pelo desenho, é possível observar que a primeira proposta não incluía a comunidade Vila Autódromo: na área hoje ocupada pelas famílias seria realizado um ‘Parque Linear’. O Plano por si só se contradiz, ao afirmar que a comunidade será reassentada para ampliação das avenidas, mas no desenho do mesmo plano, o que aparece não é esse alargamento, mas sim um parque, ou seja, exemplos concretos de como todo o processo de

⁹⁹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=138922>

remoção dessa comunidade foi marcado por contradições ao longo de toda sua história, que será melhor aprofundada no próximo capítulo desta pesquisa.

Figura 21: Cartograma Plano Legado - Cinturão Verde na Vila Autódromo

Fonte: Plano do Legado Urbano, Cartograma (Plano Legado, 2008, p.12)

Quanto às remoções, segundo dados oficiais, já foram removidas na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2009 e 2015, cerca de 22.059 famílias (Prefeitura, 2016c, p.6). O motivo dessas remoções, de acordo com o próprio documento, é que ocupavam áreas de risco de enchentes ou deslizamentos ou porque essas famílias moravam em imóveis insalubres e precários. A prefeitura alega que somente parte da Vila Autódromo teve que ser removida em função de obras ligadas aos Jogos Olímpicos e que nenhuma outra comunidade foi afetada de forma direta pela realização desse megaevento, como fica comprovado na declaração expressa abaixo:

Diferentemente do que se costuma, de maneira equivocada, divulgar a respeito do tema, reassentamentos e desapropriações no Rio, nos últimos anos, não têm relação direta com os grandes eventos que a cidade vem recebendo, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. A única exceção é o caso da Vila Autódromo, onde famílias _ que, em sua maioria, viviam condições precárias _ foram reassentadas para a abertura de vias de acesso ao Parque Olímpico. E ainda assim, as famílias foram realocadas em um

condomínio a 1,5 quilômetro de distância, no mesmo bairro onde está inserida a comunidade. Além disso, uma parte dos reassentados precisou sair não em função das obras do parque, mas porque ocupava irregularmente a faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá e dos rios da região _ áreas de proteção ambiental. Nenhum outro processo de reassentamento em curso hoje na cidade tem vínculo com as instalações esportivas criadas para os jogos (Prefeitura, 2016c, p.3-4).

No entanto, ações diferentes das apregoadas oficialmente pela prefeitura são comprovadas pelos Dossiês do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Os vários dossiês já publicados – Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil (2012; 2014) e Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro (2013; 2014; 2016) – foram produzidos principalmente com base nas desocupações de casas populares no entorno das construções de obras de infraestrutura para os Jogos Olímpicos Rio 2016 e Copa do Mundo FIFA 2014, em diversas partes do Brasil.

Os Dossiês fizeram um mapeamento, principalmente das comunidades, que tiveram seus moradores reassentados em função de obras de infraestrutura para os megaeventos esportivos, alegando principalmente, que grande parte das remoções são mascaradas pelo poder público com as justificativas já elencadas no documento oficial e apontadas acima (Prefeitura, 2016c)

Nesta sistematização, busca-se identificar, sempre que possível, a relação com os Jogos Olímpicos ou com a Copa do Mundo 2014, como as destinadas à construção do estacionamento para o estádio do Maracanã, às obras viárias com faixas segregadas para o BRT, e ao Projeto Porto Maravilha no centro da cidade. Neste sentido, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro estima que pelo menos 4.120 famílias já foram removidas e 2.486 permanecem ameaçadas de remoção, por razões direta ou indiretamente vinculadas às intervenções do Projeto Olímpico (Dossiê Violações, 2015, p.20).

A tabela 12 contém os números das principais comunidades da região da Barra da Tijuca que foram removidas de seus locais de moradia por justificativa da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Vale destacar que todas as comunidades apontadas nesse levantamento têm como justificativa de remoção ou as obras viárias ou as de infraestrutura ligadas ao megaevento esportivo, mesmo que esse dado não tenha sido oficialmente computado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Tabela 12: Remoções de famílias na região da Barra da Tijuca

Comunidade Ocupação	Criação	Nº famílias	Situação	Nº atual	Justificativa
Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	96	Removida parcialmente	28	Acesso à condomínio de Luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação ambiental
Restinga (Recreio)	1994	80	Removida	80	BRT Transoeste Barra da Tijuca e Sta Cruz
Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Removida	120	BRT Transoeste
Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Removida	235	BRT Transoeste
Notredame (Recreio)	s/i	52	Removida		BRT Transoeste
Vila do Amoedo (Recreio)	s/i	50	Removida		BRT Transoeste
Vila Azaléia (Curicica)	1990	100	Permanece	100	BRT Transolímpica
Vila União (Curicica)	1980	340	Permanece	340	BRT Transolímpica
Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	550	Removida parcialmente	50	Parque Olímpico Ampliação avenidas Preservação ambiental

Fonte: Dossiê Violações, 2014a, p.36; 2015 p.36

O enorme número de pessoas que foram ou estão sendo removidas é bastante significativo e já seria motivo para uma pesquisa mais detalhada sobre cada uma das ações que levaram às remoções. No entanto, a forma como têm sido conduzidas é que acabaram por gerar muitas denúncias, inclusive da mídia internacional (The Rio Times, 2015; SVT, 2015; MIT, 2015).

De acordo com os dossiês produzidos (Dossiê Violações, 2014a), as ações da prefeitura do Rio de Janeiro têm sido marcadas pela ausência ou omissão de informações aos moradores. Os projetos de urbanização ou de mobilidade urbana não são divulgados às comunidades, principalmente no que diz respeito às obras que devem ser realizadas onde essas moravam. Também há relatos de ameaças físicas e torturas psicológicas.

Uma característica das negociações entre os moradores e os agentes da prefeitura é que elas são realizadas sempre de forma individual, o que evita qualquer tipo de resistência conjunta da comunidade. Outra prática denunciada pelos dossiês é a derrubada das casas que foram esvaziadas e a manutenção dos escombros e

entulho da demolição nos locais. Isso gera um enorme desconforto entre os moradores, pois além das consequências físicas, como pó, detritos, aumento de infestações de animais como ratos e baratas, esses escombros remetem a uma imagem de guerra, de abandono e trazem insegurança para os moradores que tentam permanecer nessas áreas.

No geral, diz o Dossiê, “as pessoas são levadas para uma condição de moradia pior do que estavam, o que vai contra os tratados internacionais pelo direito à moradia adequada dos quais o Brasil é signatário” (Dossiê Violações, 2014a, p.35).

O Dossiê discute também como as remoções são realizadas sem o conhecimento dos residentes, que muitas vezes somente são avisados no próprio dia que devem deixar suas casas e pertences. Os valores propostos pelo governo para ressarcimento desses imóveis são sempre muito abaixo do valor de mercado e as famílias desapropriadas ficam sem ter onde morar. Os que aceitam e recebem o valor proposto são conduzidos para as áreas periféricas da cidade, onde o imóvel é mais barato, mas também há baixa cobertura dos serviços públicos e da infraestrutura urbana e, não raro, já estão controladas por milícias ou grupos de tráfico de drogas.

[...] a prefeitura marca das casas para remoção com tinta spray, numerando as que serão demolidas, sem a autorização ou qualquer explicação aos moradores. A sigla da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) é inscrita nas casas, ou, como dizem os moradores, ‘saia do morro hoje’ (Dossiê Violações, 2014b, p.27).

Figura 22: Marcação da SHM e escombros

Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 24 de janeiro de 2015 na Vila Autódromo

Dessa forma, a lógica das remoções praticadas na cidade atende aos trâmites específicos da expansão do capital e da ampliação de investimentos em parcelas da cidade escolhidas segundo interesses particulares, que obviamente entram em conflito com as necessidades das famílias que moravam nesses locais, seus espaços de habitação, convivência social, trabalho e lazer.

É o caso das remoções aconteceram em 2010 e 2011 no Recreio dos Bandeirantes, para a ampliação da Avenida das Américas (Transoeste) e a abertura do Túnel da Grotta Funda. A obra resultou na remoção de cerca de 500 famílias em três comunidades: Vila Harmonia, Vila Recreio II e Restinga. As indenizações foram muito baixas, forçando os moradores a ficarem na informalidade, e a alternativa de reassentamento foi em área muito distante, além do despejo ter acontecido sem aviso prévio. Atualmente, a região da Barra da Tijuca e Recreio concentra os principais lançamentos imobiliários da cidade, sendo uma área de grande interesse das maiores empreiteiras do país. Entre o Túnel da Grotta Funda, próximo ao local onde ficava a Vila Recreio II, e o shopping Recreio, ao lado do terreno onde se encontrava a Vila Harmonia, está sendo construída a Vila de Mídia, que abrigará jornalistas durante as Olimpíadas de 2016. Após os Jogos, o local será mais um condomínio da região, com apartamentos que estão sendo comercializados com preços entre R\$ 415 mil e R\$ 937 mil. (Dossiê Violações, 2014a, p.35-36).

Em entrevista concedida ao Jornal O Globo (2013), a professora em urbanismo, Raquel Rolnik afirmou que muitas das famílias estão sendo realocadas, por conta das obras dos BRTs, para distâncias de 30 a 40 quilômetros de seus locais de origem, causando grandes impactos ao seu acesso a infraestrutura urbana e a sua qualidade de vida. Além disso, ela também afirmou que não foram realizadas audiências públicas, ou qualquer tipo de discussões públicas com respeito às obras de infraestrutura impostas pelo Governo a essas famílias.

Cardoso, Araújo & Jaenisch (2013), discutem em sua pesquisa como foi feita a distribuição das habitações do Programa MCMV Fase 1 na região metropolitana do Rio de Janeiro. O estudo faz uma crítica ao programa, que tem suas bases na lógica empresarial – as casas não são construídas diretamente pelo Estado, mas sim pela iniciativa pública em PPPs –, o que transforma, consequentemente, a moradia social em mercadoria.

Chegam à conclusão que as novas moradias foram construídas na periferia da cidade, em áreas muitas vezes carentes de infraestrutura básica. Salientam que é praticamente ausente a presença do Programa em construir habitações de interesse social em áreas centrais da cidade, ou mesmo em áreas onde estão acontecendo as remoções em função das obras do megaevento olímpico.

Conforme os dados aqui apresentados, há indicativos que apontam para a concentração de unidades voltadas para os segmentos de menor renda em determinadas áreas da cidade – distantes dos núcleos urbanos consolidados e muitas vezes mal conectadas à rede de transporte – e uma quase completa ausência de unidades produzidas nas áreas centrais. Paradoxalmente, são estas áreas centrais que mais vêm recebendo investimentos e intervenções urbanas voltadas para a realização dos grandes eventos esportivos futuros, que por sua vez envolvem o deslocamento forçado de moradores para outras áreas da cidade (Cardoso, Araújo & Jaenisch, 2013, p.14).

Um estudo muito similar foi feito também por Faulhaber & Nacif (2013), mas ligado diretamente às remoções praticadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, representada pela Secretaria Municipal de Habitação na cidade entre os anos de 2009 a 2013. Esse estudo muito significativo mapeia as remoções e mostra para onde essas famílias foram deslocadas espacialmente dentro da cidade, para condomínios do Programa MCMV, como é possível analisar na Figura 23.

Figura 23: Reassentamento de comunidades no Programa MCMV

Fonte: Faulhaber & Nacif, 2013, p.9

Através da figura, reafirma-se, portanto, a violência desse processo de remoção, principalmente no sentido do lugar social, onde moram as pessoas, onde constroem sua vida, onde mantêm relações de amizade com os vizinhos, de amor pela terra, pela propriedade. Como discute Carlos (2007b, p.22) “O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida”.

Nesse contexto, mudanças bruscas na legislação em vigor são ferramentas utilizadas nas cidades-sede para propiciar a acumulação do capital e a transformação da cidade como mercadoria, inserida num contexto neoliberal, justificando a “cidade da exceção” (Vainer, 2011).

Quando se utilizam os termos impacto e/ou legado, abstraindo-se o processo, tem-se a impressão que são os eventos esportivos que provocam impactos e que deixam legados, mas é necessário atentar para o processo de produção e reprodução do espaço, para que as essas palavras não fiquem vazias de significado. (Rodrigues, 2013, p.14).

Como alguns dos locais para a realização das obras de infraestrutura para a realização dos Jogos Olímpicos estão ocupados, o Estado, representado no caso do Rio de Janeiro pela APO e pela SMH cumpre o papel de “esvaziar” essas áreas, removendo a população residente que são, quase em sua totalidade, pessoas de baixo poder aquisitivo e que constituem um entrave para o desenvolvimento urbano que foi previsto nos projetos.

De modo geral, o que as políticas espaciais dessa natureza parecem revelar é a mercantilização total de um espaço social e histórico, de um valor civilizatório, que é a cidade. Assentadas nos projetos urbanos estruturantes, nas operações urbanas estratégicas, essas políticas aparecem como o instrumento capaz de inseri-las no rol dos investimentos que circulam no mercado mundial, transformando-as em negócio. Na verdade, não se coloca à venda a cidade real, marcada por contradições, por profunda desigualdade socioespacial, mas elegem-se alguns de seus atributos como sendo a cidade em si, desprovido-a de seu conteúdo histórico e social. Nesse sentido, o valor de troca se impõe sobre o uso e o valor de uso, e a constituição de novas centralidades aparece como necessidade nesse espaço configurado de acordo com os interesses da acumulação. (Alvarez, 2011, p.78).

Rodrigues (2013) afirma que não se pode falar em participação social no Brasil quando o direito à moradia e a função social da cidade e da propriedade são alteradas pelo urbanismo *ad hoc*, imposto por organizações privadas com claro interesse econômico. Nesse sentido, muitas destas mobilizações não são de participação social, no sentido amplo do termo, mas tratam-se de lutas para impedir a perda de direitos conquistados.

Para Sen (2007), os processos participativos são emancipadores e ligados diretamente às capacidades que as pessoas têm para a expansão das liberdades reais. O que as pessoas conseguem efetivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, disposições sociais e por condições como saúde, educação e liberdades políticas - através de incentivos em participar das escolhas

sociais e tomadas de decisões - instrumentos que tornam possível o desenvolvimento humano em seu contexto mais amplo.

A segregação socioespacial, nesse contexto, se realiza no momento em que fragmentos da cidade só podem ser ocupados por determinadas classes sociais, processo que se dá através da intermediação do Estado e das empresas privadas. No caso do Rio de Janeiro, como foi procurado abordar até agora, essa “divisão” espacial da cidade é um processo que se consolida de forma mais brutal com a realização dos megaeventos esportivos, principalmente dos Jogos Olímpicos, ao longo dos últimos anos e acarreta a remoção de inúmeras famílias pobres de locais que interessam à expansão do capital.

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana e separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos. Neste sentido, a existência da propriedade privada do solo urbano vai revelando uma função econômica como realização continuada do valor; uma função jurídica que a realiza enquanto direito garantido pela constituição federal que torna inquestionável sua existência e uma função social e neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza a desigualdade que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista (Carlos, 2007a, p.112).

Tendo discutido todos esses cenários que retratam a realização do megaevento esportivo no Rio de Janeiro, a próxima parte do trabalho terá como foco a Vila Autódromo, para um estudo dessa comunidade de pescadores que habita o bairro da Barra da Tijuca há 40 anos. Ao contrário do que afirma Carlos (2007a) na citação acima, nem o direito à propriedade privada irá prevalecer para que os moradores dessa comunidade permaneçam em suas moradias e no local de seu convívio diário.

A lei, nesse caso, foi delegada à segundo plano, quando se trata de realizar um megaevento internacional que trará investimentos e visibilidade para a cidade do Rio de Janeiro, como o próximo capítulo tentará abordar.

Serão discutidos, de forma mais aprofundada, os mecanismos utilizados pela prefeitura para remover essa comunidade de forma velada, sua articulação política e participativa e as realidades que os moradores têm vivenciado nesses últimos anos com a justificativa da realização dos Jogos Olímpicos.

6. Vila Autódromo

Temos liberdade de andar aqui na comunidade, somos livres. Não vai ter ninguém que vai ficar te perguntando para onde você vai, o que você vai fazer... não é urbanizado, mas não é o pior lugar. O problema é que as pessoas não querem lutar, não participa da luta, porque quem participa, quem está ciente, ele continua porque ele sabe do direito dele (Entrevista Maria da Penha, 24 de janeiro de 2015).

Este capítulo apresenta um histórico de surgimento e permanência da Vila Autódromo ao longo dos anos, para mostrar a forma como essa comunidade foi se estruturando, tanto espacialmente quanto socialmente.

A dimensão do conflito e luta pela permanência dessa comunidade e todos os seus desdobramentos políticos, econômicos e principalmente sociais, é o que esta parte da pesquisa abordará de forma mais aprofundada: como esse processo de remoções desencadeou diversas formas de coação pelo poder público, desavenças entre as famílias e quebra de laços afetivos e comunitários, que foram construídos e cultivados durante 40 anos e destruídos em menos de 4 anos, contando da data do começo das negociações com a prefeitura, no final de 2013.

No fundo, a discussão perpassa a ideia de que a imagem internacional que se quer projetar da cidade do Rio de Janeiro não combina com a urbanização de uma área popular adjacente ao grande e suntuoso Parque Olímpico, com suas construções modernas. A Vila Autódromo não combina com os condomínios de luxo que serão ocupados pelos atletas olímpicos e posteriormente, vendidos a R\$ 1,7 milhão no Ilha Pura, potenciais vizinhos da comunidade. Não reflete o visual de uma “cidade maravilhosa”, da região que será o coração dos Jogos Olímpicos de Verão Rio 2016.

Como já abordado, a expansão para a região da Barra da Tijuca não é um processo natural que está em curso na cidade, mas sim fruto de um movimento de intenso investimento em infraestrutura por parte do Estado, visando, sobretudo, o futuro adensamento populacional que favorecerá, consequentemente, os poucos agentes e incorporadores imobiliários proprietários dessa área da cidade.

Uma expansão que representa, nessa perspectiva, um processo de criação de uma nova centralidade na cidade, cuja principal via arterial serão as avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende, em cujo cruzamento ficava localizada a comunidade: “no meio do caminho tinha a Vila Autódromo”¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Referência ao famoso poema de Carlos Drummond de Andrade “No meio do caminho”

6.1. Surgimento e breve histórico de formação

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (Carlos, 2007b p.17).

A comunidade teve sua origem em 1960, na ocupação da Lagoa de Jacarepaguá e a formação de uma vila de pescadores. No começo dos anos 70, a área sofreu grandes modificações urbanas em função da construção do Autódromo Nelson Piquet e de um conjunto residencial da Aeronáutica Brasileira.

Essas obras provocaram o aterro de parte das lagoas na área e o primeiro deslocamento da população residente, que ficou então alojada em uma faixa de terra entre o muro do autódromo e as margens da lagoa. Também por causa dessas grandes obras, inúmeros trabalhadores da construção civil se estabeleceram no local, o que aumentou ainda mais os residentes dessa comunidade.

Hoje, a Vila Autódromo está situada entre a lagoa de Jacarepaguá e o canal Pavuninha, no muro colado ao antigo Autódromo e na confluência de dois eixos viários: as avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende. Situada na zona norte do Rio de Janeiro, fica numa zona limítrofe entre os bairros da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá, em uma região hoje caracterizada pela valorização imobiliária, como foi atestado pelo Parecer Técnico¹⁰¹ (2013, p.5):

Para se ter uma ideia de escala das transformações recentes da região, os dados dos últimos censos demográficos do IBGE revelam que a população da Barra da Tijuca – bairro ao qual a localidade está administrativamente vinculada - passou de 174.353 habitantes, em 2000, para 300.823, em 2010. A Vila Autódromo também acompanhou o mesmo crescimento durante esse período, possuindo hoje 1.252 habitantes distribuídos por 356 domicílios, segundo o censo de 2010, em contraste com os 398 habitantes distribuídos em 95 domicílios, registrados em 1990. Identifica-se, portanto, um crescimento de 214,6% da população local residente em 20 anos e de

¹⁰¹ Documento elaborado em 2013 com intuito de examinar e avaliar os dois planos propostos para a Vila Autódromo – o da Prefeitura, que previa a remoção e o da AMPAVA, que propunha a permanência da comunidade, através da composição do “Grupo de Trabalho acadêmico profissional multidisciplinar para a análise e avaliação das alternativas de moradia para a Vila Autódromo/RJ”, composto por diversas entidades, como: Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ); Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB0); Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro (SARJ); Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

274,7% em relação aos domicílios. Em termos imobiliários, a análise do valor do metro quadrado em área próxima à Vila Autódromo mostra que este passou de R\$ 3.800,00, em 2007, para R\$ 5.700,00, em 2011, tendo o bairro se valorizado em 24% apenas no biênio de 2010-2011

Figura 24: Vila Autódromo

Fonte: Google Maps@2013. Imagem copiada em fevereiro de 2014, com produção nossa.

A estrutura das construções estava distribuída no terreno que possuía, no começo de 2014, 10 ruas e travessas, sendo que apenas parte da Avenida do Autódromo era asfaltada. Nessa mesma via, os moradores plantaram diversas árvores, coladas ao longo da divisão da comunidade com o muro do Autódromo e que foram todas derrubadas pela concessionária Rio Mais quando começaram as construções do Parque Olímpico. Este muro de divisão entre o antigo Autódromo

Nelson Piquet e a comunidade foi demolido em 2014 e tapumes móveis foram instalados na sua extensão, sem aviso prévio aos habitantes, nem plano apresentado pela concessionária, o que diminuiu ainda mais o espaço reservado aos moradores.

Na Avenida do Autódromo era onde também se situavam as residências mais antigas da Vila, principalmente na faixa marginal da lagoa. Nesse local, as casas de alvenaria, com acabamento, pintura e muitas vezes de dois a três pavimentos, contrastavam com casas mais simples, de famílias de baixo poder aquisitivo. “As diferenciações internas da Vila Autódromo são características de muitos assentamentos populares, favelas e periferias do Rio de Janeiro, nada que escape ao padrão diversificado da cidade e de seus bairros” (Parecer técnico, 2013, p.7).

Nos anos 80, os moradores se organizaram através da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA), pela qual conseguiram lutar por melhorias na comunidade, como a instalação de luz elétrica, água encanada, registro no Ibama para os pescadores e outras. Até então, nenhum desses serviços públicos básicos eram oferecidos na comunidade e os moradores tiveram que construir suas próprias fossas para escoamento do esgoto.

Nesse mesmo período, em 1989, algumas famílias oriundas da Comunidade Cardoso Fontes foram assentadas na Vila pela então prefeito, Marcello Alencar. A esse grupo se somaria outro assentamento de mais 60 famílias, realizado pela própria Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários, em 1994.

Não é de hoje que a Vila Autódromo se tornou alvo de ameaças de desapropriação, muito embora tenha a permanência de seus moradores apoiada por vários dispositivos jurídicos.

Em 1993, no primeiro mandato do prefeito César Maia, a comunidade sofreu a primeira tentativa de remoção, através de uma ação civil pública movida pelo então subprefeito da Barra e hoje atual prefeito da cidade, Eduardo Paes. O argumento era de que a Vila Autódromo causava “danos estéticos e ambientais” à área (Processo Nº 0081973-19.1993.8.19.0001).

Segundo Compans (2007), essa tática é muito utilizada pelo poder público, principalmente para desapropriações de áreas que interessam ao capital imobiliário nas grandes cidades. A autora cita casos semelhantes que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro, desde a suposta implementação do Plano Agache, como discutido no capítulo 4. “As mesmas normas urbanísticas que deveriam ser flexibilizadas para estimular novos empreendimentos residenciais oferecem agora sustentação jurídica

ao ato de remoção” (Compans, 2002, p.87). Como as leis não podem, por princípio constitucional, ser aplicadas de forma retroativa, novas vigências, como a distância para construções em margem de lagoa, por exemplo, ao mudarem suas limitações, passam a incidir sobre as construções anteriormente realizadas.

Dessa forma, legitimada por um discurso técnico-científico pautado nas premissas de que as áreas subnormais constituem um risco ambiental em função da alta densidade populacional, da falta de saneamento básico e também pela ocupação de terrenos íngremes, na beira de córregos ou em áreas de manguezais que poderiam causar desastres naturais e pôr em risco a coletividade social, “o discurso ambiental tem sido instrumentalizado por determinados agentes sociais para pressionar o poder público a retomar a política de remoção de favelas” (Compans, 2007, p.84).

As áreas ambientalmente frágeis - beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues áreas alagáveis, fundos de vale - que, por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que "sobram" para a moradia de grande parte da população [...] eles são vistos como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente (Maricato, 2002, p.163).

Segundo o Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro de 1992, seriam excluídas do princípio de não-remoção, as favelas que ocupassem áreas de unidades de conservação ou de preservação ambiental; estradas, pontes, passarelas, vãos de viadutos; faixas marginais de proteção de lagoas, rios e córregos, bem como adutoras e redes elétricas de alta tensão e áreas onde não for possível a implementação de urbanização e saneamento básico, ou seja, áreas de risco. Nessas condições, o poder público teria o direito de remover as famílias sem prévio aviso e sem obrigatoriedade de indenizações. A Vila Autódromo se enquadraria dentro dessa normativa, mas um fato bastante relevante alterou o cenário inicial.

Em 1994, o governo do Estado, na gestão de Leonel Brizola, outorgou 85 termos de Concessão de Uso do terreno de sua propriedade para os moradores através da Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, pelo prazo de 30 anos, revogáveis.

Nesse caso, a comunidade se beneficiou diretamente de uma disputa política entre partidos opostos que ocupavam cargos no governo do Estado e na prefeitura da cidade, governos que tinham, há época, concepções divergentes sobre a estrutura e o modelo de cidade que gostariam de implementar no Rio de Janeiro. Por um lado, no governo do Estado, Leonel Brizola, que possuía uma ideia de democratização da

cidade e que, inclusive, implementou em seu primeiro mandato um plano de regularização fundiária de áreas subnormais na cidade. E do outro lado, no governo Municipal, César Maia, que em ambos mandatos, implementou os Planos Estratégicos e um modelo de cidade voltada para o mercado, para as privatizações e os grandes investimentos urbanos.

Dentro desse cenário, em 1997, cento e quatro famílias da Vila Autódromo receberam títulos de propriedade pelo Governo do Estado, que seria estendido para 99 anos de uso em 1998, pelo então governador Marcello Alencar. Esse mesmo governador outorgou mais 162 titulações para os moradores localizados na faixa marginal da lagoa, totalizando, portanto, 247 famílias com título de propriedade para uso com fins de moradia (Plano Popular, 2012, p.8-9).

Termo de Concessão de Uso, como Direito Real Resolúvel, dos imóveis situados na Av. Embaixador Abelardo Bueno, no Município do Rio de Janeiro, que entre si fazem 1) Estado do Rio de Janeiro e 2) Município do Rio de Janeiro PRIMEIRA - (objeto) - Constitui objeto desta CONCESSÃO DE USO, COMO DIREITO REAL RESOLÚVEL, os imóveis de propriedade do CONCEDENTE, situados na Av. Embaixador Abelardo Bueno, designados Lote 1 do PA 29.656 e Lote 2 do PA 29.656, registrados no 9º Ofício do Cartório do Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, respectivamente, sob as matrículas n.145.468, 47.121 e 145.469 (Processo Nº 0081973-19.1993.8.19.0001).

As famílias beneficiadas com a titulação começaram a fazer melhorias em suas residências, destacando-se várias casas com dois ou três andares, garagem, boas estruturas e acabamento, como é possível visualizar nas fotos mais abaixo, na figura 27, tiradas na Vila Autódromo para esta pesquisa. Segundo relatos da entrevista de Maria da Penha Macena, concedida no dia 24 de janeiro de 2015, mesmo os moradores que possuíam maior poder aquisitivo foram construindo suas casas aos poucos. Houve um processo em que as pessoas trabalhavam, juntavam dinheiro e investiam em melhorias nas suas residências, pois sentiam-se seguras por terem as concessões de uso. Nenhuma casa, frisou a entrevistada, foi feita de “um dia para o outro”, mas foram sim fruto de muita luta e dedicação de seus moradores: *“Eu não fiz minha casa de uma vez. Eu ia juntando, fazia um pedaço, juntava fazia outro pedaço. Ia melhorando”*. Como discute Carlos (2007b, p.22):

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida.

Dessa forma, um sentimento de pertencimento tomou conta da comunidade, que começou de fato a se estruturar como tal. Mesmo sem se beneficiarem dos serviços públicos que a prefeitura deveria ter realizado na área, como pavimentação das ruas e saneamento básico, os moradores construíram um grupo autocolaborativo, como discute Santos, B. (1988, p.235).

Por um lado, as favelas não têm direito à instalação de equipamentos coletivos por parte do estado, desde o abastecimento de água ao domicílio, até à rede elétrica, esgotos e pavimentação das ruas, o que cria mecanismos cumulativos de vitimização coletiva e impõe aos moradores um cotidiano particularmente duro [...]. Procuraram, sobretudo, maximizar o desenvolvimento interno da comunidade e garantir a segurança e a ordem nas relações sociais entre os habitantes com o objetivo de, fortalecendo as estruturas coletivas, fazer subir os custos políticos e sociais para o aparelho de estado de uma eventual destruição ou remoção forçadas.

Figura 25: Casas na Beira da Lagoa – começando o processo de demolição

Fonte: Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 24 de janeiro de 2015.

Em 2005, através de Lei Complementar nº 74, parte da área da Vila Autódromo foi decretada Área de Especial Interesse Social (AEIS). Ao mesmo tempo, foram

iniciadas tratativas entre o Instituto de Terras do Rio de Janeiro (ITERJ), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública visando regularizar as moradias antigas situadas na faixa marginal da lagoa.

Lei complementar n.º 74, de 14 de janeiro de 2005. Modifica a legislação de trecho da subzona A-16-A do Capítulo III do Decreto n.º 3.046 de 27 de abril de 1981.

Art. 1º Ficam permitidos na área atualmente ocupada pelo Autódromo do Rio de Janeiro, delimitada pela Avenida Salvador Allende, a Avenida Embaixador Abelardo Bueno, o lado norte da via de acesso ao portão sete do autódromo e seu prolongamento, a orla da Lagoa de Jacarepaguá, e a margem esquerda do Rio Caçambê, excluída a faixa marginal de proteção da lagoa, os seguintes usos:

I - residencial multifamiliar;

II - de comercial e serviços;

III - hoteleiro;

IV - equipamentos esportivos; e

V - os destinados a atividade de lazer e diversões de natureza turística (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.3).

No entanto, no período de preparação dos Jogos Pan-americanos, em 2007, a Comunidade teve que resistir novamente a ações da Prefeitura do Rio de Janeiro, que alegava que a remoção das famílias era necessária, pois estavam habitando uma “área de risco”.

Com ajuda principalmente de políticos simpáticos à causa da permanência da Vila, como Dr. Eliomar Coelho¹⁰², atual deputado estadual pelo Rio de Janeiro, por exemplo, e de representantes da cúria paroquial da Igreja Católica e de outros movimentos sociais de luta pela moradia, como o MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia - os moradores da Vila Autódromo conseguiram se articular de forma a evitar o processo de remoção. Pelo lado institucional, contavam com o apoio jurídico da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

O processo de 1993 continuava em andamento, sem um parecer definitivo. Quando em 2009 houve o anúncio de que o Rio de Janeiro seria a nova sede das Olimpíadas de Verão de 2016, a pressão sobre as remoções ganhou um novo peso, muito mais integrado. Os três entes públicos – Federal, Estadual e Municipal – estavam alinhados em prol de um objetivo em comum: a realização do megaevento esportivo. A princípio, não haveria mais lutas entre as esferas políticas que pudessem intervir a favor da permanência da comunidade.

¹⁰² Entrevista concedida à pesquisa em 06 de agosto de 2015. O nome real do entrevistado não foi alterado.

6.2. Contradições e conflitos nos processos de resistência dos moradores vs. tentativas de remoção pelo poder público

Uma das ações mais emblemáticas praticadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro nessa época foi o pedido protocolado pelo próprio prefeito Eduardo Paes ao então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, para a revogação dos termos de concessão de uso dos imóveis da Vila Autódromo, feito no dia 29 de julho de 2011 (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.145). A intenção da prefeitura com essa ação era justamente de o município tomar posse dos imóveis situados dentro da área caracterizada como de Especial Interesse Social, através da justificativa de que:

[...] os referidos imóveis compõem a área denominada "Cidade dos Esportes", que inclui os equipamentos Autódromo, Arena Olímpica, Parque Aquático e Velódromo, já tendo sido alvos de lide patrimonial entre o Estado e o Município do Rio de Janeiro em relação à partilha dos bens antes pertencentes ao Estado da Guanabara (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.145).

Caracterizava-se, portanto, as reais intenções da prefeitura quanto aos moradores de Vila Autódromo. Como o Estado do Rio de Janeiro negou a solicitação feita pelo prefeito Eduardo Paes, o processo de resistência dos moradores continuou de forma bastante unificada.

Segundo relatório do Parecer Técnico (2013), três meses depois da negativa do governo do Estado, o secretário da habitação do município, Jorge Bittar, solicitou uma reunião com os moradores para explicar a necessidade das remoções face à compromissos assumidos pela cidade junto ao COI para a realização dos Jogos Olímpicos. Conforme esse relatório, o secretário informou aos moradores que eles seriam reassentados em um conjunto habitacional próximo, que seria construído exclusivamente para a Vila Autódromo.

Diante desse cenário, a AMPAVA organizou, com apoio dos movimentos sociais e de duas universidades públicas do Rio de Janeiro, o Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural da Vila Autódromo (Plano Popular, 2012). Através do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Vainer e também do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) da Universidade Federal Fluminense

(UFF), coordenado pela Profa. Dra. Regina Bienenstein, os moradores ajudaram a construir o Plano, cujas propostas principais eram a urbanização da área e o reassentamento dos moradores da faixa marginal da lagoa. Os voluntários que produziram o plano fizeram previamente um levantamento de todos os moradores e suas situações de habitação: quantas famílias residiam por terreno, quantos eram proprietários ou locatários, quantos tinham comércio interligado às residências e, sobretudo, quantos possuíam a titulação de propriedade (Plano Popular, 2012).

Por meio de questionário exploratório aplicado para a realização de diagnóstico do Plano Popular da Vila Autódromo, verificou-se que 88% das crianças e jovens estudam nas imediações, enquanto 65% dos trabalhadores têm sua ocupação nos bairros próximos (15% não foram definidos e 20% em locais mais distantes). A maior parte dos moradores considera a casa própria, e 10,5% pagam aluguel. O acesso a serviços públicos é limitado, uma vez que os governos estadual e municipal têm restringido seus investimentos na área, inclusive como forma de pressionar a população para induzi-la a aceitar a remoção. Não há creche próxima e o programa saúde da família de posto de saúde próximo não atende a comunidade (Vainer, Bienenstein, Tanaka, Oliveira & Lobino, 2013, p.5).

O intuito primordial era consolidar a comunidade no seu próprio terreno, realizando obras de melhorias urbanas, principalmente de pavimentação e saneamento básico – serviços que o poder público nunca implementou. Todos os terrenos possuíam fossas, muitas vezes feitas pelos próprios moradores, para coletar o esgoto. Mesmo pagando o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), as famílias não tinham serviço de água encanada realizado pela prefeitura. O Plano também abordava aspectos como o acesso a serviços públicos e uso dos espaços comunitários e coletivos, numa divisão de quatro programas: Habitacional; Saneamento, Infraestrutura e Meio Ambiente; Serviços Públicos; Desenvolvimento Cultural e Comunitário.

Da mesma forma, o Plano identificou que o convívio dentro da comunidade era muito pacífico, e existia uma relação afetiva entre vizinhos e entre todos os moradores de uma forma geral, o que favoreceu a elaboração do Plano Popular. Outro ponto que distinguia a Vila Autódromo de outras comunidades da cidade do Rio de Janeiro foi a ausência de quadrilhas de traficantes ou das milícias¹⁰³.

¹⁰³ Milícias são grupos, normalmente de policiais militares que já se aposentaram, saíram do serviço ou que ainda exercem a profissão, que cobram valores dos moradores de determinadas localidades em troca de suposta segurança. Estão presentes em praticamente todas as favelas do Rio de Janeiro e são muitas vezes, mais temidos do que grupos de traficantes de drogas.

No geral, os problemas levantados pelos voluntários para a execução do Plano Popular, diziam respeito muito mais a parte urbana e da ocupação do espaço em si do que a problemas sociais entre os moradores (Plano Popular, 2012).

O Plano primeiro identificou que seria necessária a construção de 82 novas unidades habitacionais dentro do perímetro da própria Vila Autódromo para o reassentamento das famílias que residiam na faixa marginal da lagoa e que teriam que eventualmente sair em função da lei de proteção ambiental (Processo Nº 0081973-19.1993.8.19.0001). Também foi identificada a necessidade de obras de drenagem em parte do terreno que alagava na época das chuvas. O custo estimado do projeto era de R\$ 13.526.000,00, que incluía a recuperação da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, a urbanização de toda comunidade, a construção das 82 novas habitações e da recuperação das áreas de lazer e uso comunitário, como o campo de futebol, o parquinho infantil, a sede da AMPAVA e a construção de uma creche (Plano Popular, 2012).

Desejamos ser vistos como uma comunidade que não é descartável, que tem uma história, a história da laboriosa construção da nossa memória. E que cada passo que nos afasta da nossa casa, da nossa comunidade, vemos como mais uma catástrofe que empilha destroços sobre destroços, nos faz sentir como hebreus escravos no Egito, enquanto grupos imobiliários ou políticos privilegiados podem desfrutar de segurança existencial, luxo negado ao resto. Cada passo que nos afasta da nossa Comunidade será visto por nós como uma iniquidade. Desapareceram o carteiro que nos conhece, a escola que nossos filhos estudam, a igreja que frequentamos (Brito, 2006).

Concomitante ao Plano Popular, foi feito um estudo com as crianças da Vila Autódromo pelo Laboratório de Cartografia com o objeto de identificar os diversos espaços da comunidade enquanto um local de convívio e interações sociais, sob a ótica do olhar lúdico das crianças moradoras. Este trabalho teve como principal objetivo demonstrar o pensamento da comunidade como um espaço destinado a construção de casas, que não poderia ser facilmente substituído no cotidiano das pessoas. Nesse sentido, o espaço habitado torna-se um espaço vivido, com a construção de laços de afetividade entre as pessoas e o lugar:

[...] a sombra da árvore em frente ao Bar do Cleber, os mutirões de limpeza do canal, a convivência com os vizinhos, as brincadeiras na rua, os bichos, a lagoa... A interação dos moradores com esses lugares e entre si atribuem a esse espaço físico uma riqueza imaterial - cultural, histórica e social - que essa cartografia busca, dentro das suas limitações, retratar¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Fronteiras imaginárias. Disponível em: <http://fronteirasimaginarias.org/node/555>.

Paralelo ao processo de produção do Plano Popular, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro havia entrado com uma ação cautelar nesse mesmo ano de 2012, que solicitava esclarecimentos quanto ao destino oficial dos moradores da Vila Autódromo por parte da prefeitura da cidade e impedia o prosseguimento da licitação de concorrência pública para a escolha de empresa que iria construir o Parque Olímpico (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.71).

Como resposta, a prefeitura encaminhou documento onde é possível verificar, através do discurso empregado, a maneira como o poder público enxerga os moradores dessa área, em trechos que foram escolhidos para esta pesquisa, baseado no documento integral apresentado.

A denominada Vila Autódromo **nasceu de uma invasão**, não se sabendo a data precisa de seu início, sendo certo que na planta cadastral de 1975 ainda não havia nenhuma casa no local. O início da invasão somente é detectado na planta cadastral de 1990 [...]

Em clara afronta ao estado de direito, o governo estadual, no curso da ação civil pública, outorgou títulos de concessão de direito real de uso a vários dos invasores [...]

A área hoje ocupada pela comunidade denominada Vila Autódromo não está incluída no escopo da licitação do PARQUE OLIMPICO, embora tal área seja necessária ao projeto viário e urbanístico da região [...]

Todavia, a possibilidade de realizar uma competição internacional do porte dos Jogos Olímpicos **é uma grande oportunidade que se abre para captação de recursos e viabilização de vários projetos [...]**

Inegável a existência de um grande interesse público na execução dos Jogos Olímpicos de 2016, sendo consenso que tal interesse transcende os interesses da Cidade e do Estado para ser um interesse nacional [...]

O reassentamento, porém, precisa ser efetivado para viabilizar a realização das obras previstas no caderno de encargos encaminhados pela Cidade ao Comitê Olímpico Internacional, tratando-se de área com protagonismo no futuro evento olímpico e essencial à mobilidade urbana da região, pois dois projetos de mobilidade urbana (Transcarioca e Transolímpica) têm seus traçados projetados passando em parte da ocupação. **O reassentamento é também necessário ao projeto de recuperação ambiental da área [...]** (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.71-78, grifos nossos).

Claramente, o argumento utilizado pela prefeitura para justificar as remoções dos moradores estava pautado na realização dos Jogos Olímpicos, mesmo afirmando que o reassentamento não seria necessário em função da construção do Parque Olímpico, mas sim em prol de obras de mobilidade urbana na região. Deixa-se claro também a centralidade que o megaevento assume enquanto um propulsor de investimentos em projetos que eram anteriores aos Jogos (Planos Estratégicos, 2004; 2009; 2013; 2016).

É possível afirmar que o poder público utilizou, ao longo dos anos, discursos diversos para a remoção das famílias da Vila Autódromo: dano ambiental e estético; área de risco; construção de BRT; área para ampliação de avenidas adjacentes; construção do Centro de Mídia; perímetro de segurança do Parque Olímpico; Faixa Marginal de Proteção; construção de estacionamento para o Parque Olímpico. Nenhuma dessas alegações, no entanto, teve fundamento jurídico quando questionado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Processo No 0081973-19.1993.8.19.0001; Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001).

Praticamente todos os argumentos acima expostos estão relacionados à realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e são justificados como resposta do município às exigências do COI, alegando o compromisso assumido pelo governo brasileiro com a entidade. Contudo, como discutido anteriormente, a temporalidade das propostas de remoção da Vila Autódromo é anterior ao megaevento esportivo, como discute o próprio presidente da AMPAVA, Altair Guimarães:

Algumas pessoas afirmam que tem muito a ver com os Jogos Olímpicos. Eu não acredito, pois nessa comunidade ela acontece há mais de 20 anos, e os Jogos Olímpicos surgiram agora. Então é claro, os Jogos Olímpicos serviram para reforçar tudo que tem a ver com os Jogos Olímpicos; tudo isso, mas a tentativa de fazer remoção não se dá por conta disso, se dá por conta dos empreendimentos que vem crescendo ao longo dos anos em torno da comunidade, né? 75% da área do Autódromo tá destinado a prédio e apartamento para classe média. É por isso que eles tentam remover isso daqui. Nada a ver com jogos olímpicos. Os Jogos Olímpicos é só um pretexto pra reforçar a ideia de tirar, né? (Entrevista de Altair Guimarães, 2014)¹⁰⁵.

Para uma das líderes¹⁰⁶ do MNLM do Rio, a Vila Autódromo representa um símbolo de resistência para todos os outros movimentos sociais. A remoção dessa comunidade significaria para estes, uma derrota na luta por moradia adequada: “a gente perdendo a Vila Autódromo, perde toda nossa proposta de cidade, de reafirmação da posse, de reafirmação de instrumentos, do reconhecimento de que a posse não tem mais valor nenhum”.

O Plano Popular da Vila Autódromo foi apresentado ao prefeito Eduardo Paes no dia 16 de agosto de 2012 (Youtube, 2013a). Nessa ocasião, o prefeito informou que o documento seria submetido a uma avaliação técnica pelo município e que os

¹⁰⁵ Entrevista concedida à pesquisa no dia 20 de dezembro de 2014. Nome verdadeiro do entrevistado foi mantido.

¹⁰⁶ Entrevista concedida à pesquisa em 22 de janeiro de 2015. Nome verdadeiro da entrevistada não será divulgado na pesquisa.

moradores seriam notificados sobre as conclusões, estipulando um prazo de 45 dias para a resposta. Segundo entrevista concedida pela Profa. Dra. Regina Bienenstein¹⁰⁷ para esta pesquisa, muito tempo depois do prazo proposto, o prefeito chamou as lideranças dos principais movimentos sociais de luta pela moradia na cidade para uma reunião. Alegou que o então secretário da habitação, Jorge Bittar, com quem ele havia deixado as negociações, teria errado, e que ele, prefeito, não queria tirar os moradores da Vila Autódromo, que quem quisesse permanecer, ficaria. E que a prefeitura precisava somente regularizar a área de forma a atender o projeto do Parque Olímpico (Youtube, 2013b).

Dessa forma, conforme a entrevistada, o prefeito formou uma comissão composta pelos secretários do meio ambiente, de urbanismo, e de obras, além de representantes da concessionária Rio Mais e técnicos da prefeitura, mais integrantes das duas universidades responsáveis pelo Plano Popular, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal do Rio de Janeiro e os moradores. Com as plantas que foram apresentadas, os profissionais da UFF e da UFRJ chegaram à conclusão que, no projeto, constava a ampliação das duas avenidas que ladeiam a Vila Autódromo – Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno – de forma a subir o alinhamento dessas vias, o que consequentemente deixava as casas remanescentes da comunidade em um grande valão, sem plano de drenagem.

Ainda de acordo com o relato, as universidades propuseram então um novo plano, alternativo ao apresentado pela prefeitura e também ao Plano Popular da Vila Autódromo, que previa um aumento na altura também das casas, com drenagem para a Lagoa de Jacarepaguá. Essa segunda versão do Plano Popular foi entregue à prefeitura, que, a partir desse momento, cessou as negociações.

Desde então, a prefeitura começou a negociar com os moradores de forma individual e diretamente. Foram burlados horários de reuniões e encontros, de maneira que nem os defensores públicos nem os representantes das universidades pudessem estar junto aos moradores para participar das negociações.

A maior vitória dos moradores, no entanto, aconteceu no final de 2013, quando o projeto do Plano Popular de urbanização ganhou um prêmio por sua elaboração: *Urban Age Award*, da Associação Alfred Herrhausen, do Deutsche Bank, em parceria com a *London School of Economics* (Youtube, 2013c; Justiça Global, 2013). O valor

¹⁰⁷ Entrevista concedida à pesquisa no dia 18 de dezembro de 2014. Nome real da entrevistada foi mantido.

do prêmio seria utilizado na construção de uma creche e na reforma da sede da Associação de Moradores. Esse fato trouxe um pouco mais de esperança aos moradores que queriam permanecer, mas as investidas dos agentes da prefeitura continuaram e foram aumentando gradativamente.

No cenário municipal, o Plano do Legado Urbano e Ambiental Olimpíadas Rio 2016 não havia sido efetivamente utilizado pela prefeitura (Plano Legado, 2008); o Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico já havia sido anunciado com o projeto do legado onde previa-se a permanência da Vila Autódromo e, em contrapartida, a assinatura do contrato de licitação entre a concessionária Rio Mais e a prefeitura já estava firmado para a construção do Parque Olímpico.

Dentro desse contrato constava uma cláusula que deixava, sob responsabilidade da empresa, a desapropriação da Vila Autódromo e o reassentamento de seus moradores no que é denominado no contrato de “futura Vila Autódromo”, e que seria conhecido como Parque Carioca, cuja construção também caberia à concessionária, através de financiamento pelo Programa MCMV:

Contrato: proc° 01/001685/11 de 24/04/2011

Contratação em Regime de Parceria Público Privada, Modalidade Concessão Administrativa, dos Serviços de Implementação, Operação e Manutenção do Parque Olímpico para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro.

(iii) Desocupação da totalidade da área atualmente ocupada pela comunidade denominada 'Vila Autódromo', mediante regularização da situação imobiliária perante o 9º Registro Geral de Imóveis (incluindo todas e quaisquer parcelas que tenham sido acrescidas ao Imóvel em decorrência de aterros, aluviões etc.);

(iv) Desocupação de todas as parcelas do Imóvel que se encontram ocupadas por terceiros em conformidade com termos de concessão de uso anteriormente celebrados com o Estado do Rio de Janeiro (i.e., o Clube Esportivo de Ultraleve - CEU e todos os demais beneficiários), sendo responsável pelas respectivas indenizações, conforme o caso;

4.1. Constitui obrigação da Concessionária a realização de construções, obras, intervenções, reurbanizações, benfeitorias e demais serviços de engenharia, previstos no Plano Geral de Urbanização da Área do Parque Olímpico, no Projeto Conceitual do Parque Olímpico, **a construção da infraestrutura da futura Vila Autódromo** e da Vila Olímpica e Paraolímpica bem como a demolição e remoção do Centro Esportivo de Ultraleve, como atividades associadas e relacionadas à prestação dos Serviços, exigíveis na forma desta Cláusula (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.17, grifo nosso).

Já estavam claros os traçados dos equipamentos olímpicos: sabia-se onde seria construída a futura Vila dos Atletas, onde seria construído o conjunto de edifícios do Programa MCMV Parque Carioca, bem como a estruturação do Parque dos Atletas

e das obras de mobilidade urbana que cruzariam a região e que demandavam alargamentos de vias e avenidas, como a Transolímpica e a Transcarioca. Um cenário de ordenação espacial já estava se concretizando na região, o que colocava ainda mais em dúvida a permanência dos moradores que, naquele momento, queriam continuar a viver na Vila Autódromo.

Figura 26: Vila Autódromo e região próxima: Parque Carioca, Vila Autódromo, Vila dos Atletas / Ilha Pura, Condomínio R2

Fonte: Google maps (2015), imagens de divulgação¹⁰⁸, com produção nossa.

¹⁰⁸ Parque Carioca: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4415695>; Vila Autódromo: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html; Ilha Pura: <http://www.ilha-pura.com/>; Rio 2: <http://www.lancamentosdorio.com.br/imoveis/detalhes/condominio-rio2-verano>, todos acessados em 29/04/2015.

A Figura 26 acima foi elaborada visando demonstrar espacialmente onde os equipamentos olímpicos, como a Vila dos Atletas / Ilha Pura, o Parque dos Atletas e o próprio Parque Olímpico se situam em relação à localização da Vila Autódromo, do conjunto habitacional Parque Carioca, os condomínios de luxo vizinhos à Vila e também as obras de alargamento de avenidas para a construção dos futuros BRTs Transolímpica, Transcarioca e Transoeste.

Pode-se verificar, através dessa figura, justamente a proximidade espacial entre os equipamentos olímpicos, as obras de mobilidade e a Vila Autódromo. Da mesma forma como é possível averiguar a proximidade desta última com o futuro condomínio de luxo Ilha Pura e com vizinhos seus já consolidados, como o condomínio Rio 2, situado exatamente em frente à Vila, na Avenida Abelardo Bueno.

A prefeitura começou então a realizar o cadastramento dos moradores da Vila Autódromo, através da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e divulgou oficialmente, pela primeira vez, o reassentamento dos moradores para o empreendimento “Parque Carioca”, composto por prédios com apartamentos, construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, e que seria construído em terreno situado na Estrada dos Bandeirantes nº 7276, bairro de Jacarepaguá, distante aproximadamente 1,5km da localidade (Youtube, 2011).

De acordo com denúncia em documento de Ação Cautelar enviado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro sobre a aquisição do terreno para construção do Parque Carioca para a Vara de Fazenda Pública em 13 de janeiro de 2012, o valor pago pela prefeitura para compra do terreno para construção do Parque Carioca foi de R\$ 19,9 milhões. O documento ainda alerta que o terreno era de propriedade de duas empresas que foram doadoras de campanha para eleição do prefeito Eduardo Paes: Tibouchina Empreendimentos (Rossi Residencial) e PDG Realty. “A Rossi contribuiu com R\$ 200 mil [...] A PDG fez pelo menos nove doações ao prefeito, no valor de R\$ 45 mil, por meio de empresas contratadas por ela” (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.11-61).

Entretanto, não foi apresentada pela prefeitura nenhuma avaliação técnica que atestasse as condições propícias do terreno para construção de condomínio residencial. Muito pelo contrário: as notícias divulgadas pela mídia foram de que o terreno não seria adequado para habitação, principalmente por apresentar possível contaminação do solo, como afirma o Parecer Técnico:

[...] conforme a Licença de Operação FE008242, emitida pela FEEMA e publicada no D.O. Estadual em 28/04/2005, o terreno em referência abrigou atividade de mineração (extração de saibro e areia) até, pelo menos, 18/10/2007, quando a referida LO [Licença de Operação] foi cancelada por despacho do Presidente do órgão ambiental estadual. Logo, a primeira questão não abordada pela perita é o fato de ter sido executado no terreno a mineração e extração de saibro (...), situação que por si só tem o condão de desvalorizar a área, tendo em vista o custo necessário para execução estudo geológico sobre a mesma, além dos impactos que tal situação pode trazer para os moradores que vierem a habitar em tal área. Com efeito, claramente a atividade de mineração é algo que tem impacto no valor do imóvel, sendo certo que tal informação foi sequer mencionada no laudo que apontou o valor da área. Este caso é explicitamente abraçado pela Lei Complementar 90 de 20/05/2008, do município do Rio de Janeiro, que determina claramente: a aprovação e licenciamento de qualquer projeto de parcelamento de solo, edificação, instalação de equipamento ou mudança de uso em imóveis que tenham abrigado atividades poluidoras deverá seguir os procedimentos de descomissionamento (Parecer técnico, 2013, p.15).

Corroborando essa afirmação, duas reportagens publicadas pelo Portal UOL de título “Prefeitura do Rio de Janeiro vai levar desabrigados da Rio-2016 para área de risco” e “Parque Carioca” (Portal UOL, 2013a e 2013b), informam que o local onde foi construído o Parque Carioca é uma área de risco, como apontado por estudo realizado pelo Instituto de Geotécnica do Município (Geo-Rio), custeado pela própria prefeitura depois das fortes chuvas que causaram acidentes na cidade em 2010.

O condomínio Parque Carioca foi oferecido pela prefeitura para o reassentamento das famílias da Vila Autódromo e de outras comunidades da região, como o Arroio Pavuna e Vila União de Curicica, que também sofrem ameaças de remoção por causa dos Jogos Olímpicos. Entretanto, a prefeitura nunca admitiu que as famílias estavam sendo removidas, mas sim que, por buscarem uma vida melhor e melhores condições de habitação, escolheram se mudar, de livre e espontânea vontade, para o Parque Carioca.

No entanto, a própria utilização do Programa MCMV, que originalmente foi formulado para proporcionar o direito à moradia às classes econômicas brasileiras menos favorecidas, pela Prefeitura do Rio de Janeiro para reassentar famílias removidas, demonstra uma clara inversão de propósitos e uma aliança muito forte entre os entes governamentais, trabalhando em conjunto para atingir o principal objetivo contemporâneo, que é a realização dos Jogos Olímpicos.

Adicionalmente, a proposta de reassentamento da comunidade para um condomínio de edifícios não poderia abarcar a possibilidade de várias dessas famílias manterem seus comércios no mesmo terreno da sua moradia, como era feito na Vila Autódromo, por questões legais e normativas do Programa MCMV. Da mesma forma,

templos religiosos que ficavam antes no espaço das residências – como o centro religioso de candomblé e o templo evangélico – não poderiam mais ocupar o mesmo espaço da habitação.

Mesmo sabendo dessas limitações, o prefeito Eduardo Paes convocou mais uma reunião com os moradores para esclarecer dúvidas, principalmente sobre a nova moradia no Parque Carioca. Segundo relato da Profa. Dra. Regina Bienenstein¹⁰⁹, somente uma pessoa da equipe de assessoria teve permissão para entrar junto com os moradores para a reunião, mas sem direito à palavra, sendo ela própria a escolhida. O prefeito teria oferecido aos moradores diversas garantias que seriam impossíveis de serem implementadas, como a possibilidade de manter comércios como os que os moradores tinham na Vila Autódromo no novo condomínio, locação de quartos para complementação de renda familiar, dentre outros.

Aqui se destaca um dos principais elementos conflitantes com os procedimentos normativos e jurídicos no campo da política urbana, notadamente da política nacional de habitação, do direito à moradia e das normativas legais do programa Minha Casa Minha Vida: a ausência de participação e controle social da população da Vila Autódromo sobre as diferentes propostas do poder público municipal, existentes ao longo do tempo, sobre os destinos das famílias, trabalham, cuidam e educam seus filhos, organizam suas relações de sociabilidade, mantêm seus estabelecimentos comerciais e desempenham os afazeres da vida cotidiana, entre eles, as práticas religiosas materializadas em diferentes edificações (Parecer, 2013, p. 27).

Conforme entrevista concedida pelo padre Fábio Guimarães¹¹⁰, uma das formas de abordagem dos funcionários da prefeitura era feita com as crianças: os agentes da prefeitura mostraram para as crianças as fotos do condomínio Parque Carioca, especialmente da piscina, em uma reportagem que foi publicada no jornal O Globo¹¹¹. Essa matéria retratava a piscina fotografada de uma forma que passa a impressão ao leitor de um tamanho maior do que a realidade. “*Eles mostravam as fotografias para as crianças e diziam: olha só, você não tá nadando nessa piscina porque seu pai e sua mãe não querem mudar*” (Entrevista padre Fábio Guimarães, 23 de janeiro de 2015).

¹⁰⁹ Entrevista concedida à pesquisa no dia 18 de dezembro de 2014. O nome real da entrevistada não foi alterado.

¹¹⁰ Entrevista concedida à pesquisa no dia 23 de janeiro de 2015. Nome verdadeiro do entrevistado foi mantido.

¹¹¹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ex-moradores-da-vila-autodromo-festejam-vida-no-parque-carioca-12311245>. Publicado em 27 de abril de 2014.

Outra forma de coação utilizada pelo poder público contra os moradores foi a entrega das chaves da nova residência: para pegarem as mesmas, os moradores deveriam assinar um documento onde abriam mão de todos os seus direitos sobre a casa que possuíam na Vila Autódromo, sobre o terreno que ocupavam para moradia e sobre qualquer tipo de concessão de uso do espaço pela prefeitura. Assinavam, inclusive, autorização para demolição imediata de sua casa pelos agentes municipais, tão logo estivessem de posse das chaves do apartamento (Processo No 0081973-19.1993.8.19.0001 e Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001).

Algumas notícias, inclusive o próprio blog da Comunidade Vila Autódromo¹¹², discutiam que essa era uma forma de pressão praticada pelo poder público, pois alegaram para essas famílias que estas só poderiam ter a chave do novo imóvel mediante a desocupação permanente e demolição das suas antigas residências. Com isso, as famílias que ficavam na Vila tinham que conviver com o entulho e lixo gerado pelas demolições, uma estratégia já empregada em outras comunidades para gerar desconforto entre os moradores.

A demolição de imóveis é muito ruim para os moradores que desejam permanecer na Vila Autódromo. Os escombros passam a ser um abrigo de baratas, ratos e outros tipos de bichos, além de darem à comunidade um aspecto de cidade pós-guerra. A demolição das casas sem planejamento compromete as estruturas dos imóveis vizinhos, deixa à mostra fios, cabos e outros objetos cortantes e perigosos que podem pôr em risco a integridade física dos moradores, especialmente das crianças e, por muitas vezes, afetam canos de água e eletricidade, além de favorecer a ação de criminosos no local.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, órgão institucional que representa as famílias da Vila Autódromo nos dois processos jurídicos em curso contra a Prefeitura do Rio de Janeiro, tentou, por meio do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), barrar as demolições alegando danos à propriedade coletiva.

No entanto, a desarticulação interna do próprio órgão que deveria defender os interesses dos moradores foi o ponto principal para o crescente sentimento de dúvida e incerteza que assolou os moradores nos meses que se seguiram.

¹¹² <http://comunidadevilaaudodromo.blogspot.com.br/>

Para entender esse complexo jogo político-institucional, será preciso voltar um pouco na narrativa, na época do primeiro mandato de César Maia (1993-1996), quando Luiz Paulo Conde era secretário de habitação¹¹³. *“Ele é que concebe e articula na cidade do Rio de Janeiro o modelo neoliberal”* (Entrevista Dr. Eliomar Coelho, 06 de agosto de 2015). O deputado relata ainda que, quando Conde vira prefeito em 1997 (1997-2000), ele altera parâmetros construtivos para favorecer processos de revitalização urbana, com ajuda de técnicos da prefeitura de Paris trazidos para trabalhar na cidade junto a um grupo que se constituiu dentro do Ministério das Cidades. Essa parceria resultou em mais uma brochura de ordenação urbana, mas agora já voltada para a implementação de um novo projeto de cidade, principalmente com a proposta já vigente de revitalização da área portuária e do centro da cidade.

Ao mesmo tempo, o prefeito em exercício, segundo o entrevistado, encaminhou à Câmara dos Vereadores uma mensagem do Executivo acabando com processos de participação pública, presentes na Lei Orgânica e no Plano Diretor do município, de 1992: *“voltado para a questão urbana, o melhor instrumento foi o Plano Diretor. Então precisa desmontar aquilo ali, porque tudo tinha muita garantia de participação dos moradores. No Plano Diretor, o que tinha exigência de democratização no processo de gestão da cidade foi retirado”*.

Nos anos que se seguiram ao governo de Conde, César Maia foi eleito por mais duas vezes como prefeito da cidade (2001-2004 e 2005-2008)¹¹⁴ e, em 2009, Eduardo Paes é eleito para exercer o seu primeiro mandato. Nesse primeiro ano de 2009, Sérgio Cabral, então governador do Estado do Rio de Janeiro, havia, de acordo com o relato, começado um processo de “murar” as favelas da cidade, principalmente as que margeavam vias de circulação importantes na cidade, como os complexos da Maré e do Alemão. *“Era uma forma muito clara de marginalização e segregação”* (Entrevista Dr. Eliomar Coelho, 06 de agosto de 2015). Em função da grande veiculação na mídia da época sobre o assunto, Eduardo Paes declara então que era necessário quebrar o tabu que havia sido construído na cidade em relação a não poder tocar nas favelas do Rio de Janeiro¹¹⁵.

¹¹³ Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/governantes/gov_rio_de_janeiro_7.pdf. Acesso em maio de 2016.

¹¹⁴ Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/governantes/gov_rio_de_janeiro_7.pdf. Acesso em maio de 2016.

¹¹⁵ Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/paes-diz-que-remocao-de-favelas-nao-pode-ser-tabu-265452.html>. Publicado em 11 de abril de 2009. Acesso em maio de 2016.

[...] mas Eduardo Paes entra na jogada para valer, se apoiando na conjuntura política favorável, na blindagem institucional e na blindagem política. Sempre montado num tripé: numa perna, os interesses econômicos poderosíssimos – grifes do esporte, empreiteiras. A outra parte do tripé, o institucional: governos federal, estadual e municipal. A outra perna, mídia. Entra dentro a sua casa todo dia e toda hora e depois de passar por tudo isso você vai viver no paraíso. Isso é o que dá sustentação para esse novo cenário. Isso vem lá de trás, Barcelona, Porto Madero, enfim, é uma conjuntura mundial (Entrevista Dr. Eliomar Coelho, 06 de agosto de 2015).

De acordo com o entrevistado, o prefeito em exercício convida todos os vereadores para um almoço, já no segundo ano do seu mandato, onde faz a apresentação do projeto do Porto Maravilha e avisa que o Executivo iria receber várias mensagens para viabilizar as alterações urbanísticas que tomariam curso na cidade nos próximos anos.

Na mesma época, no começo do ano de 2010, em função de fortes chuvas que assolaram todo o Estado do Rio de Janeiro, acontecem deslizamentos, especialmente de morros, e muitas famílias ficam desabrigadas. O prefeito faz então declarações sobre a necessidade de remoção dos moradores de áreas consideradas de risco na cidade, para outros locais que seriam designados pelo próprio poder público “e dali em diante já estavam os projetos dos BRTs na agulha para serem aprovados, já tinha o Porto Maravilha aprovado e aí aparece o outro elemento que é o risco, área de risco” (Entrevista Jorge Ferreira, 06 de agosto de 2015)¹¹⁶.

O prefeito começa então a agendar várias reuniões, segundo relato de Jorge Ferreira – atual Assessor Parlamentar do gabinete do deputado Eliomar Coelho – com o Procurador Geral, com promotores do Ministério Público e com o presidente do Tribunal de Justiça – Luiz Zveiter (2009-2011) – que possuía grande influência entre os desembargadores. “O objetivo muito claro era que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro fosse flexível a determinados não cumprimentos de exigências que continham na legislação urbana do Rio de Janeiro” (Entrevista Dr. Eliomar Coelho, 06 de agosto de 2015). A prefeitura precisaria ser rígida quanto aos deslizamentos e tomar atitudes “drásticas”¹¹⁷ para reassentamento dessas famílias e para isso, precisava da colaboração dessas entidades, principalmente do poder judiciário, para agilizar os processos.

¹¹⁶ Entrevista concedida à pesquisa no dia 06 de agosto de 2015. Nome verdadeiro do entrevistado foi mantido.

¹¹⁷ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/eduardo-paes-anuncia-remocao-de-moradores-e-reacende-polemica/>. Publicado em 08 de abril de 2010. Acesso em março de 2014.

[...] legitimada pelo discurso técnico-científico – de que a favela constitui um risco para a coletividade, seja pela possibilidade de ocorrência de desastres naturais, seja pelas características próprias da ocupação – como a falta de saneamento e a elevada densidade populacional -, enquanto fatores de degradação do meio ambiente urbano (Compans, 2007, p.84).

Pelo relato da líder do MNLM Rio, houve, nesse período, a adequação aos “ritos” já conhecidos sobre processos de indenização e remoção na cidade. O judiciário atendia aos pedidos de forma mais rápida, imissões de posse¹¹⁸ eram entregues de um dia para o outro, ou seja, toda uma readequação institucional foi colocada em prática já visando os grandes projetos de recepção dos megaeventos esportivos que entrariam em curso nos próximos anos. Eduardo Paes, conforme a entrevista, colocou dentro da secretaria de habitação vários sujeitos que possuíam histórico ou ligação forte com movimentos de luta pela moradia na cidade. E que, portanto, teriam acesso às comunidades, a pessoas, amigos *“e com isso foi corroendo a mobilização. Ao mesmo tempo que o secretário mandava assistente social, mandava tudo para ir marcando as casas e remover”* (Entrevista da líder do MNLM Rio, 22 de janeiro de 2015).

O fator risco foi então utilizado, de acordo com o relato, como uma desculpa para práticas de remoção que poderiam ter sido evitadas através de programas de reurbanização de área subnormais. E a confluência dos poderes legislativo, executivo e judiciário foram essenciais para a realização desse projeto de cidade.

Na Defensoria Pública, entrou Nilson Bruno Filho em 2011¹¹⁹, cujo mandato durou até 2014.

Quando o Nilson entrou, já fez uma remoção institucional interna que foi muito conjugada pelas duas esferas de governo, estadual e municipal, porque o mesmo tempo que entrou o Nilson com a deliberação de segurar o NUTH o governo do Estado já substituiu o presidente do ITERJ, que era a âncora atrás da então presidente Célia Ravera, que era história na nossa luta pelo direito à terra e regularização fundiária. O governo do Estado exonera a Celia, conduz o Nilson Bruno à Defensoria, que desestabiliza o NUTH e todos os núcleos de atendimento coletivo. Foi um ataque assim, pra gente que tinha poucas trincheiras, foi muito ruim. Célia Ravera foi substituída pelo Leonardo Azeredo, uma pessoa da Procuradoria do Estado que não tinha nenhum laço com essa luta. Ele não se transformou em um inimigo depois que entrou, mas ele só nos conheceu, só conheceu essa luta depois que ele entrou. Foi colocado mesmo pra congelar essa loucura que estava tendo ali. Porque ia ter um despejo ou uma remoção, os primeiros que chegavam eram os técnicos do ITERJ, pra tentar que a remoção não fosse feita. Então tirou esse

¹¹⁸ Ato judicial pelo qual a posse de alguma coisa é entregue a determinada pessoa, com causa negocial ou legal, a quem essa posse faz jus e que dela se encontrava privado. Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/27920336/imissao-de-posse>.

¹¹⁹ Disponível em: <http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/noticia.php?id=326>. Publicado em 05 de janeiro de 2011. Acesso em agosto de 2015.

corpo técnico, desestruturou da base, da raiz (Entrevista líder MNLM Rio, 22 janeiro de 2015).

Segundo a narrativa dos defensores públicos, essa “traição” da defensoria foi um golpe brutal aos moradores da Vila Autódromo que queriam permanecer. Ao mesmo tempo que eles, como representantes dos moradores, faziam reuniões com a comunidade onde afirmavam o direito de permanência daqueles que o queriam e entravam com ações cautelares contra a destruição do que era considerado patrimônio daquele grupo social, o coordenador¹²⁰ do NUTH pedia a demolição das casas. Para os defensores, o judiciário, que poderia impedir as demolições, as aprovavam sem nem ao menos questionar se era uma atitude no mínimo humana a se fazer com as famílias que permaneciam.

E daí pra frente todas as táticas de resistência que Vila Autódromo tentou foram sendo destruídas. E a resistência que se tinha antes do Eduardo Paes caiu, não é nem mais a metade do que era, porque não temos no movimento nem os mesmos aliados que a gente tinha no passado. Então chegou um momento em que era reunião da Vila Autódromo com dois ou três representantes de movimento, dois ou três defensores públicos e a comunidade quebrada, dividida, desmobilizada. [...]

E enquanto a gente pensava em como salvar a Vila Autódromo, o projeto de cidade do Eduardo Paes foi avançando, foi Metro Mangureira, Campinho, até todo mundo cair. E ainda tivemos o azar de ter a chuva forte, com deslizamentos de comunidades que não tinham tido os benefícios do Favela Bairro, porque onde o Favela Bairro passou não teve problema, seguiu. Mas como o Favela Bairro não era um projeto de infraestrutura em toda a comunidade, sempre foi focado, parcial, então onde passou sanou e onde não passou continuou vulnerável. Então as comunidades que foram removidas pelo Eduardo Paes depois das chuvas não eram comunidades cujo risco era risco que não fosse sanado: com a infraestrutura ideal o risco sempre poderia ser sanado. Mas a chuva deu mais um mote aí para as remoções. E enquanto a gente estava ali ocupada com a Vila Autódromo, tentando ver como a gente fazia quando os amigos viraram inimigos, o inimigo foi avançando em todas as comunidades [...] (Entrevista líder MNLM Rio, 22 janeiro de 2015).

¹²⁰ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-04/justica-global-denuncia-onu-atuacao-do-defensor-publico-geral-do>. Publicado em 14 de abril de 2014. Acesso em agosto de 2015.

Figura 27: Vista da Vila Autódromo da laje da casa de Maria da Penha Macena – Parque Olímpico e ruínas da comunidade

Fonte: Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 24 de janeiro de 2015.

Ao mesmo tempo, como afirmam os defensores públicos, a empresa responsável pela realização das demolições na Vila Autódromo é a própria concessionária Rio Mais, a mesma que está construindo o Parque Olímpico e que, por contrato, teve que construir o Parque Carioca para reassentamento das famílias dessa mesma comunidade. No contrato de demolição, entretanto, constava que era o município quem deveria realizar as remoções, mas foi firmado um contrato de licença de demolição entre a Rio Mais e a Prefeitura do Rio de Janeiro – uma parceria público-privada até para a demolição (Processo No 0075959-18.2013.8.19.000, Anexo 1, p.3).

Dessa forma, através do relato dos entrevistados, em diversos momentos desta história, é possível refletir que todo um processo de remodelação foi posto em curso na cidade do Rio de Janeiro, não somente no visível – nas reconstruções urbanas – mas também na parte jurídica e instrucional que dão o suporte normativo e técnico necessário para a realização dessas obras.

As comunidades mais pobres, que se viram no meio dessa luta política, institucional e jurídica, já entravam perdendo nos processos de tentativas de luta pela permanência. E Vila Autódromo, de certa forma, representou o epicentro desse processo, tanto em função das leis a que essa comunidade tinha a seu favor, como em função do caráter ideológico que a luta de permanência dessa comunidade representava para todos os outros habitantes de favelas do Rio.

A demolições das casas da Vila Autódromo continuaram, mas não de forma pacífica: os conflitos somente se agravaram.

Sobre o caso da entrega das chaves do condomínio Parque Carioca aos moradores, uma ocasião merece bastante destaque por ter sido emblemática, principalmente para a desarticulação política e social na comunidade. Esse relato foi narrado em entrevistas concedidas para a pesquisa por diferentes sujeitos sociais: Profa. Regina em dezembro de 2014; Altair Guimarães, padre Fábio e Jane Nascimento em janeiro de 2015¹²¹.

O fato aconteceu durante segunda entrega de chaves pela prefeitura aos moradores. Um pouco antes, a Defensoria Pública havia entrado com uma liminar pedindo a proibição da demolição das casas como contrapartida para entrega dos imóveis no Parque Carioca. Essa medida visava resguardar os moradores que permanecessem na comunidade, para que os mesmos não tivessem que viver em meio aos destroços e entulho das casas demolidas. A liminar foi julgada procedente. Os agentes da prefeitura alegaram, porém, no momento em que os moradores foram retirar as chaves, que estavam impedidos pela justiça de entregar os novos apartamentos aos moradores. Que a AMPAVA havia entrado com processo que impedia aquelas famílias de saírem da Vila Autódromo. Essa inversão dos fatos ocasionou o que era bastante esperado: um grupo furioso de moradores se dirigiu para a sede da Associação, munidos de enxadas, martelos, paus e outros

¹²¹ Os nomes verdadeiros dos entrevistados foram mantidos.

instrumentos que poderiam ser usados de forma violenta e intimidadora, com intenção de linchar o presidente da AMPAVA, Altair Guimarães.

Outros moradores, nesse mesmo momento, estavam reunidos na Igreja da comunidade, que fica a duas quadras da sede da Associação, para conversar sobre os processos de demolição com a presença dos dirigentes da AMPAVA, dentre eles o próprio Altair Guimarães, o padre Fábio e outros membros da consultoria técnica. Todos eles presenciaram o grupo de moradores que se dirigiram para a igreja e começaram a gritar e a caluniar todos os integrantes da Associação, alegando já terem se desfeito de todos os pertences das suas casas na comunidade, inclusive vendendo janelas, portas e telhado e que não tinham onde ficar e que toda aquela situação havia sido provocada de forma a infringir os direitos deles, enquanto cidadãos, de negociarem suas próprias propriedades. O discurso se baseava no fato de que prevalecia o direito individual ao coletivo, a propriedade privada à comunidade.

Intervindo a favor do presidente da Associação e dos outros moradores que estavam reunidos na igreja, o padre Fábio se postou em frente à igreja e aos poucos, com muita paciência e ponderação, entendeu o problema e explicou aos moradores descontentes os fatos reais e como a prefeitura teria distorcido a verdade, que havia sido usada pela prefeitura contra eles.

Foi possível, depois, resolver essa situação e os moradores pegaram finalmente suas chaves para seus novos imóveis no condomínio Parque Carioca. No entanto, o estrago já havia sido feito. Os elos de fraternidade, amizade e confiança foram quebrados nesse dia, o que fica bastante perceptível no próprio discurso dos moradores, principalmente de Altair Guimarães: *“Ele está desanimado. E é fácil de entender: você tenta lutar, você tenta ajudar e mesmo assim eles querem vir te matar”* (Entrevista Maria da Penha, 24 de janeiro de 2015)¹²².

[...] você vai levando porque é aquilo que você escolheu pra fazer e eu escolhi isso, né? Mas isso mexe muito com a minha cabeça né? Mexe muito né? Eu deixei muita coisa pra trás pra me dedicar a essa comunidade e eu vi como resultado disso as pessoas é.. se deixarem levar pelo dinheiro. Porque não é por outra coisa. As pessoas tiveram bastante informação de que os direitos delas estavam garantidos enquanto moradia, né? Nós conseguimos articular com o pessoal ... das universidades, fez um projeto lindo pra cá, né? Com a Defensoria... e... eles não tiveram ou talvez outra comunidade não tivesse tanta atenção como essa teve desse pessoal né? Se aceitaram, aceitaram porque quis e eu vou ficar interferindo agora, hoje? Não, não interfiro. Aqueles

¹²² Entrevista concedida à pesquisa no dia 24 de janeiro de 2015. Nome verdadeiro da entrevistada foi mantido.

que querem ficar deveriam estar aqui ou devem estar aqui na reunião. Esses sim me interessam, restante, não interessa mais, entendeu? Vou ficar, já disse, ainda que eu não saia sem nada daqui, eu não me incomodo com isso, me incomoda que eu fiz a luta e durante os 10 anos que eu tive aqui não deixei me corromper e pra mim é isso que é importante. E vamos ver no que vai dar. Eu, eu digo mesmo com sinceridade, eu vou continuar lutando pelos que querem ficar. Pelos que querem sair eu não vou brigar pra não demolir, eu não vou brigar por nada sabe por quê? Porque no final eu vou ter um desgaste, um descaso, vou ter um infarto e os caras ainda vão sair rindo igual todo mundo sai ai, nem te dá um obrigado, nem dizer, ó, valeu enquanto foi, a gente lutou, né? (Entrevista Altair Guimarães, 20 de dezembro de 2014).

Outro fato que lançou incertezas na comunidade foi o contrato assinado pelos moradores para o imóvel no Parque Carioca, feito em nome do morador e não da prefeitura. Com isso, os moradores não têm qualquer prova jurídica de que esta irá de fato arcar com os custos dos apartamentos, como foi prometido durante a entrega das chaves. Por intimação da Defensoria Pública, a prefeitura encaminhou no dia 28 de maio de 2014 um documento onde confirma que as parcelas dos imóveis do Parque Carioca estão sendo quitadas junto à Caixa Econômica Federal. Anexou a esse documento um decreto de fevereiro de 2014 onde consta que:

Fica o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Habitação – SMH – autorizado a conceder auxílio financeiro a famílias de baixa renda através do pagamento das parcelas do financiamento do contrato de compra e venda de imóvel residencial junto à Caixa Econômica Federal, inserido no Programa Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1 (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001 - 01181 - Manifestação M R J).

Com as chaves em mãos, a garantia da prefeitura de que pagaria pelas parcelas do novo imóvel e com a saída da Vila Autódromo, os moradores que optaram por morar no Parque Carioca estariam muito felizes, como procurou mostrar a reportagem do Jornal O Globo em abril de 2014 (O Globo, 2014a). No entanto, alguns antigos moradores continuaram visitando os que permaneceram na Vila Autódromo e seus relatos eram de arrependimento.

Isso é história de vida, ninguém compra sua história. Isso é uma comunidade, a gente tem um elo, uma história. Essa capela, a construção dela, teve a participação de todos, não é só a casa. Mas aquele que não se apegou a essa luta, ele está largando a história dele de lado. Muita gente que foi embora sente falta, porque deixou a história para trás. E a gente tem um convívio bom com aqueles que mudaram, eles voltam e a gente não trata mal (Entrevista Maria da Penha Macena, 24 de janeiro de 2015).

O morador Alberto¹²³, por exemplo, relatou que o condomínio foi construído com material muito fraco; paredes com acabamento ruim e piso torto, que dificultavam

¹²³ Entrevista concedida à pesquisa no dia 24 de janeiro de 2015. Nome verdadeiro do entrevistado foi alterado.

o dia a dia dos novos habitantes. O contrato de compra do imóvel não permite que ele seja vendido, doado ou alugado nos primeiros dez anos. Essa informação os moradores só souberam depois que já tinham se mudado e que suas antigas casas já haviam sido demolidas, segundo o entrevistado.

Da mesma forma, esse antigo morador da Vila Autódromo relatou como foi o processo para a entrega do imóvel onde morou por muitos anos, hoje um terreno cheio de entulho, mas que já havia abrigado três casas. Ele relatou que, quando foi até a prefeitura para saber mais informações sobre a transição para morar nos apartamentos – como é designado o condomínio do Parque Carioca no dia a dia dos moradores –, Marli Peçanha¹²⁴, que é uma das agentes da prefeitura mais conhecidas na localidade, queria que ele já assinasse o contrato. Mas, para tanto, a prefeitura teria que demolir todas as casas que estavam no terreno.

Alberto foi correndo então de bicicleta até sua antiga casa e convenceu seu sobrinho, que morava na casa do meio com a mulher e duas crianças, a sair para que ele pudesse pegar o apartamento. Voltou então para a prefeitura, assinou o contrato e imediatamente a equipe técnica passou o trator em cima das três casas, deixando o sobrinho e sua família sem ter onde morar.

A respeito de casos como esse, de um tio que colocou o próprio sobrinho com esposa e filhos na rua para que pudesse, ele mesmo, se beneficiar de um apartamento, padre Fábio citou outros exemplos durante sua entrevista: irmãos que brigaram por que um queria sair e o outro não e o que queria negociou com a prefeitura, que derrubou as casas mesmo sem a permissão do outro irmão; casamentos que terminaram porque um dos cônjuges queria sair e o outro ficar; famílias que se dividiram, amigos que não se falam mais, enfim, uma comunidade com tantos anos de convivência, que criou tantos laços de sociabilidade e luta política, desfeita. Valores como *“comunhão, comunidade, bem comum, responsabilidade social são facilmente declináveis diante do individualismo e do egoísmo”* (Entrevista padre Fábio, 23 de janeiro de 2015).

Além disso, durante o processo de remoções, tanto para o Parque Carioca quanto com as indenizações, muitos moradores tentaram se beneficiar do processo ao realizar melhorias em suas casas antes de marcar as medições pelos agentes da prefeitura que determinariam os valores de indenização, quantidade de apartamentos

¹²⁴ Atualmente ocupa o cargo de Coordenadora de Articulação Social junto à Prefeitura do Rio de Janeiro (Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Ano XXVI, no 88, p.74, 25 de julho de 2012).

ou até mesmo sua metragem. Essa afirmação ficou comprovada através do próprio relato do ex-morador da Vila Autódromo, Alberto:

E nessa hora eu dei mole... aqui na frente, da casa pra lá, dava pra fazer outra casa. Porque tinha a minha aqui, depois da minha mãe era só lá... dava para ter feito outra casa no meio [...] Dai o pessoal alertou minha filha, ela tinha duas criancinhas, pra fazer um barraco aqui. E eu falei: faz, mas se a mulher vier perguntar fala que eu não to sabendo de nada. Dai ela fez o quartinho dela, a mulher veio, tirou foto. Dai a mulher me chamou, a tal da Marli é a chefe, e me falou que não ia dar não, porque tinha sido feito agora, depois que estão saindo, tão crescendo olho, querem o apartamento... Dai eu falei: o apartamento é seu? Você gastou seu dinheiro? Não, é da prefeitura. E a prefeitura deve muita gente. Quanto tempo eu trabalhei e to dando dinheiro pra prefeitura? Então também a senhora deu o apartamento lá, mas o terreno é grande, dá para me dar mais dois apartamentos ainda. Falei que se ela não desse pra ela, eu também não saía. Porque eles não podem tirar ninguém a força né. Dai ela chamou minha filha lá, pediu a idade dela, mas ela é de menor, então pedi pro meu filho assinar. Ela disse ó: vou dar o apartamento para você, mas não agora, eu dou minha palavra, espera mais ou menos dois meses aí. E ele disse: se a senhora não der eu volto pra cá (Vila Autódromo). Ela disse, pra minha filha: fique calada, pra não crescer o olho do pessoal. Tinha barraquinho de nada que tavam fazendo uma torre pra poder ganhar. Então fiquei quieto e falei que podia derrubar. Fui assinar, eu tava lá assinando e eles já estavam derrubando aqui (Entrevista Alberto, 24 de janeiro de 2015).

Igualmente, a prefeitura, através de seus agentes, montou um documento que foi incluído no processo de 1993 sobre essas melhorias nas construções, ou até mesmo sobre construções totalmente novas que estavam sendo feitas pelos moradores. Nesse documento, além das fotos que comprovavam as novas obras, havia o nome do proprietário do terreno e o número da casa, através de levantamento feito pela SMH. (Proc. nº 0081973-19.1993.8.19.0001, 02405, juntada de documento).

Com relação ao valor das indenizações pagas às famílias que não aceitaram o apartamento no conjunto Parque Carioca, não foi encontrado até o presente momento, nenhum documento da prefeitura que normatize os valores pagos. De todos os entrevistados para esta pesquisa, somente o padre Fábio disse ter visto uma relação de valores por casa, apresentada pela agente da prefeitura, Marli Peçanha, no começo das negociações sobre remoção e que era um documento tão bagunçado e tão complexo que nem a própria agente pôde esclarecer dúvidas sobre ele. No entanto, os defensores públicos não têm qualquer notícia sobre essa normatização de valores e, questionadas sobre isso, inclusive apontaram a necessidade de fazer uma denúncia ao Ministério Público sobre os valores totalmente arbitrários que estão sendo pagos pelas casas aos moradores.

Na verdade, a prefeitura alega que fez o pagamento de indenizações baseadas nas construções e não no terreno, que é público. Com isso, pagavam mais ao morador

que tinha uma casa melhor, que tinha investido mais na construção de uma habitação, em detrimento de outros moradores que possuíam a mesma metragem de terreno, mas casas mais humildes. De qualquer forma, as desapropriações administrativas foram publicadas oficialmente na seção das parcerias público-privadas, o que torna o processo de remoção ainda mais confuso, sendo praticamente impossível determinar da onde está saindo o dinheiro do pagamento das indenizações. Alguns moradores relataram, durante as assembleias, terem recebido cheques com valor indenizatório da própria concessionária Rio Mais. No entanto, não há nenhuma prova dessa afirmação que tenha sido anexada aos processos jurídicos em curso.

Publicados no Diário Oficial do Rio de Janeiro, os valores variam de R\$ 2,7 milhões até R\$ 100 mil. O interessante é notar que o discurso da prefeitura é que estão realizando os pagamentos de acordo com parecer técnico elaborado caso a caso, visto que o valor não diz respeito ao terreno, que é de qualquer forma público, mas sim pelas benfeitorias que os moradores realizaram nas dependências ao longo dos anos. Seria, portanto, uma compensação financeira por todos os recursos que foram aportados naquele imóvel e que agora será demolido. Parte desses pareceres técnicos foram incluídos nos dois processos jurídicos, o de 1993 e o de 2013. Mas nem todos os termos assinados pelos moradores estavam acompanhados do parecer que determinaria o motivo do valor que foi pago às famílias (Processo No 0081973-19.1993.8.19.0001; Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001).

[...] na história desse país nenhuma comunidade recebeu um valor de dois milhões de reais, dois milhões e pouco, né? E isso tá sendo pago aqui. Se me perguntar se esse valor é muito ou é pouco eu vou dizer que pra mim, eu acho que nenhuma casa, nenhum lugar deve ser violado, não deve ter preço. Eu acho que moradia é onde o cara luta, trabalha a vida toda pra construir, não é pra ser vendido. Então não tem preço, né? Em lugar nenhum você vê isso, nunca, nunca na história do nosso país, você nunca viu esses valores sendo pagos. [...] e esse Parque Carioca também ele foi construído a um quilômetro de distância por conta da luta, porque eles não constroem, eles não constroem a um quilômetro de distância. Eles constroem sempre a trinta quilômetros de distância. É Santa Cruz, Campo Grande, é pra onde eles constroem. Bastante longe do local onde você morava. Aqui a gente conseguiu fazer isso mas nem todos quis ir pra lá porque começou a febre do ouro aí todo mundo queria ficar rico, né? Alguns queria ficar, continuar morando aqui né? E um, uma maioria queria é, ter o sonho de ter uma casa aí fora com piscina, ainda sobrar um dinheirinho pra comprar um carro, né? Eu digo que a luta é desigual e as vezes não dá nem pra culpar essas famílias e sabe por que? Porque foram famílias que receberam a vida toda dois salários mínimos, né? E que viu a chance de ter um sonho de que muita gente tem. Aí vai, das vezes não dá nem pra culpar muito essas pessoas. É.. o governo, o prefeito, é, ele usou a arma, uma arma ardilosa contra o homem, contra a luta da gente aqui, né? (Entrevista Altair Guimarães, 20 de dezembro de 2014).

Sobre o Parque Carioca, a última reportagem noticiada é que as milícias já estão cobrando dinheiro dos moradores através de intimidações e ameaças. Em dezembro do mesmo ano que em se mudaram para o novo condomínio, alguns moradores relataram também usuários de drogas e conflitos entre moradores e com funcionários da prefeitura (O Globo, 2014b; Extra, 2015).

Em 2014, um documentário sobre a vida dos moradores que estão resistindo à remoção foi gravado na comunidade. Retratando o cotidiano das demolições, o clima de tristeza entre moradores mais velhos e também expondo a opinião de moradores que haviam acabado de se mudar para o Parque Carioca, o filme foi divulgado em vários países ao longo do ano de 2014 e início de 2015 e já recebeu alguns prêmios. Com o nome “Se Essa Vila Não Fosse Minha”, o documentário do jornalista Felipe Pena não está disponível integralmente online, mas o trailer pode ser acessado livremente¹²⁵. Da mesma forma, foram realizados vários relatos, vídeos e reportagens com moradores da comunidade que estão disponíveis online e que contam um pouco do processo de resistência dos moradores ao longo do tempo e também suas impressões, sentimentos, ansiedades e pontos de vista sobre a remoção.

Muitos desses vídeos, feitos por diversas agências nacionais e estrangeiras foram realizados na Vila Autódromo ao longo desse processo de remoção pelo qual tem passado a comunidade desde 2013. Fazem parte também de uma forma em que os próprios moradores, que “acolhem” esses veículos midiáticos, encontram maneiras de expressar suas opiniões, suas frustrações e as realidades do seu cotidiano.

Essa luta é de boca em boca mesmo, a gente tá sempre dando entrevista, sempre divulgando, sempre tentando contar nossa história, porque no começo o Eduardo Paes dizia que todo mundo quer ir embora. Mas era mentira, então a gente tinha que contar que nem todo mundo quer ir (Entrevista Maria da Penha, 24 de janeiro de 2015).

Da mesma forma, a comunidade utilizou de forma bastante frequente, a plataforma social Facebook. Criaram diversas páginas, uma oficial da comunidade¹²⁶, e outras de moradores, para divulgar diariamente os processos que ocorriam na comunidade: lançavam campanhas, alertavam para datas de demolições, pediam colaboração de parceiros e denunciavam coações e abusos por parte do poder público e da concessionária Rio Mais.

¹²⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0IFtjFhX_Yc.

¹²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaautodromo/?fref=ts>.

Figura 28: Diversas formas de coação realizadas pelo poder público contra a comunidade Vila Autódromo

Fonte: Fotografias retiradas do Facebook da comunidade no dia 07 de abril de 2016

Na figura 28, por exemplo, foram agrupadas fotos divulgadas pelos moradores sobre diversas formas de coação utilizadas pelo poder público e pela empresa privada na comunidade, de março de 2016 em diante, numa forma de pressão para que a vida se tornasse mais difícil dentro do espaço ocupado pelas famílias, e elas se sentissem cada vez mais cansadas e propensas a aceitar os acordos com a prefeitura para sair. Dentre essas formas de coação retratadas nas fotos, da esquerda para a direita: entulho deixado pelas demolições; danos à rede elétrica pela passagem de caminhões da concessionária Rio Mais para o Parque Olímpico; demolição do parquinho da comunidade no dia 23 de março de 2016; obras de canalização de redes de esgoto, deixadas a céu aberto; água parada em buracos de remoções e obras, favorecendo a proliferação das larvas de mosquito que podem transmitir dengue, zika e outras doenças; acúmulo de lixo por falta de caminhão de coleta.

Fora esses problemas, outros tantos foram listados na página da comunidade, em diferentes momentos: falta total de luz na comunidade, que ficou às escuras durante vários dias; presença ostensiva de guardas municipais; corte total de árvores que foram plantadas pelos próprios moradores há mais de 30 anos; abandono, pelos moradores que saíram, de seus animais de estimação, principalmente cachorros e gatos, que ficavam vagando pelos escombros da comunidade atrás de comida.

Percebe-se, portanto, através de todas as entrevistas realizadas para a pesquisa e também de relatos de moradores em assembleias, que diversas formas de coação, tanto física quanto psicológica, foram utilizadas pela prefeitura para tentar convencer os moradores que ainda estavam indecisos a aceitar a negociação, criando discórdia entre moradores e familiares. Com isso, fragilizava-se os laços de permanência do morador com a comunidade, principalmente através da exploração da história de vida e da família de cada um. A presença constante de agentes do poder público na comunidade, como a já citada Marli Peçanha, bem como a cooptação de moradores que já haviam negociado com a prefeitura para que atuassem dentro da Vila Autódromo como informantes, ou mesmo como reprodutores de ameaças, intimidações e “recados” do poder público aos moradores restantes também foi um fator decisivo no processo de remoção.

Exemplo concreto da afirmação acima foi relatado por uma moradora, em assembleia realizada na igreja no dia 20 de dezembro de 2014: foi reproduzida uma conversa que ela teve ao telefone com a agente da prefeitura, Marli Peçanha, naquele mesmo dia. A coordenadora de articulação social questionou a moradora se ela pertencia ao grupo dos que “iam pagar para ver”, igual a vizinha dela, que era uma que disse que queria permanecer na comunidade, segundo a agente da prefeitura, “ela ia ver só o que ela iria ganhar”, numa clara tentativa de intimidação.

Dessa forma, ao longo de todo esse processo de lutas e resistências por parte dos moradores e das coações e ameaças por parte dos agentes da prefeitura, muitos moradores foram aceitando as negociações com o poder público e saindo da comunidade.

Nessa mesma assembleia do dia 20 de dezembro de 2014, estimava-se que ao todo, apenas 40 famílias queriam permanecer na comunidade. Essa reunião começou com uma moradora expondo que teria tentado impedir a demolição de uma casa, mas que havia sido ignorada pelo responsável pela demolição. Esse foi um dos períodos em que a Defensoria Pública conseguiu segurar a ação civil pública contra

as demolições, mas que, mesmo apoiada judicialmente, as demolições continuavam acontecendo cotidianamente na comunidade (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, 01686 - 201407439944 - Petição Eletrônica, p.2-3).

Os apoiadores e colaboradores presentes nessa mesma reunião, salientaram então as conquistas da comunidade naquele ano: a possibilidade da implementação da creche com o prêmio que os moradores receberam pelo projeto do Plano Popular e a própria reformulação desse plano mais uma vez, para atender às modificações apresentadas pela prefeitura; a consolidação dos laços afetivos entre os moradores que permaneciam resistindo e lutando e como isso estava sendo o tempo todo embasado pelas pessoas externas que eram favoráveis à permanência dos moradores. Mas que, mesmo em vista de todas essas conquistas, era incerto ainda a quantidade de famílias que, de fato, queriam permanecer. Realçaram o papel da força do coletivo, e que individualmente os moradores iriam sempre sair prejudicados frente a negociações com a municipalidade. Salientaram a compreensão do quão difícil deveria ser morar na Vila Autódromo naquele momento: escombros, pó, barulho constante da construção do Parque Olímpico, pressão dos agentes da prefeitura, gente estranha andando a todo momento pela comunidade. Mas que as famílias que de fato resolvessem ficar, deveriam se unir, pois os defensores públicos, as universidades e toda a rede de apoiadores estavam lá para atender ao interesse dos que queriam ficar, sejam 20, 10 ou 5 famílias. Mas que era necessário, daquele momento em diante, ter total clareza sobre quantas pessoas de fato queriam permanecer, pois sem a união, sem o fortalecimento do grupo, eles não conseguiriam nem ficar nem receber boas indenizações.

Altair Guimarães, presidente da AMPAVA nessa ocasião, lembrou o fato das agressões sofridas por ele quando do segundo momento de entrega das chaves aos moradores por parte da prefeitura para o Parque Carioca; desabafou sua mágoa em relação à amigos, às pessoas que ele conhecia desde que se mudou para a Vila Autódromo quando foi desapropriado da Cidade de Deus por causa da construção da Linha Amarela, e que queriam bater nele. No final da sua fala, Altair culpa a si mesmo e aos outros moradores pela atual situação em que se encontram. Porque eles não se mobilizaram o suficiente para cobrar do poder público as infraestruturas básicas que deveriam ter na comunidade, como asfalto, saneamento, eletricidade. Declarou que não era culpa do governo eles não terem esses serviços, mas sim, que a culpa era dos próprios moradores que não teriam se unido e lutado pelos seus direitos. Falou

de forma bastante inflamada sobre os moradores que estavam saindo, aceitando as indenizações e abandonando a luta, como se todo o dinheiro que conseguiram receber por suas casas era um mérito individual, e não de uma luta coletiva.

Como forma de ponderar o discurso conflituoso realizado pelo presidente da Associação, os relatos seguintes tentaram frisar que os moradores de Vila Autódromo não são menos cidadãos do que os moradores dos condomínios (referindo-se aos condomínios de prédios que ficam em frente à comunidade). Que nos condomínios, tem água encanada, mas que não tem na Vila Autódromo. Então que, na verdade, quem não respeita e reconhece os moradores da comunidade enquanto cidadãos é a própria prefeitura que, mesmo quando paga as indenizações, sabe que esse ato coloca uns vizinhos contra os outros.

No entendimento dos defensores públicos e dos apoiadores, a prefeitura deveria ter oferecido a opção de permuta entre os moradores que queriam de qualquer modo, sair da comunidade e os que não queriam sair, mas que teriam suas casas demolidas em função de demarcações feitas pela prefeitura. Que esse procedimento seria o correto, seria preservar o patrimônio da comunidade e tratar os moradores como cidadãos, como pessoas que têm vontades, desejos e uma história de vida que não pode ser simplesmente substituída por uma quantia em dinheiro.

No entanto, uma última tentativa para a remoção da Vila Autódromo seria feita ainda pela prefeitura e mais conflitos se desenvolveriam no decorrer dos próximos anos, fatos que serão melhor abordados na próxima parte do trabalho.

A seguir, apresenta-se uma síntese cronológica do processo histórico da comunidade Vila Autódromo até o momento atual da narrativa. Foram escolhidos os principais fatos, ou os que tiveram maior repercussão sobre o processo de luta pela resistência dos moradores, a fim de proporcionar uma visão linear dos fatos que foram narrados pelo trabalho até o final do ano de 2014.

Figura 29: Linha do tempo da Vila Autódromo – Principais Fatos

6.3. A última tentativa de remoção e a possibilidade de permanência

Em março de 2015, o prefeito Eduardo Paes lançou o decreto nº 39853, desapropriando 58 residências da comunidade (Diário Oficial, 2015). Junto ao decreto, foi publicada uma relação de 24 casas que seriam demolidas para fins de utilidade pública, bem como os valores de indenização desses imóveis. Novamente, é possível verificar valores totalmente arbitrários sendo oferecidos às famílias, sendo o valor de R\$ 120 mil o menor e o valor de R\$ 2,3 milhões o maior.

Logo após a publicação do decreto, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação civil pública (Processo No 0159686-98.2015.8.19.0001) que contesta as desapropriações feitas em área declarada de especial interesse social pela lei complementar 74/2005, e ainda em área que foi regularizada pelo ITERJ com a titulação dos moradores com concessão de direito real de uso. Além disso, alguns vereadores ajuizaram um mandado de segurança (Processo No 0018693-08.2015.8.19.0000) contra os decretos por ferirem o ordenamento jurídico, já que intervêm em área objeto de lei federal.

Para os entrevistados Eliomar Coelho e Jorge Ferreira (Entrevista, 06 de agosto de 2015), o decreto da prefeitura ignora a lei e é mais uma medida de exceção para garantir a realização dos Jogos Olímpicos e o lucro das grandes imobiliárias e empreiteiras da região da Barra. Primeiro, porque ao transformar o terreno em AEIS, significava que o Estado deveria investir na qualidade de vida dos moradores, com implementação de saneamento básico, telefonia, eletricidade, enfim, tudo aquilo associado à necessidade básica de moradia. No entanto, em todos esses anos, desde a aprovação da AEIS, nada nesse sentido foi feito pelo poder público na comunidade.

Para os defensores públicos, por ser uma área protegida por lei para moradia popular, não poderia um ente público indenizar os moradores e demolir suas casas para qualquer outra finalidade que não a atestada na lei da AEIS.

Dessa forma, o embate da Vila Autódromo sinaliza para uma luta muito mais pautada no político do que no jurídico. A valorização da terra e o oferecimento aos moradores de grandes quantias de indenização fez com que a luta, que até então estava no plano do jurídico, baseada principalmente nos processos em curso desde 1993 até meados de 2013, passasse a ter um peso muito maior nos planos político e econômico.

Através dessa linha de pensamento, é possível fazer uma correlação entre o atual momento pelo qual passa a Vila Autódromo e os estudos desenvolvidos por Renata Sampaio (2011). Essa autora faz um estudo bastante interessante sobre o papel representado pelo Estado na reprodução dos espaços, particularmente os urbanos, através de uma reflexão sobre a forma como o próprio planejamento urbano, na ótica de pesquisadores mais críticos, apontam para a dominação de classes como um fator predominante.

Por meio da análise de trabalhos de alguns autores do urbanismo, o estudo aponta para o fato de que, independente de qual classe social assumir o poder de Estado, a reprodução dos espaços sempre será desigual, no sentido de ser um espelho, reproduzir justamente o processo de produção do próprio sistema capitalista. Ou seja, por essa visão, a percepção de que todos os embates estão pautados no plano do político acaba por se desfazer justamente ao se pensar na reprodução do espaço como um fator inerente à própria reprodução do capital “trata-se de pensar que, ao invés de defender interesses particulares, o Estado precisa realizar os interesses comuns de uma sociedade capitalista de classes” (Sampaio, 2011, p.88).

Isso significaria conceber a possibilidade (sempre potencial) de o Estado (capitalista) ser apropriado politicamente pela classe dominada e/ou em proveito de suas demandas de onde se concluiria que a crítica necessária ao Estado consiste essencialmente na avaliação da perversidade resultante do aparelhamento do arranjo institucional estatal pela classe dominante que, ao penetrar e influenciar decisivamente a estrutura política, estabelece propriamente o caráter do Estado (Sampaio, 2011, p.85).

Pensando dessa forma, quando se reflete sobre todo o processo institucional, político e, principalmente, econômico e social pelo qual passou a Vila Autódromo, é possível concluir que todos os fatores sempre foram desfavoráveis à luta de permanência, mesmo quando se argumenta sobre os instrumentos normativos que davam aos moradores titulação de propriedade e sobre a lei federal sobre a AEIS.

Houve a criação de um espaço, em um determinado momento histórico e dentro de contextos políticos já discutidos, para abrigar moradias para população mais pobre. Primeiro eram pescadores, e depois o perfil dos moradores da área foi mudando: haviam professores, trabalhadores assalariados, trabalhadores informais, microempresários. Eventualmente, uma lei declarou o local como AEIS e foram dados títulos para as famílias para que ali se mantivessem, mantendo o perfil social daquele grupo. Num determinado momento, a prefeitura começou um trabalho para tirar as famílias mesmo tendo em vista que o processo de 1993 já possuía uma sentença que

declarava que só as famílias que morassem na faixa marginal seriam retiradas para reassentamento; as outras famílias não estavam na sentença, então entendia-se que a sua permanência estava garantida. No entanto, hoje, restam apenas algumas pessoas que, a despeito de todos esses problemas, querem ficar.

Dessa forma, a discussão levantada pelos defensores públicos foi a de justamente pensar que nenhuma instituição reconhece a luta de permanência da Vila Autódromo no seu espaço. Para eles, nem o Ministério Público, nem a magistratura, que no final é um espelho da própria sociedade, acha que aquele grupo social que ali mora, tem o direito de permanência, de ser urbanizada e regularizada. Então o embate é muito mais no âmbito social do que no do direito, das leis e instrumentos normativos. Porque, no fim, sabe-se que a força da economia e da política é muito maior do que qualquer ação que a defensoria, ou qualquer outro órgão público, pudesse entrar para defender a permanência das famílias.

E, no contexto da realização de um megaevento olímpico, com o alinhamento dos três entes governamentais – federal, estadual e municipal – e, principalmente, com a entrada de recursos financeiros que viabilizam obras há muitos anos em pauta nos Planos Estratégicos da cidade, ficou mais fácil para o poder público minar as resistências, até mesmo porque haveria verba suficiente para, de certa forma, comprar quem quisesse resistir, como ficou bem claro na Vila Autódromo.

Feita toda essa argumentação, é importante apontar alguns fatos que foram importantes para entender o cenário em que a comunidade se encontra hoje.

No dia 3 de junho de 2015, a tropa de choque da guarda municipal entrou na comunidade na parte da manhã acompanhando um oficial de justiça que levava uma carta de imissão de posse para demolição de imóvel de um morador, um senhor idoso. O morador alegou que não havia recebido notificação prévia e que, portanto, não havia retirado seus pertences da casa e estava com toda família, sem ter outro local para onde ir. Houve um movimento dos moradores, principalmente os ligados à AMPAVA, como o próprio presidente Altair Guimarães, que convergiram para a frente do imóvel e pediram à oficial de justiça que ponderasse sobre a ordem, pois era irregular e infringia o direito de moradia, solicitando, acima de tudo, um prazo maior para que a família pudesse sair. A oficial de justiça alegou que o valor do imóvel estava depositado em juízo e que, portanto, nada podia fazer a não ser cumprir a lei.

Os moradores fizeram então um cordão humano em frente à casa, para impedir a demolição. O padre Fábio colocou seu carro pessoal entre o cordão dos moradores

e a tropa de choque da guarda municipal, numa tentativa de proteger os moradores do que ele sabia que estava por vir. Ele também tentou argumentar e ponderar com a oficial de justiça e com outros agentes da prefeitura que estavam presentes no local, mas houve a ordem para a tropa de choque invadir a casa e dispersar os moradores para que pudessem realizar a demolição.

O embate foi muito violento, caracterizando o primeiro momento na história da comunidade em que a prefeitura se utilizava de força física para demolir as residências. Muitos moradores foram violentamente machucados, especialmente o senhor idoso proprietário da casa que seria demolida, conhecido na comunidade como Sr. Brasil, e Maria da Penha, que se colocou na linha de frente dos moradores contra a tropa de choque e teve o nariz quebrado por um golpe de cassetete.

Figura 30: Agressão da Guarda Municipal contra moradores: conflito entre policiais e moradores; Maria da Penha agredida; Defensor Público em meio aos moradores; Sr. Brasil agredido.

Fonte: Fotografias do Facebook da comunidade no dia 03/06/2015. Crédito: © Kátia Carvalho¹²⁷

¹²⁷ Matéria de Kátia Carvalho disponível em: http://www.vice.com/pt_br/read/reintegracao-vila-autodromo. Publicada em 10 de junho de 2015. Acesso em junho de 2015.

Além das agressões físicas, a tropa de choque também desferiu balas de borracha e gás lacrimogêneo contra os moradores, que, por outro lado, jogaram pedras, paus e destroços de casas adjacentes nos policiais. Alguns cinegrafistas estavam na comunidade nesse dia e puderam registrar o ocorrido, mas muitos apoiadores foram chamados à comunidade logo quando a tropa de choque chegou, o que potencializou a divulgação da ação e repercutiu negativamente contra a prefeitura (Youtube, 2015a; Youtube, 2015b).

Segundo informações divulgadas pela Defensoria Pública, a imissão de posse teria sido suspendida no dia 1º de junho, o que não justificava, portanto, a ação da Procuradoria do Município, que tinha acesso à decisão (O Dia, 2015).

No mesmo dia dessa agressão aos moradores de Vila Autódromo, alguns parlamentares da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro tentaram fazer uma diligência no Parque Olímpico. O intuito principal era inspecionar as obras olímpicas, seus impactos sobre a área e também sobre as condições de trabalho dos operários. Era intenção dos mesmos visitarem a Vila Autódromo no final da inspeção ao Parque Olímpico, para também verem os impactos da construção do parque no cotidiano dos moradores. No entanto, foram proibidos de entrarem no Parque, mesmo tendo protocolado solicitação de visita prévia na prefeitura. Houve uma segunda tentativa de inspeção, que também foi barrada pela concessionária Rio mais (EBC, 2015).

No dia 4 de agosto de 2015, a comunidade se preparou para receber a visita de desembargadores que, através da Defensoria Pública, haviam feito solicitação para inspecionar a realidade da Vila Autódromo. A visita estava marcada para as 10h e todos os moradores se reuniram na frente da Associação. No entanto, não estavam presentes somente os moradores que permaneciam na comunidade, como também muitos que já teriam saído. Acontece que a subprefeitura da Barra, através da agente Marli Peçanha, havia convocado os ex-moradores à comparecerem também na vistoria. Através do relato de alguns desses ex-moradores, foi possível identificar que Marli havia ligado para estes no dia anterior, ameaçando os que ainda não tinham recebido todos os cheques indenizatórios, para comparecerem naquele dia na Vila Autódromo e fazerem tumulto. O objetivo ficou bastante claro durante todo o processo que se seguiu: coagir os moradores que ainda resistiam por meio de ex-vizinhos, amigos e até mesmo parentes que estavam presentes, numa clara tentativa de intimidação psicológica.

Além da referida agente da prefeitura, também estavam presentes nesse dia, o subprefeito da Barra, Alex Costa e vários de seus funcionários, os defensores públicos, Profa. Regina, outros apoiadores e pesquisadores, bem como alguns veículos da mídia. Eles haviam preparado documentos que relatavam a história da comunidade, bem como um exemplar do Plano Popular.

A inspeção, propriamente dita, foi um pouco confusa, pois os desembargadores não desceram dos carros, percorreram a Vila toda dentro dos seus veículos e somente saíram para falar brevemente com os defensores públicos. Formou-se então um grande aglomerado de pessoas em volta dos agentes públicos, sempre existindo uma certa separação bastante nítida entre os moradores que queriam permanecer e que estavam facilmente identificáveis pelas camisetas e adesivos de Vila Autódromo e os agentes e ex-moradores convocados pela subprefeitura. Ao final da inspeção e da entrega dos documentos, os grupos se dispersaram.

Essa inspeção foi mais uma tentativa encontrada pela Defensoria Pública de provar que de fato ainda existiam pessoas que queriam permanecer na Vila Autódromo e também tentar dar visibilidade as reais condições de vida a que estavam sendo submetidos esses mesmos moradores que queriam permanecer.

No entanto, o poder público continuava tentando enfraquecer ainda mais o movimento de luta. As famílias começaram a relatar muita insegurança, um temor de serem surpreendidos pela guarda municipal novamente, com tratores e oficiais de justiça para derrubarem todas as casas remanescentes. Os moradores começaram a evitar sair de casa: sempre algum membro da família ficava na habitação e com meios de se comunicar com os outros e com os defensores públicos e apoiadores, em caso de repentina investida da prefeitura.

No final de 2015, o padre Fábio recebeu aviso de que seria transferido para o Vaticano. Coincidência ou não, um dos mais ativos sujeitos na Vila Autódromo, que esteve sempre presente nos momentos de maior conflito entre os moradores e a prefeitura, iria se afastar da comunidade. De qualquer forma, ele continuou muito presente na luta pela permanência dos moradores, dando entrevistas e encaminhando os problemas enfrentados pelos moradores dentro da própria igreja católica¹²⁸.

¹²⁸ Disponível em:

http://br.radiovaticana.va/news/2015/08/13/padre_do_rj_denuncia_remo%C3%A7%C3%B5es_ilegais_em_comunidade_ol%C3%ADmpic/1164922.

No começo de 2016, a comunidade acordou com a guarda municipal fechando os tapumes que faziam a divisão com o Parque Olímpico. No final, três casas da Vila Autódromo estavam dentro do equipamento olímpico, e os moradores só podiam entrar e sair de suas casas com um crachá de permissão entregue a eles pela própria concessionária Rio Mais¹²⁹. O fato foi tão absurdo que diversos veículos da mídia noticiaram com bastante perplexidade a ação do poder público (BBC, 2016; Agência Pública, 2016).

Nessa mesma época, os moradores se reuniram mais uma vez para uma assembleia na igreja, onde decidiram realizar algumas ações em prol de divulgação da situação atual da comunidade e também como forma de cobrar da prefeitura o tão prometido plano de urbanização. Resolveram encaminhar também convites aos agentes públicos e ao COB, para o lançamento da versão 6.0 do Plano Popular, que aconteceria no dia 27 de junho deste mesmo ano¹³⁰. Encaminharam então cartas convite ao prefeito Eduardo Paes, a Carlos Nuzman, presidente do Comitê Olímpico e ao presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Picciani no dia 11 de fevereiro.

Na mesma assembleia dos moradores, foram propostas mais duas iniciativas buscando a visibilidade da comunidade: o movimento “Ocupa Vila Autódromo”, que consistiria em diversas atividades culturais, artísticas e acadêmicas a serem realizadas na Vila Autódromo em datas diferentes e a campanha Urbaniza Já (#urbanizajá). Essa campanha propunha um desafio na rede social Facebook, onde a pessoa desafiada deveria contar um pouco da história da Vila Autódromo e desafiar mais três conhecidos a fazerem o mesmo, gerando uma corrente.

Essa iniciativa foi uma das mais bem-sucedidas campanhas propostas pela Vila Autódromo e teve grande adesão, inclusive de atores e atrizes de telenovelas, professores renomados de diversas universidades, do país e do exterior, e até um vídeo gravado pelo professor e pesquisador David Harvey¹³¹, da *City University* de Nova York, que também visitou a comunidade em um dos momentos do “Ocupa” (Veja Rio, 2016). Na figura 31 abaixo, é possível observar diversos momentos do movimento de ocupação proposto pelos moradores da Vila Autódromo e seus apoiadores.

¹²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/videos/990816357645079/>.

¹³⁰ Dado o fato de que a Prefeitura aceitou realizar a urbanização da Vila Autódromo, essa apresentação do Plano talvez não seja realizada.

¹³¹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/vivaavilaautodromo/videos/vb.23218002022221/930789193694630/?type=2&theater>.

Figura 31: Ocupa Vila Autódromo: Lançamento Livro Profa. Raquel Rolnik no Parquinho; Visita do pesquisador David Harvey; Faixa das mulheres contra as remoções, comunidade reunida no espaço do Ocupa e em frente à antiga Associação dos Moradores (AMPAVA)

Fonte: Fotografias do Facebook da comunidade nos meses de fevereiro, março e abril de 2015.

Essas ações demonstravam a força social que os moradores tinham e ainda têm na criação e manutenção de uma rede de apoiadores e colaboradores, sempre presentes nas reuniões, assembleias e atividades que eram propostas pelos moradores da comunidade com objetivo de dar visibilidade à luta de resistência pela permanência das moradias da Vila Autódromo. Essas formas de divulgação alternativas incentivaram a construção de laços sociais entre os moradores e apoiadores, mas também entre os próprios moradores. Demonstraram ainda a

formação de uma conscientização política e econômica e jurídica que os próprios moradores foram construindo ao longo de todo o processo de resistência, principalmente na constante “troca” entre as principais lideranças, já que muitas pessoas que começaram o processo contra a prefeitura saíram e deram lugar a outras, formadas dentro e pela própria resistência. Essa conscientização dos moradores também deve ser compreendida como uma vitória do processo de luta pela moradia pela qual essa comunidade passou ao longo dos últimos anos.

Mesmo com todas essas iniciativas, que tiveram um ótimo resultado em termos da visibilidade dada à comunidade, a guarda municipal entrou novamente em Vila Autódromo, no dia 24 de fevereiro de 2016 para a demolição da sede da AMPAVA¹³². Como representação material da resistência dos moradores, a queda desse edifício foi muito simbólica. Dias antes, já haviam sido demolidas três casas que se encontravam atrás da sede da associação, uma delas que havia sido construída pelo presidente, Altair Guimarães, depois que sua própria casa foi demolida. O campo de futebol, uma das poucas alternativas de lazer das crianças da comunidade, que ficava também em espaço localizado atrás da AMPAVA foi demolido. Em março, foi a vez do parquinho, que havia passado por uma reforma feita por apoiadores da comunidade e que estava abrigando os festivais do “Ocupa Vila Autódromo”.

Aos poucos, todas as casas foram sendo demolidas, restando ainda poucos lugares onde a comunidade ainda conseguia se reunir. Um deles era a Igreja, sede de praticamente toda as assembleias de moradores e apresentação dos Planos Populares, e o outro local, depois da queda da sede da Associação, passou a ser a casa da Maria da Penha. A casa dela encontrava-se publicada dentro do decreto de desapropriação pública e, mesmo com a intervenção em diversos momentos da defensoria pública, houve a entrega da imissão de posse no dia 8 de março de 2016.

Maria da Penha estava saindo de sua casa para comparecer a um evento dedicado ao Dia Internacional da Mulher, onde tinha sido convocada para receber um prêmio por sua atuação na luta de permanência dos moradores da Vila Autódromo (O Dia, 2016). A escolha dessa data não foi muito bem vista por diversos veículos da mídia nacional e internacional e, de certa forma, houve uma repercussão negativa sobre a demolição.

¹³² Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2016/02/24/prefeitura-do-rio-derruba-predio-na-vila-autodromo.htm>.

Figura 32: Demolições Casa da Penha (esquerda), Dona Jane (direita à cima) e Associação (direita abaixo)

Fonte: Fotografias retiradas do Facebook da comunidade nos dias, respectivamente: 27/07/2015 (Dona Jane); 24/02/2016 (AMPAVA), 08/03/2016 (Maria da Penha).

E eu gosto muito daqui, aqui eu me enraizei [...] é um local tranquilo, pacífico. Aqui eu fiz uma belíssima amizade, os moradores são maravilhosos, a comunidade é muito boa, muito tranquila, muita paz. Eu costumo dizer que a gente mora num paraíso dentro do Rio de Janeiro, porque uma comunidade como essa eu não vou ter em lugar nenhum. Eu não vou mais achar por aí. Pra todo canto que você sai, é violência... aqui graças a deus nunca tivemos bala perdida, nunca tivemos tiroteio, nunca tivemos nada. Então a gente mora num paraíso, e eu não acho justo sair do meu paraíso por causa dos jogos ou por causa de novos vizinhos que vão vir. Então não é justo eu sair daqui. Eu já passei por toda... aqui... enchente, já tivemos enchente aqui, já tivemos problemas difícil... encaramos... sem luz... quando eu cheguei aqui a luz era um bico de luz num canto e outro no outro. Os caminhos eram horríveis, as ruas eram muito ruins, não tinha ônibus, os ônibus passavam de duas em duas horas. Nós passamos por todos esses processos... agora que está melhorando, que está chegando o progresso, que está... né... a comunidade pode ser urbanizada, ficar boa... eles querem me tirar... não é justo isso... não acho (Entrevista Maria da Penha, 24 de janeiro de 2015).

A família de Maria da Penha, que não quis receber o valor depositado em juízo para indenização da sua casa, foi morar na igreja da Vila Autódromo, onde aguarda o começo da urbanização. Junto com ela, sua filha, marido e mãe idosa, se somam mais outras quatro famílias de Vila Autódromo que estão em situação semelhante.

Estima-se que, pelos termos assinados que foram anexados aos processos pela prefeitura, das 557 famílias que habitavam a região da Vila Autódromo, 349 pessoas tenham optado pelo Parque Carioca, 88 preferiram indenizações que totalizaram um valor de R\$ 24.341.960,00 e 50 famílias ainda permanecem no local (Processo Nº 0081973-19.1993.8.19.0001; Processo Nº 0075959-18.2013.8.19.0001). O valor das indenizações, no entanto, deve ser muito superior aos termos apresentados nos processos de 1993 e 2013, visto que outros devem ter sido anexados ao processo de 2015, ainda em curso. Da mesma forma, foi feito um levantamento pelo gabinete da Vereadora Teresa Bergher, que contabilizou a soma total de R\$ 95 milhões em indenizações aos moradores (Portal UOL, 2015b).

Para calcular esse valor, a vereadora diz ter utilizado publicações do Diário Oficial do Município. E ainda destaca que, pelo valor proposto na urbanização da Vila Autódromo através do Plano Popular, de R\$ 13,5 milhões, teria sido possível economizar aos cofres públicos cerca de 85% do valor dispendido.

Para os defensores públicos, a realidade mais terrível da Vila Autódromo é que justamente as famílias mais pobres, que possuíam casas mais humildes, foram as primeiras a sair para o Parque Carioca. As famílias que possuíam um poder aquisitivo maior, que inclusive estavam na faixa marginal da lagoa, cuja sentença jurídica já havia determinado demolição sem compensação financeira, e que em muitos casos nem moravam de fato na Vila Autódromo, mas alugavam os imóveis ou utilizavam como casa de segunda residência, receberam os valores mais altos de indenizações. Nesse sentido, é possível afirmar que os mais pobres receberam o pior, que é o apartamento do Programa MCMV, enquanto os mais ricos mantiveram seus investimentos ao receberem as indenizações de R\$2 milhões.

No mesmo dia da demolição da casa de Maria da Penha, a prefeitura havia convocado uma reunião com a imprensa da cidade, para divulgação do projeto do plano de urbanização da Vila Autódromo (Folha, 2016). Somente um mês depois de apresentar o projeto publicamente, o prefeito Eduardo Paes convocou os moradores e seus apoiadores para verem o plano.

As principais diferenças entre o plano proposto pela prefeitura e o projeto do último Plano Popular consistiam no número de famílias que querem permanecer: o plano da prefeitura indica a construção de 30 casas para contemplar 25 famílias remanescentes, enquanto o Plano Popular indica a construção de 50 casas (Plano Popular da Vila Autódromo, 2016; Prefeitura, 2016b). O plano da prefeitura prevê

ainda a demolição de todas as construções que restam na comunidade para darem lugar às novas casas, que seriam construídas em duas ruas, padronizadas, todas com dois quartos e quintal e construção de duas escolas através da demolição da Arena do Futuro, após os Jogos Olímpicos (Prefeitura, 2016b). O plano reflete uma proposta de renovação urbana e não de urbanização, como os moradores pedem ao poder público há anos.

Da mesma forma, o projeto apresentado pela prefeitura faz questão de frisar que, das 549 famílias que não precisavam sair da Vila Autódromo por não estarem dentro do escopo morfológico das obras olímpicas, 531 famílias “pediram para sair da comunidade” (Prefeitura, 2016b, p.11). E apresenta uma relação de nomes e assinaturas em um documento que denomina de “abaixo assinado” de outubro de 2013, como comprovação dessa afirmação. No entanto, esse documento, na verdade, está relacionado à controversa ação da entrega das chaves, como já foi abordado por este trabalho.

Em contrapartida, o Plano Popular prevê a manutenção de estruturas e espaços ainda existentes na comunidade, como a igreja católica e a inclusão de espaços de lazer e de socialização que foram demolidos, como o parquinho e a sede da AMPAVA, com a creche. Prevê também a construção de casas diferentes, que atendam as especificidades de cada família (Plano Popular, 2016).

No dia da apresentação do plano de urbanização aos moradores pela prefeitura, estes declararam que não o aceitavam e que gostariam de uma revisão. Foram iniciadas reuniões entre os agentes da subprefeitura, os moradores e apoiadores para as tratativas necessárias às readequações ao plano. As negociações visavam um meio termo entre as propostas da prefeitura e as necessidades reais cotidianas dos moradores. Na figura 33, abaixo, momentos registrados dessas reuniões entre os agentes da prefeitura e os moradores remanescentes.

Dentro desse contexto, a defensoria pública intermediou a assinatura de um termo de acordo administrativo com a prefeitura, no dia 13 de abril de 2016 para a construção das casas e urbanização da área remanescente de Vila Autódromo. A conclusão das obras deverá ocorrer, segundo o termo, no dia 22 de julho deste ano, ou seja, a poucos dias do início dos Jogos Olímpicos, que se iniciarão no dia 5 de agosto (Defensoria, 2016).

Figura 33: Reunião Moradores e Poder Público – Plano de Urbanização: Marli Peçanha e subprefeito da Barra, Alex Costa; croqui do Plano da Prefeitura; Projeto das Casas; moradores e agentes da subprefeitura reunidos

Fonte: Fotografias retiradas do Facebook da comunidade no dia 10 de abril de 2016

O termo também firma acordo com relação as construções que serão efetivamente realizadas na vila: uma praça poliesportiva, um centro cultural que abrigará a nova sede da AMPAVA, lote mínimo para cada casa de 180 m² com área construída de 56,46 m², com dois quartos, sala, cozinha e banheiro, e área útil de 48,95 m². Haverá possibilidade para a construção de um pavimento superior, que ficará a cargo dos ocupantes. Todas as habitações ficarão assentadas na Rua Nelson Piquet, que fica localizada no miolo da antiga Vila Autódromo (Defensoria, 2016).

Como os moradores ainda estavam muito desconfiados das reais intenções da prefeitura, não aceitaram sair da comunidade para a realização das obras e ficaram morando dentro de contêineres que foram equipados com água, luz e ar-condicionado. Segundo relatos dos moradores, os primeiros contêineres destinados à habitação chegaram na comunidade no dia 10 de maio e começaram a ser montados por uma empresa contratada pela prefeitura. Todos os contêineres casa foram

montados na Rua Gilles Villeneuve e a primeira família mudou-se para a residência provisória no dia 14 de maio. As casas dos moradores que ainda permaneciam de pé foram demolidas para dar lugar a terraplanagem do terreno e o início das obras de urbanização.

Figura 34: Demolição da última casa; Containers usados como moradia provisória – chegada, montagem e interior

Fonte: Fotografias retiradas do Facebook da comunidade no dia 17 de maio de 2016

Essa é uma luta de mais de 20 anos para a garantia do direito à moradia. É, também, a vitória da resistência e não só para quem permaneceu na Vila Autódromo, mas, sobretudo, para todos aqueles que se encontram na mesma situação. Com a oficialização do acordo e com a prefeitura assumindo a obrigação de construção das casas, outras comunidades perceberão que, quando há resistência, há resposta – destacou o coordenador do Nuth, defensor público João Helvecio de Carvalho [...]

Estou feliz, sim. Mas a felicidade completa só virá quando as casas estiverem de pé. Vou procurar não ficar ansiosa porque a obra ainda vai começar e o sofrimento de todo mundo aqui é grande. Não será a casa dos nossos sonhos, porque essas, construídas com o nosso suor, já foram derrubadas. Mas serão moradias muito importantes para nós porque são fruto da nossa luta – destaca Maria da Penha Macena, 50 anos de vida e 23 de resistência na Vila Autódromo (Defensoria, 2016).

Os moradores acompanharam, durante os três meses seguintes, a construção das suas novas residências. Todos os dias, uma equipe se reunia para averiguar as obras e fazer reclamações e apontamentos sobre falhas e possíveis pontos divergentes em relação ao projeto original com a empresa responsável pela construção das novas moradias. Os moradores de Vila Autódromo tiram fotos, enviam aos apoiadores e denunciam as irregularidades, mantendo a forma de reivindicação e visibilidade também na construção das casas pelas quais tanto lutaram para ter. Infelizmente, como alguns dos próprios moradores remanescentes relataram, não é a “nossa casa, construída com nosso esforço e trabalho”. Também não é a concretização dos projetos do Plano Popular, que foram tão estimados pelos moradores. Mas é sem dúvida uma vitória possível dentro do panorama onde o capital e a propriedade privada detêm um valor de mercado em detrimento ao valor social.

No dia 29 de julho de 2016 finalmente as novas casas de Vila Autódromo foram concluídas e entregues aos moradores, que continuaram a relatar cotidianamente, através de fotos e publicações online, suas experiências de vida, agora como vizinhos do Parque Olímpico e da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio-2016.

Figura 35: Entrega das chaves e novas casas da Vila Autódromo

Fonte: Fotografias retiradas do Facebook da comunidade nos dias 29 de julho e 12 de agosto de 2016

Para encerrar o capítulo, apresenta-se novamente uma síntese de todos os fatos relatados nos anos de 2015 e 2016 que mais tiveram impacto sobre a vida da comunidade Vila Autódromo, especialmente no que tange o direito de permanência em suas casas.

Figura 36: Linha do tempo da Vila Autódromo – Principais Fatos

7. Considerações Finais

Segundo o relatório elaborado pela ONU sobre a realização do direito à moradia adequada no contexto dos megaeventos, e levando em consideração os princípios do olimpismo de estabelecer o desenvolvimento pacífico e harmônico do homem, através do esporte, fundamentado na dignidade e na não discriminação, o Movimento Olímpico deveria adotar procedimentos de incentivo a práticas que melhorassem a qualidade de vida da população das cidades anfitriãs, e não o contrário, como tem sido realizado.

O relatório elenca alguns princípios que deveriam entrar na pauta de discussão das cidades candidatas a realização de um megaevento e também dos órgãos responsáveis por ele, tais como: a criação de legado social e habitacional para a cidade sede que favoreça todas as classes econômicas; o planejamento prévio de questões ligadas à moradia desde os estágios iniciais da preparação do evento, tanto pelo governo local quanto pelo órgão realizador do evento; o acompanhamento das questões ligadas à habitação também no período do pós-evento; explorar opções alternativas a remoções e realizá-las somente em último caso e dentro de padrões e regras pré-estabelecidos; respeitar e proporcionar meios para a participação social nos processos decisórios, respeitando principalmente os grupos mais vulneráveis socialmente e respeitar a legislação do país sede perante a realização do megaevento (Relatório ONU, 2009).

Outrossim, o planejamento conflitual aposta na capacidade dos processos conflituosos de constituírem sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública. O direito à cidade, nessa perspectiva, se afirma como direito a pensar e lutar por uma cidade diferente, cujos destinos sejam definidos por outros que não aqueles que fazem da cidade um grande negócio (Vainer, Bienenstein, Tanaka, Oliveira & Lobino, 2013, p.17).

Por toda a discussão presente neste trabalho, fica evidente que a remoção da Vila Autódromo não se enquadra dentro das diretrizes propostas pela ONU ou por qualquer outro órgão, plano ou ação alternativa que tenha sido construído ao longo de todos esses anos de luta pela permanência desses moradores em sua comunidade.

A área habitada pelos cidadãos da Vila Autódromo não era um local considerado nobre na cidade do Rio de Janeiro há cerca de dez anos atrás: não havia sistema público de transporte, não havia serviços na área para atender os moradores, como padaria, supermercado, escola, hospital. A própria Vila não possuía a

infraestrutura mínima que deveria ser uma garantia pública: não havia luz elétrica, saneamento básico nem ruas asfaltadas. Agora, com a realização dos Jogos Olímpicos e com a construção do Parque Olímpico, serviço de BRT será oferecido na porta da comunidade, que facilitará o transporte para todas as partes da cidade e da região metropolitana do Rio.

A discussão que se coloca é justamente de que esse pequeno fragmento espacial foi por lei destinado à um grupo social para moradia, dentro da lei da AEIS. Então toda a tentativa de remoção dessa comunidade por parte do poder público jamais deveria ter acontecido. Deveria ter prevalecido o direito coletivo, de um grupo social, de uma comunidade que era pautada pelo respeito, pelos laços de amizade, segurança, alegria. Sobressaiu o direito ao individual, ao mercado, à realização de um megaevento olímpico; à propriedade privada da terra vista como um produto e não como moradia.

Se refletirmos sobre a história da política de remoção na cidade, então é até possível pensar que houve avanços no sentido dos direitos sociais, pois as famílias de Vila Autódromo receberam compensações financeiras pela perda das suas casas: um apartamento do Programa MCMV a menos de 1km da antiga Vila Autódromo, o que de fato pôde preservar os locais habituais a que os moradores já estavam acostumados no seu cotidiano, como escolas e serviços públicos. Isso sem dúvida foi uma conquista, mas baseada na mobilização dos moradores, na luta pela permanência, que demonstrou ao poder público que não seria tão fácil tirá-los do espaço que habitavam. Da mesma forma, as indenizações, ainda que tenham favorecido algumas pessoas que não precisavam diretamente nem do dinheiro nem da moradia, também beneficiaram muitas famílias que precisavam e que puderam comprar um outro local para morar.

No entanto, alguns laços comunitários foram desfeitos; as amizades cultivadas por anos, o convívio social entre vizinhos, amigos e até mesmo familiares, foi consumido. Durante toda a pesquisa, escutei muitos relatos de moradores e ex-moradores que haviam brigado com amigos próximos, padrinhos de seus filhos e filhas, maridos, esposas, irmãos, cunhados. O morador mais antigo da Vila Autódromo, Sr. Steliano Francisco dos Santos – o Pernambuco – faleceu exatamente uma semana depois de ser removido da Vila Autódromo. Alguns moradores relataram que foi desgosto por ele ter “perdido a luta”. A família de um dos entrevistados, o Sr. Paulo – o Barrão – que era um pescador e morava com seus quatro filhos na beira da

lagoa, foi totalmente desmembrada: eles conseguiram uma boa indenização pela casa simples, mas cada filho foi morar em um lugar diferente e distante da cidade. Queimaram simbolicamente a canoa que tinha, por tantos anos, alimentado toda a família quando saíram de Vila Autódromo. A última notícia que tive foi a de que o próprio Sr. Paulo estava morando sozinho, em algum lugar em Campo Grande, bastante depressivo, consumido pela bebida. Seu filho mais velho, Mateus, faleceu no começo do mês de maio, depois de ter ficado internado no hospital público durante muitos dias após ter sido baleado.

Esses poucos relatos nos fazem refletir sobre os laços sociais, sobre toda a história de vida de uma comunidade que foi extinta para dar lugar a uma avenida mais ampla, a uma ciclofaixa, a um pontilhão que servirá para a melhor circulação rodoviária dos visitantes que frequentarão a região durante os 17 dias dos Jogos Olímpicos. Obviamente, também servirá ao grande objetivo da especulação da terra e da expansão do capital, por intermédio de obras de infraestrutura, condomínios de luxo e arenas olímpicas.

Por outro lado, realmente mostrando o caráter contraditório que esse processo de luta pela permanência representou, foram fortalecidos laços sociais, principalmente entre os moradores que permaneceram até o final. É inegável também o fortalecimento da consciência política, econômica e mesmo jurídica que os moradores foram adquirindo ao longo de todos esses anos. A compreensão dos processos que levaram à perda das suas casas revela, portanto, os extremos em que se encontra a reprodução da vida na cidade.

Partindo do princípio de que o espaço como produto social é histórico e ao mesmo tempo é a condição de reprodução da vida, ele é para a sociedade o lugar do uso e da apropriação e existe um conjunto de interesses hegemônicos que agem no sentido de exatamente retirar o direito ao uso e a essa apropriação. O que se coloca em disputa não é só a morfologia do espaço, mas é a vida das pessoas que está inserida cotidianamente nesse espaço. E essa relação demonstra exatamente o momento atual do sistema capitalista, que é de um aprofundamento do conflito entre a produção do espaço para um sentido produtivo do capital, quer seja ele produzido como negócio, como valor, quer seja para a circulação desse capital e a produção do espaço para o uso, para a apropriação e para a vida.

E o processo de luta pela permanência da Vila Autódromo revela justamente essa contradição entre o valor da propriedade privada, da posse, do mercado, e o

valor social da vida. Obviamente, houve a valorização do terreno onde se situa hoje a Vila Autódromo, principalmente relacionada às melhorias na infraestrutura feitas na região para a realização dos Jogos Olímpicos, o que reforça ainda mais a certeza de que, aquilo que mobilizou o poder público a realizar todo esse longo processo de remoção, foi, sem dúvida, a valorização futura do terreno da área ocupada pela Vila Autódromo, muito mais do que a simples realização de um megaevento olímpico.

As escolhas dos moradores que foram morar no Parque Carioca ou que desistiram da luta no meio do caminho e aceitaram negociar com a Prefeitura e receber indenizações para sair da comunidade foram estrategicamente “manipuladas” pelos agentes públicos. Mas essa luta de resistência revela também as contradições da nossa sociedade e da própria produção do espaço que tem ainda, fundamentalmente a mediação da propriedade privada.

Ao mesmo tempo, quando se analisa a Vila Autódromo, também se discute o valor social do lugar: algumas famílias que insistem em dizer, *“mesmo que a prefeitura queira me dar um valor, um MCMV, eu quero ficar na minha casa, eu quero permanecer. Minha casa não tem preço, minha história não tem preço, eu não quero sair”* (Entrevista Maria da Penha, 24 de janeiro de 2015).

Nesse sentido, todo o processo pelo qual passou a comunidade também trouxe um ponto positivo justamente para essa discussão do direito de permanecer no seu espaço, na sua comunidade, na sua casa. O que se espera daqui para a frente é que não ocorra na urbanizada Vila Autódromo o que vem acontecendo em vários morros da cidade: que a valorização da terra, das casas, da comunidade e as benfeitorias realizadas no entorno não encareçam a vida dos moradores remanescentes ao ponto de sentirem necessidade de vender suas casas e morar em outros locais mais baratos na cidade. Hoje em dia essa é uma mudança muito perceptível em comunidades, especialmente as localizadas na zona sul do Rio de Janeiro, como no Dona Marta, no Babilônia, no Vidigal. Os moradores mais velhos venderam suas casas e houve um processo de mudança na população residente desses espaços, principalmente em relação ao poder aquisitivo.

Harvey (2014b) já tem feito essa discussão, ao afirmar que:

E o mesmo acontece com a proposta aparentemente progressista de conceder direitos de propriedade privada aos ocupantes, oferecendo-lhes os bens necessários para sair da pobreza. Esse é o tipo de proposta atualmente debatida para as favelas do Rio de Janeiro, mas o problema é que os pobres, atormentados pela escassez de seus rendimentos e pelas consequentes dificuldades financeiras, são facilmente convencidos a vender esses bens a

preços relativamente baixos (os ricos geralmente se recusam a desfazer-se de suas propriedades valiosas a qualquer preço, razão pela qual Moses conseguia dar suas “machadadas” no Bronx, de baixa renda, mas não na endinheirada Park Avenue). Aposto que, se as tendências atuais prevalecerem, em quinze anos todos aqueles morros ocupados por favelas estarão repletos de condomínios arranha-céus com vistas deslumbrantes para a Baía de Guanabara, enquanto os antigos favelados estarão morando em alguma periferia distante (2014b, p.56).

Embora seja possível afirmar que o espaço urbano é uma das condições para o processo de reprodução do sistema capitalista, toda a pesquisa realizada tende a demonstrar que esses processos de reprodução dos espaços são fragmentados e seletivos; atendem a interesses específicos e em escalas temporais determinadas que possam, acima de tudo, tornar os processos mais rentáveis e duradouros.

Nesse sentido, os megaeventos esportivos são utilizados como justificativas que legitimam o processo de reprodução urbana, através da ideologia dos jogos, das melhorias para a cidade e sobretudo, da união de seus moradores em prol do objetivo de tornar a “sua cidade” a mais atrativa possível para receber investimentos e se consolidar como uma “cidade global”, o que, nessa perspectiva, tende a transformar a cidade em um sujeito social e não em um espaço onde a vida se realiza efetivamente. Nesse cenário, é importante sempre lembrar do papel central que assumem os agentes imobiliários, as empresas privadas ligadas principalmente à construção civil, e o Estado, como intermediador fundamental desse processo.

A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro tem demonstrado, principalmente através do instrumento de desapropriação, o caráter mercadológico que as políticas públicas têm assumido na cidade nos últimos anos, pautados nos planejamentos estratégicos e na atuação do Estado enquanto um indutor da reprodução do espaço urbano como uma mercadoria.

A realização dos megaeventos, notadamente os esportivos, foi sem dúvida uma estratégia utilizada pela municipalidade ao longo dos anos para atrair capitais destinados à implementação de reproduções dos fragmentos da cidade do Rio de Janeiro que detêm um interesse comercial específico, sendo a região da Barra da Tijuca o principal deles. A reprodução dos espaços nesse local, para a acomodação das obras de infraestrutura destinadas à realização dos Jogos Olímpicos, põe em pauta a remoção de diversas comunidades que literalmente, “estavam no meio do caminho”. A Vila Autódromo se destaca nesse cenário pela luta de resistência dos seus moradores para permanecer no seu espaço de vivência e convivência, nas habitações construídas com muito trabalho, sacrifícios pessoais e familiares e na

consolidação de uma comunidade que enxerga o valor social da terra e não apenas o seu valor de mercado.

A principal consideração a se fazer em vista de toda essa discussão é a de justamente entender que a relação de imposição de uma cidade excludente sobre as vivências cotidianas de seus moradores tem sofrido abalos significativos, o que expõe o caráter de conflito que se estabelece na cidade do Rio de Janeiro atualmente.

Essas questões apontam para o fato de que é necessário repensar a forma como os megaeventos irão ser estruturados nos próximos anos e o COI já parece entender que, se não mudar a forma como seu megaevento se relaciona com a população que reside nas cidades anfitriãs, é possível que em breve não haja mais cidades candidatas dispostas a sacrificar sua própria soberania nacional em prol da realização dos Jogos Olímpicos – de inverno ou de verão. Se de fato as recomendações propostas no documento “*Olympic Agenda 2020 – 20+20 Recommendations*” (IOC, 2014) forem postas em prática nas próximas edições, será possível afirmar que a luta como a dos moradores de Vila Autódromo de fato teve um resultado positivo a longo prazo, mesmo que isso signifique que as mudanças em curso são ainda muito pequenas se comparadas à massiva violação dos direitos humanos enfrentada por todas as populações das cidades que sediaram esse megaevento até o presente momento.

É importante ressaltar que é “até o momento atual”, porque esta pesquisa nunca teve a intenção de ter uma conclusão final. O processo de reprodução ainda está em curso na cidade do Rio de Janeiro e em praticamente todas as grandes metrópoles mundiais e o objetivo é procurar entender cada vez mais essa relação entre o capital e os lugares, entre a cidade e as pessoas, entre o lugar que representa a riqueza social da vida contra esse mesmo lugar que representa o valor, a mercadoria. Assim, espera-se que o trabalho apresentado tenha contribuído para um entendimento mais global sobre as formas de apropriação dos espaços nas grandes cidades contemporâneas pelo capital, como uma forma de nova expansão em curso, que acarreta consigo as fragmentações e as segregações socioespaciais.

Referências

Bibliográficas (teses, dissertações, livros, artigos)

- ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 4ª edição, 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ALVES, Glória da Anunciação. *São Paulo: uma cidade global*. In: Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. Org.: Ana Fani Alessandri Carlos e Carlos Carreras. 2ª edição. São Paulo: Contexto; p. 137-149, 2012.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. *As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano*. In: Revista Cidades, vol.9, no 16, p.62-85, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/2373/2116>.
- _____. *Cidade em disputa*. In: Revista Caros Amigos. São Paulo. Ano XIX, n.76, agosto de 2015.
- ANDREATTA, Verena. *Cidades Quadradas, paraísos circulares. Os Planos Urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2006.
- _____. *O Rio de Janeiro e sua orla: história, projetos e identidade carioca*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, Coleção Estudos Cariocas, 2009.
- ANTAS Jr., Ricardo Mendes. *Território e Regulação – espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- ARANTES, Otília. *Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO Erminia (Org.). *A cidade do Pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- _____. *Berlin e Barcelona: Duas imagens Estratégicas*. São Paulo. Editora Annablume. 2012.
- ASCHER, François. *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2001.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOAS, Taylor C.; HIDALGO, Daniel F.; RICHARDSON, Neal P. *The spoils of victory: Campaign donations and government contracts in Brazil*. The Journal of Politics, vol. 76, n.2, abril 2014, p.415-429. Disponível em: http://people.bu.edu/tboas/political_investment.pdf.
- BOLTANSKY, Luc & CHIAPELLO, Ève. *Formação das cidades por projetos – O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BRITO, Inalva Mendes. *Relato sobre Vila Autódromo*. Publicado em 15 de março de 2006. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/04/351095.shtml>. Acesso em janeiro de 2014.
- BRUM, Mário. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BURBANK, Mathew J.; ANDRANOVICH, Greg; HEYING, Charles H. *Mega-events, urban development and public policy*. Review of Policy Research, Vol.19, n.3, p.179-202, 2002.
- _____. *Olympic dreams: the impact of mega-events on local politics*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.
- COMPANS, Rose. *A cidade contra a favela*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.9, n.1, p. 83-99, 2007.

_____. *A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e 'urbanismo de resultados'*. In: Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR, v. 15, p.1721-1734, 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio. *O Espaço do Capital: a Barra da Tijuca e a Grande Promoção Imobiliária*. In: Anais do III Encontro Nacional da ANPUR, Águas de Santa Bárbara, vol.1, p. 156-175, 1989.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAÚJO, Flávia de Sousa & JAENISCH, Samuel Thomas. *Morando no limite: sobre padrões de localização e acessibilidade do Programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro*. In: Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR, Recife, v.15, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007a.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007b.

_____. *A condição espacial*. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

_____. *A reprodução da cidade como "negócio"*. In: Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. Org.: Ana Fani Alessandri Carlos e Carlos Carreras. 2ª edição. São Paulo: Contexto; p. 29-38, 2012.

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos*. Novos Estudos, CEBRAP, n.45, p.152-166, jul.1996.

_____. *Espaço, um conceito-chave da Geografia*. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa e Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 9ed.; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.15-48.

COSENTINO, Renato Vianna Guimarães. *Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital*. Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano Regional, Rio de Janeiro, 2015.

CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs.) *Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. *Urbanização crítica e produção do espaço*. In: Cidades – Grupo de Estudos Urbanos – GEU, v.6, n.10, p.307-339, 2009.

DOSSIÊ 2007-2016. *A década dos Megaeventos Esportivos no Brasil*. Revista Motrivivência, Universidade Federal de Santa Catarina, a. XXI, n.32-33, jun-dez, 2009.

FAULHABER, Lucas & NACIF, Cristina Lontra. *Rio Maravilha: desapropriações, remoções e reforço do padrão de organização espacial centro-periferia*. In: Anais Encontros Nacionais da ANPUR, v.15, 2013. Disponível em:

<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4222/4092>.

FAULHABER, Lucas & AZEVEDO, Lena. *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro – 1858-1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERREIRA, João Settle Whitaker. *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo*. In Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo, n.16, p.26-49, dez. 2004.

FLORENTINO, Renata. Como transformar o direito à mobilidade em indicadores de políticas públicas? Uma contribuição. In: Revista Eletrônica e-metropolis. n.7. Rio de Janeiro, 2011.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Jogos Desportivos Pan-Americanos de 2007*, candidatura da cidade do Rio de Janeiro: análise de pré-viabilidade técnica e econômica: apresentação preliminar para discussão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Realização dos Jogos Pan-Americanos, da Olimpíada e da Paraolimpíada na cidade do Rio de Janeiro: análise de pré-viabilidade e dos impactos socioeconômicos: proposta técnica e comercial de execução. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

GARCIA, Fernanda E. S.; HERDY, Fabrícia H. A.; SANTOS, Rosane R. O.; GOMES, Talitha, B. M. *Rio 2016: O projeto olímpico e sua economia simbólica*. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, maio de 2011.

GARCIA, Fernanda E. S.; LIMA Jr., Pedro M.; HERDY, Fabrícia H. *A estratégia urbano-territorial do Projeto Rio 2016*. Observatório Geográfico de América Latina. 2012.

GUSMÃO, Nelma de Oliveira. *O poder dos jogos e os jogos do poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional, 2012.

HAYNES, Graeme; HORNE, John. *Sustainable Development, Shock and Awe? London 2012 and Civil Society*. Sociology – The Journal of The British Sociological Association. Vol.45, ed.5, p.749-764, 2011.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1973.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *A geografia disso tudo*. In: O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *A liberdade da cidade*. Revista Geosp. Espaço e tempo. São Paulo, no 26, p.09-17, 2009.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2014a.

_____. *Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014b.

HILLER, Harry H. Mega-Events, Urban Boosterism and Strategies: an analysis of the objectives and legitimations of the Cape Town 2004 Olympic Bid. International Journal of Urban and Regional Research, Vol.24, n.2, p.449-458, 2000.

_____. *Assessing the Impact of Mega-Events a Linkage Model*. Current Issues in Tourism, vol.1, n.1, 1998.

HORNE, John D.; MANZENREITER, Wulffram. Accounting for mega-events: forecast and actual impacts of the 2002 Football World Cup Finals on the host countries Japan/Korea. International Review for the Sociology of Sport. Vol.39, n.2, p.187-203, 2004.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: Legalizando o ilegal – propriedade e usurpação no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JENNINGS, Andrew. Jogo Sujo: O mundo secreto da FIFA: compra de votos e escândalo de ingressos. São Paulo: Panda, 2011.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. São Paulo: Papirus, 2009.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê, 5ª ed., 2014.

- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Ed. 34, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- _____. A produção do espaço. São Paulo, Trad. do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- _____. A ilusão urbanística. In: *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- _____. Espaço, a produção do espaço, a economia política do espaço. In: *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LENSKYJ, Helen Jefferson. *When winners are losers: Toronto and Sydney bids for the Summer Olympics*. *Journal of Sport and Social Issues*, Vol.24, p.392-416, 1996.
- _____. *The best Olympics ever? Social impacts of Sydney 2000*. State University of New York Press, Albany, NY, 2002.
- _____. *Olympic Industry Resistance: Challenging Olympic Power and Propaganda*. State University of New York Press, Albany, NY, 2008.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão a busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LOGAN, John & MOLOTCH, Harvey. *Urban Fortunes: the political economy of place*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- LOPES, Rodrigo. *A Cidade Intencional: O planejamento Estratégico de Cidades*. Rio de Janeiro. Editora Mauad, 1998.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOLINA, Fabio Silveira. *Mega-eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da "Paris dos Trópicos" à "Cidade Maravilhosa"*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências, 2013.
- MOLOTCH, Harvey. *The City as a Growth Machine: Toward a Political Economy of Place*. *The American Journal of Sociology*, Vol.82, n.2, p.309-332, 1976.
- MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO Ermínia (Org.). *A cidade do Pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- _____. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis – RJ, 3ª ed. Vozes, 2011.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9 ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2015.
- MATHESON, Victor A. *Mega-Events: The effect of the world's biggest sporting events on local, regional, and national economies*. College of the Holy Cross, Department of Economics, Faculty Research Series, p.06-10, 2006.
- MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Rio de Janeiro: Tempo, vol.1, nº 2, 1996, p.73-98
- MAY, Tim. *Pesquisa Social: Questões, métodos e processos*. Porto Alegre, 3a edição. Artmed, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. *Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?* Faculdade Saúde Pública, Rio de Janeiro, Vol.9, n.3, p.239-262, jul/sep, 1993.

- OLIVEIRA, Alberto. *Trabalho, economia e transparência nos grandes projetos urbanos. As lições do Rio de Janeiro*. In: CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs.) *Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, p.215-244, 2013.
- OLIVEIRA, Fabricio Leal de & NOVAIS, Pedro. *Grandes Projetos Urbanos: Panorama da Experiência Brasileira*. In: CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs.) *Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, p.167-190, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 4ª reimpressão, 2013.
- PILLAY, Udesch & BASS, Orli. Mega-events as a response to poverty reduction: The 2010 FIFA World Cup and its Urban Development Implications. *Urban Forum*, Vol.19, n.3, p.329-346, 2008.
- PREFEITURA do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – *Rio Sempre Rio*. Rio de Janeiro: Prefeitura, 1996.
- PREFEITURA do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – *As Cidades da Cidade*. Prefeitura, 2004.
- PREFEITURA do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – *Pós-2016, o Rio mais integrado e competitivo*. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2009.
- PREFEITURA do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – *Pós-2016, o Rio mais integrado e competitivo*. Prefeitura, 2013.
- PREFEITURA do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – *O Rio do Amanhã – Visão Rio 500*. Prefeitura, 2016a. Disponível em: <http://visaorio500.rio/planejamento-estrategico/> Acesso em maio de 2016.
- RIGOL, Sergi M. *A gentrification: Conceito e Método*. In: CARLOS, Ana Fani A (org). *Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a Metrópole*. Editora Contexto. p.98-121, 2012.
- RITCHIE, J.R. Brent. *Turning 16 days into 16 years through Olympic Legacies*. *Event Management*, Vol.6, p.155-165, 2000.
- ROCHE, Maurice. *Mega Events and Urban Policy*. *Annals of Tourism Research*, vol.21 p.1-19, 1994.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Os Megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano*. *GeoTextos*, Vol.9, n.2, p.13-25, 2013.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003.
- _____. *Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context*. Human Rights Council, ONU, 2009. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/A-HRC-19-53_en.pdf. Acesso em março de 2014.
- SAMPAIO, Renata Alves. *Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana*. Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana, 2011.
- SÁNCHEZ, Fernanda. *Políticas Urbanas em Renovação: Uma leitura crítica dos modelos emergentes*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. n.1, p.115-132, 1999.

SANCHÉZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco & GUTERMAN, Bruna da Cunha. *Jogos Pan-Americanos Rio 2007: um balanço multidimensional*. In: CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs.) *Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, p.191-214, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Discurso e o Poder: Ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*, 2ª reimpressão, Porto Alegre: SAFE, 1988.

SANTOS, Cesar Ricardo Simoni. *Dos negócios na cidade a cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço*. In: Revista Cidades, v.3, n.5, p.101-122, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp, 1978.

_____. *Metrópole Corporativa e Fragmentada, o Caso de São Paulo*. São Paulo, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo/Nobel, 1990.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. *Da política dos Estados à política das empresas*. Em cadernos da Escola do Legislativo. São Paulo, 1997.

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2012

_____. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 4ª ed., 2014.

SANTOS, Rosane Rebeca de Oliveira. *O Planejamento da cidade é o planejamento dos jogos? O megaevento olímpico como instrumento de (re)ordenação do território carioca*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, 2013.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVEIRA, María Laura. *Concretude territorial, regulação e densidade normativa*. São Paulo: Loboplan, Revista Experimental, n. 02, p. 35-45, março de 1997.

SINGER, Paul. *Economia política e urbanização*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

VAINER, Carlos Bernardo. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único*. Editora Vozes, 2002a.

_____. *Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único*. Editora Vozes, 2002b.

_____. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. In: Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Grandes Projetos Urbanos. Significado e formas de avaliação*. In: CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos (Orgs.). *Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, p.135-166, 2013.

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle Megume Martino; OLIVEIRA, Fabricio Leal de & LOBINO, Camilla. *O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual*. In: Anais do Encontro Nacional do ANPUR, v. 15, p.1-18, 2013.

VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli R. (org). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: FUPAM/Edusp, p.170-243, 1999.

WACQUANT, L. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1994

ZHOU, Yong. Residents' Perceptions towards the Impacts of the Beijing 2008 Olympic Games. *Journal of Travel Research*. Vol.48, n.1, p.78-91, 2009.

ZIMBALIST, Andrew. *Circus maximus: the economic gamble behind hosting the Olympics and the World Cup*. Massachusetts: The Booking Institution. Edição Kindle/digital/ebook, 2015.

Leis

BRASIL, 1984. *Decreto nº 90.129 de 30 de agosto de 1984. Promulga o Tratado de Nairóbi sobre Proteção do Símbolo Olímpico*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90129-30-agosto-1984-440488-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 08 de março de 2015.

BRASIL, 1992. *Lei Complementar nº 16, de 4 de Junho de 1992*. Institui o Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/bff0b82192929c2303256bc30052cb1c/758414dfee085d47032577220075c7e4?OpenDocument>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

BRASIL, 1996. *Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996*. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Casa Civil, Subchefia dos Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em 08 de março de 2015.

BRASIL, 1998. *Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*. Brasília: Casa Civil, Subchefia dos Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em 08 de março de 2015.

BRASIL, 2011. *Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011*. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12396.htm. Acesso em 29 de março de 2015.

DIÁRIO Oficial, 2015 do Município do Rio de Janeiro. *Decreto Rio nº 39853 de 18 de março de 2015*. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?reload=ok&edi_id=00002708&page=5&search=decreto%20rio%20n%BA.%2039853. Acesso em março de 2015.

RIO DE JANEIRO (Município), 2005. *Lei complementar nº 74 de 14 de janeiro de 2005*. Modifica a legislação de trecho da subzona A-16-A do Capítulo III do Decreto nº 3046 de 27 de abril de 1981. Rio de Janeiro, Câmara Municipal, 2005. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/1dd40aed4fced2c5032564ff0062e425/6ac956bdce1be32d032577220075c824?OpenDocument>. Acesso em março de 2015.

RIO DE JANEIRO (Município), 2009. *Projeto de Lei complementar nº 33/2009*. Institui o Projeto de Estrutura Urbana – PEU nos Bairros de Vargem Grande, Vargem Grande Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, nas XXIV e XVI

regiões administrativas, integrantes das unidades espaciais de planejamento números 46, 47, 40 e 45 e dá outras providências. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 2009. Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/449a94f8ca1f125a832566ec00172e93/4741b71605fb9dbd032576af007ae536?OpenDocument>. Acesso em março de 2015.

RIO DE JANEIRO (Município), 2010a. *Projeto de Lei Complementar nº 44/2010*. Define parâmetros urbanísticos e normas de uso e ocupação do solo, autoriza operação interligada, estabelece incentivos para ampliação da capacidade de hospedagem na cidade do Rio de Janeiro e autoriza a alienação de imóveis, visando à realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 2010. Disponível em: <http://www.ademi.org.br/IMG/pdf/doc-1062.pdf>. Acesso em março de 2015.

RIO DE JANEIRO (Município), 2010b. *Projeto de Lei nº 715/2010*. Autoriza o poder executivo a criar a empresa Rio-2016™ – E-Rio 2016 e dá outras providências. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 2010. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/449a94f8ca1f125a832566ec00172e93/33759f1c7d62845283257790007be437?OpenDocument>

RIO DE JANEIRO (Município), 2010c. *Projeto de Lei nº 716/2010*. Institui incentivos e benefícios fiscais relacionados com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 e dá outras providências. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/449a94f8ca1f125a832566ec00172e93/123776fcbab3358b83257790007e58cc?OpenDocument>. Acesso em março de 2015.

RIO DE JANEIRO (Município), 2012. *SGCE 2ª Inspeção Geral de Controle Externo*. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal da Casa Civil. Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE. Publicado em 05 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.fiscalizario2016.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A245EE2ECA0145F606A41B082D>. Acesso 08 de março de 2015.

RIO DE JANEIRO (Município), 2013. *Decreto nº 36670 – Institui o modelo de governança para execução do Plano Estratégico 2013-2016 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências*. Publicado em 01 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/wp-content/uploads/2013/01/DECRETO-N%C2%BA-36670-DE-1%C2%BA-DE-JANEIRO-DE-2013.pdf>. Acesso em fevereiro de 2015.

Documentos, blogs, documentários e matérias eletrônicas

AGÊNCIA PÚBLICA, 2015. *Um jogo para poucos*. Publicada em 30 de junho de 2014. Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/>. Acesso em janeiro de 2016.

AGÊNCIA PÚBLICA, 2016. *Uma demolição dentro do Parque Olímpico*. Publicado em 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160216_vila_autodromo_morador_jp_ik. Acesso em fevereiro de 2016.

APO, 2014a. Autoridade Pública Olímpica. *Caderno da Matriz*, publicado em 28 de janeiro de 2014. Disponível em: http://www.apo.gov.br/downloads/matriz/201401/livro_matriz_20140128.pdf. Acesso em janeiro de 2015.

APO, 2014b. Autoridade Pública Olímpica. *Matriz de Responsabilidade versão 2.0*, publicado em 28 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/atualizacao/>. Acesso em março de 2015.

- APO, 2014c. Autoridade Pública Olímpica. *Plano de Políticas Públicas - Legado*. Publicado em 16 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/plano-de-politicas-publicas/sobre-o-plano-de-legado/>. Acesso em dezembro de 2014.
- APO, 2015a. Autoridade Pública Olímpica. *Matriz de Responsabilidade versão 3.0*, publicado em 28 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/atualizacao/>. Acesso em março de 2015.
- APO, 2015b. Autoridade Pública Olímpica. *Matriz de Responsabilidade versão 4.0*, publicado em 21 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/atualizacao/>. Acesso em março de 2015.
- APO, 2015c. Autoridade Pública Olímpica. *Plano de Políticas Públicas – Planilhas*. Publicado em 24 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/wp-content/downloads/abril/PlanodePoliticasPublicasV2.pdf?66df7a>. Acesso em abril de 2016.
- APO, 2016. Autoridade Pública Olímpica. *Matriz de Responsabilidade versão 5.0*, publicado em 29 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/atualizacao/>. Acesso em abril de 2016.
- BBC Brasil, 2015. “Como é que você vai botar pobre ali?” diz bilionário “dono da barra da tijuca”. Publicado em 10 de agosto de 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp. Acesso em 10 de agosto de 2015.
- BBC Brasil, 2016. *Sitiado por obras olímpicas, morador tem de mostrar credencial para entrar na própria casa*. Publicado em 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160216_vila_autodromo_morador_jp_lk. Acesso em fevereiro de 2016.
- Carta Capital, 2014. *No COB, Nuzman adota o estilo Havelange*. Publicado em 21 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/812/e-o-ouro-fica-com-nuzman-185.html>. Acesso em janeiro de 2015.
- COHRE – Centre on Housing Rights & Evictions. *Fair Play for Housing Rights: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights, opportunities for the Olympic movement and others*, 2007. Disponível em: www.cohre.org/mega-events. Acesso em novembro de 2013 e março de 2014.
- DEFENSORIA, 2016. *Defensoria e Prefeitura firmam acordo coletivo de permanência e urbanização da Vila Autódromo*. Publicada em 18 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.defensoria.rj.def.br/Portal/index.php>. Acesso em abril de 2016.
- DOSSIÊ VIOLAÇÕES, 2014a. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*, 2014. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf. Acesso em dezembro de 2014.
- DOSSIÊ VIOLAÇÕES, 2014b. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil*, 2014. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=663:dossi%C3%AA-nacional-2014. Acesso em dezembro de 2014.
- DOSSIÊ VIOLAÇÕES, 2015. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*, 2015. Disponível em: https://issuu.com/mantelli/docs/dossiecomiterio2015_issuu_01. Acesso em 08 de dezembro de 2015.
- COMUNIDADE Vila Autódromo. Disponível em: <http://comunidadevilaaudromo.blogspot.com.br/>. Acesso em março de 2014.

EBC, 2015. *Parlamentares vão acionar Ministério Público para vistoriar obras olímpicas*. Publicado em 17 de julho de 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/parlamentares-vaio-entrar-com-acao-no-mp-para-vistoriar-obras-olimpicas>. Acesso em agosto de 2015.

EDIÇÃO DE NOTÍCIAS, 2016. *Projetos das Olimpíadas estão sob investigação da Lava Jato*. Publicado em 05 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.edicaoms.com.br/brasil/projetos-das-olimpiadas-estao-sob-investigacao-da-lava-jato>. Acesso em 05 de maio de 2016.

EL PAIS, 2015. *Governo tenta blindar empreiteiras da Lava Jato para evitar calote*. Publicado em 12 de março de 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/04/politica/1425425267_983224.html. Acesso em 12 de março de 2015.

EL PAIS, 2016. *Brasil no existe*. Publicado em 10 de fevereiro de 2016. Disponível em: http://elpais.com/elpais/2016/02/09/planeta_futuro/1455019177_791522.html. Acesso em 08 de março de 2016.

ESPN, 2014. *Golfe pra quem? Tacada 'certeira' do exterior pode chamar atenção da justiça para campo olímpico*. Publicada em 03 de setembro de 2014. Disponível em: http://espn.uol.com.br/video/437288_golfe-para-quem-tacada-certeira-do-externo-pode-chamar-atencao-da-justica-para-obra-de-campo-olimpico. Acesso em janeiro de 2015.

EXAME, 2011. *Carlos Carvalho, o dono da Barra da Tijuca*. Publicado em 29 de junho de 2011. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/995/noticias/carlos-carvalho-o-dono-da-barra-da-tijuca>. Acesso em 15 de março de 2015.

EXTRA, 2014. *Na zona oeste, milícia domina 38 conjuntos do "Minha Casa, Minha Vida" e até pinta seu símbolo nos condomínios*. Publicado em 26 de março de 2015. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/na-zona-oeste-milicia-domina-38-conjuntos-do-minha-casa-minha-vida-ate-pinta-seu-simbolo-nos-condominios-15701296.html>. Acesso em março de 2015.

FOLHA de São Paulo, 2016. *Após derrubar quase toda Vila Autódromo, prefeitura exhibe plano*. Publicado em 08 de abril de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/03/1747798-apos-derrubar-quase-toda-vila-autodromo-prefeitura-exibe-plano.shtml>. Acesso em abril de 2016.

FOLHA de São Paulo, 2008a. *Folha de São Paulo (Folha online). Arenas jazem seis meses após o Pan*. Matéria publicada em 20 de janeiro de 2008. Disponível em www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2001200828.htm. Acesso em março de 2015.

FOLHA de São Paulo, 2008b. *Folha de São Paulo (Folha online). Rio troca dinheiro por retorno olímpico*. Matéria publicada em 18 de março de 2008. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1803200813.htm. Acesso em março de 2015.

FOLHA de São Paulo, 2015a. *Folha de São Paulo (Folha online). Não há doações de campanha, só empréstimos a juros altos, diz Costa*. Publicado em 09 de março de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1600254-nao-ha-doacoes-para-campanhas-so-emprestimos-a-juros-altos-diz-paulo-roberto-costa.shtml>. Acesso em 10 de março de 2015.

FOLHA de São Paulo, 2015b. *Folha de São Paulo (Folha online). Paes lança dossiê sobre campo de golfe e chama acusação de 'baboseira'*. Publicado em 25 de março de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/03/1607950-paes-lanca-dossie-sobre-campo-de-golfe-e-chama-acusacao-de-baboseira.shtml>. Acesso em março de 2015.

GOVERNO Federal. Ministério dos Esportes. *Relatório sobre os XV Jogos Pan-americanos e os III Jogos Parapan-americanos de 2007*. Rio de Janeiro, vol.1, 2008. Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/panVolume1.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.

IOC, 2009a. *Game of the XXI Olympiad 2016 Working Group Report*. Publicado em 12 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.olympic.org/host-city-elections/documents-reports-studies-publications>. Acesso em 29 de março de 2015.

IOC, 2014. *Olympic Agenda 2020 – 20+20 Recommendations*. Publicado em 18 de novembro de 2014. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Olympic_Agenda_2020/Olympic_Agenda_2020-20_20_Recommendations-ENG.pdf. Acesso em dezembro de 2014.

IOC, 2013. *Olympic marketing fact file: 2013*. Publicado em 2013. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/IOC_Marketing/OLYMPIC_MARKETING_FACT_FILE_2013.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

IOC, 2009b. *Report of the Evaluation Commission for the Games of the XXI Olympiad in 2016*. Publicado em 01 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.olympic.org/host-city-elections/documents-reports-studies-publications>. Acesso em 29 de março de 2015.

JUSTIÇA GLOBAL, 2013. *Plano Popular da Vila Autódromo ganha Prêmio Internacional de Urbanismo*. Publicado em 04 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://global.org.br/programas/plano-popular-da-vila-autodromo-ganha-premio-internacional-de-urbanismo/>. Acesso em março de 2014.

MIT, 2015. Displacement research & action network. *Displaced by the Olympics: can favela residents gain market-rate compensations in Rio de Janeiro?* Publicado em 20 de março de 2015. Disponível em: <http://displacement.mit.edu/displaced-by-the-olympics-can-favela-residents-gain-market-rate-compensations-in-rio-de-janeiro/>. Acesso em março de 2015.

OBSERVATÓRIO das Remoções. Disponível em: <http://observatorioderemoco.es.blogspot.com.br/2013/11/david-harvey-fala-sobre-remoco.es.html>. Acesso em março de 2014.

OBSERVATÓRIO das Metrópoles. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles>. Acesso em 14 de novembro de 2012.

O DIA, 2015. *Prefeitura tenta desapropriar moradores sem aviso prévio determinado pelo TJ*. Publicado em 03 de junho de 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-06-03/prefeitura-passa-por-cima-de-decisao-da-justica-para-desapropriar-moradores.html>. Acesso em 03 de junho de 2015.

O DIA, 2016. *No dia internacional da mulher, Maria da Penha tem casa demolida na Zona Oeste*. Publicado em 08 de março de 2016. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2016-03-08/no-dia-internacional-da-mulher-maria-da-penha-tem-casa-demolida-na-zona-oeste.html>. Acesso em março de 2016.

O GLOBO, 2011. *Empreiteiras recebem R\$8,5 por cada real doado a campanha de políticos*. Publicada em 07 de maio de 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/empreiteiras-recebem-85-por-cada-real-doado-campanha-de-politicos-2773154>. Acesso em março de 2014.

O GLOBO, 2012. *Rio terá, na Praia da Reserva, seu primeiro resort, com hotel e condomínio*. Publicado em 07 de novembro de 2012. Disponível em: <http://ambientalistasemrede.org/mais-um-crime-ambiental-para-as-olimpiadas-rj-autoriza-resort-da-rede-hyatt-na-praia-da-reserva/>. Acesso em janeiro de 2015.

O GLOBO, 2013. *Banco imobiliário com obras da Prefeitura do Rio gera polêmica*. Publicado em 21 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/02/banco-imobiliario-com-obras-da-prefeitura-do-rio-gera-polemica.html>. Acesso em março de 2015.

O GLOBO, 2014a. *Moradores da Vila Autódromo se mudam para Parque Carioca*. Publicado em 02 de março de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/moradores-da-vila-autodromo-se-mudam-para-parque-carioca-1-12058290>. Acesso em março de 2014.

O GLOBO, 2014b. *Moradores removidos da Vila Autódromo revelam medo de favelização de novo condomínio*. Publicado em 04 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/moradores-removidos-da-vila-autodromo-revelam-medo-de-favelizacao-de-novo-condominio-14730941>. Acesso em dezembro de 2014.

O GLOBO, 2015a. *Costa diz que Cabral e Pezão receberam R\$30 milhões para caixa 2*. Publicado em 09 de março de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/costa-diz-que-cabral-e-pezao-receberam-r-30-mi-para-caixa-2.html>. Acesso em 10 de março de 2015.

O GLOBO, 2015b. *Sob protesto, Rio lança dossiê sobre obas do campo olímpico de golfe*. Publicado em 25 de março de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/sob-protesto-rio-lanca-dossie-para-justificar-campo-de-golfe-olimpico.html>. Acesso em março de 2015.

O GLOBO, 2016. *Justiça determina que seja aberta CPI das Olimpíadas na Câmara do Rio*. Publicado em 12 de abril de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/justica-determina-que-seja-aberta-cpi-das-olimpiadas-na-camara-do-rio.html>. Acesso em abril de 2016.

PARECER TÉCNICO Vila Autódromo, 2013. *Proposição da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA) e Proposição da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (PMRJ)*. Publicado em 2013. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/portalsenge_prod_assets/documents/135/original/ParecerVilaAut%C3%B3dromo.pdf?1376071635. Acesso em março de 2015.

PLANO Diretor Decenal de 1992: subsídios para sua revisão, 2005. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Turismo/ EBAPE-FGV, 2005. Disponível em: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br. Acesso em 28 de março de 2015.

PLANO Legado, 2008. *Plano do Legado Urbano e Ambiental*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=138922>. Acesso em novembro de 2014.

PLANO POPULAR Vila Autódromo, 2012. *Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural*. Disponível em: <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaautodromo.pdf>. Acesso em dezembro de 2013 e março e abril de 2014.

PLANO POPULAR Vila Autódromo, 2016. *Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural*. Disponível em: https://vivaavilaautodromo.files.wordpress.com/2016/02/ppva_2016web.pdf. Acesso em 27 de fevereiro de 2016.

PORTAL BRASIL, 2015. *Rio recebe o novo campo olímpico de golfe*. Publicado em 23 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/esporte/2015/11/rio-recebe-o-novo-campo-olimpico-de-golfe>. Acesso em dezembro de 2015.

PORTAL TERRA, 2014. *Operação Lava Jato: veja lista de empreiteiras envolvidas*. Publicado em 14 de novembro de 2014. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/operacao-lava-jato-veja-lista-de-empreiteiras-envolvidas,0843fc866bfa9410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em 10 de março de 2015.

PORTAL UOL, 2013a. *Prefeitura do Rio de Janeiro vai levar desabrigados da Rio-2016 para área de risco*. Publicado em 26 de julho de 2013. Disponível em:

<http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2013/07/26/prefeitura-do-rj-vai-levar-desabrigados-da-rio-2016-para-area-de-risco.htm>. Acesso em março de 2014.

PORTAL UOL, 2013b. *Parque Carioca*. Publicado em 26 de julho de 2013. Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/album/2013/07/26/parque-carioca.htm#fotoNav=5>. Acesso em março de 2014.

PORTAL UOL, 2015a. *Globo assegura direitos de transmissão das Olimpíadas até 2032*. Publicado em 10 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/12/10/globo-assegura-direitos-de-transmissao-das-olimpiadas-ate-2032.htm>. Acesso em 05 de maio de 2016.

PORTAL UOL, 2015b. *Reformar ou tirar? Rio gasta R\$80 mi a mais para remover favela olímpica*. Publicado em 16 de maio de 2015. Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/05/16/reformar-ou-tirar-rio-gastou-r-80-mi-a-mais-para-remover-favela-olimpica.htm>. Acesso em maio de 2015.

PORTAL UOL, 2016a. *Rio rescinde contrato e abandona último legado ambiental da Olimpíada*. Publicado em 17 de abril de 2016. Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2016/03/17/rio-rescinde-contrato-e-abandona-ultimo-legado-ambiental-da-olimpiada.htm>. Acesso em maio de 2016.

PORTAL UOL, 2016b. *Prefeitura do Rio muda Parque Olímpico para favorecer Odebrecht e parceiros*. Publicada em 13 de abril de 2016. Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2016/04/13/rio-muda-parque-olimpico-para-favorecer-odebrecht-e-parceiros.htm>. Acesso em 13 de abril de 2016.

PREFEITURA, 2015. *Morar Carioca, conheça o Programa*. Publicado em 22 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>. Acesso em fevereiro de 2015.

PREFEITURA, 2016b. *Plano de Urbanização da Vila Autódromo*. Publicado em 08 de março de 2016. Disponível em: <https://riorealblog.files.wordpress.com/2016/03/vila-autodromo2.pdf>. Acesso em 08 de março de 2016.

PREFEITURA, 2016c. *Política de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro*. Publicado em 05 de maio de 2016. Disponível em: <https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura>. Acesso em maio de 2016.

RIO 2016, 2009. *Acordo com a cidade sede – Hosty City Contract*, 2009. Publicado em 2009. Disponível em: http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/hc_en.pdf. Acesso em março de 2015.

RIO 2016. *Documentos*. Disponível em: <http://www.rio2016.com/jogo-aberto/documentos>. Acesso em março de 2015.

RIO 2016, 2008. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*, 2008. Disponível em: <http://rio2016.com.br/comite-organizador/transparencia/documentos>. Acesso em agosto e novembro de 2013 e março de 2014.

RIO 2016, 2011. *Escolhido projeto para plano geral do Parque Olímpico Rio 2016*. Publicado em 19 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.rio2016.com/noticias/noticias/escolhido-projeto-para-plano-geral-do-parque-olimpico-rio-2016>. Acesso em agosto de 2014.

RIO 2016, 2014a. *Guia de Proteção às Marcas para a área de Turismo, Hotelaria e Lazer*, 2014. Disponível em: <http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/gpmte-rio2016.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

RIO 2016, 2014b. *Olympic Games Impact (OGI) Study*. Publicado em janeiro de 2014. Disponível em:

http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/ogi_rio_2016_r1_br2_0.pdf. Acesso em dezembro de 2014.

ROLNIK, Raquel. *Cadê o Plano de reurbanização da Vila Autódromo*. Publicado em 16 de maio de 2014. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2014/04/03/cade-o-plano-de-reurbanizacao-da-vila-autodromo/>. Acesso em março de 2014.

ROLNIK, Raquel. *Banco Imobiliário Cidade Olímpica: seria cômico se não fosse trágico*. Publicado em 27 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/02/27/banco-imobiliario-cidade-olimpica-seria-comico-se-nao-fosse-tragico/>. Acesso em dezembro de 2014.

SECOVI RIO, 2012. *Panorama do mercado imobiliário do Rio de Janeiro*. Publicado em 26 de março de 2012. Disponível em: <http://www.secovirio.com.br/Sala-de-Imprensa/Releases/Mercado-imobiliario-tende-a-estabilizar-6871.html>. Acesso em abril de 2014.

SVT, 2015. *De vill riva mitt hus för 17 dagars OS*. Publicado em 22 de março de 2015. Disponível em: <http://www.svt.se/sport/de-vill-riva-mitt-hus-for-17-dagars-os>. Acesso em março de 2015.

THE RIO TIMES, 2015. *No [Olympic] legacy is so rich as Honesty*. Publicado em 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://riotimesonline.com/brazil-news/opinion-editorial/opinion-no-olympic-legacy-is-so-rich-as-honesty-william-shakespeare/>. Acesso em fevereiro de 2015.

VEJA Rio, 2016. *Personalidades pressionam Eduardo Paes pela urbanização da Vila Autódromo*. Publicado em 01 de março de 2016. Disponível em: <http://vejario.abril.com.br/materia/gente/personalidades-pressionam-eduardo-paes-pela-urbanizacao-da-vila-autodromo>. Acesso em abril de 2016.

YOUTUBE, 2011. *Vila Autódromo/RJ – Cadastro da Prefeitura para o início do projeto de remoção*. Publicado em 22 de outubro de 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QxTE2U9IIMs&list=PLoipJMW_gcRi7XPRNkMV9-Y5tQ3mwsUdP&index=2. Acesso em março de 2014.

YOUTUBE, 2013a. *Vila Autódromo entrega plano de urbanização da favela à prefeitura do Rio*. Publicado em 25 de janeiro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_kFUV50q1ek&list=PLoipJMW_gcRi7XPRNkMV9-Y5tQ3mwsUdP&index=33. Acesso em março de 2014.

YOUTUBE, 2013b. *Eduardo Paes na Comunidade Vila Autódromo*. Publicado em 28 de outubro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QSjZPaQ6iKo&list=PLoipJMW_gcRi7XPRNkMV9-Y5tQ3mwsUdP&index=54. Acesso em março de 2014.

YOUTUBE, 2013c. *Projeto de reurbanização da Favela Vila Autódromo ganha prêmio internacional – Repórter Rio*. Publicado em 06 de dezembro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PjAA41MTIN4&list=PLoipJMW_gcRi7XPRNkMV9-Y5tQ3mwsUdP&index=51. Acesso em março de 2014.

YOUTUBE, 2015a. *Vídeo comprova agressões feitas pela guarda municipal na Vila Autódromo*. Publicado em 03 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gvd3M-JX2c>. Acesso em 03 de junho de 2015.

YOUTUBE, 2015b. *Prefeito Eduardo Paes agride moradores da Vila Autódromo*. Publicado em 03 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4tQ52XqPvVA>. Acesso em março de 2016.